



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXV SUP. ÚNICO AO Nº 58, QUINTA-FEIRA, 24 DE DEZEMBRO DE 2020

ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL

Edição extraordinária

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Expedito Netto (PSD-RO)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

(cargo vago)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Expedito Netto (PSD-RO)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Paulão (PT-AL)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Ata da 40ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2020	4
Ata da 41ª Reunião, realizada em 2 de dezembro de 2020	61
Ata da 42ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2020	126
Ata da 43ª Reunião, realizada em 11 dezembro de 2020	164
Ata da 44ª Reunião, realizada em 18 de dezembro de 2020	212





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Francisco Jr., Reginaldo Lopes, Felício Laterça e General Peterlini, e ainda da Deputada não membro Paula Belmonte. Deixam de comparecer os Parlamentares Vanderlan Cardoso, Cacá Leão e Luiz Carlos Motta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Reunião de acompanhamento das ações fiscais e da execução orçamentária e financeira do ministério da Economia frente à emergência de saúde pública relacionada à Covid19. **Participantes:** Felipe Scudeler Salto, Diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI); e Waldery Rodrigues Junior, Secretário especial do ministério da Economia. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 78, de 2020** que : "Requer ao Ministério da Economia informações acerca dos critérios técnicos adotados para o registro contábil e orçamentário decorrente da perda de eficácia de medidas provisórias que abrem créditos orçamentários extraordinários." **Autoria:** Dep. Mauro Benevides Filho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 79, de 2020** que: "Requer a realização de audiência pública com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello." **Autoria:** Sen. Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento Nº 80, de 2020** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações acerca dos testes para o diagnóstico da Covid19." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento Nº 81, de 2020** que : "Requer a realização de audiência pública com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello , para tratar de nota publicada com o registro de reuniões com laboratórios a respeito das vacinas em fase avançada de testes." **Autoria:** Sen. Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/11/24>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020 – eu já repeti esta introdução 40 vezes aqui; vocês vejam bem, hein! –, com o objetivo de acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19.

Esclareço que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrições, registradas no recurso “levantar a mão” do aplicativo.

O tempo de fala será primeiro concedido ao Relator e, em seguida, aos titulares, suplentes e Parlamentares não membros que por acaso estejam interessados.

No intuito de aproveitar o tempo restrito, questões de ordem e tempo destinado às Lideranças ficarão para o final da nossa audiência.

Vamos esperar o número regimental e, quando houver sete, nós votaremos a Ata da 39ª Reunião.

Esta audiência será composta de duas partes.

A primeira parte destina-se à audiência pública com o Secretário Especial do Ministério da Economia, Dr. Waldery Rodrigues Junior, e com o Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Sr. Felipe Scudeler Salto.

O Waldery tem um compromisso já agendado com o próprio Congresso Nacional, com os Presidentes das respectivas Casas, para discutir algumas ações de reformas e planos que serão votados nos próximos dias. Então, ele vai fazer a abertura, vai falar, e logo depois virá um substituto que ele irá nomear para as respostas. São todos muito competentes, não há problema nenhum.

A segunda parte desta audiência será para apreciação dos requerimentos pautados. Há vários requerimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos iniciar nossa audiência pública.

Eu passo a palavra, em primeiro lugar, para o Waldery Rodrigues Junior, pelo tempo de 20 minutos, Waldery. Como são dois palestrantes, dois debatedores, o Felipe Salto terá igual tempo de 20 minutos. Uma tolerância pequena a gente vai conceder.

Com a palavra o Dr. Waldery Rodrigues Junior. *(Pausa.)*

Eu não vi o Waldery na tela ainda.

Já está aí, Waldery? *(Pausa.)*

Waldery ou alguém do Ministério da Economia... Eu não estou vendo. *(Pausa.)*

Waldery... Waldery...

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Felipe Salto se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, vamos ligar lá no Ministério da Economia.

O SR. DANIEL DE ARAÚJO E BORGES – Bom dia, Senador. É Daniel Borges, aqui da Secretaria de Fazenda. O Secretário Waldery está se conectando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, eu espero, Daniel?

O SR. DANIEL DE ARAÚJO E BORGES – Sim. Creio que em um minuto aqui a gente consegue a conexão dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Pode tocar, Presidente! Vai tocando.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ele vai entrar em um minuto. Então, como ele vai sair mais cedo, porque há um compromisso, a gente vai segurando aqui um pouquinho esse tempo.

Estou vendo o Rogério Carvalho, que já está ali antenado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – O senhor me permite falar pela ordem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Eu vou apresentar um requerimento, a propósito da anunciada reunião do Ministério da Saúde com as cinco produtoras, possíveis fabricantes de vacinas, realizada no domingo – foi anunciado que foi realizada essa reunião no domingo passado. Eu vou fazer um requerimento para que o Ministério da Saúde venha nos dar conta dessa reunião, o que vai



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

atualizar tudo que se sabe a respeito de alternativas de vacina. Eu gostaria de ter o seu apoio e o apoio dos nobres pares para esse requerimento.

Obrigado.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – Bom dia! Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Waldery, seja bem-vindo!

Vou só dar uma respstinha rápida para o Senador Esperidião.

Nós teremos o Ministro da Economia, no início do mês, o Ministro da...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – ... da Saúde, no início do mês. Vai ser, talvez, dia 7, dia 4; vamos agendar. Teremos a participação do TCU e teremos o Ministro da Economia, Paulo Guedes, que vai adaptar a data ainda, mas a previsão é dia 14, e aí nós fechamos. Aí, vêm dois dias mais para o Francisco Jr., que deve falar mais tarde sobre a necessidade que ele tem de ajuda para o seu relatório.

Waldery está com a palavra, pelo tempo de 20 minutos. Viu, meu amigo? (*Pausa.*)

Waldery, por favor.

Waldery Rodrigues Junior já está na sala e pode usar o seu tempo.

Waldery está com a palavra. (*Pausa.*)

Só o seu som que não está ligado.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – E agora, Presidente, V. Exa. escuta?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está ótimo! Pode falar, Waldery.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Bom dia a todos.

Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas desta Comissão, é com muita honra que volto a falar com o Parlamento. Esta é a quarta apresentação nesta área; é a quarta vez que venho em substituição ao Ministro Paulo Guedes. Nós temos alternado, ao longo desses meses, sempre com dados, com informações, trazendo aqui para V. Exas. aquilo que é mais necessário neste momento, que é a transparência nos dados, é a completude nas informações e a disponibilidade da equipe do Ministério da Economia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falo, em particular, pela Secretaria Especial de Fazenda e por todas as secretarias que estão aqui conosco. Da Secretaria do Tesouro Nacional, estamos aqui com o Secretário Bruno Funchal, que faz parte da Fazenda; o Secretário George Soares, da SOF (Secretaria de Orçamento Federal), também está aqui conosco – é outra secretaria temática da Fazenda –; e as outras duas secretarias, SPE e Secap, também auxiliam nesse relatório.

Então, peço para a gente fazer uma apresentação relativamente rápida, embora completa, até porque estamos nos encaminhando para a finalização da Comissão. Entendo, Presidente Confúcio, Relator, Deputado Francisco Jr., e demais autoridades que, quanto maior a transparência, quanto mais disponibilizarmos as análises do que está sendo feito neste momento único que estamos passando, que é o combate às mazelas da Covid-19 no mundo todo – e o Brasil não é exceção –, quanto maior a disponibilidade e a discussão técnica transparente, com previsões conservadoras e zelando por cada real dos recursos públicos, melhor sairemos desta Covid, com condições de voltarmos à normalidade e, em particular, termos a geração sustentada de emprego e renda.

Então, eu peço para a gente fazer uma apresentação... Só vou fazer aqui o *upload* da apresentação. (*Pausa.*)

Presidente Confúcio, a projeção está o.k.? Está aparecendo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está ótima! Pode continuar. Está boa.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Perfeito! Obrigado!

Quero cumprimentar também o colega Felipe Salto, que faz um trabalho muito importante na transparência e na análise da parte fiscal. A IFI já vem, há um longo tempo, contribuindo para a discussão de política fiscal em particular, e não somente da União, mas também dos Estados e Municípios, de toda a Federação, de maneira que contribui para o debate e, sem dúvidas, enriquece a nossa discussão.

Seguindo com a apresentação, nós temos a análise do impacto fiscal das medidas de enfrentamento à Covid-19. Esta é nossa oitava apresentação. Nós tínhamos uma sequência que se tornou praticamente mensal – esta é a oitava –, e há uma tabela, ao final, que resume essas apresentações, resume os principais números, as principais variáveis fiscais.

As premissas que estamos usando são ligadas à consolidação fiscal, ao atendimento das regras fiscais e redução de riscos; em particular, uma defesa, na íntegra, do teto de gastos. O teto de gastos é uma superâncora fiscal. É mais do que uma âncora; é uma referência importantíssima para seguirmos no caminho do equilíbrio fiscal. Portanto, defendemos a manutenção do teto de gastos na sua integridade, transparência nos dados, nas análises, e conservadorismo. Teremos sempre uma posição conservadora de o que estamos gastando, o que estamos renunciando de receita, e em particular mostrando ao cidadão, mostrando ao Parlamento as destinações desse gasto. No momento em que o mundo todo está enfrentando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Covid-19, apenas para dar uma noção da magnitude, o mundo ficará pelos menos US\$15 a US\$20 trilhões mais endividado no enfrentamento da Covid-19, e o Brasil não é exceção.

O Brasil gastou, ou tem comprometido até agora, um valor da ordem de 8,6% do PIB, como esforço primário fiscal, o esforço primário para o combate a essas mazelas, defesa dos mais vulneráveis, manutenção do emprego, manutenção dos sinais vitais da economia. Portanto, o Brasil entra com essas premissas nesse combate às mazelas da Covid-19, zelando pela consolidação fiscal, redução de riscos, transparência e conservadorismo.

A nossa ação, até agora, resulta em R\$615,1 bilhões como impacto primário feito nesses cerca de nove meses, de março até agora, no enfrentamento à Covid. Isso se dá tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Da receita, cerca de R\$27,5 bilhões, o que representa 4,5% do esforço total; e a maior parte vem do lado da despesa, com um valor de R\$587,5 bilhões, que representam quase 96% do total. Esse valor da despesa pode ser dividido naquelas que estão em execução orçamentária, aquelas que não têm dotação orçamentária e aquelas que não têm ato autorizativo, que nesse caso agora já está zerado, porque a maior parte das medidas já foram implementadas. Então, esses números serão detalhados, tanto os 27,5 do lado da receita quanto os 583,4 do lado da despesa.

Olhando pelo lado da despesa, os 27,5, nós temos seis medidas. Aquela que mais se destaca, em termos de volume financeiro, é exatamente a primeira, com R\$20,4 bilhões, que é a redução temporária do IOF crédito. Esse número corresponde a três períodos de ação, começando em abril, maio, junho, e seguindo até outubro, novembro e dezembro; em cada período, cerca de 7,1 bilhões, que totalizam esses R\$20,4 bilhões. Na realidade, esse número deve mudar muito em breve, deve cair um pouco, e assim que for anunciada uma nova medida, nós atualizaremos esses números. Mas já antecipo para V. Exas. e para os que nos escutam, que R\$20,4 bilhões, que são a principal medida pelo lado da receita, devem ter uma alteração para menor, um pouco menor.

Do lado da despesa, são cerca de 25 medidas ou um pouco mais... Mais de 20 medidas. Eu destaquei... A equipe destacou em particular – está em amarelo – essas realocações de Covid, que estão com R\$1,4 bilhão.

Esse valor era 1,3 na nossa última apresentação e agora ele se transformou em 1,4, ou seja, é uma alteração de 0,1. Então, do ponto de vista das despesas, esse número aumentou de 1,3 para 1,4 e o total, de 615,0 para 615,1. Portanto, notem o cuidado com os números e a acurácia deles para que nós tenhamos toda uma transparência, um conservadorismo e uma disponibilidade para a sociedade do que está sendo feito.

Esse número das despesas em execução orçamentária, como eu disse, representa mais de 95% do total, R\$583,4 bilhões e, certamente, o item que mais se destaca é o auxílio emergencial, com R\$321,8





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões, mas nós temos também o auxílio emergencial aos Estados e Municípios, com R\$60 bilhões, e aí a sequência está em ordem decrescente.

Notem também que, ao final, nós temos, sem dotação orçamentária, um valor de R\$4,2 bilhões. Esse número – voltando um pouquinho – tem duas medidas, em particular a expansão do FGI, com R\$4 bilhões.

Aqui nós temos a mesma tabela, só que trazendo o histórico, mostrando essa diligência, essa atenção com o gasto público. No relatório de hoje, 24 de novembro, R\$615,1 bilhões. No relatório de 27 de outubro eram R\$615 bilhões – como eu falei, aumentou 0,1. No relatório anterior, 28 de setembro, eram R\$607,2 bilhões, e por aí segue. Então, nós temos uma retrospectiva, com esses números sendo trazidos no detalhe, e a abertura aqui, tanto do lado da receita, quanto do lado da despesa. Novamente, está destacada em amarelo, aquela diferença de 0,1. Era 1,3, passou para um 1,4.

E aqui estamos disponíveis, tanto eu quanto a equipe, meu gabinete também, as secretarias que eu já mencionei, para detalhar cada uma dessas medidas.

Essa outra tabela mostra especificamente o quanto desses R\$615,1 bilhões é destinado ao crédito. Nós temos quase R\$100 bilhões de esforço primário adicional destinado ao crédito – R\$99,3 bilhões, distribuídos em várias medidas. Uma dessas, a primeira, que está destacada em amarelo, a redução temporária do IOF, corresponde a R\$20,4 bilhões e é uma medida que afeta todo o espectro de crédito, tanto reduzindo o seu custo, como possibilitando um aumento do volume de crédito ofertado. Sabemos que o fornecimento de crédito em períodos normais é muito importante; em períodos de crise, se torna mais importante ainda. Então, esse é um foco. Aprendemos... Vários dos senhores aqui colaboraram, criticaram construtivamente, e nós conseguimos chegar mais à ponta, exatamente aonde o crédito precisa chegar – precisamos irrigar a economia. O PESE foi o primeiro, mas depois temos o Pronampe, o Peac, e, como eu falei, a própria redução do IOF crédito.

Essa tabela traz um resumo das quatro medidas, que são sequenciais à redução do IOF crédito. É aberto com uma discussão de qual é o recurso da União, qual é o potencial de concessão, quanto é foi o crédito produzido, é a terceira linha. A terceira linha mostra exatamente o que foi produzido: o PESE, de R\$17 bilhões, produzimos R\$7,3 bilhões; Pronampe, de R\$27,9 bilhões, foram impactados, foram efetivados R\$32,8 bilhões; Peac-FGI, de R\$20 bilhões, com o poder de alavancagem de mais de quatro, chegamos em R\$83,2 bilhões; e o Peac-Maquinhas é a última medida, ela ainda está em andamento, tem um potencial de até R\$10 bilhões, temos uma efetividade, até agora, de menos de R\$1 bilhão.

Há detalhamentos aqui quanto ao público alvo, ao risco assumido pela União ou pela instituição financeira, a IF, à taxa de juros praticada, ao prazo de contratação e ao prazo de operação.

Junto com essas medidas fiscais, temos diversas medidas parafiscais e medidas ligadas a crédito e de política monetária e de política creditícia. Nós tivemos diversas reuniões no Conselho Monetário





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional (CMN), do qual faço parte. O Conselho Monetário é presidido pelo Ministro Paulo Guedes e fazem parte também, como membros, o Presidente Roberto Campos Neto, do Banco Central, e eu, como Secretário Especial de Fazenda. Nós tivemos 8 reuniões ordinárias e 14 extraordinárias nesse período, foi um trabalho intenso, com medidas aprovadas – a última informação desse eslaide – com potencial de ampliar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional em mais de R\$1 trilhão. A oferta de crédito também, com forte impacto. Notem a necessidade de fazermos uma comparação internacional entre o que o Brasil tem feito e o que mundo tem feito. Nós temos esse cuidado também para que as nossas ações se mostrem efetivas, incluindo uma comparação internacional.

Em termos de transparência, é um item em que tivemos particular atenção, para que, no monitoramento da Covid, essa informação chegue à sociedade, nós nos colocamos – técnicos que somos, técnicos que zelamos pela coisa pública – para que o Governo dê essa transparência ao que está sendo gasto. Então, existem dois portais. O portal do Tesouro Transparente, da Secretaria do Tesouro, aqui na Fazenda, é o que está apontado, mostra, por exemplo, o valor de R\$574,9 bilhões. Se você clicar no *link* que está abaixo desse eslaide, nesse momento você vai ver atualizado, em tempo real, como está a destinação desse recurso.

Esse *site* do Tesouro Transparente da Secretaria do Tesouro Nacional é completado por esse outro *site*, que é do Siop (siop.gov.br), que é da outra secretaria da Fazenda, a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), onde mostramos uma completude. Então, nós temos aqui, do Tesouro e da SOF. Também na SOF, se você clicar embaixo vai ver a abertura de dados e os dois *sites* se complementam, um com informações mais gerenciais, que é esse do Tesouro, e outro com informações mais detalhadas. E os dois, em conjunto, permitem ao cidadão, permitem aos órgãos de controle, ao Congresso Nacional, à sociedade como um todo checarem onde está sendo aplicado o recurso, com abertura por ação, por programa e por ministério, sem contar também, com todo suporte do portal da Controladoria-Geral da União, da CGU.

Nós temos aqui na sequência uma abertura com o impacto dessas medidas. Aqui simplesmente fazemos uma diferença, se os senhores e as senhoras olharem mais ao final, há R\$5 bilhões ligados ao Fungetur e R\$13 bilhões ligados a bloqueios de crédito, o que dá 574,9, que é exatamente o número que aparece no portal. Eu estou fazendo essa explicitação para dizer que cada real é rastreado e disponibilizado pelo zelo à transparência. Sem dúvida, essas nossas ações em conjunto com o Parlamento melhoram a atuação em períodos normais, a atuação do Governo, pela atenção que os Parlamentares têm com os temas aqui colocados, e em tempos de crise se tornam mais importantes ainda. Então, esses 574,9 podem, por exemplo, ser analisados no detalhe nos portais que acabei de mencionar.

Existem outros itens que não necessariamente têm impacto fiscal. Aqui estão listados impactos da ordem de até R\$3,8 trilhões, com alteração na programação financeira; extraorçamentários; apoio a Estados e Municípios – o Brasil é uma Federação que tem fragilidades, herdamos enquanto Governo uma Federação com fortíssimas fragilidades e temos que controlar e buscar equilíbrio, controlar as contas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas, ajudar a controlar também as dos Estados e Municípios, não somente as da União, e R\$85,1 bilhões foram colocados como apoio a Estados e Municípios –; medidas de crédito também, mais de R\$200 bilhões; e regulatórias.

Esses números têm abertura aqui. No caso, para os entes subnacionais, tanto do lado da receita quanto da despesa que têm impacto primário, são valores, por exemplo, do lado da despesa, de R\$104,8 bilhões. Tanto nós temos aqui o auxílio direto de R\$60,2 bilhões, da Lei Complementar 173, como também nós temos uma parte mais financeira que não tem resultado primário. Só para listar um exemplo, está listado embaixo como R\$35,3 bilhões de suspensão de dívidas, com total efeito, gerando disponibilidade para aqueles que mais precisam neste momento de pandemia, que são os Estados e Municípios, os governos locais, onde vive o cidadão.

É importante detalharmos um pouco mais esse suporte aos subnacionais, até para colocarmos para o Parlamento a efetividade dessa medida. Em cerca de R\$120 bilhões, sendo R\$60 bilhões de transferência até R\$60 bilhões de suporte do ponto de vista financeiro, nós temos que os Municípios ficaram com 26%, cerca de um quarto, e os Estados com três quartos.

Essa abertura se dá de maneira regional. Aqui, claramente, a Região Sudeste recebe mais, também porque tem a maior população, e os pagamentos foram feitos nas transferências, tidos aí no eslaide, à direita, dias 9 de junho, 13 de julho, 12 de agosto, 11 de setembro, sem nenhum ruído, sem nenhuma complicação, exigindo comprometimento do Governo com a transparência e com o zelo fiscal, evitando riscos de incentivos fiscais perversos, como outras medidas que já poderiam ter sido implementadas, como, por exemplo, a união complementar, a perda de arrecadação do ICMS e do ISS seria bem ruim, do ponto de vista macroeconômico.

A União completando esses Estados foi fortemente debatido, e nós seguimos por uma transferência direta de R\$60,15 bilhões, com maior efetividade, maior transparência e sem ter incentivos perversos do ponto de vista arrecadatório e das finanças públicas locais.

Aqui está a distribuição tanto da Lei Complementar 173, os R\$60,2 bilhões, como a MP 938, que é a complementação do FPE e FPM. É uma outra medida importantíssima, do ponto de vista federativo: uma complementação tanto para os Estados, no FPE e FPM, tendo como referência o ano passado, e o que a gente vê nesses dois gráficos... Permitam-me seguir e voltar a esses eslaides.

Aqui está a distribuição dos recursos, mostrando um benefício maior para os Estados das Regiões Norte e Nordeste, relativo à Lei Complementar 173 e à MP 938, e aqui nós temos a suspensão de dívidas, beneficiando mais os Estados do Sul e do Sudeste e um pouco do Centro-Oeste. Então, esses dois gráficos mostram uma preocupação que temos em dar um tratamento o mais igual ou mais equitativo do ponto de vista da nossa Federação, que é bastante heterogênea.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A distribuição por Municípios também se mostra adequada – esse é um ponto mostrado nesse eslaide – e, quando a gente olha o que aconteceu com a economia, claramente, quando a gente olha a arrecadação do ICMS e do IPVA, por exemplo, o fundo do poço se deu em maio – em abril, maio e junho.

Eu peço, Presidente Confúcio, mais cinco minutos para seguir nessa apresentação, até porque é a nossa última reunião aqui neste ano. Então, mais cinco minutos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Obrigado.

Então, nós temos, na arrecadação do ICMS e do IPVA, um fundo do poço mostrado aí em abril, maio e junho – maio, em particular –, numa comparação do ICMS deste ano com o ICMS do ano passado. Quando a gente olha o acumulado, na realidade já está no espectro positivo: o acumulado, até outubro, já está em 0,8%. Saímos do espectro positivo.

O Brasil está caminhando para um perfil de enfrentamento dessas mazelas muito melhor do que tínhamos meses atrás. A economia está reagindo. Os dados do ICMS e do IPVA mostram isso claramente. Outros dados que apontarei mais à frente também reforçam esse ponto. O fundo do poço já foi.

O que temos que fazer agora? Buscar manter esse dinamismo econômico e atender às regras fiscais e à transparência, em particular, com os gastos públicos. Cuidar também do endividamento, um item do qual falarei ao final.

A suficiência na transferência para os Estados – Estados e DF; aqui estão listados os 27 – hoje está em 116,3. Na apresentação passada, que fiz para V. Exas., estava em 115. Então, subiu um pouco essa suficiência, significando que ninguém ficou para trás, nenhum dos Estados. Notem que essa linha vermelha está na linha dos 100%. Todos estão acima dos 100%. Eventualmente, alguns mais do que outros, mas isso mostra uma preocupação em não deixar todo mundo minimamente com suas condições fiscais para enfrentamento da Covid-19. Todos os Estados estão com esse perfil.

Quando a gente olha para as capitais – dos dados para os Municípios também dispomos, embora não na integralidade ainda, pois os dados municipais têm uma maior complexidade na sua compilação –, também se nota um fundo de poço em maio e, na comparação de 2020 para o ano passado, nós já estamos com um espectro positivo. O acumulado até recentemente já passa de zero, 0,4%, no segmento positivo.

Esses são os dados que mostram a acurácia e a busca de tratar cada uma das informações necessárias para o enfrentamento dessa pandemia. Aqui estão as NFCs, que são as notas fiscais eletrônicas, mostrando que nós estamos em um patamar de recuperação relativamente sólido. A economia realmente está caminhando para sair da Covid-19 em condições, mantido o zelo fiscal, mantida a busca de equilíbrio nas contas públicas em situação favorável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dados de atividade mostram uma recuperação em V muito intensa. Então, aqui nós temos uma média móvel trimestral, com dados da Fundação Getúlio Vargas, que é a *alma mater* do Felipe Salto, muito bons, trazidos aqui pelo Ibre, da FGV. A indústria traz fortíssima recuperação. Não só esse dado é importante do ponto de vista nacional, mas, em termos internacionais, em uma perspectiva e em uma comparação internacional, o Brasil também tem tido um forte destaque. Aqui, quando olhamos internamente a indústria, o comércio, a construção civil e mesmo o setor de serviços, que, na última apresentação que fiz para os senhores e senhoras, comentei que ainda precisava de um fôlego maior, já mostra uma recuperação. Então, a recuperação em V está quase espraiada pela economia e nós estamos tratando de dados, referências empíricas.

Falei da comparação internacional em um índice chamado PMI Industrial (em inglês, *PMI Manufacturing*). O Brasil tem um destaque bastante significativo em relação a todas as economias, tanto as emergentes quanto as desenvolvidas.

Aqui nós temos o dado com a inflação – desculpem, o dado para o PIB. A nossa estimativa é de 4,5%. Essa reta laranja que está aí traçada tem uma pequena elevação final, porque ela estava em -4,7%, e subiu para -4,5%. O que nós temos na amarela e a cinza é a variação, a incerteza na estimativa da queda do PIB este ano. Era muito grande, em particular em maio, e foi afunilando. Basicamente as estimativas de mercado estão convergindo para aquilo que estamos tratando como nossa estimativa.

A retomada também se mostra tanto na produção industrial, quando na chamada Nuci, que é o Nível de Utilização da Capacidade Instalada, mostrando então esse V. Isso se dá também em projeções do PIB. Aqui temos projeções. Notem o espectro positivo já para 2021 em diante, mas, em 2020, com queda de 4,5%, uma estimativa de 3,2% para o ano que vem e um patamar acima de 2% para os próximos anos.

Novamente o V, que é outro item apontando a recuperação da economia. E aqui nós temos aquele esforço fiscal – mais dois minutos ou um minuto –, que é de 8,5% do PIB; um valor de R\$615,1 bilhões se transforma, em comparação com o PIB, em 8,5%.

Essa é uma tabela que resume, é um raio-X do setor público brasileiro. Hoje nós temos que, em bilhões de reais, o esforço primário, que é alto, de R\$615 bilhões, se soma ao que nós já tínhamos de expectativa de déficit primário para este ano e redundava em um valor de R\$844,3 bilhões, ou 11,7%. Esse é o resultado do quinto relatório bimestral que apresentamos na sexta-feira passada. Eu até comentei, numa coletiva para a imprensa, que veríamos novamente este número de R\$844,3 bilhões, e aqui está ele. Ele é exatamente igual ao déficit primário estimado para o Governo central brasileiro, que corresponde a 11,7% do PIB. E, quando a gente o soma com o resultado das estatais federais e dos entes subnacionais, Estados e Municípios, nós temos um total de R\$856,7 bilhões, que corresponde a 11,9% do PIB e é o déficit primário estimado para o setor público consolidado, Governo central, mais estatais federais, mais Estados e Municípios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse número mostra, pintando o mapa de uma forma geral, como o Brasil está nesse esforço fiscal primário. O Brasil está com 8,5, que é o que está em amarelo, e está bem acima da média dos países emergentes desenvolvidos, que é de 7,1. Se formos comparar com os países emergentes, que é 4,3, a *performance* do Brasil com 8,5% se mostra bem acima.

Notem que não estamos aqui dizendo que esse dado é valioso *per se*, mas é valioso do ponto de vista relativo. O Brasil, saindo de uma posição fiscal frágil, embora, em 2019, nós tenhamos melhorado todos os principais indicadores fiscais – dívida bruta, dívida líquida, déficit primário e déficit nominal –; em 2020, há uma parada legítima e justificada para combate ao Covid, e pretendemos, em 2021, voltar a ter perfil igual ao de 2019.

Os próximos três eslaides são informações bem pontuais: como o Brasil está, numa comparação com o mundo desenvolvido e com os países emergentes. Aqui, em relação ao PIB *per capita*, esse pontinho mostra o Brasil; aqui, em relação ao risco soberano; e essa última, em relação à dívida pública. Mostra, então, a nossa atenção, o nosso zelo com todos os parâmetros, onde estamos e para onde iremos.

Dois, três últimos eslaides. Aqui nós temos a nossa estimativa para a dívida bruta, chamada DBGG (Dívida Bruta do Governo Geral). Estimamos que, se o PIB tiver uma queda de 4,5%, é a barrinha central, nós teremos a dívida bruta chegando em 94,4% do PIB. Note que largamos, no início do ano, em um valor de 75,8%. Então, é um salto significativo, substancial, e nós temos que tratar com zelo e com transparência. Esse endividamento será tratado – já está sendo tratado – com toda a transparência e o cuidado necessário. Fluxos primários, financeiros e patrimoniais que possam ajudar a reduzir esse endividamento serão tratados de maneira transparente, em conversa com o Congresso e com a sociedade, para que o nível de endividamento do Brasil desça. Estimamos o endividamento bruto em 94,4% do PIB para a DBGG.

Aqui, nós temos a estimativa para os chamados déficits primário e nominal – olhando novamente a barrinha do meio. Com o PIB caindo a 4,5%, o déficit primário seria de 11,9% para o setor público como um todo, e o déficit nominal, 16,5% do PIB.

Uma comparação. Por exemplo, os Estados Unidos devem ter um déficit nominal desta ordem: em torno de 16%, 17%. É claro que a posição fiscal dos Estados Unidos difere da do Brasil, e nós sabemos disso, tanto é que, em 2019, fizemos o máximo possível para trazer uma fiscalidade mais sólida. Só que 2020 é um momento único, idiossincrático, diferenciado. Temos que tratá-lo dessa forma e ter, em 2021, um novo perfil: despesas contidas como premissa, despesas ligadas à Covid-19 em 2020.

A estimativa para a dívida líquida – de novo, a barrinha central – está em 66,5% do PIB. Essa é a nossa estimativa. Largamos de um patamar da ordem de 55% do PIB. Novamente, o endividamento está aumentando. Estamos conscientes disso, trabalhando de maneira transparente com a sociedade e buscando as nossas ferramentas, em particular, reformas que impliquem uma mudança na estrutura da economia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta tabela mostra todas as oito apresentações, desde 15 de abril até hoje, com as seis principais variáveis: o impacto primário adicional, o déficit primário do Governo central e do setor público consolidado, o déficit nominal, a dívida bruta e a dívida líquida. Notem os senhores que a última está pintada em azul. Tanto em termos de valores, bilhões, como em percentuais do PIB, estas duas tabelas mostram a mesma informação. Esta última avaliação que estamos fazendo aqui com os senhores já caminha para o espectro positivo no sentido de que o impacto primário está sendo reduzido. Notem que todos os números estão caindo: 8,6% para 8,5% na primeira linha; 12,3% para 11,7%; e por aí vai... Todos estes números, durante a pandemia, ou seja, no momento crítico, nós já estamos buscando aquilo que desejamos ter em 2021 que é a busca do equilíbrio fiscal e o retorno do nível de despesas ao patamar de 2019, mantido o teto de gastos, mantido o atendimento às regras fiscais e buscando – que é o meu último eslaide – as agendas de reforma, as reformas estruturais.

Este é o ponto em que o Parlamento mais tem consciência e mais, sem dúvida, pode ajudar o Brasil na mudança, no enfrentamento direto da Covid-19, de maneira que, até em termos de *performance* internacional, o Brasil tenha uma melhor posição: continuidade do programa de concessões e privatizações; aprovarmos a PEC do pacto federativo, a PEC 186, a PEC 188; liberalização comercial; redução de subsídios; reforma administrativa sendo aprovada, com critério de eficiência ali posto; reforma tributária, importantíssima, em particular, para reduzir complexidade e aumentar eficiência; novos marcos legais, só citando aqui o do saneamento, mas os outros todos são importantes. Vejam, por exemplo, o leilão que ocorreu em Alagoas recentemente; uma *performance* muito boa, muito importante, que traz alto retorno. Com marcos regulatórios na infraestrutura impostos, o Brasil fica melhor, atrai investimento, e a gente tem portas de saída para uma economia com crescimento robusto.

Autonomia do Banco Central, importantíssima.

Fomento aos mercados de capitais. Enviaremos uma medida provisória associada a alterações em mercado de capitais, instrumentos financeiros e outras medidas.

E, por último, a Lei de Falências e Recuperação Judicial. Tivemos ontem reunião com o Senador Rodrigo Pacheco; teremos, hoje, com ele e a equipe, a equipe da Consultoria do Senado, a Conleg, da qual faço parte, com muita honra; sou funcionário da Casa. A Lei de Falências e Recuperação Judicial é um item importantíssimo. Fiz questão de destacar, eu e a equipe, aqui em azul, porque é uma área em que seguiremos e trará reflexo muito positivo para o crédito, para o crescimento e para a manutenção do emprego, evitando que empresas cheguem à falência, sejam fechadas, portas de empresas fechadas e postos de trabalho destruídos, para, no sentido contrário, preservar os sinais vitais da economia e gerar emprego e renda.

Muito obrigado, Presidente Confúcio e todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário Waldery Rodrigues Junior, pela belíssima apresentação, muito didática, importante para o nosso conhecimento. A gente já vem acompanhando, sistematicamente, esses quadros e está observando, realmente, o esforço da equipe do Governo.

Nós vamos passar a palavra, agora, para Felipe Salto, pelo tempo de 20 minutos, mais ou menos, com uma pequena tolerância.

Felipe Salto, com a palavra.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Um bom dia a todos!

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Presidente, Senador Confúcio Moura, agradecer pelo convite para participar, mais uma vez, desta importante Comissão da Covid-19. Inclusive, em reunião recente com a OCDE, para falar das questões da IFI, eu mencionei as atividades desta Comissão, e eles ficaram bastante empolgados em saber que o Congresso Nacional instituiu uma comissão que tem feito atividades muito significativas para acompanhar não só a execução orçamentária, mas também os desdobramentos desse nosso cenário econômico e fiscal atípico de 2020 para o pós-crise.

Quero cumprimentar também o nosso Relator e também o Secretário Waldery Rodrigues, já o parabenizando pela brilhante exposição, pelos dados que apresentou.

Eu vou compartilhar aqui os eslaides que eu preparei, dentro desses 20 minutos que o Presidente me concedeu. Só um minuto. (*Pausa.*)

Vocês já estão conseguindo ver os eslaides?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Estamos, sim, pode continuar.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está ótimo!

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Muito bem.

Então, nós, na Instituição Fiscal Independente, fizemos uma revisão de cenários também, assim como o Ministério da Economia, conforme o Secretário Waldery apresentou, porque, neste ano, fazer projeções ficou uma tarefa ainda mais hercúlea, mais difícil diante das incertezas. Então, nós fizemos, já neste ano, quatro revisões dos cenários – em abril, maio, junho e agora em novembro. E o que os resultados dessas nossas projeções indicam é que a dívida bruta deve encerrar o ano em 93,1% do PIB, o que é um patamar bastante alto em relação ao ano passado, quando encerrou em 75,8%, e o peso das medidas anticrise é bastante significativo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maior preocupação que se tem hoje eu dividiria em duas dimensões. A primeira é o que fazer no curtíssimo prazo. O orçamento de 2021 está em aberto. Há uma necessidade que está posta pela crise de dar continuidade a algum tipo de transferência social, que vai ter custos fiscais; você teve a queda do veto da desoneração da folha, que implica um gasto adicional também não previsto no orçamento; além disso, as necessidades da própria Covid, como compra de vacinas e outras ações não contempladas no orçamento. E há toda a discussão do teto de gastos e da meta de resultado primário, que foi recentemente questionada por um acórdão do TCU, na meta fixada na LDO.

E a segunda dimensão, que é a de médio prazo. Quer dizer, quando é que nós vamos conseguir voltar a reequilibrar a relação dívida/PIB? Essa resposta é fundamental. E qual a estratégia vai ser adotada para que haja um horizonte de equilíbrio das contas públicas, de sustentabilidade? Isso pode acontecer com medidas do lado da receita ou do lado da despesa, mas é preciso que se tenha clareza deste horizonte para que o financiamento desta dívida bastante elevada que nós temos hoje possa se dar de uma maneira minimamente normal.

Então, eu separei aqui a apresentação em: quadro geral, novos cenários macroeconômicos, novos cenários fiscais, os riscos para 2021 e os riscos para o médio prazo.

Nós estamos agora com uma projeção de queda do PIB neste ano de 5%. O Governo tem uma projeção de queda de 4,5%. São números similares. As projeções foram melhorando ao longo do ano. O FMI, por exemplo, projetava uma recessão de mais de 9% e agora projeta menos de 6%, então, isso se deveu, inclusive, à atuação do Estado em prover recursos: o auxílio emergencial, essa injeção de liquidez e as pressões na demanda agregada da economia que, certamente, colaboraram para que essa recessão acabe o ano sendo menor do que a prevista no início da crise da Covid, lá em março, abril.

Para 2021 não é uma recuperação extraordinária, é algo como 2,8%. O mercado de trabalho ainda guarda uma série de precariedades, porque a ocupação, o número de pessoas ocupadas, deve terminar o ano caindo perto de 9% – 8,8% – e, no ano que vem, a ocupação se recupera apenas em 1,8%.

Então, você vai ter um contingente de pessoas que perderam o emprego, seja no setor formal, informal, conta própria, e que vai ficar a descoberto a partir de 2021. A recuperação não vai ser – a nosso ver – numa trajetória tão rápida. O setor da indústria e o setor de comércio, sim, apresentam uma recuperação mais pujante, mas o setor de serviços ainda apresenta uma trajetória mais gradual de recuperação, como a gente tem visto nos dados mensais setoriais.

No quadro fiscal, diante dessa situação macroeconômica um pouco melhor, nós temos um PIB nominal que era projetado em R\$6,917 trilhões e agora é projetado em R\$7,139 trilhões. Essa mudança na projeção no PIB nominal – que se deve tanto à inflação mais alta como à taxa real de crescimento do PIB negativa, mas menos negativa – afeta o indicador de dívida/PIB. Então, isso é muito importante,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a revisão que nós fizemos na projeção de 96% para 93%, cerca de 2,5 a 2,8 pontos percentuais do PIB nessa revisão, se deveu a essa revisão do PIB nominal.

Também melhoramos a projeção de déficit primário. Nós estávamos com R\$ 877,8 bilhões – o número do Governo é R\$844,3 bilhões –, e agora estamos com R\$779,8 bilhões. Essa revisão, boa parte dela, se explica pelo lado da receita. Os diferimentos de impostos que foram feitos em abril, maio e junho a partir de agosto começaram a retornar – na verdade, começaram a entrar: esses recursos que foram diferidos dos impostos, eles passaram a ser arrecadados. E, fazendo uma projeção – porque a gente não tem esse dado oficialmente, mas projetando o que pode acontecer até o final do ano –, é possível que entre um recurso significativo a título de pagamento desses impostos diferidos, o que afetou fortemente a nossa projeção de receitas. Então, agora nós temos uma receita líquida de R\$1.176,2 bilhões. Na revisão que nós fizemos na projeção de receita, dentro dela o maior efeito na revisão entre junho e novembro, os dois cenários, é justamente essa incorporação das receitas dos diferimentos, da ordem de R\$65,3 bilhões, já incorporando aquilo que entrou em agosto.

Então, o primário melhorou, a dívida projetada para o ano melhorou, mas o quadro, do ponto de vista qualitativo, ainda é o mesmo: é muito ruim. A dívida pública deve superar 100% do PIB em 2024, e, no cenário que nós chamamos de pessimista – a IFI sempre traça três cenários para tentar precificar os diferentes riscos –, a dívida pode atingir 156% do PIB até 2030, o que seria uma trajetória de alta exponencial muito preocupante, mas que pode ser evitada e é por isso que ela está no cenário pessimista e não no cenário base.

O resumo das nossas projeções. Eu destaco aqui o PIB e o juro real, que são duas variáveis fundamentais para a sustentabilidade da dívida pública. A média do crescimento do PIB para 2023/2030 é apenas de 2,3% no cenário base, com o juro real – quer dizer, os juros descontada a expectativa de inflação – de 3%. Então, esses dois indicadores são muito importantes para a projeção da variável dívida bruta, como eu vou mostrar em seguida.

A recuperação que a IFI prevê – nessa linha azul mais escura aqui e não na tracejada – é o nosso cenário atual. Então, dá para ver que houve uma melhora na expectativa de trajetória de recuperação. A trajetória tracejada era a de junho, e a linha cheia azul é a de novembro. Então, ainda assim é uma recuperação que vai nos devolver ao nível pré-crise – indicado aqui como 100 – lá em 2022. Mas é fato que há uma recuperação em curso, e, a depender das medidas que forem adotadas, ela pode ser mais ou menos acelerada.

No quadro abaixo, é possível ver a comparação das projeções da IFI com as projeções da SPE, do Ibre, do Ipea, etc.

Do ponto de vista de taxas de variação – no gráfico da direita, nós olhamos o nível; no gráfico da esquerda, são as taxas de variação –, nós vamos ter um mergulho, como estamos tendo neste ano, com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5% de queda, depois uma recuperação de 2,8%, 2,6% e, a partir de 2023, uma média próxima àquilo que os economistas chamam de crescimento potencial, que é estimado pela IFI em 2,3%.

O dado positivo da conjuntura é que o IBC-Br, que é uma espécie de PIB mensal divulgado pelo Banco Central, é uma média de indicadores de atividade – porque os senhores sabem que o PIB tem uma defasagem para ser divulgado –, mostra que o terceiro trimestre teve uma recuperação importante, a julgar pelo IBC-Br, que é a linha azul escura. A linha azul clara é o PIB, que provavelmente no terceiro trimestre vai acompanhar o IBC-Br, e isso significa que essa recuperação no terceiro trimestre e também um pouco no quarto trimestre vai compensar esse mergulho profundo que nós demos aqui, principalmente no segundo trimestre de 2020, em razão dos efeitos econômicos da crise pandêmica.

Eu gosto de mostrar esse quadro do mercado de trabalho porque ele resume um pouco a ópera. Do ponto de vista do crescimento ou da recessão, as pessoas são afetadas pela perda do emprego e pela redução da renda. O que nós estamos vendo até agora, se pegar agosto, três meses acumulados até agosto em relação ao mesmo período do ano anterior, a ocupação está caindo cerca de 13%; o pessoal com carteira assinada, 12%; sem carteira assinada, 25,8%; e o conta própria, sem CNPJ, que é um trabalho também precário, queda de 18%. Esses números nos preocupam muito e justificaram a adoção do chamado auxílio emergencial e do auxílio emergencial residual, com a Medida Provisória nº 1.000, os chamados R\$300. Para a partir do ano que vem, ainda não há uma sinalização de como esse programa será tratado, ou se haverá outro programa, ou ainda uma prorrogação desse auxílio, dado que o término do ano calendário não vai fazer com que a crise se encerre. Então, há uma probabilidade alta de que o benefício continue com efeitos fiscais.

Do ponto de vista da inflação, há uma preocupação legítima, porque os bens comercializáveis são muito afetados pela taxa de câmbio, que teve uma depreciação muito grande. Então, notem que a linha azul escura, que são os bens comercializáveis, apresenta uma alta expressiva, mas os não comercializáveis ainda são um pouco mais comportados. A inflação cheia vai ficar em torno de 3%. Então, não há que se ter alarmismo quanto ao quadro de inflação, mas é preciso manter um acompanhamento constante desses dados, porque o balanço de pagamentos e o seu efeito sobre a taxa de câmbio trazem, sim, impactos importantes sobre os bens comercializáveis e podem acabar transbordando para os serviços, para os bens não comercializáveis, o que aí, sim, afetaria mais fortemente a trajetória da inflação. Mas é preciso deixar as barbas de molho porque não é o momento de se pensar em alta de juros com uma economia deprimida como está. O hiato do produto, a diferença entre o PIB potencial e o PIB observado, é bastante negativo. Então, nós não temos hoje uma justificativa para que se faça uma política monetária contracionista neste momento. É preciso continuar acompanhando os indicadores, obviamente.

Do ponto de vista do financiamento da dívida... Essa curva é a chamada "curva a termo de juros". Aqui, para cada prazo – um ano, três anos, cinco anos, sete, assim por diante –, a gente consegue ver qual é o juro que o mercado está exigindo. Então, o que importa não é só a Selic de 2%, mas o quanto o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tesouro está tendo que sancionar em termos de taxas de juros nos títulos que ele precisa emitir para financiar o pagamento de juros, para financiar o déficit primário e mesmo para refinaranciar a dívida vincenda, aquela dívida de títulos que vão vencendo e que o Tesouro precisa substituir.

Quando a crise se abateu sobre nós, a curva subiu muito – esta curva vermelha aqui. Hoje, nós estamos aqui, no início de novembro, com essa curva azul escura, que é uma curva pressionada. Por exemplo: em títulos de dez anos, a taxa de juros está batendo quase 8%. Isso significa que o mercado vislumbra risco, vislumbra inflação à frente, vislumbra a necessidade de aumento de juros e precifica isso na trajetória da dívida pública, na exigência de juros nas novas emissões do Tesouro.

A nossa projeção de receitas considera que a receita líquida de transferências a Estados e Municípios caminha junto com a atividade econômica, como os senhores podem ver aqui no gráfico, em ponto percentual do PIB. Neste ano, se forem confirmadas as nossas premissas de entrada dos chamados diferimentos até o final do ano naquele volume que eu mencionei, de 65 bilhões, isso ajudará a que a receita caia menos em 2020, mas eu ressalto que há uma incerteza grande a respeito disso, porque a informação que nós temos é a de agosto, e em agosto entrou um volume expressivo desses recursos de impostos diferidos. O dado de outubro coletado pelo Siafi mostra que a arrecadação teve um desempenho expressivo, o que pode sinalizar o peso dos diferimentos, reforçando assim a nossa tese.

O resumo do resultado primário está apresentado nesta tabela: nós tínhamos um déficit de 877,8 bilhões; e agora, 779,8. A principal revisão foi um aumento de 88 bilhões na projeção de receita líquida. Fizemos algumas reduções e mudanças nas projeções de despesas. Eu destaco a previdência, que está um pouco abaixo do que se projetava, representando 9,3% do PIB o gasto previdenciário, e também outras mudanças que, no conjunto, compõem essa redução, uma revisão de 9,1 bilhões.

Quanto aos gastos contra a Covid, se nós observarmos a comparação dos cenários que a IFI considerava – abril, maio, junho e novembro –, o auxílio emergencial, que é o chamado AE, e o AER, que é o auxílio emergencial residual, os R\$300, nós projetamos em 267,9 bilhões. É preciso somar a esse valor os 34 bilhões do Bolsa Família para que se possa comparar a projeção do Governo – a projeção do Governo é o próprio orçamento de 321 bilhões.

Nós tínhamos um valor mais alto e o revisamos com base na própria execução do programa, na redução do número de beneficiários. Vale dizer que, em grandes números, havia um número de beneficiários de 67 milhões, no início do programa, e hoje, próximo a 40 milhões.

O benefício médio também foi reduzido de R\$600 milhões para R\$300 milhões. O benefício emergencial aos formais, chamado BEm, nós o projetamos, em novembro de 2020, em R\$35,1 bilhões, com uma variação de R\$9,1 bilhões em relação à projeção anterior.

No cômputo geral, foram R\$496,8 bilhões com todas as medidas, com um aumento de R\$9,6 bilhões em relação ao cenário de junho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos aí um cenário para as despesas primárias que aponta uma forte alta do gasto primário do Governo Federal neste ano. Nós estamos passando de 19,9% do PIB para 28,4%. Depois, para o próximo ano, isso deve se reduzir. São 27,4%, desculpe. Depois, haverá certa estabilidade, com alguma redução, se o gasto com pessoal não sofrer reajustes reais e se a previdência se comportar como nas nossas projeções atuais, a partir dos efeitos da reforma aprovada no ano passado.

O problema central, Presidente Confúcio, Senadores e Deputados, é que nós temos um nível de gasto discricionário muitíssimo baixo. Esse é o histórico do gasto discricionário em percentual do PIB. Os gastos obrigatórios ocupam um espaço muito grande e, na presença do teto de gastos, vão fazendo com que a despesa discricionária precise diminuir. Para 2021, esse gasto deve ficar em 1,5%, que é o menor patamar dos últimos 13 anos, desde 2008. Isso não inclui os gastos que eventualmente sejam criados e que não estão previstos no Ploa, como, por exemplo, a postergação do auxílio emergencial, a própria questão das vacinas e outros gastos com saúde. Então, o corte do gasto discricionário chegou ao limite. Vai ser difícil contingenciar, cortar essas despesas sem que sejam prejudicadas políticas públicas que estão dentro dessas despesas, a exemplo de bolsas de pesquisa, verbas de fiscalização e outros gastos de custeio para o funcionamento da máquina.

Como eu estava mostrando, a obrigatória é mais rígida, demora a reagir na ausência de reformas estruturais. Então, no nosso cenário base, que é a linha azul, a despesa obrigatória diminui um pouco ao longo dos próximos dez anos, mas é uma diminuição muito lenta e, mesmo assim, depende da preservação de certos controles, como, por exemplo, o não crescimento expressivo da despesa com pessoal e o outro exemplo principal, que é uma certa estabilidade nas projeções da despesa previdenciária, o INSS, em relação ao PIB.

O resultado primário, a partir desses cenários, melhora. Então, no ano que vem, a projeção é a de um déficit primário do Governo central de 2,9% do PIB, que vai diminuindo até alcançar 0,8% em 2030. Mas essa trajetória não é suficiente para estabilizar a relação dívida-PIB. O que acontece é que a gente tem um cenário – aqui estou mostrando até 2030; é aquilo que eu mostrei no gráfico, agora em números – em que a receita líquida tem uma trajetória que indica certa estabilidade em torno de 17%, 17,1% do PIB, e as despesas diminuem na presença do teto de gastos de 20,1% do PIB para 17,9%. Mas esse não é um ajuste suficiente para produzir superávit primário; nós vamos manter um déficit até 2030. Esse quadro resume o risco de rompimento do teto e o problema da meta de primário, que é flexível para o ano que vem, questionada pelo TCU. E, nos nossos três cenários, o teto de gastos seria rompido em 2021 – há um risco elevado de rompimento.

Fizemos um exercício – vou caminhando para terminar, peço só mais dois minutos – para mostrar o peso do auxílio emergencial. Como nós não temos nenhuma sinalização a respeito das regras, dos critérios de elegibilidade, fizemos algumas premissas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa tabela mostra simulações para um período acumulado de quatro meses. Por exemplo, se for um benefício igual ao atual, de R\$300, para 25 milhões de pessoas por quatro meses, isso custaria ao erário R\$15,3 bilhões. Então, nós estamos falando de um custo analisado de R\$45,9 bilhões. É claro que há outras possibilidades que nós fizemos. Por que eu acho que essa é uma alternativa provável? Porque, quando a gente olha para os beneficiários elegíveis ao Bolsa Família, são 14,3 milhões, e o número de desocupados é de 12 milhões. Então, isso daria 26,3 milhões. Por isso adotamos um número redondo de 25 milhões para fazer essa estimativa de R\$15,3 bilhões no acumulado em quatro meses.

Vou passar para o meu último eslaide, que é a projeção de dívida. Essas projeções mostram um cenário pessimista, um cenário base e um cenário otimista, que é o cinza. No cenário base, que é o mais provável, a dívida cresce, mas ela cresce a taxas decrescentes. Então, provavelmente, após 2030, haveria uma estabilidade. O problema é que nós não temos condições de conviver com um nível acima de 100%, que é muito maior do que o dos emergentes, na presença de juros maiores. Em algum momento, os juros vão começar a aumentar, provavelmente a partir de 2022, em razão das pressões de demanda e da própria recuperação cíclica da economia.

Em 2024, atinge-se o nível de 100% do PIB. Para estabilizar uma dívida de 100% do PIB em 2024, seria preciso um superávit primário de 1,2% do PIB para o setor público consolidado. Como a gente parte de um déficit primário de 2,7, isso significa um esforço fiscal primário de 3,9 pontos percentuais do PIB de 2021 a 2024. Traduzindo isso em bilhões, seria um esforço de R\$327,1 bilhões em quatro anos, o que é muito difícil de acontecer sem medidas combinadas do lado das receitas e das despesas.

Muito obrigado pelo tempo. Desculpe-me por ter me excedido um pouco. Agradeço mais uma vez pelo convite e cumprimento todos os nossos Senadores, Deputados e participantes desta nossa audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Fico muito agradecido, Dr. Felipe Salto.

É importante ouvir esse contraponto entre os dois grandes técnicos, o Waldery e o Felipe.

Nós, como leigos em economia, ficamos amedrontados, muito amedrontados, mas queremos contribuir sim através dos votos nessas reformas necessárias.

Os dois técnicos que se apresentaram aqui, tanto o Waldery quanto o Felipe Salto, apontam para a necessidade de uma mudança na base da estrutura do Governo, no funcionamento, para que a gente possa sair, lá na frente, respirando.

Quero fazer uma pequena pausa.

Havendo número regimental, eu submeto à aprovação dos companheiros, Deputados e Senadores, a Ata da 39ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura, uma vez que ela esteve à disposição de todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Quero também, antes de passar para os questionamentos, já submeter à apreciação, rapidamente, bem rapidinho, Waldery, três requerimentos que precisam de votação dos membros.

O primeiro é o Requerimento nº 78, da Comissão, de autoria do Deputado Mauro Benevides Filho.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 78, DE 2020

Requer ao Ministério da Economia informações acerca dos critérios técnicos adotados para o registro contábil e orçamentário decorrente da perda de eficácia de medidas provisórias que abrem créditos orçamentários extraordinários.

Autoria: Senador Mauro Benevides Filho.

Esse é o primeiro requerimento.

O segundo requerimento é do Senador Wellington Fagundes, o Requerimento nº 79, de 2020.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 79, DE 2020

Requer a realização de audiência pública com o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

O terceiro requerimento é da Senadora Eliziane Gama, que requer ao Ministério da Saúde informações acerca dos testes para diagnóstico de Covid, como denunciado pela imprensa nacional.

2ª PARTE

ITEM 3





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 80, DE 2020

Requer ao Ministério da Saúde informações acerca dos testes para o diagnóstico da Covid-19.

Autoria: Senadora Eliziane Gama.

Então, são esses os requerimentos.

Eu coloco em votação os três.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não, Senador Esperidião Amim.

Pode liberar o som do Senador Esperidião Amin, por gentileza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Por favor, conforme eu tinha anunciado, já está protocolado o meu requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Cadê o requerimento? *(Pausa.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Já está protocolado? Eu acho até que não preciso justificar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Cadê o requerimento? *(Pausa.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Nós temos notícias variadas sobre vacinas, inclusive uma que eu acho que torna relevante o requerimento ser aprovado: é que a Inglaterra pretende iniciar a vacinação em dezembro. Dezembro está logo ali. E é exatamente a vacina objeto de, digamos, negociação com a Fiocruz e com o Governo brasileiro; não é a única. Então, o nosso sonho... É claro que a gente quer o déficit público amenizado. Nós todos sabemos que a economia é crucial, mas isso aí... O senhor, que é médico, sabe disso. O senhor sonha com a vacina, não é? Com a vacinação antes da Páscoa, a Inglaterra volta ao normal na Páscoa. É uma inveja sã a nossa. Então, eu pediria que o senhor o colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – E, depois, quanto à forma de realizar, eu confio integralmente no bom senso de V. Exa.

Mas o Ministro tem que dizer: "Olha, nós temos cinco noivas. Uma, estamos namorando; quanto à outra, estamos pedindo licença para os pais". Mas nós aceitamos, sem dúvida nenhuma, esse casamento múltiplo, mesmo sem que a religião nos consinta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu faço um apelo para o senhor colocar isso em votação, até dando uma resposta àqueles que não sabem do empenho que esta Comissão já teve, com duas reuniões sobre vacina e com uma reunião muito importante confrontando a Anvisa e o Butantan no sentido de obter esclarecimentos.

É o apelo que lhe faço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeitamente, Senador Esperidião.

O protocolo do seu requerimento não entrou na nossa página. Os meninos da Comissão da Covid estão processando-o. Já, já, eles o colocam, e eu o coloco em votação. Pode ficar tranquilo.

Coloco em votação esses três requerimentos que acabei de ler, repetindo: o do Mauro Benevides Filho, solicitando ao Ministério da Economia informações; o do Wellington Fagundes, sugerindo audiência pública com o Ministro da Saúde; e o da Eliziane, solicitando informações sobre esses testes para diagnósticos que a imprensa denuncia que estarão vencidos e serão jogados na lata do lixo.

Os Senadores e Deputados da Comissão ou suplentes substitutos que estiverem de acordo com os três requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados os três requerimentos.

Aguardamos apenas o do Senador Esperidião Amin.

A Eliziane pede uma palavrinha – por favor, Senadora Eliziane Gama – para justificar o seu requerimento. Já está aprovado, mas, se a senhora quiser fazer uso da palavra, pode fazê-lo bem rapidinho.

Por gentileza, Senadora Eliziane Gama... *(Pausa.)*

Soltem o som da Senadora Eliziane, por gentileza.

Pode falar, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, infelizmente, não estou participando por vídeo – estou acompanhando minha filha, inclusive, em um atendimento médico –, mas eu gostaria de cumprimentá-lo e de agradecer a todos os colegas pela aprovação do requerimento.

É muito importante que neste momento nós tenhamos informações do Ministério da Saúde quando o mundo inteiro aguarda, na verdade, a chegada das vacinas. Nós, realmente, precisamos entender o porquê de o Ministério da Saúde não ter distribuído os seis milhões de testes que vieram para o diagnóstico da Covid-19.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu queria apenas agradecer aos colegas pela aprovação do requerimento e parabenizá-lo e cumprimentá-lo sempre pela boa condução.

Com a permissão de V. Exa., Presidente, eu queria apenas deixar aqui uma pergunta, se for possível, em função da situação de impossibilidade de participar de toda a reunião.

Cumprimento o Felipe Salto, sempre muito brilhante nas suas exposições, mas eu queria deixar aqui uma pergunta mais especificamente para o Ministério da Economia.

Todos os países hoje, em todo o mundo, estão enfrentando graves problemas fiscais, naturalmente em função da pandemia. Esse é um problema não apenas do Brasil, mas da Europa, do mundo todo. Mas, ao mesmo tempo, a gente percebe que há no Brasil uma falta de entendimento e de comunicação, tanto do Governo Federal quanto dos Estados brasileiros, até mesmo da sociedade brasileira como um todo. É preciso haver um nível de conversação e de comunicação de forma mais plena.

Eu queria saber do Ministério da Economia quando é que nós vamos saber de fato qual a proposta do Governo em relação à questão econômica e, ao mesmo tempo, quando é que nós saberemos que a ação do Governo Federal na área da educação, diante da necessidade do ajuste fiscal, também vai priorizar a pessoa humana, o ser humano.

Nessa perspectiva, pergunto em relação à questão da ajuda emergencial. O Governo está muito perdido nessa posição específica. A gente não tem, na verdade, uma resposta clara, um programa claro do Governo Federal e uma posição transparente do Governo Federal em relação à continuidade da ajuda emergencial, que é fundamental sobretudo para as populações minoritárias.

O Governo de fato vai apresentar uma clareza, um programa realmente que possa dar continuidade a esse programa de ajuda emergencial, estendendo a mão para as populações minoritárias?

Era essa a minha pergunta, Sr. Presidente. Que Deus o abençoe e muito sucesso a toda a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Já estou, Senador Esperidião, com o seu requerimento aqui, o Requerimento nº 81, que vou colocar em votação agora.

Requer, nos termos regimentais da Constituição, a realização de audiência pública remota com o objetivo de debater e esclarecer dúvidas acerca de nota publicada pelo Ministério da Saúde, no dia 22 do corrente, em que informa que realizou reuniões, na semana passada, com a presença dos cinco laboratórios cujas vacinas para a Covid-19 encontram-se em fase avançada de desenvolvimento, segundo o portal da *Folha de S.Paulo* de 22/11/2020.

Para tanto, proponho seja convidado o Exmo. Sr. Ministro Eduardo Pazuello, Ministro de Estado da Saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ele faz as suas justificativas.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 81, DE 2020

Requer a realização de audiência pública com o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, para tratar de nota publicada com o registro de reuniões com laboratórios a respeito das vacinas em fase avançada de testes.

Autoria: Senador Esperidião Amin

Eu coloco em votação o requerimento do Senador Esperidião Amin.

Os Senadores e Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado mais esse requerimento.

Vamos processar agora a forma desse atendimento com os ministros respectivos.

Muito bem, vamos dar continuidade agora aos debates.

Em primeiro lugar, a fala será concedida ao nosso Relator, Francisco Jr., para fazer suas indagações aos dois palestrantes, pelo tempo, meu querido Relator, de seis a oito minutos, conforme V. Exa. priorizar.

Com a palavra o Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, bom dia aos demais Deputados e Senadores, bom dia aos nossos convidados, Waldery e Felipe, sempre presentes, sempre colaborando muito com a Comissão e com o País! Muito obrigado a vocês.

Nós estamos chegando à reta final dos trabalhos da Comissão, gostaria que também estivéssemos chegando à reta final dos problemas da Covid, mas precisamos avançar bastante ainda. Então, sendo objetivo, por isso eu sempre escrevo, vou me dirigir primeiro ao Sr. Waldery.

Waldery, quais são as medidas adotadas pelo Governo na área econômica que foram bem-sucedidas e quais apresentaram resultados insatisfatórios e tiveram que ser ajustadas, na sua opinião? Qual é o critério que deve ser utilizado para considerar as políticas como bem-sucedidas? Quais lições





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devem ser aprendidas das experiências malsucedidas? Nós ainda vamos ter um desdobramento, então, o que nós aprendemos até agora, o que vocês repetiriam e o que não fariam da mesma forma?

Outra pergunta: quais mudanças legislativas podem ser consideradas legados que vão ajudar a lidar com crises futuras? Quais os instrumentos que faltaram durante essa crise para lidar com os seus efeitos adversos? Ainda há tempo para corrigir?

Existe uma tensão recorrente entre a necessidade de implementação de políticas de consolidação fiscal e a adoção de políticas anticíclicas de expansão do gasto público. Durante 2020, o Governo optou por ir a fundo em políticas de expansão fiscal visando mitigar os efeitos adversos da Covid-19 sobre a economia. V. Sa. poderia explicar quais os custos desse tipo de política para o crescimento econômico de médio prazo? É possível continuar a adotar políticas anticíclicas, mesmo com os níveis de endividamentos atuais?

E, por fim, considerando que há uma possibilidade de que esta seja a última participação de V. Sa. no âmbito desta Comissão, qual seria a mensagem que gostaria de deixar para nós, para o Congresso e para a sociedade?

E para o Dr. Felipe Salto: considerando as informações prestadas por V. Sa., seria possível que nos explicasse quais são as principais vantagens e desvantagens de se adotarem políticas contracíclicas ou políticas de consolidação fiscal neste momento? Já considerando os níveis atuais de endividamento público, quem, de fato, irá pagar a conta do aumento das despesas públicas em cada um desses tipos de política?

Algumas pessoas defendem a flexibilização do teto dos gastos já para 2021. Essa regra foi criada exatamente para conter a expansão das despesas públicas e evitar uma trajetória explosiva para a nossa dívida. Nesse contexto, V. Sa. poderia nos informar como o aumento das despesas públicas, do déficit público e do endividamento pode melhorar a situação do nosso País? Não seria melhor a União enfrentar questões relevantes, como as renúncias fiscais, os subsídios indevidos e a sonegação tributária? Será que a flexibilização dos gastos deve gerar um aumento da carga tributária? Como a IFI vê essa questão?

E, por fim, Sr. Felipe, um dos canais do crescimento econômico é o aumento da produtividade na economia e de seus trabalhadores. Quais medidas são as mais importantes para o aumento da produtividade econômica no médio prazo e o que deveria ser melhor discutido pelo Congresso Nacional?

Também peço ao senhor a avaliação e a sugestão de como que nós poderíamos contribuir mais.

Agradeço, Presidente. Fui rápido e rasteiro aqui nas perguntas, para colaborar com o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Francisco Jr.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos conceder o tempo de três a quatro minutos para o Waldery e de três a quatro minutos para o Felipe Salto.

Com a palavra o nosso Secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Presidente Confúcio, e mais uma vez muito obrigado ao Deputado Francisco Jr., que tem sido muito preciso, muito direto nas suas perguntas e na contribuição para o País, na realidade.

Permitam-me V. Exas. dizer que a história nos julgará. Os senhores, como Parlamentares, nós, aqui, no Poder Executivo, os tomadores de decisão, a IFI, que está contribuindo aqui neste debate e em tantos outros debates já aconteceram nesta Comissão, a história julgará pela nossa ação, comprometimento, busca de transparência e zelo com a coisa pública. Tenho certeza de que, nesta pandemia, que é a mais demandante ou a mais exigente dos últimos cem anos, somente a capacidade de ação em conjunto do Poder Legislativo, do Executivo, da sociedade organizada e do Poder Judiciário pode permitir que a gente tenha soluções a contento. Não existe outra saída que não essa.

Quanto às perguntas do Deputado Francisco Jr., Presidente Confúcio, me permita alongar um pouquinho mais do que quatro minutos, porque daqui a pouco eu vou me ausentar e eu gostaria de contribuir o máximo possível. Eu vou ficar até o momento em que for chamado para a outra reunião e, assim que terminar a outra reunião, retornarei para cá. Essa é uma das mais importante, um dos mais importantes fóruns que o Brasil tem hoje. Então, indo ponto a ponto nas perguntas do Deputado Francisco Jr., assim como foi no mês passado, quando da vinda do Ministro Paulo Guedes, a pergunta dele basicamente fez todo o arcabouço para a discussão... Em seu posicionamento, o Ministro Paulo Guedes foi muito feliz quando disse que bastava a pergunta do Deputado Francisco Jr., como Relator, para termos todo um tempo para a discussão, porque foram muito bem feitas. Repito isso porque as suas perguntas, de fato, têm início, meio e fim e permitem que a gente discorra sobre os temas.

A primeira delas diz o seguinte: as medidas adotadas que foram bem-sucedidas e as que não foram bem-sucedidas. Aqui nós temos claramente dois pontos. Primeiro, o caráter não usual da magnitude: R\$615,1 bilhões, comparando com a despesa discricionária, como o Dr. Felipe Salto mostrou, é um valor muito elevado. A nossa despesa discricionária, para todo o Poder Executivo, para todo o ano, é pouco mais de R\$100 bilhões. Então, nós estamos falando de um número que é cinco vezes essa magnitude – e é claro, com uma resposta rápida, uma resposta nessa intensidade, e considerando a fragilidade fiscal que o Brasil já possuía antes dessa pandemia. Nós estávamos com seis anos de déficit primário, algo nunca visto na série histórica do Brasil, nas séries históricas de variáveis fiscais, na historiografia econômica do País. Então, é uma magnitude muito alta. Portanto, era natural que algumas medidas tivessem maior efetividade, e outras precisassem ser melhoradas ao longo do processo – é o caso das medidas de crédito. O PESE, inicialmente, eram duas *tranches* de R\$17 bilhões, somando R\$34 bilhões; a primeira *tranche* teve baixa efetividade, e corrigimos com a segunda *tranche*, a segunda parcela – como mostrei, um valor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de quase R\$7 bilhões, já na segunda. O Peac, aquele que tem capacidade de alavancagem de cinco, já está em quase R\$100 bilhões, mais de R\$80 bilhões. Então, algumas medidas foram mais bem-sucedidas na largada, na cabeça. É o caso do BEm. O BEm foi muito bem-sucedido.

Façam por exemplo a comparação com os movimentos na Europa, ou nos Estados Unidos, ligados à manutenção dos sinais vitais da economia, em particular do mercado de trabalho. Foram muito intensos. Nós temos, talvez a pressa em não ver a posição do Brasil, em achar que Brasil atuou pouco, de forma não célere. Permitam-me dizer, a nossa atuação, dados os condicionantes, dada a fragilidade fiscal que herdamos do País, tanto em nível de União quanto dos Estados e Municípios, foi bastante célere, atenta, transparente e conservadora.

E, claro, o benefício do auxílio emergencial, que tem um valor de R\$321,8 bilhões, é aquele que teve maior impacto, por exemplo, sobre o consumo, inclusive sobre a poupança. Nos últimos anos, a poupança sempre vinha em queda, e a poupança, como o percentual do PIB, teve uma alta de 15,2% para 15,4% do PIB. Isso permitiu também que – como chamamos – do lado da demanda do PIB nós tivéssemos um reforço na questão do consumo. Então, o Bem atuou muito fortemente. O auxílio emergencial protegeu os mais vulneráveis. É claro que isso pode ser refinado em termos de qual é a parcela de que realmente se precisa, mas certamente nós tivemos uma bancarização, e trazendo para a sociedade, em particular, aqueles invisíveis, aqueles que estavam largados à própria sorte na pandemia. O Governo, com o apoio do Congresso, sem o qual não temos como andar, trouxe esses mais vulneráveis para uma sombra, para uma proteção diante da severidade dessa crise. Idem para a questão da manutenção do emprego. Idem também para a questão do crédito.

E permitam-me, senhores, não foi uma, duas ou três vezes que eu liguei sábado à noite, sábado de madrugada, domingo à noite para o Ministro Paulo Guedes para termos ações do Conselho Monetário Nacional, junto com o Presidente Roberto Campos, do Banco Central, numa atenção muito grande do Conselho Monetário Nacional, mais de 14 reuniões extraordinárias para identificarmos onde os canais de crédito com a política monetária poderiam ser aperfeiçoados, um trabalho de excelência feito pelo Banco Central em conjunto com as ações tempestivas do Ministério da Economia para que assim pudesse ser feito.

É claro que algumas medidas poderiam ter maior efetividade se houvesse maior tempo, mas foi uma aprendizagem, foi também uma solução de compromisso entre não deixar os mais vulneráveis à mercê da crise e, ao mesmo tempo, trazer o zelo com a coisa pública. Aqueles dois portais que eu mostrei são referências internacionais no sentido de que você pode – você, cidadão – ver o que está sendo feito, ponto a ponto.

A preocupação com os dados fiscais é sempre permanente. Os dados que o Felipe mostrou, realmente, são o nosso dia a dia. Aquele deslocamento da curva de juros, de como a curva empinou – e é uma das que tem maior ascensão, dentre as comparações –, como a gente faz para baixar, as ações





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tomadas em conjunto... Por exemplo, um comunicado do Tesouro Nacional do dia 9 de outubro, em conjunto com o Banco Central, para que reduza... Há preocupação também com o custo não só atual, mas futuro. O custo atual é desta magnitude, da ordem R\$615 bilhões, mais de cinco vezes o total da despesa discricionária *at front*, na largada, na cabeça, mas ele tem também um custo intergeracional; há um custo dessas medidas ao longo do tempo, que calculamos em cerca de R\$261 bilhões. É o custo desse endividamento trazido pelas medidas de combate ao Covid nos próximos dez anos. Certamente, o auxílio emergencial contribui mais, ele contribui com cerca de 0,2% do PIB ao longo desses dez anos. O total das medidas, um custo futuro de 0,4% do PIB.

Então, a gente tem que se preocupar com o hoje e com amanhã, com o que temos hoje e com as gerações futuras. Algumas medidas, então, poderiam ser mais bem colocadas, mas elas foram, dadas as condicionalidades e dado o tempo, em grande sentido, efetivas.

A pergunta seguinte fala sobre as mudanças legislativas que podem ser consideradas legados. De novo, em conjunto com o Congresso Nacional, essas medidas constituem um rol que será estudado muito mais com serenidade a fundo e à frente, mas é uma resposta que o Brasil tem dado.

Os senhores e as senhoras viram a comparação do Brasil com a situação internacional. Reforço aqui que, do ponto de vista da manufatura, da indústria, o Brasil é disparadamente o país com a melhor performance. São dados do FMI, do The World Economic Forum, que podem ser acessados diretamente. O Brasil dispara na recuperação da indústria por conta dessas medidas. Eu mostrei lá o total de crédito, R\$99 bilhões, quase R\$100 bilhões.

Várias medidas podem ser entendidas como legado. Uma delas – por vezes, até mal entendida – é exatamente a Lei Complementar 173, que permitia aos Estados saírem de uma situação de altíssima fragilidade. O que havia sido aprovado no Congresso em abril deste ano colocava a União como uma seguradora universal, que contemplaria toda e qualquer perda do ICMS do Estado e do ISS. Isso fragilizaria muito a União e geraria um elevado nível de insegurança jurídica. O que nós desenhamos foi: transferir R\$50 bilhões diretamente, com livre movimentação, para Estados e Municípios e transferir R\$10 bilhões associados à saúde. A nossa preocupação não era manter a arrecadação, a nossa preocupação era manter o apoio aos mais vulneráveis e manter os sinais vitais da economia não só da União, mas também dos Estados e Municípios. Esse, sem dúvida, é um legado muito importante, resolvendo esse complexo, complicado mosaico do federalismo fiscal brasileiro, que é bastante heterogêneo e que, num momento de pandemia, requer mais ainda ações efetivas do Governo Federal.

O Deputado Francisco Jr., de forma muito atenta, também pergunta quais os instrumentos que faltaram durante esse período. Novamente, atuar enquanto estamos durante a pandemia... E aquelas tabelas – e eu fiz questão de pedir à equipe para destacar em azul – mostram as seis principais variáveis fiscais, déficit primário, dívida bruta, dívida líquida tanto do Governo central quanto do setor público, já em queda nesse oitavo relatório durante a pandemia. Esse é um ponto realmente importante. E as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ferramentas que podem ter faltado seriam talvez uma análise de cada uma das ações feita em conjunto pelo Congresso Nacional e pelo Poder Executivo para vermos maior e maior efetividade nas políticas. Talvez seja um ponto para aprendermos, até porque esta crise teve início, está tendo o seu meio já, caminhando para um alívio, e terá também um fim, mas outras crises podem aparecer. Nós temos que estar sempre preparados e atentos para as respostas.

O Deputado Francisco Jr. pergunta também sobre a tensão entre o lado fiscal, que é implementar as políticas, e, ao mesmo tempo, o fato de termos limites. Sim, há limites, e esses limites têm, como se fosse um paciente, febres ou temperaturas para você medir o que está ocorrendo. Qual é a nossa grande febre ou sintoma de que precisamos cuidar? O nível de endividamento. A dívida encurtou bastante, e isso está sendo monitorado, está sendo tratado com total atenção. A dívida vincenda nos próximos 12 meses aumentou em relação ao ano passado. O que nós estamos fazendo é uma política em que, no dia a dia, vemos os custos e os benefícios na alocação e conseguimos passar – vejam, por exemplo, os dados de prêmios de risco associados às LFTs, como baixaram em relação ao pico que tiveram em final de setembro, início de outubro – gerando isso momento a momento. Novamente, é um trabalho em conjunto do Ministério da Economia com o Banco Central.

Durante 2020, na pergunta do Deputado Francisco Jr., o Governo foi a fundo na expansão fiscal para combater os efeitos adversos, e agora os custos dessa política. Deputado Francisco Jr. e demais Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, o custo existe hoje e no futuro.

Por isso mesmo é que qualquer política colocada tem que respeitar as regras fiscais. Há custos futuros, além de custos presentes. Então, essa permuta entre o hoje e o amanhã tem que ser analisada momento a momento.

É possível continuar a adotar políticas anticíclicas? A nossa intenção é nunca deixar nenhum brasileiro à mercê das mazelas de qualquer crise. Essa pandemia foi a maior que enfrentamos certamente no último século. E o que o Governo está fazendo é ter todo o zelo, cuidado, transparência e conservadorismo, para que, caso haja um novo refluxo no número de casos, a gente possa atender isso a contento, de maneira transparente e de maneira direta.

O Deputado também fala, no último ponto: qual seria a mensagem a dar em função dessa...Possivelmente, essa é a última participação nesta Comissão, mas já antecipo que nos colocamos em total disposição ao Parlamento, não só a Fazenda, na realidade, o Ministério da Economia – essa é uma diretriz do Ministro Paulo Guedes –, mas a equipe toda. Nós somos servidores públicos, nós servimos ao público, estamos aqui para explicar, para mostrar os dados, fazer contrapontos, mostrar as análises. Então, a principal mensagem que eu coloco é: a solução para esta gravíssima crise, que já teve seu momento mais crítico e da qual estamos saindo, só pode ser feita em conjunto – o Poder Executivo junto com o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e toda a sociedade organizada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós vimos, no último relatório, que já uma redução nas principais variáveis, uma redução no sentido positivo do déficit primário, do déficit nominal e também do endividamento, o endividamento como percentual do PIB. A nossa intenção – e há aquele gráfico que o Felipe mostrou de uma subida, uma corcova e, depois, uma descida – é exatamente essa.

Eu fecho com os números: em 2019, a despesa foi de 19,9% do PIB; em 2020, ela será da ordem de 28,2% do PIB; em 2021, se seguirmos atentos e seguindo as regras fiscais, só há solução perene dessa forma, nós poderemos retornar a 2021 tanto com um nível de despesa da ordem de 19,8%, ou seja, de forma muito parecida com 2019, como também com capacidade, sim, de gerar emprego, melhorar a eficiência, reduzir a má alocação na economia. É uma questão de nos debruçarmos em conjunto, os Poderes da União, e trazermos soluções efetivas.

Muito obrigado a todos os senhores.

Muito obrigado, Presidente Confúcio.

Muito obrigado a cada Senador e Senadora presente nesta Comissão, que tem feito um trabalho belíssimo e bastante atento; a cada Deputado e Deputada.

Eu fui chamado agora para a minha reunião. E me permita, Presidente Confúcio, pedir a compreensão dos senhores. Saio, mas os dois Secretários – o Secretário George Soares, da SOF, e o Secretário Bruno Funchal, do Tesouro Nacional, que foi o nosso substituto para o nosso Secretário Mansueto – ficam à disposição dos senhores; eles vão continuar respondendo. E eu volto tão logo termine essa outra reunião. Permita-me, Presidente Confúcio, sair da reunião momentaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Waldery, muito agradecido. O senhor pode ir para a sua reunião tranquilo, e a equipe aí fala a mesma linguagem, com certeza. Depois, o senhor retorna. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – Bom trabalho a todos!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, obrigado.

Muito bem, agora, eu passo a palavra para o Felipe Salto responder aos questionamentos do nosso Relator, Francisco Jr.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Quero cumprimentar o Relator, Deputado Francisco Jr., e agradecer pelas perguntas, porque todas elas são superpertinentes. Por exemplo, há espaço para políticas fiscais contracíclicas? A resposta é "não". No orçamento de 2021, se nós pegarmos o Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual), que está em tramitação no Congresso, o valor da despesa sujeita ao teto – R\$1,4859 trilhão – é exatamente igual ao teto, só que, desde a apresentação do Ploa até agora, já se contrataram novos gastos ou perspectivas de gastos, como, por exemplo, a queda desoneração da folha; a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de compras na área da saúde no ano que vem; o auxílio emergencial, que é uma discussão em aberto. Então, como resolver esse problema da falta de espaço fiscal, sendo que até o insuspeito FMI e o insuspeito Banco Mundial estão recomendando que a retirada dos estímulos seja gradual?

O Brasil foi pego de calças curtas nesta crise, porque nós temos uma fragilidade fiscal e estrutural tremenda. A economia está semiestagnada, se nós pegarmos os últimos 25 anos, com períodos de baixo crescimento e períodos de recessão. Basta ver que, em 2015/2016, houve uma queda acumulada do PIB de quase 7% e, agora, uma recessão de 5%, causada, é claro, pela crise. Mas, não fosse a crise, estaríamos crescendo ao redor de 2,5%, 3%, o que é uma taxa muito baixa para quem ainda é um país de renda mediana, renda *per capita* que corresponde a cerca de um quarto da renda *per capita* dos países desenvolvidos.

Então, o que precisa ser feito? O teto de gastos não é a Santa Sé, quer dizer, ele é muito importante, ele traz uma dimensão de controle do gasto que precisa ser mantida, só que há uma questão de matemática: ele não será cumprido no ano que vem, provavelmente – o risco é muito alto. Pode ser que seja cumprido com o corte expressivo da despesa discricionária, mas aí se põe em risco o funcionamento da máquina. Para a gente ter claro: são 108,4 bilhões de despesas discricionárias no Ploa, já retirando a capitalização de estatais de 4 bilhões, que não está sujeita ao teto. Então, nesses 108,4, há 16 bilhões de emendas impositivas e sobram 92 bilhões. Se for feito um programa de 15 bilhões para a renda, por exemplo – o que eu acho modesto –, por quatro meses, você teria que cortar 15 bilhões das discricionárias, sem mencionar a inflação mais alta, que vai afetar uma série de despesas indexadas à inflação.

Então, nós estamos diante de um problema de curtíssimo prazo e de um problema de médio prazo. O orçamento de 2021 está em aberto, e eu acho que é aí que o Congresso pode colaborar: por exemplo, resgatando a importância da meta do resultado primário, pensando as medidas que podem ser feitas também do lado das receitas, sem abandonar o compromisso fundamental do lado do gasto, mas, por exemplo, discutindo a regulamentação dos gatilhos do teto, discutindo a questão da harmonização das regras fiscais. O Brasil é pródigo em criar regras fiscais, mas não é pródigo em cumpri-las. Nós temos 11 regras fiscais em vigência, se considerarmos o que está na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e mais a Emenda 95 do teto de gastos. Então, é preciso ter um planejamento.

O Secretário Waldery colocou muito bem o diagnóstico, mas eu acho que está faltando, por parte do Executivo, uma perspectiva a respeito do ano que vem, especificamente, de como lidar com esse arcabouço fiscal e o médio prazo. O que é o médio prazo? É como a dívida dividida pelo PIB volta a se equilibrar, quando ela volta a se equilibrar, e que medidas serão tomadas para que isso aconteça.

Então, respondendo à última pergunta do Relator, o Deputado Francisco Jr., sobre como o Congresso pode colaborar. Eu acho que é preciso aprofundar essa discussão sobre a harmonização das regras fiscais. Nós temos que ter presente que o momento atual é atípico – no sentido mais estrito dessa



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

palavra –, é muito atípico, e isso significa que medidas que não estavam previstas vão precisar de serem tomadas, não é? Então, é preservar a responsabilidade fiscal, mas manter o espaço orçamentário com transparência para que as medidas necessárias sejam tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, está bem.

Agora vamos dar continuidade às perguntas dos nossos Parlamentares, em bloco. O primeiro bloco é composto do Deputado Felício Laterça, do Senador Izalci Lucas e do Senador Rogério Carvalho – são esses aqui. As perguntas serão dirigidas ao Secretário do Tesouro, o Bruno Funchal, e ao outro nome que o Waldery indicou, mas que eu não consegui gravar aqui comigo.

O SR. BRUNO FUNCHAL – George Soares.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Hein? Fale de novo.

O SR. BRUNO FUNCHAL – Secretário George Soares, do Orçamento Federal.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Isto: George Soares, do Orçamento Federal. Muito bem.

Então, é esse o primeiro bloco.

Com a palavra o Deputado Felício Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Muito bom dia a todos.

Senador Confúcio, quero mais uma vez cumprimentá-lo; também o nosso eminente Relator, o Francisco Jr.; os demais colegas Parlamentares – Senadores e Deputados –; e nossos convidados: o Felipe Salto, da IFI, e, agora conosco, Bruno Funchal e George Soares – não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É isso.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Vamos lá!

Antes de dar início aos questionamentos, eu gostaria de fazer uma reflexão, meu Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – A pandemia teve início no final do 2019, sendo originada na Ásia – mais especificamente na China –, levou alguns meses até chegar à Europa e depois às Américas, regiões que tiveram, inclusive, algum tempo para se preparar. Com tudo o que vimos, foi um grau de contaminação bem heterogêneo, com países em que a pandemia era de difícil contenção, e com outros em que a crise foi mais bem controlada. Como exemplos destes últimos, cito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Taiwan, que se encontra há mais de 200 dias sem registro de transmissão local, e Nova Zelândia, que chegaram a ficar mais de 100 dias sem infecções.

Nesse sentido, eu gostaria de registrar, para fins de avaliação desta Comissão, a sugestão de convidar autoridades desses e de outros países também bem-sucedidos no controle da pandemia, para apresentarem suas experiências práticas ao Brasil. Assim, as duas práticas internacionais no combate à pandemia poderiam servir como um *benchmarking* ao nosso País, para tentar melhor controlar o avanço da doença. Seria uma oportunidade de aprender com aqueles que tiveram os melhores resultados, até porque nós sabemos que vacinação em massa tão cedo não vai ocorrer no Brasil, pelo que tudo indica.

Feito o registro, vamos agora aos questionamentos aos convidados, que valem para o pessoal do Tesouro – o Bruno Funchal, que chegou aí, e o George – e também para o Sr. Felipe Salto.

Neste ano atípico, quando enfrentamos uma crise sanitária de escala global, nosso País precisou realizar uma série de despesas extraordinárias para apoio à população.

Assim, ao longo do ano, por aprovar diversas medidas, pudemos classificar em cinco grupo: 1) apoio aos vulneráveis; 2) proteção ao emprego; 3) apoio aos entes subnacionais; 4) reforço às ações de saúde; e 5) apoio setorial.

Em seu conjunto e conforme o último relatório de acompanhamento fiscal da IFI, somadas ao déficit fiscal originalmente projetado para o ano, tais medidas resultarão em um déficit da ordem de R\$780 bilhões. Isso pressionou nossa dívida pública com redução do colchão de liquidez, bem como do prazo médio de vencimentos. Mesmo diante disso, recentemente foi dito por nosso Ministro da Economia que a administração federal sabe reagir a choques e conseguiria enfrentar uma segunda onda da doença. Como os fiscais são altos, conforme citei há pouco, pergunto: pela ótica fiscal, o Brasil conseguiria enfrentar uma segunda onda da pandemia assemelhada à primeira? Qual o limite fiscal do Tesouro para efetuar gastos extraordinários por meio do colchão de liquidez ou da dívida pública? Como isso seria contabilizado, com vencimentos de valor alto, cerca de 15% da dívida pública interna ou algo como R\$650 bilhões, concentrados no início de 2021?

A segunda pergunta vai para o nosso pessoal da Fazenda.

No contexto do elevado déficit fiscal de 2020, decorrente dos gastos relacionados à pandemia, o PLP 173, de 2020, que desvincula o superávit financeiro de uma série de fundos públicos, se mostra como alternativa para reduzir a pressão sobre a dívida pública e, em tese, poderia liberar algo próximo a R\$177 bilhões, contribuindo para a melhoria do colchão de liquidez da dívida. Contudo, cumpre lembrar que tais recursos estariam vinculados ao combate à pandemia e teriam sua execução limitada ao atual exercício, já bem próximo do fim. Assim, haveria pouco tempo hábil para viabilizar créditos orçamentários lastreados desse recurso, mesmo que para execução na forma de restos a pagar. Assim,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questiono: os recursos liberados teriam a sua destinação alterada para o pagamento da dívida por meio de uma troca de fontes? Esse entendimento encontra respaldo nos órgãos de controle?

E a terceira e última pergunta é para o Sr. Felipe Salto.

A situação fiscal dos entes subnacionais é grave, com gastos significativos, como pessoal, incluindo a previdência, e dificuldade em conter as despesas. Vários entes apresentam problemas para manter a máquina operando. Assim, acabam por atrasar salários, pagamentos a fornecedores e, naturalmente, o pagamento de dívidas com a União – esse, muitas vezes, suspenso por liminares. Nesse exercício, tiveram ainda os gastos adicionais com a pandemia, para os quais contaram com forte apoio da União por meio dos recursos transferidos pela Lei Complementar nº 173, de 2020, e pela Medida Provisória 938, de 2020, de complementação da queda de FPM e FPE. Contudo, conforme estudo especial da própria IFI, de autoria do Josué Pellegrini, a situação tende a se agravar caso reformas estruturais não sejam realizadas, e, com isso, mais apoio federal tende a ser solicitado pelos entes subnacionais, sobretudo se a segunda onda da pandemia realmente chegar ao País. Assim, questiono: como enxerga o Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2020, o novo Plano Mansueto, agora de autoria do Deputado Pedro Paulo, no contexto de criar o ambiente para um reequilíbrio sustentável das contas públicas dos entes subnacionais? E qual é o espaço fiscal da União para arcar com uma eventual ajuda federal aos entes subnacionais, em caso de agravamento da crise sanitária?

Essa foi minha participação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Felício Laterça.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Libere o som.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, obrigado.

Vou perguntar – e é óbvio que há muitas questões levantadas aqui –, primeiro, para a Economia.

É evidente que a queda de arrecadação nos Estados foi inferior à prevista inicialmente, evidentemente em função do crescimento da dívida da União, como a reposição das perdas do Fundo de Participação dos Estados, a lei complementar, etc. Certamente, com os impactos da redução desse auxílio, se houver eliminação ou redução bastante significativa, isso deverá modificar-se completamente para 2021. Então, pergunto: a arrecadação dos Estados tenderá a sofrer uma queda; como V. Sas. avaliam essa evolução? E qual a posição do Ministério da Economia em relação à possível extensão do auxílio emergencial pelo menos nos três primeiros meses de 2021?

Outra coisa. Durante a pandemia, o impacto econômico foi bastante diferenciado se você considerar os diversos setores econômicos e o tamanho das empresas. Os gigantes do comércio



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

eletrônico cresceram explosivamente, devido às restrições de circulação, enquanto o pequeno comerciante varejista, as escolas, o turismo, bares e restaurantes sofreram pesadamente. As medidas tomadas, no entanto, parecem não ter tido um direcionamento que compensasse isso. Houve essas assimetrias com relação à questão do Covid. A questão do IOF, por exemplo, teve um impacto no Ministério da Economia de 14 bilhões do mês de abril a setembro. Como a isenção foi dada a todos os setores e a empresas de todos os tamanhos, esse benefício acabou sendo concedido, ao menos em parte, a setores que não precisavam, enquanto medidas específicas voltadas para as pequenas empresas – como as maquininhas, por exemplo, como foi colocado aí – receberam valores modestos. Como é que o Ministério da Economia avalia essas assimetrias? O que pretende fazer, o suporte para 2021, com os setores mais afetados, como as pequenas empresas de varejo, o setor de turismo, o setor de educação, por exemplo?

E para o Felipe.

Felipe, o impacto na reposição dos Estados e Municípios foi muito grande, mas Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia tiveram um aumento pouco superior a 1%. Já no Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, esse aumento foi de 17%, 26%, 27%. Que razões levaram a esses diferentes impactos nos Estados?

Outra coisa. O relatório do IFI relaciona a dívida pública do Brasil: 75,8 em 2019; 93,1 em 2020. Mas, nos Estados Unidos e na União Europeia, está bastante semelhante: Estados Unidos, 79,98; União Europeia, 86,103. Não haveria aí certo alarmismo com relação ao crescimento da dívida/PIB, e, no caso brasileiro, considerando que essa elevação está ocorrendo também nas principais economias do mercado?

Agora, para terminar, o Paulo Guedes, em 10 de novembro, disse lá na CGU que o Brasil pode ir para a hiperinflação muito rápido se não rolar a dívida satisfatoriamente. Como é que os senhores avaliam o risco de uma nova crise nesse sentido? Depois, o Paulo Guedes também falou – ele a defendeu – da importância da privatização. Na opinião de vocês, sobre a necessidade de vender as estatais para alcançar a dívida pública, qual a relevância disso? Além das privatizações, que medidas os senhores sugerem para que possamos mitigar o risco de uma nova hiperinflação?

Para terminar, no dia 13 de novembro, com a divulgação do Índice de Atividade Econômica do Banco Central e o crescimento de 9,47%, o Ministro declarou: "O Brasil está oficialmente saindo da recessão". Os senhores concordam com esse otimismo?

E a questão da compra da vacina, que vai chegar próximo de 11 bilhões, 12 bilhões, que não estão previstos, como foi dito, no Orçamento? Os senhores acreditam que Orçamento da União comporta um gasto dessa magnitude em 2021?

Essas são as minhas questões, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

Eu não estou vendo o Rogério Carvalho na tela. Rogério Carvalho... Apareceu? Saiu? Rogério?

(Pausa.)

Ele não está.

Então, vamos passar a palavra para o Senador Esperidião Amin.

Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. Para interpelar.) – Em primeiro lugar, quero agradecer ao prezado amigo por ter recebido e submetido à aprovação este meu requerimento, que acho que pode ser enriquecido por todos – caso haja possibilidade, na primeira oportunidade em que o Ministro da Saúde possa comparecer – com outras questões, como, por exemplo, o esclarecimento sobre a questão dos testes, como reclamou, e faço minhas as palavras dela, a Senador Eliziane. Testagem maciça sempre foi um anseio brasileiro, e temos ainda 6,4 milhões de testes pagos e armazenados, vencíveis, com validade até janeiro ou fevereiro. Ainda dá para resolver, dá para distribuir. Nós estamos tendo se não uma segunda onda, pelo menos uma recaída.

Mas sobre as questões econômicas, eu gostaria de também pautar a questão da aterrissagem prometida pelo Ministro Paulo Guedes no auxílio emergencial. Vocês se lembram dessa expressão? Aterrissagem não é uma queda. Se o auxílio emergencial parar em dezembro, nós não teremos uma aterrissagem, teremos uma queda, porque – e virá bastante informação a respeito – suprimir o auxílio emergencial sem que a retomada da economia se concretize e chegue a um patamar, a um nível satisfatório, com o desemprego crescendo, é uma insensatez. O auxílio emergencial cumpriu um papel extraordinário. Talvez tenhamos sido o País mais competente do mundo, fazendo o dinheiro circular, a ponto de o papel moeda ter acabado, de termos inventado até a cédula de R\$200. Enfim, nós sabemos que isso não pode continuar indefinidamente, mas a aterrissagem é o que compete ao Congresso e a esta Comissão cobrar. Então, a minha pergunta tanto ao Ministério da Economia quanto ao nosso querido amigo Felipe é a seguinte: qual é a forma de não haver uma queda, Deputado Felício, Izalci, nosso Relator, nosso querido Francisco? Nós não podemos concordar com uma queda. Nós temos que exigir e construir uma aterrissagem.

E como último ponto – e eu gostaria de associar essa aterrissagem à retomada –, então, introduzir o personagem Sine (Sistema Nacional de Emprego) como colaborador – prestem bem atenção: como colaborador –, coadjutor, acólito do sucessor do auxílio emergencial, seja ele renda básica, renda cidadã, bolsa família, alguma coisa. Agora, vai haver! Então, como nós vamos estar em retomada, eu creio nisso, o Sine pode ser um agente facilitador. Ou seja, se alguém puder deixar o auxílio emergencial de R\$300 para ganhar um emprego, para conquistar um emprego, o Sine pode ser um grande agente, valorizado pelos Municípios, pelos sindicatos, pelas empresas, pelos qualificadores: os serviços nacionais de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprendizagem. Ninguém quer ficar para sempre com auxílio emergencial nem com bolsa família. Nem nós queremos. Então, a introdução de um Sine inteligente nesta fase que nós queremos que seja de retomada e aterrissagem do auxílio emergencial, sobre isso é que eu gostaria que o Felipe, a equipe do Ministério da Economia e o nosso companheiro da Comissão refletissem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Vamos à fase das respostas.

Agora fica difícil para mim saber quem do Ministério da Economia responde primeiro. Eu vou deixar para vocês dois, tanto o Bruno quanto o George Soares, dividirem aquilo que é de mais competência dos senhores. Vocês mesmos dizem: "Fulano responde", quem vai responder.

Então, primeiro, vou passar a palavra para Bruno Funchal, Secretário do Tesouro Nacional, para suas respostas.

O SR. BRUNO FUNCHAL (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio. Parabéns pela condução dos trabalhos.

Bom dia a todos os Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas. Bom dia para o Felipe, que também fez uma ótima explanação, tem ajudado muito no debate fiscal, que talvez seja hoje um dos debates mais importantes para o futuro da nossa economia.

Então, vou começar. O que for do George a gente vai passando aqui. Como o Senador propôs, a gente vai distribuindo as perguntas aqui.

Vou começar pela do Deputado Felício, sobre a questão da dívida. Essa crise teve uma característica muito peculiar. O que a gente pode destacar? Gasto extremamente elevado – o Secretário Waldery destacou bem –, R\$615 bilhões, chegando a um déficit projetado, no final do ano, de mais de R\$800 bilhões. Isso se reflete diretamente na dívida, ou seja, a gente terá um aumento de dívida, chegando a mais de 94%. Tanto o Waldery quanto o Felipe mostraram isso.

Só que, além disso, houve um componente de incerteza muito grande, mas, em paralelo, juros curtos, mais baixos. O Banco Central reduziu os juros para a questão da atividade econômica, para a inflação baixa, atividade econômica baixa, tentando retomar. Então, esta era uma característica bem peculiar dessa crise: o aumento de incerteza, principalmente, fez com que essa necessidade de emissão de títulos públicos, nossos leilões, do Tesouro, acabassem se concentrando em títulos mais curtos, e isso acabou mudando um pouco a maturidade da dívida. Então, se a gente pega a média, a maturidade média das novas emissões é em torno de quatro, cinco anos; agora está em torno de dois anos, dois anos e meio. Isso é muito característico desse aumento de incerteza, mas isso acende uma luz para a gente, porque já há esse risco, que a gente chama de ponderação do custo da dívida, de pagar prêmios e alongar *versus* risco de refinanciamento. E é esse balanço que a gente faz sempre.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se por um lado houve essa questão do encurtamento, por outro lado o custo médio da dívida está nos menores níveis históricos. Isso acaba sendo um fator muito positivo, justamente porque o volume da dívida aumentou. Por isso que a gente não pode pensar em rodar uma economia, quando a gente está com uma dívida por volta de 100% do PIB, com juros aumentando. Todas as nossas ações têm que ser para trazer credibilidade, sustentabilidade fiscal, para que os juros permaneçam baixos, para que a trajetória de dívida seja estável e decrescente, para que aquele cenário que o Felipe mostrou, da trajetória crescente da dívida, não se realize. Por isso que é importante a gente olhar para as ações que tragam credibilidade, que tragam a reorganização fiscal, para manter juros baixos e a gente conseguir avançar com a reforma e botar a trajetória de dívida para baixo.

E, assim como o Waldery falou bem, é importante virar essa página, passar o ano de 2020 e voltar ao processo de consolidação fiscal para 2021 – e esse é um ponto extremamente importante que a gente está discutindo neste momento – e, além disso – o Felipe mencionou o esforço fiscal que a gente precisa fazer –, a gente precisa fazer um esforço fiscal para voltar a ter um nível de endividamento compatível com os países emergentes ou, pelo menos, voltar para o nível de endividamento que a gente tinha antes da crise, alguma coisa em torno de 76% do PIB. Isso vai fazer com que o nosso esforço fiscal seja muito grande, por isso que nós temos que começar agora com a retomada do processo de consolidação fiscal. E a discussão passa justamente por essa saída da crise, ou seja, olhando para 2021, retomando o processo de organização das contas e a questão do fortalecimento do teto de gastos e reformas, para que a economia acelere.

A questão da dívida foi isso. Hoje a gente tem uma característica, de fato, de um aumento de endividamento; a dívida aumentou muito e isso é um ponto de atenção. A gente tem que voltar a reduzir o volume de dívida e tentar alongá-la, sempre olhando para as condições de mercado. Em todo leilão de título público, a gente tenta alongar a dívida o máximo possível, pagando algum prêmio, tanto é que a curva de juros está mais inclinada.

O segundo ponto em relação ao PLP 137, que é um projeto bastante importante do Mauro Benevides, e que, na verdade, são recursos que podem ser descarimbados, que podem ser utilizados para pagar as contas no final deste ano. Por exemplo, ele tem uma possibilidade de não apenas pagar contas relativas à Covid, mas também de recompor frustração de receita dentro do próprio orçamento fiscal. Então, de qualquer frustração de receita podemos usar esse recurso para pagar alguma conta no final do ano. Isso é importante por que na gestão da dívida pública? Porque reduz a pressão para emissão de mais títulos. Então, todo mês a gente tem que emitir título para poder fazer frente por parte das despesas. Então, se conseguimos descarimbar R\$100 bilhões, R\$120 bilhões ou R\$130 bilhões, esse volume de recursos pode ser usado para pagar parte das despesas e não pressionamos, não aumentamos a necessidade de emissão, o que já vem sendo bastante desafiador nesses últimos meses. Para vocês terem uma noção, o volume médio de emissões de títulos públicos, nossos leilões mensais eram de 60 bilhões por mês. A gente, nos últimos meses, ficou em torno de R\$150 a R\$170 bilhões, é um volume muito alto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que – respondendo uma pergunta mais à frente – mostra que nosso espaço para aumentar qualquer despesa é muito, muito, muito reduzido, se não zero. Por isso que temos que ter muito cuidado quando formos discutir as próximas políticas, porque o tamanho do esforço que foi feito neste ano foi muito significativo e a gente precisa virar essa página e voltar para o processo de reorganização fiscal.

Acho que do Ministério da Economia eram essas. Agora passo para o Felipe.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Exatamente.

O SR. BRUNO FUNCHAL – Para responder a do Deputado Felício.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Exatamente.

Felipe Salto.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Obrigado mais uma vez, Presidente Confúcio. Cumprimento o Bruno Funchal, Secretário do Tesouro. É um prazer estar aqui na mesma mesa debatendo.

Vou começar pelo Deputado Felício, sobre o financiamento e o refinanciamento da dívida, os vencimentos, como lidar com isso. Acho que o Secretário Bruno já explanou bem. Mas, para a gente ter dimensão disso, até abril do ano que vem, de outubro a abril – outubro deste ano a abril do ano que vem – há 713,6 bilhões a vencer. Em outubro, houve um volume de emissões novas de 170,5 bilhões. O déficit nominal, de outubro a dezembro, ou seja, aquilo que vai ser necessário emitir para cobrir os juros e o déficit primário, a gente estima com valor de 305,6 bilhões, se pegarmos o período de outubro a dezembro, mais o período de janeiro a abril. E aí você tem recursos livres e recursos de dívida lá na conta única que podem ajudar nessa tarefa do refinanciamento. A soma desses recursos, pelo Relatório Resumido da Execução Orçamentária mais recente, que saiu no final de outubro, a posição de 30 de setembro, era de 736,6 bilhões. O problema é que não dá para usar tudo isso, porque o Tesouro tem aquela prática de sempre manter um colchão de liquidez de três meses. Agora, mesmo se usassem todos esses recursos, ainda haveria uma necessidade de emissão nova de título nesse período que mencionei de 112,1 bilhões. Então, é fundamental que as condições macroeconômicas estejam favoráveis para que essa montanha de títulos que precisará ser emitida aconteça num ambiente favorável, porque o mercado, que é sempre uma instituição muito relevante para a gente analisar quando se está falando do financiamento da dívida, aposta contra. Então, se ele percebe que a coisa vai piorar, ele exige mais juros e não é Selic. Não adianta a Selic estar em 2% porque ele vai exigir um prêmio do Tesouro. Então, é fundamental que o equilíbrio fiscal seja mantido, a transparência, a sinalização para curto e médio prazo a respeito do que vai acontecer com as regras fiscais e com a própria relação dívida/PIB a médio prazo, como já comentei.

O Deputado também pergunta sobre a desvinculação. Há a PEC dos fundos, que está em tramitação há um tempo no Congresso. Essa PEC poderia ajudar, mas a gente tem que separar o joio do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trigo, porque aquela montanha de recursos da conta única que deriva de uma economia compulsória feita no passado, porque há fundos, há vinculações, qualquer centavo que você gaste daquilo impacta a demanda agregada e impacta o resultado fiscal. Então, não existe mágica. Onde a desvinculação ajuda? Nos fluxos novos. Por exemplo, você tem o fundo das telecomunicações. Se, na presença da desvinculação, aquele recurso eventualmente for poupado, isso ajuda no resultado primário. Então, é uma medida interessante que, se avançasse, certamente poderia colaborar nesse sentido da desvinculação dos fluxos novos.

Sobre os governos subnacionais e o estudo que nós divulgamos recentemente, como também pergunta o Deputado Felício, o que nós mostramos lá foi, dadas as regras da transferência que já foi feita, tanto da compensação dos fundos de participação dos Estados e Municípios quanto das transferências livres, vamos chamar assim, quais os Estados que mais ganharam e quais aqueles que menos ganharam? A conclusão geral é que todos conseguiram ter uma compensação maior do que a queda das suas receitas em relação ao mesmo período do ano passado. Isto aconteceu: alguns ganharam mais, outros ganharam menos.

O Senador Izalci Lucas fala sobre a arrecadação dos Estados – essa pergunta também foi colocada pelo Deputado Felício, já respondi – e coloca outras duas questões, que são a extensão do auxílio emergencial e a questão dos impactos da crise, se não seria alarmismo falar em aumento da dívida/PIB, dado que os países desenvolvidos e os emergentes também estão aumentando suas dívidas.

Na verdade, a extensão do auxílio é uma questão que precisa ser definida pelo Executivo e pelo Congresso, claro. Agora, o que a gente faz, do ponto de vista da IFI, é calcular os efeitos fiscais. Qualquer auxílio que seja feito e, como bem disse o Senador Esperidião, algum auxílio precisará ser feito diante dessa precariedade do mercado de trabalho, vai ter um custo importante. Então, a discussão do orçamento do ano que vem está em aberto, porque esses custos não estão contemplados ali. Na nossa simulação, um benefício médio de R\$300 com 25 milhões de beneficiários, custaria, no acumulado de um quadrimestre, R\$15,3 bilhões, o que é bastante dinheiro, pois, como eu mostrei, as despesas discricionárias estão num nível historicamente baixo, vai ser difícil conseguir ajustar isso para que o teto seja plenamente preservado. É claro que há toda a discussão dos gatilhos, em que a gente poderia entrar, mas os gatilhos não estão ainda regulamentados – eu me refiro àquelas medidas automáticas de ajuste da Emenda Complementar 95, lá do art. 109 do ADCT, da emenda do teto.

Agora, sobre a dívida/PIB, não é alarmismo porque o Brasil tem condições macroeconômicas, questões de crescimento muito mais sérias do que esses outros países. Eles têm mais condições de fazer dívida. Eu costumo dizer que dívida pública é uma coisa boa, porque financia política pública, desde que você tenha condições de fazê-la. Então, nesse período de emergência, de guerra, de crise, todo mundo teve que fazer, aqueles que tinham condições e os que não tinham. A partir do ano que vem, e a crise ainda está presente, há todo o risco associado à evolução da Covid e tudo, é preciso que a gente comece a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

voltar para uma trajetória mais normal de regras fiscais, de compromisso com a estabilidade da dívida/PIB. E lembrando que a gente tem um indicador que é muito maior do que a média dos países emergentes.

Quanto à questão da hiperinflação, que o Senador Izalci pergunta, eu acho que não há o menor risco de hiperinflação. Hiperinflação é um fenômeno muito bem caracterizado. Nós vivemos isso, inflação superalta. O que há, de fato, é uma pressão da taxa de câmbio, que tem a ver com saídas de capitais no balanço de pagamentos e que afeta os bens comercializáveis. O espalhamento disso para serviços, para bens não comercializáveis pode acontecer, mas, à medida que a taxa de câmbio ficar mais controlada e essas pressões se dissiparem, o que depende muito de dirimir esse risco fiscal que está presente no cenário dos mercados, dos analistas, dos departamentos econômicos, essa coisa vai amainar. Então, é uma coisa que requer vigilância constante, mas não cabe falar, a meu ver, em hiperinflação.

Privatizações podem ajudar muito – outra pergunta do Senador Izalci. Acho que é uma agenda importante que precisa avançar e ajudaria no equilíbrio fiscal e na racionalidade também das ações do Estado.

Quanto ao Senador Espiridião, comentei já sobre o auxílio. Ele fala que terá que haver uma aterrissagem e não uma retirada brusca dos estímulos. Vai na linha do que o FMI e o Banco Mundial têm falado, e, aí, é preciso ver como isso será financiado, como eu já comentei.

Então, é isso. Agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Bem, agora nós temos mais...

O SR. BRUNO FUNCHAL – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Oi?

O SR. BRUNO FUNCHAL – É que eu respondi só a do Deputado Felício. Não respondi a dos outros, achei que a gente fosse fazer por Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É resposta em bloco.

Pode falar, Doutor.

O SR. BRUNO FUNCHAL (Para expor.) – Deixe eu só... Muita coisa o Felipe também já respondeu, mas só complementando a do Senador Izalci Lucas, em relação a se preocupa a arrecadação dos Estados.

A gente, olhando os dados de arrecadação, se a gente for ao *site* do Confaz, vai ver que, por exemplo, enquanto a arrecadação do Governo Federal ainda está abaixo no acumulado do ano,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comparando com 2019, a dos Estados está praticamente zero a zero. Então, isso é um fator a menos de preocupação. Só que eu acho que o ponto mais positivo, em relação às finanças dos Estados, foi justamente a Lei Complementar 173, aprovada pelos senhores, no art. 8º, que trata de algumas proibições de criações de despesas obrigatórias, de vedação de aumento de salário do servidor, e isso é muito importante, porque a maior parte das despesas correntes dos entes subnacionais é salário, e como você está com ele travado em 2020 e 2021, não se imagina que você vai ter uma compressão nas despesas justamente por conta dessa lei. Então, imagino que, no ano que vem, você vai ter uma retomada das receitas e a despesa vai estar relativamente controlada. Então, não vejo tão problemático o ano que vem. Em relação à extensão do auxílio, é como eu falei: o espaço é muito reduzido, se não zero. E qual é a alternativa? Aí já estou pegando, puxando a pergunta do Senador Espiridião Amin. É justamente... Quando você olha o resultado proporcionado pelo auxílio neste ano em termos de formação de poupança, você vê que há ainda, por conta do volume do auxílio, uma poupança das famílias que foi formada. Então pode ajudar, inclusive, essa poupança formada, no início do ano que vem. Mesmo que essa poupança seja assimétrica, ou seja, mesmo que as famílias mais pobres tenham usado mais a poupança, provavelmente essas famílias vão aterrissar no Bolsa Família. E há todo o critério de elegibilidade do Bolsa Família, ou seja, se necessário, mais famílias podem entrar no Bolsa Família. Então, essa seria a aterrissagem em relação ao auxílio às famílias. E é claro que é importante, sim, casar isso com a retomada. Então, à medida que você está reduzindo o auxílio emergencial e aterrissando no Bolsa Família, inclusive com um orçamento maior para o ano que vem, a economia vai retomando.

É claro que é importante uma rampa de acesso, que permita que as famílias tenham uma evolução, uma mobilidade social, saindo da pobreza, de uma necessidade de transferência, e indo para o mercado de trabalho. Programas como o Sine podem ajudar, mas uma agenda importante é a questão da desoneração da folha, que vai permitir a redução da informalidade. Essa foi uma pergunta do Senador Espiridião Amin.

Só para finalizar, em relação à questão da hiperinflação, acho que a gente teve alertas no passado em relação a isso. Acho que, quando o Ministro falava da hiperinflação, ele estava olhando para a década de 80. Ele falou: "A gente gastou demais na década de 80, e a forma de pagar essa conta foi emitindo moeda e gerando inflação". Isso a gente não quer, porque isso fez a gente cair na armadilha do não crescimento. Na década de 90, houve aumento de imposto. A gente também não quer aumentar imposto. Então a gente tem que resolver pelo lado do gasto. Acho que é esse o debate que a gente precisa travar neste momento.

Em relação à agenda de privatização, há dois benefícios, e talvez o maior seja o aumento de eficiência em relação à prestação de serviços. Mas é claro que isso também é um ativo que pode ser utilizado para reduzir dívidas.

Eram esses os meus comentários.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O Dr. George Soares gostaria de fazer algum complemento?

Dr. George Soares... (*Pausa.*)

Então vamos continuar.

Temos mais dois inscritos: o Deputado Reginaldo Lopes e o Deputado General Peternelli.

Então, eu passo a palavra para o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Tudo bom, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Opa! Tudo bem, meu irmão!

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Um abraço para o senhor, para os Senadores, para os Deputados e também para os convidados!

Quero dizer que é importante esta audiência, com dados sólidos, consistentes.

Quero agradecer ao Felipe Salto e também ao Ministério da Economia.

Quero manifestar minha preocupação: mesmo em um cenário otimista, até 2030, o País pode viver uma situação muito difícil de empregabilidade, de baixíssimos investimentos, com a incapacidade do Estado de qualquer tipo de reação. Isso traz para todos nós, homens públicos, uma preocupação. Precisamos encontrar um caminho, discutir e, talvez, promover na economia uma concertação de várias premissas. É lógico que eu, como economista, defendo sempre o equilíbrio fiscal, mas é também importante buscar caminhos em que possa haver mais ousadia nesse equilíbrio fiscal.

Eu concordo: na década de 80, houve emissão de moeda e, na década de 90, aumento da carga tributária. Mas houve uma década no início do século XXI, a primeira década, em que se combinaram também algumas premissas importantes, planos de obras públicas, políticas sociais, transferência de renda, como o Bolsa Família. Então, eu acredito que nós vamos encontrar um equilíbrio e uma concertação de algumas premissas e de alguns princípios.

Acho que esse debate sobre auxílio financeiro e renda básica deveria ter um princípio básico: ou o Estado faz políticas públicas que são capazes de ofertar emprego, ou, então, ele tem que ofertar renda básica. Eu acho que é um princípio fundamental em que nós precisamos avançar. Acho que não cabe no século XXI nenhum cidadão ficar sem renda básica. Acho que é péssimo para a economia popular. E, no pós-pandemia, seria uma tragédia se, a partir de janeiro de 2021, o País abandonasse os brasileiros à sua própria sorte, tendo uma projeção otimista de desemprego até 2030 muito alta para o povo brasileiro.

Também acho que falta humanidade, falta ousadia do ponto de vista do equilíbrio fiscal pela receita. Nós estamos discutindo – e aí os liberais defendem muito o fim do auxílio financeiro, alguns o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazem por causa do equilíbrio fiscal –, mas não se coloca na pauta o fim dos incentivos fiscais. Aí fica imoral essa defesa. Não dá mais para o País ter aproximadamente R\$400 bilhões de incentivos fiscais, créditos e tributários, sem também uma programação de médio e longo prazo para que a gente elimine esses incentivos.

Também falta ousadia no sistema tributário do lado da receita. Não dá mais para esse sistema tributário tributar trabalho, folha de pagamento, consumidor e não ter ousadia no tributo dos impostos indiretos. Falta progressividade. O Governo se omite nisso, o Governo não tem nenhuma proposta. A proposta do Governo é péssima, prejudica o setor educacional, prejudica as cadeias curtas, como a CBS, que encaminhou o Ministro Paulo Guedes. Então, falta ousadia, falta coragem.

E aí é muito triste, porque repetir modelos, como falou muito bem Einstein, e esperar resultados diferentes... É evidente que isso não vai haver. Então, nós precisamos de ousadia, de criatividade. O pós-pandemia exige isso não só da Câmara, do Senado, dos Governos estaduais e do Governo Federal, mas também dos Governos municipais que vão tomar posse agora. Nós temos que ter mais coragem.

Eu acho que não dá, acho que deveríamos baixar a bola e construir conjuntamente uma concertação de premissas, com ousadia e com responsabilidade em curto, médio e longo prazo, mas eu vejo um cenário muito difícil para o povo brasileiro. A situação dos subnacionais não é tranquila mesmo com esse congelamento provisório de dois anos. Não há perspectiva de aumento de arrecadação, pelo contrário. Então, vamos precisar de mais coragem. Eu acho que falta a gente debater um projeto mais ousado para o Estado brasileiro.

Então, é isso. São minhas observações.

Eu acho que será uma tragédia se, a partir de janeiro, as forças políticas deste País e a sociedade brasileira não encontrarem uma forma de fazer permanecer o auxílio financeiro. Se a economia teve uma redução pela metade da previsão de crescimento negativo do PIB, isso se deve à capacidade e à convergência política que a Câmara, o Senado, o Governo Federal e toda a sociedade brasileira tiveram em socorrer os brasileiros com o auxílio financeiro. É fundamental para 2021 esse conceito permanecer. Então, vamos encontrar aí as formas dentro da busca da responsabilidade fiscal, mas também vamos encontrar alternativas para não abandonar os brasileiros à sua própria sorte.

É isso aí, Presidente! Uma ótima audiência! Os dados são importantes para que a gente possa, a partir deles, elaborar um futuro melhor para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.

Eu passo a palavra ao Deputado General Peternelli. *(Pausa.)*

Podem liberar o som do General Peternelli, por favor. Ele está sem o som, com o som travado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio, muito obrigado pela oportunidade.

É uma satisfação muito grande estar aqui ouvindo todas essas explicações.

Quero cumprimentar os demais Senadores, o nosso Relator Francisco Jr., os demais Deputados e os nossos palestrantes, o Waldery, inicialmente, o Bruno Funchal, o Felipe Salto, que trouxeram uma série de informações.

O que eu acho essencial nisso tudo, Senador Confúcio, é a transparência que o Ministério da Economia tem dado a todos os seus números. Quero salientar que tudo isso aí, essas informações que hoje nós tivemos aqui com privilégio assim como aqueles que assistem, esses dados estão no Tesouro Transparente e também estão no www.sio.gov.br. É importante o cidadão acompanhar.

Uma das grandes vantagens da nossa Comissão, Senador, tratando de Covid, foi entender, compreender e discutir esses aspectos econômicos que são essenciais para um país. Isso o senhor tem executado de maneira exemplar.

Nós estamos com os Estados e com os Municípios com seus orçamentos recompostos. É muito importante que isso seja dito. Nós temos também uma atividade econômica cujos índices, se comparados com os dos demais países, podemos dizer que cumpriram com a sua atividade.

E agora é um momento importante. Então, temos que estar atentos a esse déficit primário de R\$856,7 bilhões. Temos que estar atentos ao impacto primário que as medidas do Covid propiciaram de R\$615 bilhões. Sempre temos que pensar, pois esse conhecimento, que foi muito bem explicado pelo Bruno Funchal, sobre a dívida, sobre o montante, sobre a necessidade de reduzir essa dívida é fundamental. Temos que buscar o auxílio para o cidadão brasileiro sem que isso aumente a nossa dívida ou impacte o nosso teto. Então, estamos trabalhando.

O Deputado Reginaldo Lopes comentou muito bem que não é justo tributar o trabalho. Eu concordo plenamente. Por isso, gosto muito da proposta do Ministério da Economia sobre a qual o Ministro Paulo Guedes tem comentado, que é a de desonerar a folha, substituindo essa desoneração por 0,2% na movimentação financeira. Acho isso essencial. Concordo plenamente com o que o Deputado falou.

Isso depende de nós, na Câmara, no Senado, aprovarmos uma medida que desonere efetivamente a folha de pagamento, para que essa desoneração, para não impactar nos aspectos econômicos, seja substituída por 0,2% nas transações financeiras.

Quero parabenizar, mais uma vez, todos que estão participando dessa atividade, que se preocupam com o cidadão brasileiro, que verificam uma maneira para que esses valores de auxílios possam ir diminuindo e possam ser substituídos por aquilo que todos devem ter e buscam ter, que é o trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio, muito obrigado pela oportunidade de participar desta excepcional Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado General Peternelli. Fico agradecido.

Muito bem, agora, eu vou fazer algumas perguntas do e-Cidadania e vou recolocar os nomes de quem deve responder, de modo bem rápido, bem sucinto, ao Reginaldo Lopes, ao General Peternelli e ao e-Cidadania.

Para o Dr. Bruno Funchal, a pergunta é de João Dittmann, do Paraná: "Como a disponibilização do auxílio emergencial impactou a economia brasileira? Existe projeção para conseguirmos sair dessa crise?".

A segunda pergunta para o Dr. Bruno Funchal é de Jezer Leal, de Mato Grosso do Sul: "Como se tem dado a prestação de contas dos Municípios e Estados no tocante às verbas federais destinadas ao enfrentamento do Covid-19?".

Para o Dr. George Soares – por favor, Dr. George, anote a pergunta – quem pergunta é Nedina Santos, de São Paulo: "O orçamento da saúde está muito comprometido por conta da pandemia? Teremos recursos por mais quanto tempo [se a pandemia continuar]?".

A quarta pergunta, eu a dirijo ao Dr. George Soares. A pergunta é de Wylder Moreira, do Estado de Pernambuco: "Nos impactos já gerados pela pandemia da Covid-19, haverá recursos para o Ministério da Saúde controlar aumentos de casos advindos?".

Eu aproveito, ao realizar o fecho das perguntas, para fazer perguntas curtas de minha própria autoria.

Há um assunto de que o Esperidião tem falado muito, de que o Izalci tem falado muito, bem como a Kátia Abreu, que, por sinal, está doente – quero mandar um abraço para ela; que ela se recupere logo –, outros Parlamentares e eu também, que é o microcrédito. Há uma grande possibilidade de a gente ajudar na geração do alto emprego caso o BNDES libere recursos para as cooperativas de crédito, para as OSCIPs de crédito, enfim, para todos esses bancos pequenos acostumados a emprestar dinheiro para o pobre. Por que o Ministério da Economia também não determina isso, ao final deste ano, aumentando o valor, definindo um valor substancial para atender aos informais brasileiros? Essa pergunta pode ser dirigida a Bruno Funchal.

Outra pergunta para o Bruno: o Governo já está conversando, cogitando reeditar o decreto de calamidade? E, por exemplo, caso seja prorrogado, já temos uma alternativa de onde tirar dinheiro novo para financiar realmente os desamparados?

A terceira pergunta para o Bruno ou para o George também: como fica a situação dos recursos já repassados a Estados e Municípios e não gastos? Houve eleição, muitos Prefeitos não foram eleitos e não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão gastar esse dinheiro. Esse dinheiro será devolvido ao Tesouro ou o Governo, o Ministério da Economia sugerirá ao Presidente da República uma medida provisória rápida para que eles possam dar continuidade a esses gastos?

Pergunta para o Dr. George Soares: até agora o Orçamento não foi aberto, nem a LDO nem a própria Lei Orçamentária – há previsão de ser aprovada em março. Como fica o Governo, num caso de pandemia, trabalhando com 1/12 engessado?

Até hoje não se definiu se vai ficar apenas o Bolsa Família, o Renda Cidadã ou se haverá um substancial volume de recursos para o microcrédito. Isso está no ar.

Já estamos falando, Dr. George, na segunda onda de Covid – alguns países já divulgam essa preocupação. Esse risco está sendo considerado pela equipe econômica? Qual é o plano B, que, por acaso, a equipe já tenha estudado, falado ou guardado na manga?

Em resumo, é isso. No mais, quero agradecer a todos os participantes.

Agora eu vou passar a palavra. Há perguntas para todos.

Como o menos perguntado foi o Felipe Salto, eu vou passar a palavra para o Felipe Salto falar primeiro e, depois, eu passo para os técnicos e os secretários do Ministério da Economia.

Felipe Salto, por favor, responda ao que estiver endereçado à sua pessoa.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO (Para expor.) – Obrigado, Senador, Presidente Confúcio.

O Deputado Reginaldo Lopes coloca bem a questão da aparente dicotomia entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social, o que, na verdade, não existe. É preciso que essas coisas sejam combinadas. A responsabilidade fiscal deve ser um instrumento para que o Estado possa se capacitar ao longo do tempo a prover políticas públicas eficientes. Nós temos ainda uma falta de avaliação de políticas, mas essa avaliação é muito importante.

O Bolsa Família, por exemplo, é avaliado muito pela academia, pelos pesquisadores, e vê-se que é um programa eficiente, mas a gente tem um sem-número de programas, como por exemplo o BPC, o abono salarial, o seguro-desemprego, a renda mínima vitalícia, a Lei Orgânica de Assistência Social, e, agora, o auxílio emergencial e o auxílio emergencial residual, cujo destino ainda precisa ser bem definido. A proposta da renda básica de cidadania é uma proposta séria. O ex-Senador Eduardo Suplicy já defendia isso há muito tempo – o Bolsa Família seria a primeira etapa disso.

Mas é claro que essas coisas precisam ser discutidas à luz do que bem disse o Deputado General Peternelli sobre o problema do déficit primário muito elevado e da dívida pública em uma trajetória crescente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só existem dois jeitos de financiar sem inflação o problema do déficit público: ou é com dívida ou é com carga tributária. Então, os custos têm que ficar muito claros. Nenhuma medida sai de graça. Mesmo que o financiamento se dê por meio de compensação, com corte de outras despesas, isso também tem custo. Os gastos tributários hoje, por exemplo, representam 4% do PIB, segundo dados da Receita. Essas estimativas costumam ser questionadas, mas ainda que elas possam estar superestimadas, esse também é um flanco aberto que precisa ser atacado – no bom sentido do ponto de vista da avaliação e de revisão de programas –, para que a gente recupere também recursos do lado da receita que hoje estão sendo deixados na mesa e que poderiam ser bem aproveitados não só para fazer resultado primário, mas para outras políticas públicas, a exemplo dessas que estão sendo discutidas aqui, como bem disse o Senador Confúcio, a respeito dos programas que ainda não estão definidos para o ano que vem, ou a respeito do programa ou da postergação do auxílio emergencial. Essa é uma questão fundamental.

O instrumento do crédito extraordinário, que foi utilizado à larga neste ano corretamente – é um instituto previsto na Constituição e é uma exceção à regra do teto; portanto, as regras foram preservadas –, pode eventualmente ser usado de novo no ano que vem. Mas, diferentemente do que aconteceu em 2020 (no final do ano anterior), neste momento nós já sabemos e temos certa previsibilidade de que esses gastos serão necessários. Então, seria importante que o Ploa pudesse contemplar isso.

Agora, existe toda a questão do teto, dos gatilhos, que está em aberto também; e precisaria ser discutido como esses gatilhos seriam acionados. Na forma como está na Emenda 95, a interpretação literal dificulta esse acionamento – a PEC da emergência está em tramitação. Enfim, são muitas questões ainda em aberto.

Mas, só para terminar, eu quero dizer que o fundamental é que haja um plano de reequilíbrio da relação dívida/PIB. É isso que é fundamental e, portanto, é preciso recuperar a capacidade de gerar superávits primários. Em 1999, o Brasil adotou o regime de metas de resultado primário – a partir de um acordo com o FMI –, e, a partir de 2002 para 2003, a dívida/PIB líquida começou a cair e ficou por uma década caindo. Então, foi um regime eficiente. O teto de gastos complementa isso, porque traz a importância do controle da despesa, que cresceu muito durante um período muito longo.

Agora, essas questões precisam ser harmonizadas. Nós temos que ter uma estratégia de médio prazo, e é preciso resolver a LDO e o Ploa, porque nem um 1/12 do Ploa poderá ser executado a partir de 1º de janeiro se não houver uma LDO aprovada, resolvendo inclusive a questão da chamada meta de resultado flutuante, que nós, da IFI, alertamos em abril que era uma inovação preocupante porque certamente seria questionada – e foi agora, recentemente – pelo TCU.

Então, quero agradecer mais uma vez, Presidente, Senador Confúcio, cumprimentá-lo e cumprimentar a todos os membros da Comissão na sua pessoa, também o Secretário do Tesouro Bruno Funchal, o Secretário Waldery Rodrigues e o Secretário George Soares.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Eu passo a palavra para o Dr. Bruno Funchal para já fazer todas as respostas. E há muitas, porque há os Deputados...

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – Senador Confúcio, eu estou de volta aqui, à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bom! Então, o senhor responde por todos.

Eu não sei se o senhor ouviu as perguntas. Ouviu todas?

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – Infelizmente, não todas, mas me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bom!

As perguntas feitas pelos Deputados Reginaldo Lopes e General Peternelli não têm como serem reproduzidas porque eles já as fizeram; então, eu creio que o Bruno Funchal as tenha ouvido e possa respondê-las. E o senhor faz as considerações daqui a pouco.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, Bruno, o senhor pode responder.

O SR. BRUNO FUNCHAL – Eu respondo, e o Waldery faz as considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

O SR. BRUNO FUNCHAL (Para expor.) – Acho que, antes de responder às perguntas propriamente ditas do Deputado Reginaldo e do Peternelli, um ponto que o Felipe tratou que é importante é a questão de a organização fiscal ser uma pré-condição das políticas públicas.

Quando a gente fica batendo na importância de fazer as reformas e no controle de gastos, isso não é um fim em si mesmo; a gente não quer fazer isso porque a gente quer, e sim porque é o melhor resultado para a sociedade. Por quê? Porque traz a pré-condição para você fazer políticas públicas sustentáveis ao longo do tempo. Além disso, é o que sustenta os juros baixos e que dá base para os investimentos privados e para a geração de emprego e renda. Então, acho que esse é o principal ponto. E a gente está discutindo aqui por que é tão importante a gente voltar para o nosso processo de reorganização fiscal. Eu acho que está todo mundo alinhado nesse pensamento, nesse objetivo. O próprio Deputado Reginaldo Lopes também destaca a importância de fazer as políticas, levando em consideração o equilíbrio fiscal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Deputado tratou de por que não olhar para os gastos tributários, que é um outro ponto importante. Então, quando a gente fala de voltar, tentar recuperar o nosso resultado fiscal da melhor forma possível, da forma mais rápida possível, que tenha um impacto positivo na trajetória da nossa dívida, na confiança da economia e nas taxas de juros, significa olhar pelo lado do gasto e melhorar a qualidade do gasto, mantendo preservado o nível de gastos através do teto de gastos, mas, por outro lado, melhorar a qualidade de gasto tributário, que também é importante. Então, a gente também precisa discutir. Há uma discussão sobre isso dentro da PEC do pacto federativo. Dentro da PEC 188, há essa discussão em dois artigos sobre gasto tributário. Precisamos avançar. Sem dúvida, é uma dimensão importante para se evoluir nos próximos meses, que foi o ponto do Deputado Reginaldo Lopes.

Acho que um ponto muito importante que o Deputado Peternelli tratou, quando ele fala um pouco da própria rampa de acesso, é a questão da desoneração da folha. Então, um problema que está bastante evidente hoje é a questão da informalidade, e o tamanho da informalidade é resultado de quão baixa é a nossa produtividade no trabalho e quão alto é o custo de contratar. Produtividade de trabalho a gente tem que evoluir com treinamento e com educação; custo do trabalho é com essa desoneração da folha. Então, a gente precisa aumentar a produtividade do trabalho e reduzir custos. Com isso, naturalmente, você vai tender a ter uma redução da informalidade e um aumento do trabalho formal.

Em relação às perguntas do João, do Paraná...

Senador, o senhor quer passar essas perguntas do público para o Waldery ou eu respondo?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Essas dos internautas o senhor pode responder, de maneira bem rapidinha, para eles.

O SR. BRUNO FUNCHAL (Para expor.) – Está bem.

Do João, do Paraná: o resultado do auxílio emergencial na retomada. A gente sabe que o auxílio emergencial não foi feito com o foco de fazer PIB, de melhorar PIB, mas com o foco de auxiliar os mais vulneráveis em um problema sério, que era o da restrição, praticamente a restrição de mobilidade em geral. Então, as pessoas não iam conseguir gerar renda, e de fato o Estado tem que olhar para os mais vulneráveis. Eu acho que esse é um ponto importante. Por isso é que, com a retomada da economia e com o fim, com a redução da pandemia, é razoável a gente pensar em virar a página, olhando para 2021, voltando ao nosso processo de consolidação fiscal, que é bom para todo mundo. É bom para o mercado de trabalho, é bom para a geração de emprego.

Em relação à do Jezer Leal, de Mato Grosso do Sul: prestação de contas de Estados e Municípios em relação aos recursos transferidos. Os recursos que foram transferidos para Estados e Municípios são recursos deles, fazem parte da receita deles, e o controle é feito pelos Tribunais de Contas estaduais. Então, o controle todo, inclusive desses recursos, é feito pelos próprios tribunais de contas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à pergunta do Senador Confúcio sobre microcrédito, eu acho que avançamos muito. Acho que um dos pontos de aprendizado durante a pandemia foi a questão do microcrédito. O Secretário Waldery mostrou bem o quanto de recurso foi disponibilizado por conta das políticas de microcrédito. Algumas performaram bem de saída, outras não. Acho que fica muito aprendizado para outras crises ou até para uma melhoria mesmo de os próprios bancos atingirem a população que eles não conseguiam atingir. Por exemplo, a Caixa Econômica Federal, inclusive, já anunciou um programa de microcrédito, que já é derivado das ações que foram feitas ao longo deste ano. A mesma coisa, por exemplo, o Peac Maquininhas, que permite, sem auxílio do Tesouro, com o próprio recebível dos microempreendedores, eles conseguirem se alavancar e ter crédito para poder expandir seus negócios. Eu acho que traz um grande aprendizado essa política pública para o futuro e para a melhora do nosso mercado de crédito para os pequenos empreendedores.

Decreto de calamidade. À medida que a gente está vendo a economia retomando em "V" e... Tudo bem, a gente está agora tendo um repique em relação à questão do contágio. Acho que a gente tem que olhar os dados e ver, de fato, a tendência de retomada da economia e de saída – inclusive, com uma chance da vacina logo no início do ano que vem –, de virar a página em 2021. Então, a gente não olha para essa possibilidade agora de reedição do decreto.

Quanto ao dinheiro: "Como ficam os recursos que foram transferidos para os Estados?". Acho que a mesma pergunta que foi feita pelo Jezer o Senador Confúcio fez. E é isto: na verdade, a transferência para os Estados é receita dos Estados. A gente não espera que isso seja retornado ao Tesouro.

E, se houver um repique em relação à Covid, qual é o plano B? O plano B, no fundo, no fundo, é: todos nós aprendemos, durante este ano, não só o Governo, como as políticas públicas, mais as empresas e as pessoas; então, nós agiremos melhor do que agimos ao longo deste ano, com esse aprendizado, certamente sendo mais efetivos e certamente sendo ainda mais eficientes. Então, é neste sentido: usar o aprendizado deste ano. É claro que, sempre considerando que os recursos são muito escassos. Já eram escassos antes; agora, como eu falei, é praticamente zero espaço. Então, é aprender com o que foi feito neste ano, com as melhores políticas e agir. Claro que, provavelmente, se houver, vai ser algo em escala muito menor.

Acho que, basicamente é isso.

As outras eram para o George.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Exatamente.

O SR. BRUNO FUNCHAL – Tem que abrir o microfone do George.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Abram o microfone o George.

Pois não, George.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES (Para expor.) – Senador, Obrigado.

Começando pelas perguntas do e-Cidadania, inclusive é bom que o Felipe Salto já colocou algumas das coisas importantes para as respostas.

A Nedina, de São Paulo, e o Wylder, do Paraná, perguntaram sobre a saúde. Como o Deputado Felício Laterça falou no começo, um dos eixos que foi feito dentro desse combate à pandemia foi o da saúde – o primeiro eixo e o de primeira prioridade. Então, para todos os recursos que foram solicitados pela área de saúde neste ano, foram feitos créditos extraordinários. Para entrar 2020 com boa parte da infraestrutura que era necessária nesse combate, já foi feito todo esse processo de aquisição neste ano. Então, há uma base sólida deste ano, porque há o orçamento do ano que vem, que foi proposto pelo Ministério da Saúde, com essa finalidade também.

Aí vem a parte que o Bruno acabou de falar e que também foi colocada: em outra recidiva da pandemia, se houver realmente outra situação que fuja desse controle que a projeção atual ainda não nos indica, vai ter que ser feita outra conversa do Poder Executivo com o Congresso Nacional, porque, no fundo – e o Felipe colocou isso –, nós temos regras específicas, fiscais e de orçamento, que não deixam; o Poder Executivo não é soberano para resolver esses problemas. Como neste ano, se houver alguma questão mais aguda, isso vai ter que ser conversado com o Congresso Nacional quanto a questões orçamentárias e como resolvê-las.

Quanto à pergunta do Senador Confúcio sobre a questão de 1/12 sobre a pandemia, nosso entendimento vai pelo histórico. Quando se fala de 1/12, no caso da saúde, e aí para todos os órgãos – quem acompanha a execução orçamentária sabe como funciona –, a princípio, ela é uma quantidade bem razoável durante o primeiro começo do ano, e, se houver, voltando, uma situação excepcional, aí é fora do que já consta no orçamento. Teria que ser realmente outro decreto de calamidade, etc.

Como o Bruno falou, vamos usar a experiência que foi feita neste ano para focar melhor nessas políticas, para ter um impacto fiscal menor, se for necessário, mas a nossa ideia é realmente o mínimo de impacto fiscal possível. Nós estamos com uma lógica de impacto, se possível, zero, para o ano que vem, dessas ações, dado tudo o que nós fizemos de cunho fiscal neste ano. Quanto às questões sobre a meta e sobre a... Isso está hoje na mão do Congresso. Nós tivemos reunião com o Relator da LDO que, à época de se fazer... Aliás, foi colocado até no relatório do TCU, à época, que era simplesmente impossível fazer uma projeção correta do tamanho do primário necessário. Hoje já é uma coisa mais razoável. Nós colocamos à disposição do Relator da LDO para, se for de interesse do Congresso – porque agora realmente isso é uma decisão do Congresso, não é mais do Executivo –, refazer isso, voltar a uma meta normal, se for necessário, se for assim o entendimento que o Congresso queira fazer.

Entre a LDO e a LOA, você vê a diferença que foi o tamanho da meta que seria necessária. Se a meta da LDO fosse utilizada para ser feita a LOA, nós teríamos mandado a LOA basicamente com zero





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reais de despesa discricionária. Então, é por isso que foi feito dessa forma. Creio que foi entendido. O próprio Tribunal de Contas colocou isso no relatório e colocou um alerta muito forte para o ano que vem, que é o normal. Aí fica para o Congresso essa decisão de como atuar com essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

O SR. GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Agora nós estamos chegando ao final. O nosso Secretário Waldery pode aguardar um pouquinho. O nosso Relator, Francisco Jr., faz alguns questionamentos finais, o Waldery responde, agradece já, e nós encerramos a nossa audiência pública. O prazo já está bem estendido.

Francisco Jr. com a palavra.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, mais uma vez.

Presidente, apenas para agradecer, parabenizar o senhor, parabenizar nossos convidados.

Antes de fazer a pergunta, eu só quero fazer algum comunicado sobre o bom andamento do nosso relatório. Faltam agora muitos poucos dias e nós precisamos nos organizar. Então, apenas para comunicar a todos os Deputados, Senadores e assessorias que nós temos, nos próximos dias, quatro audiências ainda para fazer: com o Ministro da Saúde, com o TCU, sobre a transparência e com o Ministro Paulo Guedes. E a intenção nossa é conseguir fazer essas audiências até o dia 7 de dezembro. E explico o porquê. Então, nós vamos ter que apertar um pouquinho. Nós temos segundo turno agora, e depois, pediremos o esforço de todos os colegas para termos um comparecimento, como tem sido sempre. Mas a nossa intenção é fechar o relatório até o dia 10 de dezembro. Por quê? Porque eu preciso conversar com os Sub-Relatores e nós precisamos partilhar. Os Sub-Relatores vão participar, sem dúvida. E até faço um destaque. Eu não sei se lembrei a todos, mas são o Deputado Felício Laterça, o Deputado General Peternelli, Mauro Benevides, Reginaldo Lopes, Senador Esperidião Amin e Senadora Eliziane. Então, eu pretendo fechar, entregar para vocês, para que vocês poderem ler, concordar, devolver, e aí nós temos que publicar o relatório no máximo até o dia 16 de dezembro, para colocar em votação dia 18. Então, nós estamos com tempo bem apertado e peço a todos os senhores bastante atenção. Nós vamos conversar um pouco... Eu devo chamar uma reunião com os Sub-Relatores para nós organizarmos a parte de cada um e fecharmos esse relatório de forma bem interessante.

Antes de passar a palavra para o Senador Esperidião Amin, apenas finalizo, então, com a pergunta que não é bem uma pergunta: eu gostaria que o Waldery e o Dr. Felipe Salto pudessem nos dar uma palavra de esperança. Na visão de vocês, o que nós podemos esperar do próximo ano, dos próximos anos, a partir de toda essa experiência da pandemia? Em que nós podemos apoiar a nossa esperança? Que otimismo nós podemos ter com a nossa economia, apesar de termos os pés no chão e sabermos de todas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

as dificuldades que continuaremos tendo? A que nós podemos nos apegar para nos dar essa pontinha de esperança e seguirmos em frente? Eu gostaria de ouvir vocês dois, em um comentário breve, sobre isso.

Não sei, Senador Esperidião Amin, se o Presidente permitirá a sua fala, não é? Daí eu peço permissão ao Presidente, porque o Senador está pedindo a palavra para comentar alguma coisa sobre o relatório e eu não tenho como abrir o áudio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Só sobre o relatório, Presidente.

Eu tenho impressão de que a parte que me toca tem sido atualizada semanalmente.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Sim, sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Rigorosamente toda semana temos sincronizado, mas é lógico que seria importante você nos disponibilizar o todo para a gente dar palpite sobre as partes.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – A ideia é esta mesmo: nós fazemos uma discussão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Era só sobre isso. Eu devolvo a palavra e agradeço pela exceção. Obrigado.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Mais uma vez devolvo, parabenizando o senhor pela condução dos trabalhos. Tenho aprendido muitíssimo com a sua forma de trabalhar e conduzir; sempre um *gentleman* conduzindo os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Francisco.

Então, eu passo a palavra, para as respostas e considerações finais, ao Dr. Waldery Rodrigues, ao mesmo tempo já agradecendo a ele pela cordialidade de ter comparecido a esta Comissão por quatro vezes, por ter fechado o ano com brilhantismo, em debates de alto nível, esclarecendo todas as perguntas num tom de resposta extremamente cordial. Jamais ficou nervoso, em nenhum momento. Então, ele foi realmente um bom camarada, não é? Muito obrigado ao Ministério da Economia, por descentralizar V. Exa., o Bruno e o Dr. George Soares, para esclarecer a nós todos.

Com a palavra o Dr. Waldery Rodrigues.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Presidente Confúcio. Muito obrigado, Deputado Francisco Jr., novamente, pela lucidez e capacidade elevada de argumentação sobre os pontos principais, e a todos os Parlamentares que aqui estão. V. Exas., de fato, prestam um elevadíssimo serviço à sociedade brasileira em um momento tão exigente de todos nós, da sociedade como um todo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em breves apontamentos aqui, endereçando à questão final levantada pelo Deputado Francisco Jr. – e novamente agradecendo a todos os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras aqui –, primeiro, é importantíssimo colocar que não há divergência. Na realidade, as coisas caminham em conjunto tanto com a política fiscal robusta, quanto com a política social sólida. Um bom desenho macroeconômico pode permitir os dois. E aí, novamente, é um trabalho em conjunto: Executivo e Legislativo e, claro, sem dispensar o Judiciário.

O outro ponto é o cuidado, a atenção do Senador Esperidião Amin e de outros que já se pronunciaram com o zelo com o relatório. Da nossa parte, estamos tendo essa atenção. Os senhores viram que, mesmo por um 0,1, a gente refez todos os dados. De 615,0 para R\$615,1 bilhões, abrindo qual receita e qual despesa, dando transparência, fazendo previsões conservadoras, ouvindo os formadores de opinião – a IFI sempre analisava com seus relatórios sólidos que produz e permitem enriquecimento do debate, os vários outros órgãos também permitem inserirmos nas nossas análises – para servir ao público, servindo aqui à Comissão Especial do Congresso para análise dos gastos com a Covid. O relatório realmente está detalhado e entregaremos no prazo acordado pelo Ministério da Economia. A Fazenda acaba funcionando como uma parte do Ministério da Economia que traz todas as informações para levar aos senhores, compilamos as informações e as análises.

O outro ponto é a transparência, o zelo para que os órgãos de controle e a sociedade como um todo tenham essas informações com maior prontidão, bem como o nível de eficácia associado. Aqui vale um comentário vendo alguns pontos que já estão até na imprensa. Na medida em que nós temos esse alto custo, mas alto retorno justificado e legítimo contido em 2020 do combate à Covid-19 – esse custo também se espelha no futuro, por isso mesmo, a nossa preocupação em ver a cada real essa análise de custo-benefício como aqui exposto –, nós temos os remédios para tratar os problemas apontados, as mazelas. Esse é um ponto importantíssimo de ser colocado. Assim como eu falei como há algum sintoma – onde analisamos, até fiz um paralelismo, aqui há uma febre, então cuida, dá o remédio –, nós temos os instrumentos e os remédios necessários para, em termos da política macroeconômica, bem superarmos essa crise.

O fundo do poço já foi, os dados mostram isso, não é simplesmente uma análise sem base empírica, pelo contrário, o fundo do poço já foi, é recuperarmos a capacidade de crescimento, é voltarmos em 2021 àquilo que obtivemos em 2019, quando reduzimos o endividamento bruto com o percentual do PIB, reduzimos a dívida líquida e reduzimos o déficit primário, que já vinha numa sequência de seis anos, reduzimos o déficit nominal. E, atendendo as regras fiscais, deixando, como falamos, a integridade do teto de gastos e atendendo as regras fiscais, todas elas, teremos condições de seguir essa palavra de esperança, Deputado Francisco Jr.

Aqui os decisores e as pessoas de ação, como é o caso do Parlamento – permita-me também, no caso do Executivo –, no momento de tensão é que mostram a fibra, a determinação e a lucidez para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentar os problemas. E nós temos as ferramentas para sairmos bem desta crise, com conservadorismo, com cautela, mas sairmos bem. Temos as ferramentas para fazer uma gestão da dívida a contento. Mesmo com todo o estresse, com o encurtamento da dívida, o Tesouro já agiu, o Banco Central também e o Ministério da Economia. Como o Ministro Paulo Guedes coloca, sempre numa visão integrada da política macroeconômica, nós temos as ferramentas para seguir. As diretrizes não mudaram, elas são colocadas da mesma forma como em 2019. E 2020 é uma pausa justificada e legítima para enfrentarmos as mazelas da Covid-19.

O nível de endividamento cresceu não só no Brasil mas no mundo todo, mas, novamente, a nossa intenção é, da mais célere forma possível, ou seja, no menor tempo, e com as ferramentas que temos à mão, reduzir o endividamento e caminhar para patamares de gestão mais adequada.

Por último, a nossa disponibilidade, além da palavra de esperança, Deputado Relator Francisco Jr. Continuamos com a equipe à disposição do Parlamento para seguirmos não só com esse relatório, mas com as várias outras análises, conversando com os formadores de opinião – novamente parabênizo a IFI pelos trabalhos prestados –, bem como com outros órgãos.

Muito obrigado, Senador Confúcio, pela sua Presidência.

Novamente, o ministério fica à disposição do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Secretário Waldery.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos os Srs. Parlamentares, dos convidados – principalmente Waldery Rodrigues Junior e Felipe Salto –, agradeço igualmente aos cidadãos que participaram encaminhando suas perguntas pelo e-Cidadania e aos que acompanharam o debate pela TV Senado. Muito obrigado a todos vocês.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 18 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Eliziane Gama, Izalci Lucas, Lucas Barreto, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, General Peternelli e Mauro Benevides Filho, e ainda dos Parlamentares não membros Eduardo Gomes, Ricardo Barros e Rose de Freitas. Deixam de comparecer os Parlamentares Vanderlan Cardoso e Cacá Leão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Prestar esclarecimentos acerca da gestão, por parte do governo federal, dos testes para detecção da Covid19: número de testes adquiridos, quantidade ainda em condições de uso, estratégias de distribuição, prazos de validade, possibilidade de descartes por vencimento dos prazos, além de esclarecimentos sobre reuniões com laboratórios à frente dos estudos de vacinas já em fases avançadas de desenvolvimento. (Requerimentos n.ºs. 79 e 81/2020). **Participante:** Eduardo Pazuello, Ministro da Saúde. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/12/02>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, com o objetivo de acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus.

Esclareço que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, mas hoje quero fazer uma explicação para todos os presentes e para os internautas. Nós vamos ter que alterar um pouco a dinâmica da nossa audiência pública porque o Ministro foi convocado pelo Presidente da República para o mesmo horário: 10 horas. E desde ontem nós estamos aqui em entendimento para não alterar mais esta data, pois não teremos outra. Certo é que o Ministro faria uma apresentação – e eu discuti ontem, falei à noite com o nosso Relator, Francisco Jr. –, o Relator entraria imediatamente após a fala do Ministro para fazer seus questionamentos e o Ministro responderia. Caso haja alguma alteração de agenda lá no Palácio, o Ministro permanece – por favor, se for possível, seria uma graça importante para nós, para todo o público brasileiro e para a imprensa nacional. Então, o Secretário-Executivo e o Secretário do Ministério, respectivamente, estarão à disposição da Comissão para continuar a fala. Vou alterar. Eu tive que mexer um pouco nessa dinâmica, gente. Então, estou explicando para dar seguimento aqui. Após o Ministro terminar, ele retornará, se possível for, se for uma audiência rápida, e aí ele continuará respondendo a todos.

O tempo da fala será, primeiro, concedido, como eu falei, ao Relator; depois, aos titulares e aos autores dos requerimentos.

Com o intuito de aproveitar o tempo, as questões de ordem e os tempos de Liderança ficarão para o final.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos aproveitar porque já há quórum.

Havendo número regimental, submeto a aprovação da Ata da 40ª reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Ninguém levantou a mão. Está aprovada.

Esta audiência pública é promovida em atendimento aos Requerimentos 79 e 81, de 2020, de autoria, respectivamente, dos Senadores Wellington Fagundes e Espiridião Amin – não está incluído aqui o da Eliziane –, e conta com a presença do Ministro da Saúde Eduardo Pazuello e do seu Secretário-Executivo, para debater e prestar esclarecimento acerca da gestão, por parte do Governo Federal, dos testes para detecção da Covid-19, além de esclarecimentos sobre reuniões com laboratórios responsáveis pelos estudos de vacinas já em fase avançada de desenvolvimento.

Sr. Ministro Eduardo Pazuello, muito obrigado pela sua presença.

Eu lhe passo a palavra para a sua apresentação.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Senador Confúcio Moura, Presidente da Comissão; Srs. Senadores, e Deputados; Senador Espiridião Amin, nosso parceiro de conversas; demais Senadores e Senadoras que não compõem a Comissão, mas que estão acompanhando; todas as pessoas que estão nos acompanhando pela mídia, a nossa imprensa; e a equipe que está comigo aqui... Eu estou acompanhado de praticamente todas as autoridades e técnicos do Ministério que conhecem o assunto profundamente. Essa é uma maneira de a gente prestigiar ao máximo esta oportunidade.

Este trabalho de estarmos juntos aqui hoje é uma oportunidade ímpar para nós, porque a gente não tem uma interlocução nesse nível com facilidade. As interlocuções, às vezes, são atravessadas; as interlocuções são com interpretações. Então, nós poderemos falar direto com o Congresso, falar direto com os representantes do povo, falar direto com a imprensa. Dessa forma, é uma oportunidade.

Eu peço desculpas, se eu tiver que realmente ir ao palácio, é uma reunião de PPIs que foi marcada após a nossa atividade aqui, e isso realmente estou tentando adiar. Eu gostaria muito de estar aqui até o final. Acho que os senhores, alguns com quem a gente já conversou sabem que eu me sinto muito honrado de poder conversar com os senhores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estar presente aqui, para mim, é importante, muito importante. E me ausentar não é uma decisão minha, nem a melhor a decisão.

Eu agradeço a todos os senhores na pessoa do Presidente da Comissão Mista, como coloquei, o Senador Confúcio Moura, o convite para esta audiência, que sempre será importante para levar, principalmente à população, os trabalhos que o Ministério da Saúde vem desenvolvendo. Nada melhor do que falar com os senhores, que são realmente os representantes do povo.

Aos Senadores Wellington Fagundes, Esperidião Amin e Eliziane Gama, que fizeram a solicitação desta pauta, assim como ao Deputado Federal Francisco Jr., Relator da Comissão, agradeço a todos pela preocupação com o tema em destaque. E, por isso, eu trouxe aqui os secretários para detalhar pontos importantes a respeito do tema em tela.

Eu gostaria de iniciar destacando o financiamento de pesquisas brasileiras sobre a Covid-19. O Ministério da Saúde investiu recursos em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Além disso, a Presidência da República editou a MP 994, de agosto de 2020, que liberou recursos para a Fiocruz. Celebraram um contrato de encomenda tecnológica (Etec) com a AstraZeneca em um esforço de pesquisa e desenvolvimento com escalonamento da produção, que disponibilizará cem milhões de doses da vacina ao País e transferência total de tecnologia, possibilitando ao Brasil produzir a vacina de maneira autônoma no segundo semestre de 2021, com previsão de mais 110 milhões a 160 milhões de vacinas.

Então, eu ressalto, para deixar claro, que, em janeiro e fevereiro, já começam a chegar 15 milhões de doses dessa encomenda tecnológica da AstraZeneca/Oxford com a Fiocruz. E, no primeiro semestre, chegamos a cem milhões de doses. No segundo semestre, já com a tecnologia transferida, pronta, nós poderemos produzir com a Fiocruz até 160 milhões de doses a mais – só aí são 260 milhões de doses.

No plano multilateral, o Brasil aderiu ao consórcio Covax Facility, que é uma iniciativa internacional para acelerar o desenvolvimento de vacinas e permitir o acesso equitativo aos países participantes. Esse consórcio já reúne dez fabricantes. O Brasil aderiu a esse consórcio desde o desenvolvimento de todas as dez vacinas, já com a opção de compra e recebimento de 42 milhões de doses, que poderão ser de uma das dez fabricantes que estão dentro do consórcio – inclusive, a própria AstraZeneca e a Pfizer, por exemplo, estão no consórcio –, é claro após registros internacionais e o registro da Anvisa, pois é assim que funciona. Com esses 42 milhões de doses, nós estamos falando de 140 milhões de doses já compradas, digamos assim, mais 160 milhões de doses sendo produzidas no segundo semestre, totalizando 300 milhões de doses de vacinas já acordadas e negociadas. Para viabilizar a compra via Covax Facility, também foram editadas duas medidas provisórias – a nº 1.003 e a nº 1.004





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– que deram segurança jurídica para assinar o contrato de adesão à iniciativa e recursos no valor de R\$2,5 bilhões, de forma a possibilitar esse acesso também a mais 42 milhões de doses.

Espero ter sido claro com relação a números e ao que está acordado no Ministério até agora, em termos de acordos e em termos de emprego de recursos: um acordo bilateral de transferência de tecnologia com a AstraZeneca/Oxford, por intermédio da Fiocruz, de 1,9 bilhão; e um acordo multilateral com a Covax Facility de desenvolvimento para as nove ou dez desenvolvedoras, no valor de 2,5 bilhões. Esses recursos, por medida provisória, já estão encaminhados.

Ainda no plano bilateral, desde o início da pandemia, o Ministério tem se reunido com diversos proponentes, pesquisadores e desenvolvedores de possíveis vacinas, em todos os matizes, de todos os países, de todos os lugares. São reuniões constantes, que são conduzidas aqui no Ministério com a nossa área técnica, discutindo questões científicas, técnicas, comerciais e logísticas das mesmas, com ênfase para a segurança, eficácia e o cronograma para a oferta em escala. Essas vacinas estão, na sua maioria, em fase III de desenvolvimento. Todos esses pontos específicos, essas reuniões de vacinas, etc., serão detalhados pelo meu Secretário Hélio Angotti, da SCTIE (Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde). Na sequência, após eu responder as perguntas do Relator, a minha equipe começa a detalhar para depois abrir as perguntas novamente aos demais componentes.

Ainda sobre vacinas, queria deixar uma coisa clara: ficou muito óbvio que são muito poucas as fabricantes que têm a quantidade e o cronograma de entrega efetivo para o nosso País. Quando a gente chega ao final das negociações e vai para cronograma de entrega, fabricação, os números são pífios. Números de grande quantidade, realmente, se reduzem a uma, duas ou três ideias. A maioria fica com números muito pequenos para o nosso País.

Uma coisa que a gente precisa observar é que há uma campanha, há uma competição, claro, de produção, de venda, uma campanha publicitária muito forte. Então, uma produtora lança uma campanha publicitária de que já fez, está pronto, está maravilhoso. Quando você vai apertar, a história é bem diferente, como tudo na vida. Na hora que você vai efetivar a compra, vai escolher, não tem bem aquilo que você quer, o preço não é bem aquele, e a qualidade não é bem aquela. Então, quando a gente aperta, as opções diminuem bastante.

A principal estratégia do Ministério da Saúde para redução da mortalidade por Covid-19 é o Programa Diagnosticar para Cuidar. Trata-se de estratégia de vigilância epidemiológica e laboratorial, que já trouxe resultados desde junho. É o diagnóstico no início que determina o sucesso de todo o processo. Esse ponto precisa ser um pouco mais detalhado por mim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ministério aprende todos os dias. O ministério muda o que tiver que mudar todos os dias. Nós não temos medo de mudar. Ninguém pode ter medo de mudar. Se nós encontrarmos uma solução melhor, se nós encontrarmos uma solução mais eficaz comprovadamente, a gente tem que mudar para salvar mais vidas e sermos mais eficazes no tratamento.

Então, o tratamento precoce, o diagnóstico clínico do médico mudou, e mudou muito, o resultado final do tratamento, o combate à Covid-19. E isso não é demérito de A e mérito de B; é aprendizado do sistema, é aprendizado dos nossos médicos e dos nossos gestores, que estão vendo. Nós copiamos muito do que foi aprendido por gestores do País – por Prefeitos, por Governadores, por secretários de saúde. A gente viu o que dava certo, viu como funcionava. Por que não implementar isso no restante do País?

Esse diagnóstico clínico dado pelo médico pode ser apoiado em exames laboratoriais, pode ser apoiado em exames de imagens, em características epidemiológicas, e com isso pode ser apoiado por um teste, por uma tomografia computadorizada ou pelo próprio acompanhamento do médico, pelos sintomas, pela anamnese que ele faz com o paciente. É uma relação médico-paciente. Nesse momento, o médico prescreve os medicamentos que precisam ser administrados àquele paciente – é claro que sempre em coordenação com o paciente, com o consentimento do paciente, a compreensão do paciente – e, a partir dali, rapidamente esse paciente começa a se tratar, vai melhorar dos sintomas e vai passar melhor pela fase viral da doença. Essa é a lógica. E é isso que a gente tem colocado para evitar que se chegue a complicações, para evitar que se chegue às UTIs.

O plano preliminar de operacionalização da vacinação da Covid-19 está em fase final de elaboração – os senhores viram, já está na televisão, várias ideias que foram discutidas ontem e... vou colocar mais aqui à frente – e será concretizado com a disponibilização de vacinas registradas na Anvisa. E aqui eu paro novamente e falo sobre registros de vacinas.

Senhores, a Anvisa é o nosso padrão ouro. E os técnicos e a equipe da Anvisa, sim, estão voltados e prontos para tratar o assunto de forma célere e direta, com mudanças de protocolos, recebimentos de documentação com submissão contínua, imediata de cada processo. Essas são discussões constantes da equipe do Almirante Barra. E nós precisamos compreender, de uma vez por todas, que nós só aplicaremos vacinas no Brasil registradas na Anvisa, com todos os protocolos cumpridos da maneira correta. Isso precisa ficar claro.

Ontem, nós tivemos um encontro da câmara técnica de vacinação, com cerca de 200 especialistas de vários órgãos, que está concluindo o desenho que vai ser implementado. Então, quando você fala de um plano, ele faz parte de um programa, que é o PNI. O PNI é o maior programa de imunização do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo. O nosso País tem o maior programa de imunização do mundo! Nós temos 17 planos nesse programa. O plano da Covid é mais um plano e vai usar toda a estratégia que nós já conhecemos, toda a estrutura de frios que nós já temos, toda a *expertise* de salas de vacinação, que são em torno de 37 mil. Esses pontos vão ser detalhadas pelo Secretário Arnaldo Medeiros, da Secretaria de Vigilância em Saúde, que vai detalhar claramente tudo sobre o plano de vacinação.

Aprendemos com os erros do início da pandemia, quando foram fechadas as UBSs, deixando de atender a população desde o início dos sintomas, com medo de que, nas UBSs... Em vez de fazer a triagem correta, havia o medo de contaminação. O que é preciso é triar: pessoas com sintomas para um lado, pessoas com outras doenças para outro lado, com os médicos e as equipes médicas paramentadas, tomando seus cuidados. Deixamos, com isso, de atender a população desde o início.

O *lockdown* em várias cidades foi implementado sem planejamento, sem conhecimento real da coisa, somente com base no medo. Algumas cidades iniciaram o *lockdown* semanas antes de ter o primeiro caso confirmado. E isso também não pode ser condenado. As pessoas não tinham o conhecimento de tudo, os gestores não tinham o conhecimento de tudo. Nós vemos que hoje se toma muito mais cuidado em se fazer um *lockdown*, em se fazer um afastamento social mais agressivo. É o conhecimento.

Em 2021, temos um cenário mais interessante, com algumas vacinas previstas no mundo inteiro. Estamos trabalhando para que o Brasil conte com as melhores vacinas disponíveis e possa imunizar, e bem, a nossa população. Esses pontos serão detalhados pelo Secretário-Executivo, Élcio Franco.

Já foram distribuídos quase 9 milhões de testes RT-PCR para todo o País desde o início da pandemia. Os Estados e os Municípios já têm à disposição consigo um quantitativo de cerca de 2 milhões de testes hoje. E o Ministério da Saúde ainda dispõe de um quantitativo em torno de 6 milhões de testes. A partir de agosto, passamos a realizar 1 milhão de testes mensais, após a estruturação e a ampliação da rede dos Laboratórios Centrais (LACENs) nos Estados e das plataformas de ampliação de realização de testes em Fortaleza, Rio de Janeiro, Curitiba e São Paulo, de forma a atender as necessidades de testagem dos Estados e dos Municípios. Isso será explicado com mais detalhes, mas vou colocar novamente: quando o ministério adquiriu milhões de testes – é claro que, na sequência, é preciso organizar logisticamente laboratórios e estruturas de testagem. Isso não é feito do dia para a noite –, o ministério trabalhou com os Estados, capacitou pessoal com os Estados, estruturou os LACENs e construiu quatro centros de testagens, multiplicando a capacidade de testagem por dez, para nós chegarmos a números compatíveis com a nossa demanda populacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante ressaltar que esse volume é absolutamente necessário, pois, caso um Estado necessite de aporte emergencial, precisamos ter testes para atender. Tal número em estoque é compatível com um país de 212 milhões de habitantes. Cabe lembrar que os Estados não possuem local para armazenagem tão ampla de testes. Então, nós atendemos por demanda. E, se a gente observar que, em agosto, setembro e outubro, nós estávamos numa linha de queda, a demanda também diminui – a demanda de teste também diminui. Quando dá um novo repique, uma nova subida, a gente tem uma procura maior de testes também. Isso faz parte do sistema de demanda, ou seja, quem dá a primeira resposta é o médico, com o seu diagnóstico clínico, que pode ou não solicitar o teste. E essa demanda por testes começa na ponta da linha, vai passar pelo Estado e vai chegar para nós por demanda, e nós vamos atender. Nós temos capacidade de atender o que for necessário aos Estados. Esta é a grande logística: é ter capacidade de atender o que lhe é demandado, e não apenas empurrar quantitativos para a frente, no processo.

O Programa Nacional de Imunizações distribui anualmente 300 milhões de doses de vacinas. Há mais de 37 mil salas de vacinas existentes no Brasil. A nossa rede de frios gira entre 20 graus negativos e 8 graus positivos. Estamos adquirindo 300 milhões de seringas e agulhas para essa vacinação específica, e estão sendo repassados os recursos, em torno de R\$42 milhões, para a modernização de parte dessa rede de frios do PNI. Esses pontos serão esclarecidos pelo Roberto Dias, Diretor de Logística do Ministério da Saúde.

Dessa forma, mais uma vez agradeço a cada um dos Srs. e das Sras. Parlamentares pela oportunidade de expor a verdade e as tratativas que nós do Ministério da Saúde buscamos incansavelmente, todos os dias, para melhor atender as demandas da saúde da população brasileira. Cito aqui também a preocupação do Presidente Jair Bolsonaro em buscar, junto com este ministério, a cura para esta pandemia. E, em breve, começaremos a vacinar tanto a você que nos assiste e a todos os milhões de brasileiros que precisarão dessa vacina.

Era isso o que eu tinha para dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado pela atenção. Eu estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro Eduardo Pazuello.

Neste momento, como nós tínhamos falado na introdução da reunião e explicado a todos os presentes, eu passo a palavra – para os seus questionamentos – ao nosso Relator, o Francisco Jr. (*Pausa.*)

Francisco Jr. Deputado Francisco Jr.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – Já tenho som.

Bom dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Bom dia aos demais Senadores e Deputados, à imprensa e, de forma especial, ao nosso convidado de hoje, o Ministro Pazuello, e a toda a sua equipe.

Ministro, se não me engano, a última vez em que o senhor esteve aqui foi justamente na manhã do dia em que o senhor fez o lançamento – uma das perguntas nossas foi sobre a testagem – do programa de testagem. Naquele momento se destacou muito a sua habilidade com logística. E hoje o que traz o senhor aqui é justamente essa situação que ocorreu.

Eu vou ler as perguntas, porque meu tempo hoje é curto. *(Falha no áudio.)*

... vão ser muito breves aqui, Presidente.

Ministro, primeiro, mais uma vez eu o parabeno pelo trabalho. As dificuldades acontecem e existem para serem superadas.

Vamos lá.

O Programa Diagnosticar para Cuidar, do Ministério da Saúde, teve início em junho, três meses após o início da pandemia. Quais são as dificuldades encontradas até o momento para a implementação do programa? Em algum momento houve falta de testes para envio aos Estados e Municípios? Quando chegou o primeiro lote e qual foi a quantidade de testes coreanos comprados por meio da Opas? Quantos testes foram utilizados desde a entrega? Qual setor do Ministério da Saúde estabeleceu estratégia de compra e distribuição desses testes? O senhor pode explicar essa estratégia e em que momento seriam utilizados? Qual a justificativa para a estocagem desse grande volume de testes para o Covid-19 até o momento e quais são os planos para sua distribuição?

Eu entendi que o senhor já fez alguns comentários sobre essa matéria e que ela será detalhada pelo seu assessor – tudo bem. Na sua resposta, parece que o senhor se atém ao aspecto de estratégia política com relação a isso, principalmente com relação à distribuição para os entes subnacionais.

Eu gostaria de saber também, Ministro, qual é a quantidade de testes RT-PCR disponíveis nos Estados. O Brasil, desde o começo da pandemia, tem sido considerado um país que testa pouco e esse tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sido um dos problemas. O que o senhor acha necessário para que a testagem seja ampliada? É necessário ampliar a capacidade de avaliação das amostras coletadas?

Outra pergunta: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) fará uma análise com relação à possibilidade de ampliação do prazo de validade desses testes. Se o prazo de vencimento não for expandido, qual a capacidade de processamento de amostras pelos LACENs até o prazo de validade, que é 21 de dezembro de 2020, praticamente três semanas até essa data? Considerando 7 milhões de testes, que é o número que nós temos, os LACENs deveriam ser capazes de processar então mais de 300 mil testes por dia, o que parece não ser viável. Além disso, eu gostaria de saber se existem insumos suficientes para todo o processo de testagem, como coleta, extração do material genético e amplificação. O Ministério da Saúde já tinha conhecimento do prazo de validade desses testes? Por que houve tanta demora para solicitar à Anvisa a análise de ampliação do prazo de validade desses exames, até mesmo considerando a segunda onda? Se a Anvisa não der o aval para a ampliação, perderemos 7 milhões de testes que seriam muito importantes na contenção dessa segunda onda.

O teste RT-PCR é considerado padrão ouro para a detecção do SARS-CoV-2. Entretanto, no caso de uma extensão da validade dos testes que não seja tecnicamente orientada, pode ocorrer o aumento de risco de falsos negativos ou falsos positivos devido à perda da especificidade e sensibilidade do exame. Foi noticiado pela imprensa que esse mesmo teste possui prazo de validade diferenciado em outros países. O senhor sabe explicar o motivo de o prazo de validade dos testes adquiridos pelo Ministério da Saúde ser menor em relação ao mesmo produto comercializado em outros países? Qual o custo unitário desses testes RT-PCR? Conforme o acordo de compra, foi feita uma carta de troca? Trata-se do instrumento legal que prevê a obrigação de substituição do material próximo ao prazo de validade. Nós temos alternativa de substituir esses testes por outros que tenham uma validade maior para a gente ter um prazo mais extenso, pensando na possibilidade do que está se chamando de segunda onda, mas independentemente da segunda onda, da prorrogação da pandemia?

Existem alguns casos em que a vacinação é obrigatória. Por exemplo: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe que é obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. Além disso, a Lei nº 13.979, de 2020, estabelece que, para o enfrentamento da pandemia, as autoridades poderão adotar a determinação de realização compulsória de vacinação. O Ministério da Saúde pretende realizar campanhas de vacinação para aumentar o percentual de pessoas aderentes a essa importante estratégia de contenção do vírus? Se for decidida a compulsoriedade da vacinação, como será a atuação do Ministério da Saúde?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou me ater, Ministro, a esses dois aspectos de um trabalho tão importante que o senhor vem realizando.

Presidente, são as perguntas que eu tinha no momento. Acho que fiquei no tempo que o senhor me deu.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Exatamente.

Passo a palavra ao Ministro Pazuello, para as respostas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Deputado, são perguntas rápidas, diretas, mas são muitas. Eu anotei o que eu pude e vou tentar bater todas. Está aqui. Foi uma... Fiz aqui uma... Como é que chama aquilo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Não, é... Você pega do além...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – Fiz uma taquigrafia! Fiz uma taquigrafia aqui, mas acho que peguei tudo. *(Risos.)*

Bem, eu gostaria de iniciar minha resposta, porque eu tenho um pouquinho de tempo ainda... Peço desculpas aí ao restante do pessoal que ainda tem a apresentar e quero dizer aos senhores que eu gostaria de colocar duas ideias aqui, para que a gente pudesse equalizar, falar a mesma linguagem, e eu não gostaria de colocar isso como uma coisa definitiva ou que tem que ser dessa forma, mas há um objetivo quando a gente fala sobre uma pandemia e suas ondas, porque, com a pandemia, pela literatura e como o ministério se posiciona e a gente discute entre os secretários, fica muito claro que, quando nós chegamos a uma pandemia, em tese nós passaríamos por quatro ondas.

Isso é uma coisa que a gente pode chamar do nome que quiser, mas nós teremos quatro grandes consequências e reflexos de uma pandemia – vou colocar dessa forma –, e, quanto a isso, não se tem escolha, porque a pandemia traz esse tipo de resultado.

A primeira grande consequência e reflexo são a contaminação, as doenças, as mortes, que são terríveis, e eu aproveito esta oportunidade aqui para me solidarizar com todas as famílias e pessoas que perderam seus entes. É uma oportunidade que não posso deixar de colocar. É muito duro, e fica aqui a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha solidariedade, meu respeito a todos. Meu respeito também à equipe de saúde que está trabalhando e se arriscando, mas essa pandemia terá quatro consequências e reflexos ou quatro ondas.

A primeira é esta que vivemos, que tem variações: sobe, desce, sobe mais um pouco, desce mais um pouco, estabiliza, mas ela não vai passar a zerar. O coronavírus vai existir entre nós. Algo acontece, algo... Nós temos o inverno, nós temos a mudança de cultura, nós temos aglomerações em festas, nós temos eventos como as eleições nacionais, do tamanho do Brasil.

Uma outra coisa... Eu vou colocar uma coisa que eu falei outro dia aqui: se todo o processo eleitoral dos Municípios, com todas as campanhas, aglomerações e eventos, se isso não causa nenhum tipo de aumento de contaminação no nosso País, então, não se fala mais em afastamento social, nós podemos falar em outra coisa. Mas algum reflexo tem que ter tido. Se esse vírus se propaga por aglomeração, por contato pessoal, por aerossóis, e nós tivemos a maior campanha democrática que poderia haver no nosso País, que é a municipal, nos últimos dois meses, se isso não trouxe nenhum tipo de incremento ou aumento em contaminação, nós não podemos falar mais em *lockdown* nem nada.

É claro que há um pequeno aumento por isso. É claro que há uma pequena – quer dizer, desculpe, vou usar outro termo... É claro que há uma mudança de fluxo, de linha, da nossa senoide – ela sobe. Coisas acontecem, e ela sobe; coisas acontecem, e ela cai. Isso é observação e conhecimento. Essa é a primeira onda.

A segunda onda, que faz parte da pandemia, são as doenças que não são tratadas, que vão impactar e impactam o tempo todo o sistema. Então, são pessoas que não foram procurar atendimento médico, ou que estavam com a cirurgia eletiva descartada naquele momento, ou que estavam com medo de se contaminar, ou por falta de conhecimento, ou porque a estrutura estava comprometida para atender a Covid. E esse represamento vai chegar, e já chegou.

Então, a segunda onda é tão grande quanto a primeira, com relação à saúde das pessoas impactadas. E eu estou trabalhando os recursos... Estamos trabalhando os recursos da pandemia para a segunda onda. É o mesmo recurso, é a mesma pandemia, com a sua segunda onda.

As terceiras e quartas ondas precisam ser compreendidas como resultado já da crise econômica que vem daí, com a violência doméstica, com o feminicídio, com os estupros domésticos, finalizando na sua última onda com a saúde mental, chegando ao suicídio e à automutilação. Isso está acontecendo no nosso País, são as quatro ondas da pandemia. Nós não podemos confundir. E elas estão todas cobertas pelo que nós estamos fazendo. Nós estamos combatendo quatro ondas, não apenas a contaminação, não apenas o tratamento da Covid. É muito importante que os Srs. Parlamentares entendam isso. O trabalho é muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior, não se restringe a conter contaminação, não se restringe a combater a Covid-19. É a pandemia como um todo.

Outros surtos que já estão acontecendo na Europa, com novas cepas desse vírus, têm que ser observados. Chegam para nós informações de que são já surtos de nova cepa. Isso é uma nova contaminação. E sim, pode contaminar uma nova cepa quem já teve contaminação da cepa anterior. E assim as coisas vão seguindo até nós termos a vacina e o antiviral. O que vai nos dar normalidade no futuro breve é nós termos a vacina e o antiviral. Sem isso, nós temos que lidar com consequências e reflexos do que acontece.

Desculpem-me, eu devia ter falado isso na primeira apresentação. Vou me ater agora às perguntas do Relator.

A estratégia de diagnosticar para cuidar é uma estratégia que realmente começou há três meses, como falou o Deputado. É muito pouco tempo. Ter uma estratégia e todas as linhas do que tem que ser feito está acontecendo nesses três meses. Então, muita coisa foi feita – muita! Construímos quatro centros de testagem no País – quatro! – do zero. Nós reorganizamos todos os LACENs, aumentando sua capacidade. Essa é a logística de processamento. Fizemos estruturas com os Estados e Municípios para fazer a testagem, e aí o deslocamento para o Lacen e os deslocamentos para os centros de testagem. Essa é a grande logística de testagem. E o programa, desculpe, a estratégia de diagnosticar para cuidar está exatamente seguindo nessa direção. O Arnaldo vai detalhar a estratégia. Eu vou me ater apenas a dizer que no tempo que nós temos ela está funcionando e está sendo muito eficaz em termos de capacidade de processamento e de disponibilização de vacina.

Os Estados receberam todos os testes que demandaram. Sim, nós atendemos todas as demandas dos Estados.

Falta de teste. Na nossa interpretação, todas as demandas foram atendidas. Volto a colocar aos senhores que o ministério se posiciona recebendo a demanda. A gente trabalha com os secretários, mas a demanda vem e a gente entrega.

Quanto à quantidade de testes, é óbvio que o ministério adquiriu uma quantidade boa de testes lá atrás, mas contava com a logística de estruturação que nós estamos fazendo. Não foi simples fazer a estrutura de processamento. E isso aconteceu nesses últimos quatro, cinco meses de trabalho, durante a pandemia. Isso tudo foi feito, e a quantidade de testes que a gente recebeu se tornou compatível. Mas eu gostaria de colocar por que eu acho que ela ficou compatível. Porque nós alteramos o diagnóstico para diagnóstico clínico do médico. É o verdadeiro diagnóstico. O verdadeiro diagnóstico não é o teste, é o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnóstico clínico, porque o teste pode ser falho. É o médico que diagnostica, e pode se basear numa tomografia, pode se basear na epidemiologia dos casos em torno, pode se basear apenas na anamnese, nos sintomas que ele está vendo. Não é o teste que diagnostica; é o médico. E não era assim. Essa mudança altera também a quantidade de contaminação. Hoje nós temos pelo Brasil milhares e milhares de médicos diagnosticando e notificando. Nunca deveria ter sido diferente. Isso está nos dando o número mais real de contaminação. E às vezes não é o teste que vai resolver, é o diagnóstico do médico. Então, a quantidade de testes eu acho que é compatível sim.

A compra e a distribuição desse material seguiram toda a linha das leis. Foi comprado pela Opas em parceria – é a nossa grande parceira internacional. E a distribuição... É importante colocar que esses testes foram colocados nos nossos depósitos em Guarulhos com capacidade de estocagem e armazenamento de primeiro mundo. Então, em grandes quantidades de volume, isso permite que a gente tenha um padrão de manter esses testes em uso da melhor forma.

Bem, vamos colocar uma ideia aqui. Nós nunca aqui partimos da premissa de que os testes vão vencer agora em dezembro. É preciso compreender uma coisa: os testes, quando foram comprados... As validades dos testes estão para 2021, para 2022 e até para 2023 – do que compõem os testes. Sobre a caixa do *kit*, quando chegou, à época, foi feito um registro inicial com a Anvisa e a empresa, dando uma validade pequena, emergencial para iniciar o uso, que é bem pequena, de oito meses. Essa validade inicial seria e será renovada, porque todos os componentes dos testes, como foi apresentado na Comissão Externa da Câmara, têm a validade muito mais estendida. Nós sempre soubemos disso. Isso não é uma novidade.

O processo de revalidação já começou há muito tempo. As discussões com a empresa, as discussões técnicas com a Anvisa são anteriores, não são de agora. O processo vem caminhando. "Ah! Aconteceu agora". Mas ele começou há muito tempo, ele não começou agora. Essa é uma coisa importante de ser colocada. Isso já vem sendo tratado tanto com a empresa quanto com a Anvisa.

O plano de distribuição. Eu volto a colocar que nós trabalhamos, primeiro, na capacidade de processamento. Em cima da capacidade de processamento daquele lugar ou daquela cidade, ou daquele Lacen, nós disponibilizamos os testes, mas, em cima de uma demanda do Estado, que reúne as demandas do Município. Esse é o plano.

A quantidade de PCRs hoje no Estado é de em torno de 2 milhões de testes. Eu ia falar 1,8 milhão, mas é de em torno de 2 milhões de testes. Esse 1,8 milhão que há nos Estados estão sendo utilizados normalmente por demanda. O médico demanda, faz o teste, vai para o Lacen. Então, não é que o Estado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não está usando; o Estado está usando aquilo que lhe é demandado. Isso faz com que a gente verifique que é uma curva de demanda e oferta: se cai a contaminação ou cai o senso comum – é diagnóstico clínico, diminui a pesquisa, diminui a procura –, cai a procura por teste. Se isso sobe, sobe a procura por teste. Os Estados começam a usar, vamos demandar, e a gente entrega.

E, sim, será renovada essa validade – não vejo nenhum motivo para não. E sim, nós vamos ter testes, normalmente, para atender às demandas dos Estados.

Ampliar a testagem. Testar não é para diagnosticar, testar é para fazer uma estratégia epidemiológica.

Testar não é para diagnosticar, testar é para fazer uma estratégia epidemiológica. E, sim, isso está dentro da estratégia macro que o Arnaldo vai colocar. Essa é uma coisa em que a gente sempre bate também. Não é apenas entregar o teste para dar o diagnóstico. É preciso fazer testes em grupos, em áreas, em percentuais da população, para definir estratégias epidemiológicas. Esse é o grande uso do teste.

Já falei do processo de validação da Anvisa, que está caminhando. Não há nenhum percalço nisso daí.

A capacidade de testagem está ampliada em quase dez vezes.

Qual é o total que a gente tem agora, Arnaldo? Qual é o total de toda a capacidade de processamento?

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS (*Fora do microfone.*) – No processamento, são cerca de... Hoje fazemos 250 mil testes por semana.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (*Para expor.*) – Algo em torno de um milhão por mês é a nossa capacidade de processamento, podendo chegar, com algumas ampliações, a até dois milhões de testes. Essa é a capacidade de processamento à qual podemos chegar; vamos caminhar para isso.

A validade de outros países... Esse é o processo da nossa agência. A agência decidiu dar, junto com a empresa, uma validade reduzida inicial, emergencial, para uso imediato, para, depois, haver o processo de revalidação. É exatamente o que a gente está vivendo. Não há algo diferenciado. Outras agências, outras reguladoras de outros países seguiram outros caminhos.

Quanto ao custo de cada PCR, é importante colocar aqui que o PCR envolve oito etapas. Às vezes, o cara quer saber... A gente fala do custo, do que o custo tem que ser, mas o custo não é apenas do *swab*,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do tubo etc., etc. Quando você fala do custo de um PCR, você tem que pegar desde a capacitação da equipe que está ali até os extratores, o Lacen, a logística, todo o conjunto. É um teste caro. É um teste caro no conjunto da obra. Quando você pega um item, por exemplo uma pequena parte do processo, quatro etapas das oito ou nove etapas, eu lhe dou um preço. Mas, se você quiser saber todo o conjunto da obra, eu vou mandar detalhar todo ele e lhe passo um número bem claro da coisa. Mas, para efeito de compra...

Fale-me, Dlog, qual é o *kit*. No que consiste o *Kit*?

Fale, Arnaldo.

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS (Para expor.) – Bom dia, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas!

Ministro, o *kit* consiste dos reagentes para a amplificação após a extração do material genético do vírus. Então, o *kit* de amplificação hoje custa R\$42 por reação. São R\$42 por reação o *kit* que nós adquirimos da Seegene, que hoje foi adquirido pela Opas.

O SR. EDUARDO PAZUELLO (Para expor.) – O.k.! Obrigado, Arnaldo.

Deputado, essa é só uma parte do processo. Eu preciso dizer para o senhor que, quando a gente aprofunda, a gente observa que esse custo vai agregando valor.

Depois, vamos dar, Arnaldo, uma resposta, com todas as etapas, valor por valor, até o cara receber o papel em mão, até o cara receber o papel do resultado, sobre quanto isso custou. Obrigatoriedade. Senhores, até o momento – e essa é a posição do Ministério, falo pelo Ministério, falo também em consonância com o Presidente da República –, a nossa estratégia será de não obrigatoriedade da vacina, trabalhar com campanhas de conscientização, trabalhar com disponibilidade em todas as pontas e trabalhar pelo padrão da vacina, uma vacina campeã, uma vacina com resultados, sem colaterais. Quando isso começar a dar resultado, é o contrário: nós achamos que a procura será muito grande, e não a obrigatoriedade. Então, essa é uma posição em que o Ministério aposta. Aposta na excelência da vacina, porque só passará por nós a vacina com essa excelência – quero deixar isso claro, a vacina terá que ter excelência –, e em uma grande campanha de conscientização. Com isso, nós vamos ter uma procura muito grande, e não uma obrigatoriedade.

Acho que essa é a posição. Claro, nós estamos aguardando a posição do STF. O STF vai fazer o julgamento da obrigatoriedade. Isso também faz parte do nosso País, dos nossos Poderes. Nós vamos nos defender e apresentar nossas ideias, e os juízes vão definir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, o Élcio está colocando aqui... No fechamento do plano da vacinação, fechamento final dele mesmo – lembro que ele só pode acontecer quando nós tivermos as vacinas definidas, já registradas, prontas –, alguns detalhes de logística podem mudar. Para uma vacina são 14 dias, 28 dias, uma dose e meia, duas doses, qual é a temperatura, e por aí vai.

Uma outra coisa que é fundamental nós falarmos é custo, preço. O grande diferencial da AstraZeneca/Oxford é que é preço de custo durante a pandemia. Então, o preço é US\$3,75 por dose. É quase um terço a menos do que os preços médios das outras vacinas, chegando a ser quase oito vezes a menos do que algumas vacinas, e há o compromisso da AstraZeneca/Oxford de, enquanto houver a pandemia, esses preços serem todos só de custos, e não de lucro. Isso é uma coisa importante de ser colocada. É um diferencial. Então, as nossas câmaras, nossos conselhos de preços estão atentos. Há produtores que vão nos apresentar números de 12, 11, 10, 18, 20 dólares, e isso tem que ser pensado também, para que se evite dano ao Erário. Então, os valores também fazem parte do nosso processo decisório.

Deputado, espero ter respondido, pelo menos preliminarmente, às suas perguntas. Obrigado. Foram todas muito lógicas, e facilita o processo de explicação das coisas. Está na mesma linha. Vou pegar o telefone, daqui a pouco, e vou ligar lá para o Palácio, para ver se eu vou conseguindo ficar mais, mas eu estou à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ministro Pazuello, a gente agradece muito a V. Exa.

Sei que esta audiência pública é uma das mais concorridas que nós tivemos neste ano, com uma participação quase completa de seus membros e de seus suplentes, além de Parlamentares não membros.

Então, isso é extremamente interessante, chamou muito a atenção da Comissão. A presença aqui está total! Quero agradecer muito a todos os Senadores e Deputados que fazem parte.

Nós tínhamos combinado – quero explicar também para os Senadores que chegaram depois de iniciada a audiência – que, como o Ministro foi convocado pela Presidência da República, nós iniciáramos às 9h30, de tal forma que ele pudesse correr às 10h30, exatamente agora, para atender à Presidência da República. Ele colocou todos... Vocês viram, a Mesa está composta de todo o seu secretariado e do seu Secretário-Executivo.

Quem vai acompanhar o senhor na audiência com o Presidente da República é o Senador Eduardo Gomes, e ele está aqui presente... Eu estou tendo muita dificuldade de conduzir esta audiência, uma das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais difíceis para mim, porque nós mudamos toda a formatação regimental das nossas conduções anteriores, e vocês todos observaram isso. O Senador Eduardo Gomes vai acompanhar o senhor na audiência no Palácio e pede aqui agora, exatamente devido a ele ter que sair, para falar e acompanhar V. Exa. ao Palácio do Planalto.

Então, eu passo aqui, por conta e risco, para uma palavra rápida ao Senador Eduardo Gomes, porque ele vai também se retirar para acompanhar o Ministro.

Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Pela ordem.) – Senador Confúcio Moura, colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, eu não vou tomar o tempo da Comissão, porque sei que nós estamos em uma situação de consulta, fiscalização, colaboração e uma série de providências com relação a essa expectativa, que ainda perdura, das providências com relação à segunda onda do Covid, mas eu não podia deixar de cumprimentar o Ministro Pazuello, no acompanhamento que nós fizemos, pela Liderança do Governo e como Senador da República, dos esforços do Ministério da Saúde para ajustar e apoiar os Municípios e Estados brasileiros.

E a minha atenção especial neste momento é para fazer um reconhecimento público, Presidente Confúcio Moura, ao Ministro da capacidade, da grandeza e do espírito público desta Comissão, que é mista, que é plural, de partidos da oposição, do Governo, da situação, partidos de centro, pela seriedade com que esta Comissão orgulha o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, no nível das tratativas e do espírito público que permeia as ações desta Comissão. Então, ao cumprimentar o Ministro pelo seu trabalho, pela sua disposição, eu também faço este registro, por ser um Parlamentar que acompanha as ações da Comissão: nos anos que tenho de Congresso Nacional, nessa pouca experiência, vi poucas Comissões agirem com tanto espírito público, com serviço de qualidade, para uma causa tão importante como é a do combate à pandemia da Covid-19.

Então, ficam aqui os meus cumprimentos, este breve cumprimento aos colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras e, pela condução brilhante, ao nosso querido Senador Confúcio.

Era só isso. Muito obrigado.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Gomes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Parlamentares, nós vamos retomar o rito normal da nossa audiência pública. Ela está ficando longa, porque o Ministro, que era para ficar pouquinho tempo, ficou mais, com as respostas. Agora, nós vamos continuar com a apresentação do ministério.

Eu tenho aqui na minha mão exatamente 12 inscritos para fazer indagações. Vamos correr para que a gente possa atender a todos. Até esta presente data, todos os Parlamentares aqui conseguiram falar. Vamos trabalhar nesse sentido.

Eu passo a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Élcio Franco, para sua apresentação. Tudo aquilo que foi falado pelo Ministro, ilustre Secretário-Executivo Élcio Franco, o senhor pode saltar. Fique bem à vontade. O senhor tem um tempo não longo: vamos ficar entre oito e dez minutos.

Com a palavra o Cel. Élcio Franco.

O SR. ÉLCIO FRANCO (Para expor.) – Senador, bom dia a todos.

Eu espero tentar substituir à altura o nosso Ministro, que teve que se ausentar, mas nós estamos ladeados aqui dos nossos secretários finalísticos e, seguindo uma programação que nós havíamos estabelecido com o Ministro previamente, nós vamos passar a aprofundar os esclarecimentos das palavras do Ministro. Então, nós iremos contribuir com informações, com uma apresentação do Secretário Hélio sobre a prospecção de vacinas, que é um trabalho diurno nosso, com acompanhamento do desenvolvimento das vacinas que estão citadas no mercado e na imprensa; com uma informação mais detalhada do Secretário Arnaldo, da SVS, com alguma coisa em relação a PNI e a testagens; e com uma apresentação do Roberto, do Departamento de Logística, que vai falar sobre a nossa capacidade e o processamento da logística, que é demandada ao Delog por intermédio das secretarias finalísticas, conforme as demandas técnicas vão sendo preenchidas, quando nos é solicitado apoio de Estados e Municípios. Então, eu solicito autorização para passar ao início da apresentação do Secretário Hélio Angotti Neto, Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Doutor, eu só vou controlando aqui o tempo. O senhor pode ir transferindo, e eu vou controlar o tempo.

O SR. ÉLCIO FRANCO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO ANGOTTI NETO (Para expor.) – Senhoras e senhores, Deputados e Senadores, eu agradeço a oportunidade de estar aqui, nesta Casa, com vocês, dando transparência aos atos, tendo esta oportunidade de interlocução com aqueles que representam o cidadão.

Assim como todo mundo, eu gostaria muito que nossas soluções todas fossem para ontem, pois eu tenho familiares que estão em grupos de risco, eu desejo soluções para eles, eu desejo proteção para minha família e para meus amigos, assim como todos nós, mas o meu papel aqui é o de trabalhar em termos técnicos, científicos como médico, doutor em ciência, que precisa prezar pelos parâmetros científicos e bioéticos que garantam a segurança para o nosso cidadão. E é essa a minha missão aqui no ministério, acompanhando as evidências científicas.

Esse acompanhamento vem ocorrendo por meio de diversas reuniões. Então, no próximo eslaide, nós temos aí, por exemplo, as reuniões ocorridas entre 16 e 20 de novembro de 2020 – laboratórios que estão em fase III que se reuniram com o ministério.

Esse é um curto período, e nossas reuniões abrangeram muitos outros, como já foi falado pelo Ministro. Então, essas reuniões têm acontecido.

No próximo eslaide, algumas orientações que temos passado às desenvolvedoras de vacinas para Covid:

- uma impossibilidade de aquisição de produto sem registro na Anvisa. Entendemos que a Anvisa é um passo de segurança, e nós estamos falando de uma imunização que é aplicada em pessoas saudáveis. Então, o princípio da não maleficência tem que ser muito bem pesado, tem que ser muito bem aplicado;
- possibilidade de uma carta de interesses ou um memorando de entendimentos não vinculante enquanto não houver registro na Anvisa;
- solicitação de informações técnicas. O Ministro pontuou que existem questões logísticas, técnicas, científicas, comerciais. Então, o que nós sempre martelamos e sempre enfatizamos é: eficácia e segurança da vacina; características como: forma farmacêutica, temperatura, transporte, armazenamento, diluente, via de administração; e sempre questionamos acerca do *status* da submissão contínua de documentos à Anvisa.

Próximo eslaide.

Nós temos, por exemplo, fruto desse trabalho, um relatório que é este aqui – já existe o *link* aí também. Ele será atualizado periodicamente e tem o objetivo, justamente, de dar transparência a todas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas reuniões, a toda essa prospecção, a essa pesquisa que é feita, com muita seriedade, há meses pelo Ministério da Saúde.

O próximo.

Nós temos aí as etapas. Também é sempre bom lembrar que há várias etapas, e essas etapas não são exclusivas do Brasil. Nós temos, por exemplo, uma vacina que já foi preliminarmente aprovada no Reino Unido e ela ainda vai passar pelo JCVI, que é uma comissão que é equivalente ao PNI, aqui do Brasil, o nosso Programa Nacional de Imunizações. Então, ela ainda será estudada para ver qual o público-alvo. Então, lá eles também têm esses processos de segurança. E eu entendo, assim como os demais técnicos do ministério, que esse processo é um processo que visa garantir o benefício ao cidadão, dentro de limites éticos, técnicos e científicos de segurança. A gente precisa zelar por isso. Então, tudo começa na fase pré-clínica; há uma aprovação pela Conep, que trata da questão ética da pesquisa, e pela Anvisa, que trata da questão de segurança, para que isso então, essa pesquisa, entre na fase clínica; na fase clínica, há as fases I, II, III, em que vai aumentando o número de pessoas que participam dessas pesquisas; até que, finalmente, passa pela Anvisa, tem o registro, passa pela câmara de regulação econômica, a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, que é a Cmed, onde essa opção de vacina é precificada; e passa pela Conitec para ser incorporada ao SUS e, enfim, distribuída pelo PNI.

No próximo eslaide, nós temos o histórico de monitoramento dessas vacinas, que hoje chega a 270 vacinas monitoradas pelo Ministério da Saúde, mostrando que esse trabalho vem lá desde abril – esse monitoramento contínuo das vacinas.

No próximo eslaide, temos o panorama global dessas vacinas – os países que têm desenvolvido opções –, e o Brasil se encontra entre esses países.

No próximo, temos as plataformas tecnológicas das vacinas, quais são as principais tecnologias envolvidas. A plataforma tecnológica é importante na avaliação científica de segurança, nas ponderações que são feitas acerca disso.

No próximo eslaide, temos também as vacinas em desenvolvimento na fase III, que são aquelas que estão mais perto de alcançar êxito. Tudo depende desse resultado da fase III, que é crucial para que nós tenhamos condições de avaliar eficácia, avaliar efeitos colaterais em parcelas grandes da população. Então, temos aí os diversos proponentes. Eu não vou falar de cada um especificamente. Todos eles estão, de forma bem transparente, colocados no nosso relatório, que é público, é disponibilizado a todos. Inclusive, aproveitando a oportunidade, caso tenham sugestões de implementação de informações,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acréscimos de informações que considerem pertinentes ao relatório do Ministério da Saúde, estamos abertos para acolhimento dessas sugestões.

No próximo eslaide, temos os ensaios clínicos especificamente feitos no Brasil em fase III. Então, temos aí Universidade de Oxford/AstraZeneca; Sinovac/Instituto Butantan; Pfizer; e Janssen.

No próximo eslaide, nós temos então algumas ações estratégicas, reforçando até o que o Ministro disse, para viabilizar a vacina contra a Covid. Então, temos o financiamento de pesquisas brasileiras sobre Covid; a encomenda tecnológica; a adesão ao Covax Facility, dentro do princípio de que estar seguro isoladamente não é segurança real – nós precisamos também ter um olhar além das fronteiras e buscar uma imunização que contemple os países ao redor, que haja uma solução, se ela for benéfica, se ela for segura, que alcance também outras pessoas. Então, o Brasil tem esse olhar que prioriza nosso cidadão obviamente, mas que também é humanitário para fora –; ampliação e diversificação da estratégia por meio da articulação com outros desenvolvedores da vacina; e o PNI, que será bem detalhado pelo Secretário Arnaldo em breve.

Há algumas considerações finais que eu gostaria de enfatizar. O PNI é o maior programa público de imunizações do mundo, como já foi também posto. É um programa estabelecido com uma cadeia logística estruturada envolvendo Estados e Municípios. Há um contínuo monitoramento do cenário técnico-científico das vacinas nacionais e internacionais pelo Ministério da Saúde. Sobre a necessidade de acesso aos resultados conclusivos dos estudos clínicos, nós sempre solicitamos esses resultados, acompanhamos as publicações na literatura internacional. Há uma necessidade de registro da vacina pela Anvisa, como já foi dito. É um elemento de segurança que é crucial para que possamos informar e para que as pessoas tenham a capacidade de decidir, com consciência, com responsabilidade, participar do PNI. Deve-se garantir o acesso a uma vacina que seja segura e eficaz e prezar os princípios bioéticos da pesquisa em saúde: beneficência, olhamos a eficácia; não maleficência, olhamos a segurança; autonomia, respeitamos a dignidade, a consciência; justiça e responsabilidade.

Eu agradeço pela oportunidade e passo a palavra agora ao Secretário-Executivo, ao Secretário Arnaldo.

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero primeiro saudar todos os Senadores e Senadoras na pessoa do nosso Presidente Confúcio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um grande prazer podermos discutir um pouco hoje tanto sobre o plano de operacionalização da vacinação contra a Covid-19 como em relação às questões levantadas sobre o Programa Diagnosticar para Cuidar.

Nós estamos elaborando o que nós chamamos de plano de vacinação contra a Covid-19.

O próximo eslaide, por favor.

Esse plano vai ser um produto de eixos que subsidiarão a operacionalização da Covid 19. O primeiro passo que nós fizemos foi, em setembro, criarmos uma câmara técnica, através de uma portaria da Secretaria de Vigilância em Saúde. Essa câmara técnica, portanto, iria estudar e elaborar toda a operacionalização da vacinação da Covid-19.

Próximo eslaide.

Participando dessa câmara técnica, nós envolvemos os diversos setores do Ministério da Saúde, as diversas diretorias, as secretarias do Ministério da Saúde, mas, para além disso, um olhar externo. Nós chamamos para essa câmara técnica a Anvisa; a Opas; representantes do Conass e do Conasems; representantes dos laboratórios de imunobiológicos do Brasil, como a Bio-Manguinhos, Butantan e Tecpar; representantes do Conselho Federal de Medicina, do Conselho Federal de Farmácia, do Conselho Federal de Enfermagem; representantes de diversas sociedades científicas do Brasil, como a Sociedade Brasileira de Infectologia, de Imunologia, a Sociedade Brasileira de Pediatria, de modo que também convidamos especialistas *ad hoc*, para que pudessem participar da discussão e elaborar, conjuntamente, o nosso plano de vacinação para a Covid-19.

O próximo eslaide.

Quando a gente pensa no plano de operacionalização, qual é o grande objetivo geral? É estabelecer ações e estratégias para vacinar especificamente contra a Covid-19 no Brasil. E quais são os objetivos específicos desse plano? Definir os objetivos e metas de vacinação, definir grupos prioritários, orientar a operacionalização da vacinação, descrever características que estão na fase III, como já falou o Secretário Hélio, estabelecer medidas para uma vacinação segura, descrever a organização da rede de frios e logística para recebimento das vacinas – próximo eslaide –, definir e descrever o modelo de informação para o registro de vacinados e, fundamentalmente, para pensarmos em uma farmacovigilância, para pensarmos nos possíveis eventos adversos pós-vacinação, apresentar indicadores para monitorar o processo de preparação, operacionalização e resultados da campanha de vacinação, orientar a vigilância





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos eventos adversos pós-vacinação, caso ocorram, e propor estudos de pós-*marketing* para o acompanhamento dessa população que foi vacinada.

Quando a gente pensa nesse plano de operacionalização, a gente pensa no Programa Nacional de Imunizações – próximo eslaide –; e quando nós pensamos, Senadores e Deputados, no PNI, no Programa Nacional de Imunizações, nós temos que pensar em um país, e um país que é continental, que tem cerca de 8,515 milhões de quilômetros quadrados, que é formado por 27 unidades federadas, que é composto por 5.570 Municípios e que possui hoje uma população estimada em 212 milhões de habitantes. É neste país que temos que pensar. E para este país esse Programa Nacional de Imunizações tem, hoje, cerca de 38 mil salas de vacinas, que, durante campanhas, podem chegar a quase 50 mil postos. E também tem 52 centros de referências de imunobiológicos especiais. Nós temos, hoje, cerca de 114 mil vacinadores, o que dá, aproximadamente, uma média de três vacinadores por sala.

Próximo eslaide.

Esse Programa Nacional de Imunizações, que distribui, a cada ano, cerca de 300 milhões de doses, que tem, no seu portfólio, cerca de 30 vacinas... Esse Programa Nacional de Imunizações, pelo qual todo brasileiro tem um caráter afetivo, porque todos nós conhecemos o Zé Gotinha... Eu costumo muitas vezes dizer que todos nós, brasileiros, sabemos um pouco o que é esse Programa Nacional de Imunizações, porque todos nós, de alguma forma, em algum momento da nossa vida, já fomos vacinados, mas esse programa também vê situações de estratégias diferenciadas, como fazemos, por exemplo, na Operação Gota, que é desenvolvida junto com o Ministério da Defesa, em atenção às comunidades rurais, ribeirinhas e indígenas situadas em situações de acesso difícil.

É extremamente importante, quando pensamos em uma vacinação, pensar na população que mora em regiões privilegiadas do Brasil, do ponto de vista de IDH, mas pensar também naquela população que está lá em Tabatinga, em Manaus, que está lá no extremo da Região Norte, do nosso Estado de Rondônia, de Roraima, do Amapá. Portanto, é em todo o País que temos que pensar, porque este País ainda conta com estratégia de vacinação em áreas de fronteiras. Este País tem em média 15 mil quilômetros de fronteiras, 121 Municípios localizados em diversos Estados brasileiros e com uma região fronteira com pelo menos dez países da América do Sul.

É nesse sentido que a gente busca uma característica de uma vacina ideal. E qual seria a característica da vacina ideal? Essa vacina deveria conferir proteção contra doença grave e moderada, ter elevada eficácia e segurança, ser capaz de induzir uma memória imunológica; seu uso deveria ser possível





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em todas as faixas etárias e grupos populacionais, por meio de uma dose única, idealmente, e, além disso, com um baixo custo de produção.

Para construir esse plano, nós idealizamos dez eixos de trabalho que nós chamamos de dez eixos prioritários, em que essa câmara técnica vem trabalhando nos últimos dois meses, que são esses eixos que estão aí: situação epidemiológica da Covid-19, atualização das vacinas em estudo, monitoramento e orçamento, operacionalização da campanha, farmacovigilância, estudos de monitoramento pós-*marketing*, sistemas de informação, monitoramento, supervisão e avaliação, comunicação e, por fim, encerramento da campanha.

Os especialistas se dividiram entre esses dez grupos, trabalharam por cerca de dois meses, nos meses de outubro e novembro. E ontem nós tivemos o primeiro consolidado do trabalho desses especialistas numa reunião que foi conduzida e aberta pelo Ministro Pazuello, também com a nossa presença, e coordenada pela Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações, pela nossa querida Francieli.

Quais são os objetivos, portanto, dessa vacinação? O que esse grupo entende como objetivo dessa vacinação? É contribuir para a redução de morbidade e mortalidade, bem como a redução de transmissão de doença. Eu costumo dizer claramente que vacinação é uma estratégia de saúde pública. E, para isso, a gente quer vacinar grupos prioritários com maior risco de desenvolver complicações e óbitos pela doença, bem como vacinar populações com maior risco de exposição e transmissão do vírus.

Nesse sentido, no próximo eslaide, a gente começou a criar critérios para a definição dos grupos. Quais são os critérios fundamentais que nortearam essa definição de grupo? Manutenção e funcionamento dos serviços essenciais – e, portanto, como nós sabemos, os trabalhadores da saúde se encontram entre os grupos mais expostos ao vírus, porque estão na labuta diária, salvando vidas diuturnamente –, além de avaliarmos a situação epidemiológica, em que nós estudamos os grupos que estão mais susceptíveis a maior risco de agravamento da doença e óbito.

O estudo ainda é preliminar – próximo eslaide –, mas os grupos prioritários preliminares foram definidos em quatro grupos. O primeiro grande grupo é chamado trabalhadores da saúde, pessoas com 80 anos ou mais, pessoas com 75 a 79 anos que vivam em situações de longa permanência, em abrigos de longa permanência, e também a população indígena. Na fase 2, pessoas com 70 a 74 anos, 65 a 69 anos, 60 a 64 anos. Na fase 3, as pessoas com comorbidade. E na fase 4, professores, trabalhadores de forças de segurança e salvamento, funcionários do sistema prisional, população privada de liberdade. Claro que esse estudo é um estudo ainda de grupos prioritários, preliminares. E obviamente que esses grupos estão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sujeitos a revisão a depender da segurança e eficácia da vacina que for aprovada pela Anvisa, registrada pela Anvisa.

Para além desses grupos, nós fizemos uma discussão bastante importante sobre a nossa rede de frio nacional. A gente costuma falar que a nossa rede de frio nacional tem três grandes esferas: uma esfera nacional, que é o Centro Nacional de Rede de Frio, que mantém, que faz a guarda de todos os insumos e dos imunobiológicos, mas isso é distribuído logisticamente para as esferas estaduais. Como os senhores sabem, nós temos as centrais estaduais de redes de frio e as centrais regionais de redes de frio, com 27 centrais estaduais e 273 centrais regionais, mas, na ponta, nós temos, na esfera municipal, as centrais municipais de redes de frio com seus CRIEs e salas de imunização, portanto, fazendo o quantitativo de 52 CRIEs e 38 mil salas de imunização.

Mas, para além disso, nós pensamos nessa Campanha Covid-19. Vamos fazer um *site* de campanha, um aplicativo do Conecte SUS, a ficha de eventos adversos, uma distribuição de vacina, um painel que nós chamamos carinhosamente de "vacinômetro", a integração dos dados para termos prontuários eletrônicos e a atualização das salas de vacinas baseada no CNES. Tudo isso está no bojo do que nós chamamos, portanto – próximo eslaide –, de Movimento Vacina Brasil. Por que nós chamamos de Movimento Vacina Brasil? Porque é mais proteção para todos nós.

Com relação ao plano de operacionalização da vacinação da Covid, esses eram os pontos que nós queríamos deixar claro. E nós queríamos entrar agora no outro ponto, que é o programa, na parte da testagem.

Próximo eslaide.

Como já foi dito pelo Ministro e também pelo nosso nobre Relator desta Comissão, e é fundamental para a população brasileira, nós temos o programa Diagnosticar para Cuidar.

Próximo eslaide.

O programa Diagnosticar para Cuidar foi lançado por volta de junho. É uma estratégia nacional de vigilância epidemiológica e laboratorial para a Covid-19.

O anterior, por favor.

A gente diz carinhosamente que temos dois braços: o Confirma Covid-19, que faz os testes moleculares, e o Testa Brasil, que faz o teste sorológico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo eslaide.

O Confirma Covid, que é o que nós vamos discutir mais, pois é pauta das perguntas que foram levantadas, faz basicamente os testes moleculares, o chamado RT-qPCR. Qual é a recomendação do ministério para esse teste? É que seja feito até o oitavo dia do início do sintoma. Como se faz esse teste? É aquele teste que é feito com o cotonete, que nós chamamos cientificamente de *swab*, *swab* nasofaríngeo, que coleta do nariz, teste do nariz, como se chama. Esse é o teste coletado.

Próximo eslaide.

E o que o programa Diagnosticar para Cuidar propôs? Anteriormente havia uma testagem no Brasil que era basicamente relacionada aos pacientes que estavam internados em hospitais e em situações mais graves. Esse era o grande mote da testagem no Brasil. Com o programa Diagnosticar para Cuidar, nós ampliamos para unidades sentinelas, para centros de atendimento ao Covid, em todos os demais serviços e para profissionais de saúde. Qual foi a nossa ideia? Ao paciente sentir quaisquer sintomas de síndrome gripal, não fique em casa, procure a sua unidade básica, porque lá o profissional, o médico, ou prescriptor – que é quem prescreve e solicita o exame – o examinará, fará o diagnóstico e, em cima desse diagnóstico, fará os encaminhamentos necessários de solicitação de exames e a prescrição medicamentosa, se ele assim entender necessário.

Qual é o fluxo dessa estratégia de testagem do programa Diagnosticar para Cuidar?

Próximo eslaide.

Nos serviços de saúde se coletam as amostras, essas amostras são transportadas para o Lacen, que é o nosso Laboratório Central de Saúde Pública, que há em todos os nossos Estados do País. Os LACENs, portanto, fazem essa análise, e se, por acaso, a capacidade de análise dos LACENs se exceder, nós criamos as centrais de testagem. Assim, temos uma logística em que se retiram essas amostras dos Estados e elas são transportadas para essas centrais de testagem. Essas centrais de testagem se encontram na Fiocruz do Rio, no Instituto de Biologia Molecular do Paraná, na Fiocruz de Fortaleza, e no Complexo Dasa de São Paulo.

Para além disso, o que foi que nós fizemos?

Próximo eslaide.

Nós também fizemos os critérios de confirmação de caso, porque, além do laboratorial, o médico pode confirmar um caso de Covid, tanto do ponto de vista clínico, clínico-epidemiológico, ou clínico por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imagem, e aí é só um eslaide mostrando, na verdade, o quantitativo dos dados de 23/11 com relação a esses dados. Creio eu que a Comissão já recebeu esses eslaides, que, portanto, ficarão disponíveis para os Srs. Deputados e Senadores.

Muito bem, feito esse ponto, qual fora a questão de insumos adquiridos e distribuídos?

Próximo eslaide.

O Ministério da Saúde adquiriu lá atrás 10 milhões de *kits* pela Opas. Além desses 10 milhões de *kits* que foram adquiridos pela Fiocruz em duas grandes compras, tivemos uma doação da Petrobras e da Daan Gene de aproximadamente 650 mil. Quando nós assumimos a Secretaria de Vigilância em Saúde, os das Opas já estavam com programação de entrega. Como os de Bio-Manguinhos eram uma produção de Bio-Manguinhos, nós suspendemos a entrega e solicitamos à Bio-Manguinhos que parasse de produzir, porque nós já tínhamos um quantitativo bastante significativo de *kits* no nosso depósito, digamos assim, no nosso almoxarifado central, de modo que, para *kits* de RT-qPCR, o ministério adquiriu 23,546 milhões.

Próximo eslaide.

Então, veja lá. Nós tínhamos 23,546 milhões testes adquiridos. Foram entregues ao ministério 15,895 milhões; foram distribuídos aos laboratórios 8,817 milhões; e já realizamos 6.270.810. Esta é a data: até 21 de novembro de 2020.

Para além disso, nós também – vamos ao próximo eslaide – adquirimos *swabs*, que são aqueles cotonetes, e tubos, para formarmos o que nós chamamos de *kits* de coleta. Embora muitos Estados e Municípios continuem adquirindo *swabs* e tubos, o chamado *kit* de coleta, o Ministério da Saúde tem ajudado e tem distribuído os *kits* de coleta para todos os Estados e Municípios.

Qual foi o impacto deste programa Diagnosticar para Cuidar?

Próximo eslaide!

É isto aí, Srs. Deputados e Senadores: no mês de junho, nós realizamos 473 mil exames; no mês de julho, 832 mil; no mês de agosto, quase um milhão ou 1,067 milhão; no mês de setembro, quase um milhão; no mês de outubro, 922 mil; e, no mês de novembro, na primeira quinzena de novembro, 626 mil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há que se falar que o programa Diagnosticar para Cuidar não teve um impacto extremamente importante na testagem no Brasil. Quando a gente analisa a posição do Brasil, em abril o Brasil estava na 60ª posição entre 75 países em termos de testagem; hoje, nós estamos na 18ª posição em testagem no mundo. Precisamos melhorar? Precisamos, mas não há de se falar que este ministério não tenha feito um esforço para testar cada vez mais a nossa população.

Próximo eslaide!

Esse é um eslaide que fala o tempo médio de entrega dos exames. Embora tenhamos algumas situações em que... Nos últimos 30 dias, em determinados Estados, pode ser um pouco mais ou um pouco menos, mas, na grande média, a maioria dos nossos resultados é entregue... Em mais de 80% dos Estados, os exames chegam aos laboratórios centrais numa média de 48 horas.

Próximo eslaide!

Com relação a isso, quando a gente olha para o total de testes realizados, entre testes sorológicos e RT-qPCR, nós temos, portanto, um total de 23.191.022 de testes diagnósticos realizados, o que representa, portanto, hoje mais de 10% da população, aproximadamente 12% da população brasileira.

Muito bem! Esses testes...

Próximo eslaide.

Esses testes, como se encontram hoje? Há a grande questão do vencimento desses testes. Como o Ministro falou anteriormente, como está naquele eslaide lá em cima, esses testes receberam uma certificação, um período de validade provisório emergencial pela Anvisa e venceriam em dezembro de 2020. Nós já sabíamos dessa história. Só em dezembro... Não são 6 milhões, como foi dito por determinado veículo da imprensa, que venceriam em dezembro. Em dezembro, venceriam 2,8 milhões, mas, quando você olha os componentes do *kit* – estão aí os exemplos dos componentes do *kit* –, percebe que o prazo de validade deles é muito estendido com relação ao ano; alguns até vencem em 2023.

O que é que nós fizemos? Nós fizemos várias reuniões com a empresa. Chamamos a Seegene, para pedir que eles fizessem estudos de expansão de validade. Esse *kit* que foi adquirido pelo Ministério é um *kit* de péssima qualidade? É óbvio que não! Os *kits* da Seegene estão aí. Todo mundo pode acessar esse estudo que compara os *kits* de RT-qPCR do mundo. O *kit* da Seegene é um dos *kits* que tem melhor sensibilidade e melhor especificidade no mundo. Próximo eslaide.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós pedimos, portanto, uma extensão para a validade desses testes em relação à sua validade original.

Próximo.

Só para mostrar um pouco da linha do tempo, inclusive porque foi pergunta do nosso Deputado, esses testes foram adquiridos no dia 24/04. No dia 02/05 começou a distribuição dos Estados. Em junho nós começamos o Diagnosticar para Cuidar. Hoje, em julho, nós tínhamos uma possibilidade de fazer 40 mil testes de RT-qPCR por dia. No dia 03/11, após várias reuniões com a Opas e a imprensa, nós enviamos oficialmente o pedido de expansão de validade do teste, porque já sabíamos que a empresa já estava fazendo esses estudos. Hoje a nossa capacidade, só nos LACENs, é em torno de 51 testes de RT-qPCR por dia. Quando juntamos com as plataformas, isso chega a quase 80 mil testes por dia. Nós enviamos à Anvisa – a empresa enviou à Anvisa – o estudo de viabilidade estendida pela empresa. E esse ministério enviou à Anvisa o ofício pedindo extensão de validade baseado em estudos pela empresa.

Estou terminando, senhores. Próximo eslaide.

Só para mostrar a data concreta em que nós enviamos o ofício à Opas. Esse próximo está o Seegene, onde mostra o estudo de extensão de validade, concluído pela Seegene.

Próximo eslaide.

Neste está o ofício que nós enviamos à Anvisa solicitando, portanto, o estudo de validade. Ontem mesmo – foi isso, Roberto? – tivemos uma reunião – vai colocar hoje – com a Anvisa. O processo de extensão de validade estará acontecendo.

Srs. Deputados, muito obrigado pela oportunidade. Estou disposto a responder qualquer pergunta que se faça necessária. Obrigado!

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS – Oi.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia.

O SR. ROBERTO FERREIRA DIAS (Para expor.) – Primeiramente, bom dia. O tempo está um pouquinho apertado. Vou ser o mais breve possível. De fato, a apresentação é bem curta. Vamos privilegiar o debate na sequência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer ao Senador Confúcio Moura, Presidente da Comissão Mista, na figura do qual cumprimento todos que nos assistem, os demais Parlamentares, em especial a Senadora Eliziane Gama, Vice-Presidente da Comissão, e o Deputado Francisco Jr., seu Relator.

O primeiro eslaide, por gentileza. (*Pausa.*)

Próximo.

Enquanto Diretor do Departamento de Logística, nós somos responsáveis pela aquisição, especificamente na célula de logística, recebimento, armazenamento, expedição e distribuição dos insumos que são centralizados pelo SUS.

Próximo.

A logística no Ministério da Saúde é centralizada e integrada através de uma empresa logística terceirizada que se chama VTC LOG, sob o contrato nº 59, de 2018. O responsável por essa logística no ministério é o Departamento de Logística, uma célula dentro do ministério que seria a Coordenação-Geral de Logística, e um posto avançado dentro do centro de distribuição em Guarulhos, em São Paulo, que seria a Coadi.

Próximo.

Aí está o centro de distribuição em Guarulhos, onde estão armazenados os medicamentos, que são centralizados pelo SUS e são de responsabilidade do Ministério da Saúde.

É lógico que o abastecimento se torna muito maior que isso, uma vez que Estados e Municípios também possuem a sua administração na aquisição e na distribuição de seus insumos.

Esse espaço fica sob a responsabilidade do Ministério da Saúde. São 36 mil metros quadrados divididos em: área climatizada, que seria a manutenção da temperatura de 15 a 30 graus; refrigerado, de 2 a 8 graus; e agora congelados e maturados, que seria em temperaturas negativas – fica mais evidente que esse seria o caso específico dos testes, a -20 graus, e possivelmente de qualquer outra vacina que tenha que ser armazenada sob temperatura negativa.

Próximo eslaide.

Um breve relato da câmara fria. São praticamente 8 mil posições *pallets*, que estão em expansão para 10 mil posições *pallets*. A nossa área de expedição detém sete docas, das quais quatro para expedição e três para recebimento, e isso pode ser remanejado. Isso permite uma versatilidade muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande, uma vez que a expedição é refrigerada, e a gente pode fazer o que é chamado de *crossdocking*, que seria o recebimento e já a expedição quase que em tempo real – mais para frente, a gente vai passar por esse conceito.

São três câmaras frias, ocupando 7 mil metros quadrados, divididos em 11 ruas na câmara logística. Não há, na América Latina, na América do Sul, nenhuma operação semelhante à operação que o Brasil tem para distribuir os medicamentos no SUS no porte que a gente tem, em que a gente encontra a distribuição.

Próximo eslaide.

Essa estrutura conta ainda, além do centro de distribuição em Guarulhos, com três sedes avançadas, em Brasília, Rio de Janeiro e Recife, que estão também contando neste momento com a ampliação de câmara fria, com término para a segunda quinzena de fevereiro do ano que vem.

Pode avançar.

Contamos com uma frota à nossa disposição de cerca de 150 veículos, devidamente certificados por boas práticas e manutenção de temperatura, em cumprimento às normas da Anvisa. Além disso, temos ainda o apoio em bases avançadas de Brasília, Rio de Janeiro e Recife e também contamos com apoios de subcontratados em todo o Brasil.

Para frente.

Só para poder ilustrar, isto é mais ou menos o que a gente consegue fazer de transporte rodoviário.

No Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a gente consegue colocar uma carga em D+1, que seria o dia de hoje e mais um dia em qualquer Estado, salvo Mato Grosso, em que a gente demoraria D+2, dada a distância. Isso permite que a gente reduza tempo de entrega, reduza risco de cortes de voo. Agora, a malha aérea já está um pouco mais robusta, mas, nos últimos oito meses, ela foi a zero e veio se reconstruindo, quando tivemos o estouro da pandemia. Isso possibilita uma redução no transporte, no custo operacional do transporte, e maior segurança também na manutenção da temperatura, uma vez que, se eu não tiver um corte de embarque, se não tiver que fazer manutenção de temperatura, a gente consegue garantir com maior eficiência essa manutenção de temperatura.

Para frente.

A gente mostrou ali a logística das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regiões Norte e Nordeste. Nós fazemos no Nordeste um *hub* em Recife e, de Recife, transporte rodoviário para todos os outros Estados. Na Região Norte, a gente faz um *hub* em Manaus, transporte aéreo para Rio Branco, Porto Velho e Boa Vista; e um *hub* em Belém, onde a gente desloca aéreo para Macapá.

Próximo.

Isto é só para ilustrar a capacidade em termos de vacinação, que é um dos pontos da nossa reunião. A campanha de vacinação da *influenza* neste ano de 2020 demandou a distribuição de 80 milhões de doses. Essas doses foram distribuídas em torno de 90 a 100 dias. Não tivemos nenhuma expulsão de temperatura ao longo dessa campanha. Então, sem sombra de dúvidas, a distribuição da vacina da Covid é um desafio, mas também nós já temos um bom precedente de boas práticas, inclusive de *benchmarking*, em que conseguimos, sim, atender a distribuição das vacinas da Covid.

O próximo.

E 100% da frota são rastreados por satélite. Quando temos cargas mais sensíveis, como foi no início, com EPI, respirador, contamos com uma parceria com o Ministério da Justiça em escoltas da PRF, com destaque para os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo

Próximo.

No período que podemos contabilizar de janeiro de 2019 até a presente data, nós distribuímos – está aberto mês a mês, vou passar só o consolidado, depois a apresentação fica à disposição dos senhores – cerca de 4,1 bilhões de itens de saúde para todo o País, ao longo de praticamente 24 meses.

Próximo.

Apartado o Covid, isso soma mais de 319 milhões, 320 milhões de itens, totalizando mais de R\$1 bilhão só de itens distribuídos até o presente momento.

Próximo.

Ao longo de todo esse período, foram mais de 27 bilhões de insumos para a saúde distribuídos de janeiro de 2019 a novembro de 2020. Tudo isso é feito com uma parceria muito grande, interministerial. Isso perpassa Ministério da Infraestrutura, que, ao longo do tempo, nos ajudou com a logística internacional; Ministério da Defesa, em que a Força Aérea nos ajudou sobremaneira quando tivemos o problema da queda da malha aérea, quando não havia mais voos comerciais, que são os voos que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

transportam as nossas cargas; Ministério da Justiça, com a escolta das nossas cargas em momentos e em situações mais sensíveis; e Ministério da Economia, com destaque para a projeto de produção nacional de respiradores, em que conseguimos equacionar essa situação.

Próximo.

Senhores, obrigado.

Fico à disposição para as demais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

O SR. ÉLCIO FRANCO – Obrigado ao Roberto. Obrigado, Hélio. Obrigado, Arnaldo.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista, Senador Confúcio Moura, e demais integrantes, nós estamos aqui abertos a tentar esclarecer as dúvidas porventura remanescentes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

Muito obrigado, Cel. Élcio Franco.

Muito bem. Vocês viram que foi uma exposição diferente hoje. Eu falei para todos os companheiros e companheiras que haveria uma alteração do rito tradicional da nossa Comissão. Isso tudo foi feito em acordo ontem – inclusive os tempos.

Agora, nós vamos passar a palavra para os nossos companheiros presentes.

O Senador Wellington Fagundes está pegando um voo de Cuiabá para São Paulo está pegando um voo de Cuiabá para São Paulo e disse que tentaria, posteriormente. Vamos aguardar um pouquinho ele chegar a São Paulo. Ele deve estar chegando.

Então, eu passo, neste momento, a palavra ao Senador Esperidião Amin, que é um dos autores do requerimento. Posteriormente, neste bloco, o Senador Izalci Lucas e a Senador Eliziane Gama.

Então, com a palavra o Senador Esperidião Amin.

Pode falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Pois não, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, em primeiro lugar quero cumprimentar a equipe do Ministro e o próprio Ministro pela exposição. E vou me ater à questão das vacinas, até porque a Senadora Eliziane, que fez a indagação sobre testes, tem a primazia de esclarecer.

Mas só quero fazer um comentário. Neste momento, há uma controvérsia na imprensa midiática sobre o seguinte: este prazo, esta revalidação, esta extensão do prazo de validade já foi obtida? Ou apenas foi solicitada?

Essa é a única dúvida que eu trago à questão de testagem, além das dúvidas particulares que eu tenho pelos testes que foram adquiridos por Prefeituras aqui do meu Estado. Foram feitas aquisições de testes por preços quatro, cinco vezes superiores ao preço médio desses testes do ministério, e nós temos 6 milhões em estoque em Guarulhos e temos Prefeituras aqui no meu Estado – e imagino que no Brasil afora – que fizeram dispêndios vultosos para adquirir testes. Essa é a minha única indagação sobre testes.

Quero me fixar na questão das vacinas. O Ministro falou em talvez uma, duas ou três vacinas que serão úteis ao Brasil – ou seja, poderão esses laboratórios oferecer vacinas em tipo ou seja, padrão de vacina, quantidade e prazo de entrega compatível com as necessidades do nosso continente Brasil –, mas não disse quais. Falou em uma, duas ou três, no máximo. A gente fica imaginando quais são.

Então, eu acho que seria importante dizer que vacinas se pode imaginar que estarão disponíveis, em que quantidade e em que condições de depósito, especialmente quanto ao frio. A engenharia do frio é uma das excelências da nossa faculdade de Engenharia aqui de Santa Catarina, a de Engenharia Mecânica: desde 1983, detém a primazia nacional de tecnologia do frio. Não por acaso, está aqui situada a Embrar, que é a maior planta de compressores de refrigeradores do mundo.

Então, eu queria que fosse precisado o seguinte: que vacinas, quando e qual a orientação que vai ser passada para as secretarias estaduais de saúde, para as confederações de Municípios, que estão tomando iniciativas explicáveis, justificáveis, mas iniciativas autônomas que podem provocar uma grande confusão se não houver uma organização disso.

E aí me dirijo ao próprio Ministro através dos seus assessores. Se não houver um esclarecimento desse plano de imunização no caso da vacina da Covid, feito agora e atualizado à medida que as coisas vão se concretizando, nós vamos ter aqui, como eu já falei antes do início da reunião e quero que o General Peternelli ouça, ordem desunida e não ordem unida. Quando eu digo ordem unida nesse caso, é uma ordenação racional para suportar essas demandas naturais. Quer dizer, quero saber quando eu vou ser vacinado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Já temos uma ordem de prioridade dos cidadãos que me parece racional, que foi exposta hoje e já tinha sido divulgada ontem. Eu acho que esses grupamentos estão corretos, mas transformar isso numa linguagem comum, aceita, fruto de diálogo com as secretarias estaduais de saúde e, pelo menos, com algumas secretarias municipais (*Falha no áudio.*)

... eu acho que é crucial para que nós tenhamos o princípio federativo respeitado, mas com uma ordenação que evite descuidos e, o que é pior, compras afoitas como aconteceram com respiradores e, ao que eu percebo, com os testes também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu solicito ao Secretário-Executivo Élcio Franco que alguém da sua assessoria vá secretariando para anotar as perguntas de cada Senador ou Deputado para depois facilitar as respostas.

Dando prosseguimento, eu consulto... Eu não estou vendo o Izalci Lucas, que é o próximo. Ele mandou uma mensagem de que sairia, mas que voltaria. Então, vou saltar o Izalci Lucas e passar a palavra para a Senadora Eliziane Gama.

Há uma reunião de Liderança. Eu não sei se a Eliziane está na sala. (*Pausa.*)

Ah, está.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo; cumprimentar o Relator, Francisco Jr.; cumprimentar o Secretário. Infelizmente o Ministro não pôde ficar até o final. Eu tinha, inclusive, alguma pergunta mais dirigida ao próprio Ministro, mas quero fazer duas perguntas, Presidente.

A primeira é referente a uma preocupação que é a questão do olhar a partir da perspectiva da ciência e da saúde em relação às vacinas. Eu quero entender... O Ministro colocou, inclusive, que o Governo trabalha com a tática de que não haverá obrigatoriedade em relação à aplicação da vacina. É bom a gente lembrar que o ECA é muito claro em relação à obrigação de vacina, sobretudo para crianças e adolescentes. Inclusive, hoje o programa Bolsa Família é atrelado à condicionante manutenção de vacinas. Então, eu quero até entender como o Governo vai passar por cima de tudo isso e deixar de lado o princípio da obrigatoriedade dessa vacinação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, por exemplo, o Datafolha colocou que, em Recife, depois de todo um debate acerca da questão das vacinas, o percentual de aceitação caiu de 75% para 65%; no Rio de Janeiro, de 80% para 73%; e, em Belo Horizonte, de 81% para 74%. Eu queria saber como é que o Governo vai combater a desinformação e, ao mesmo tempo, também entender o programa em que o Governo estará trabalhando em relação à adesão para, portanto, ter acesso à vacina.

Uma outra pergunta, Secretário, é referente à questão da vacinação: nós temos, por exemplo, hoje a informação de que o Reino Unido iniciará, na semana que vem, uma vacinação em massa, e aí, portanto, a partir da Pfizer. Não há, por exemplo, hoje, do ponto de vista do Brasil, a previsão da implantação de imunizante, a partir do princípio de que esses imunizantes não poderão... Não há perspectiva brasileira em relação ao armazenamento em baixa temperatura, que é o critério em relação à Pfizer. Com a informação, agora, do Reino Unido, eu queria perguntar ao Secretário o que muda para o Brasil.

Ao mesmo tempo também, eu queria entender qual é a posição do Governo brasileiro em relação a esse plano para a aplicação de imunizante, a partir dessa grande informação da Europa, hoje, para todo o mundo. O princípio de não armazenamento em baixa temperatura é um limitador para que tenhamos acesso a essa vacina no Brasil? Eu queria entender um pouco acerca da perspectiva da Secretaria Nacional.

E a última pergunta: eu queria saber... O Governo brasileiro trabalha a questão do plano nacional de vacinação a partir do princípio de que apenas apresentará o plano depois que a Anvisa aprovar as vacinas. Nós temos 212 milhões de brasileiros; ao mesmo tempo, também, nós temos um País continental. Como é que o Governo vai trabalhar a implantação e a expansão, de forma mais rápida, já que primeiro esperará uma definição final, para depois iniciar a apresentação desse plano? Teremos tempo hábil para isso? Como passar de forma muito mais efetiva e poder alcançar a população brasileira de forma mais rápida?

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura, MDB - RO) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

E agora eu passo a palavra para o Deputado Luiz Carlos Motta, substituindo o Senador Izalci. Deputado Luiz Carlos Motta, São Paulo.

Ele estava aí até pouquinha hora...

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP) – Estou aqui, estou aqui, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Opa. Beleza!

O SR. LUIZ CARLOS MOTTA (PL - SP. Para interpelar.) – Um bom dia para o senhor! Eu já fui contemplado, viu, Senador, pelas perguntas do Francisco Jr. e pela explicação do Ministro também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado. *(Pausa.)*

Então, Dr. Élcio, o senhor tem aí, com sua equipe, seis minutos para responder tanto ao Senador Esperidião quanto à Senadora Eliziane Gama.

O SR. ÉLCIO FRANCO (Para expor.) – Muito obrigado pelas perguntas.

Eu vou começar de uma forma mais ampla e, se for o caso, eu vou pedir ajuda para os secretários finalísticos com relação a alguns aspectos.

Então, é importante destacar, como o Ministro falou em suas palavras, que a certidão de nascimento de uma vacina é o seu registro na Anvisa, que é uma agência regulatória que inclusive faz parte de um fórum internacional, devido ao reconhecimento da segurança, da tecnicidade, da importância do seu trabalho. Dessa forma, a gente pode afirmar que, em tese, não há uma vacina no mundo ainda, porque nenhuma vacina foi registrada. Assim, nós não podemos também afirmar que nós vamos adquirir uma vacina. No Brasil, não houve registro ainda também.

Com relação a usarmos mais de uma vacina, como o Ministro falou, é uma possibilidade para que tenhamos uma maior oferta e uma possibilidade para que possamos eventualmente atender a públicos prioritários diferentes, de acordo com a finalização dos estudos, em que verificaremos a segurança e a eficácia dessa vacina. Uma vacina pode ser mais eficaz para uma determinada faixa etária, um grupo de idosos, e aquela vacina será mais oportuna para ser destinada a esse grupo prioritário.

Com relação ao trabalho que o Senador Esperidião Amin citou, da coordenação, ele está sendo feito em coordenação com toda a comunidade científica, com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, com o Conselho Federal de Medicina, o de Farmácia, e uma série de outras entidades que o Secretário Arnaldo citou, justamente para que possamos coordenar todas essas ações. O nosso PNI já tem uma *expertise* e ele trabalha com um quantitativo de cerca de 300 milhões de doses por ano, nas campanhas múltiplas de vacinação. Dessa forma, nós vamos, sim, ter um desafio, que vai ser implementar um quantitativo considerável de doses de vacinas contra a Covid, mas o nosso foco é com relação à segurança e à eficácia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação aos testes, o que eu posso informar para V. Exa. é que nós estamos em tratativas tanto com o laboratório quanto com a Anvisa. Já formalizamos a nossa solicitação de extensão do prazo de validade. Já apresentamos e já discutimos, aguardamos apenas agora a formalização por parte da Anvisa, mas está tudo encaminhado e deve ocorrer brevemente essa extensão do prazo.

Algo a acrescentar?

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS (Para expor.) – Secretário, se me permite, na verdade, não. Acho que é exatamente sobre esse ponto que é extremamente importante que todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas tenham clareza. O pedido de extensão já foi protocolado na Anvisa, já foi datado, já está sendo estudado, e a gente acredita que dentro de uma semana, no máximo, nós já tenhamos a resposta definitiva da Anvisa com relação a esse período de extensão, de modo que isso não comprometerá nenhuma validade dos testes de RT-PCR adquiridos pelo Ministério da Saúde. Só quero reforçar que este ministério, sim, desde o início, tem procurado observar essa validade e estar atento a todo esse processo.

Se me permite, Secretário Élcio, só fazer uma complementação, todas as vezes que as pessoas falam de capacidade de logística do Ministério da Saúde, eu gosto de lembrar e de reforçar, mais uma vez, que o nosso Programa Nacional de Imunizações é um programa de décadas – de décadas. O Diretor Roberto mostrou claramente como nós fizemos a distribuição, por exemplo, da vacina da influenza. Então, 100 milhões de doses para distribuímos no Brasil não é nenhuma novidade para o Departamento de Logística do Ministério da Saúde e muito menos para a capacidade de recebimento e de operacionalização das nossas redes de frios estaduais e municipais. Portanto, nós temos sim. Agora, claro, o plano – Senadora Eliziane, foi muito importante a sua pergunta – está pronto. Nas suas linhas gerais, ele está pronto. Agora, eu só posso definir exatamente a operacionalização do plano quando a Anvisa registrar uma vacina, porque eu não posso dizer agora que será registrada a vacina A, B ou C se essa vacina efetivamente não for registrada pela Anvisa com características de segurança e de eficácia. Então, não é que o plano não esteja pronto. O plano está pronto e esse adendo da operacionalização de qual ou quais vacinas serão distribuídas dependerá da aprovação da Anvisa. Mas toda a estratégia, como nós mostramos, foi de uma câmara técnica formada por especialistas do Brasil inteiro que, como eu falei anteriormente, trabalharam e estão trabalhando. Agora estamos formatando todas as informações, porque a reunião de consolidação aconteceu ontem à tarde. Portanto, esse plano já é uma realidade. Agora, pelo óbvio, a gente só pode efetivamente dizer se vai ser a vacina A, B ou C quando esta ou outras vacinas estiverem definitivamente cadastradas, registradas pela Anvisa.

O SR. ÉLCIO FRANCO (Para expor.) – Muito obrigado, secretário.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós informamos também que estamos em busca de uma vacina segura, eficaz, com oferta em escala e tempestiva e com uma logística e um custo exequíveis para o Brasil, de forma que a gente possa disponibilizar para a população.

Com relação à obrigatoriedade, nós temos que considerar, inclusive usando mais de uma vacina, que ela pode não ser segura ou eficaz para determinado grupo. Por exemplo, nenhum dos testes das fases 3 das vacinas estão ocorrendo com crianças. Então, não haveria condições de segurança e eficácia para vacinarmos crianças, que não são um público prioritário. E nós temos também as gestantes na mesma situação. As gestantes...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Muito obrigado. Já, já o senhor complementa, Cel. Élcio Franco.

Muito bem. O próximo bloco de três: Deputado Felício Laterça, Deputado Reginaldo Lopes e o Senador Rogério Carvalho. Nessa ordem. Cada um tem três minutos para perguntar.

Então, com a palavra o Deputado Felício Laterça. Deputado Felício, bom vascaíno. Deputado Felício Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Presidente, eu já vou me posicionar aqui e volto. Passo a palavra. Vou fazer um ajuste na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem.

Então vamos passar a palavra para o Deputado Reginaldo Lopes.

Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Para interpelar.) – Bom dia Senadores, Deputados e também convidados.

Quero fazer um registro, um apelo e algumas considerações. O primeiro registro, de fato, é para lamentar a ausência do Ministro. Nós aprovamos uma convocatória, foi marcada, ele pediu antecipação. É fundamental que o Governo do Bolsonaro tenha mais respeito ao Parlamento brasileiro e também a esta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de fiscalização. É lógico que os técnicos estão presentes, mas é fundamental a presença do Ministro. Então, quero fazer este registro. Acho que, de fato, o Governo deve respeitar esta Comissão mista de fiscalização e, quando algum técnico do seu Governo ou Ministro estiver participando, ele deve respeitar e programar as suas atividades posteriormente à audiência que nós estamos promovendo.

A segunda questão é fazer um apelo. O discurso é um e, lamentavelmente, a prática é outra. Há a apresentação dos técnicos e tal, mas um dia, a partir do fundamentalismo, do fanatismo, do negacionismo do Presidente da República... (*Falha no áudio.*)

É lamentável! Nós temos ministérios para servir o povo brasileiro, para respeitar a ciência, para tomar decisões técnicas, para assumir a responsabilidade de coordenação. O País já gastou mal os recursos por negacionismo, por irresponsabilidade, por falta de diretrizes federativas. Até agora, muita conversa, pouca ação prática do ponto de vista de estabelecer os pactos federativos. Nós estamos num país continental, e é fundamental a liderança do Ministério da Saúde. Nem vou falar do Presidente da República, porque aí é um problema de saúde pública, é um negacionismo, é um fundamentalismo, é um fanatismo que nega o vírus, que não assume a sua responsabilidade, que não tem planejamento, que não está preocupado e não tem empatia com o povo para salvar vidas. Então, nós precisamos que o Ministério da Saúde transforme o seu discurso em prática e que essas diretrizes possam ser, de fato, estabelecidas com o País, respeitando a democracia, respeitando os Governadores, independentemente dos partidos políticos, independentemente da posição ideológica de cada Governador, respeitando os Prefeitos agora eleitos ou reeleitos, que não assumiram no dia 1º de janeiro. Nós precisamos sair do discurso, ir para a prática, estabelecer essa diretriz que é fundamental para salvar vidas, para superar a pandemia e pensar num projeto de conversão, de convergência para resolver os problemas do nosso País.

Por último, algumas preocupações. Nós já erramos muito. O Governo Federal errou muito por fanatismo. Então, espero que o Governo possa rapidamente estabelecer um novo diálogo a partir do Plano Nacional de Imunizações, estabelecer os critérios, dar total transparência na relação com as vacinas que estão sendo habilitadas, dar transparência na relação e na avaliação pela Anvisa para que a gente, de fato, possa construir e dar continuidade a essa política vitoriosa construída nesses últimos anos, que é o nosso Plano Nacional de Imunizações. Então, esse é o apelo que eu faço.

Quero aqui, Presidente, dizer que é fundamental que o ministério assuma a sua responsabilidade técnica, o seu compromisso com o País e abandone esse discurso de fundamentalismo e fanatismo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Reginaldo Lopes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu consulto se o Deputado Felício Laterça já está preparado para falar, para perguntar?

Deputado Felício, quando V. Exa. estiver prontinho, dê um sinal para mim, por favor.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho. (*Pausa.*)

Senador Rogério Carvalho?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Eu estou aqui com uma instabilidade muito grande na minha rede. Por isso, estou com dois *links* abertos.

Eu queria perguntar aos representantes do ministério... Primeiro, fica claro que o Brasil tem um Programa Nacional de Imunizações muito consistente. Em todos os Estados, a gente tem centrais de recepção de imunobiológicos. Isso nunca foi nenhum problema. Nunca tivemos nenhum tipo de barreira que não pudesse ser superada pelo nosso Programa Nacional de Imunizações, que se notabilizou por ser um dos mais importantes e o mais efetivo do mundo. A gente sempre teve coberturas próximas ou superiores às metas estabelecidas ao longo da nossa história, como o Programa de Aleitamento Materno, como o combate à Aids. A gente sempre foi referência nessa área.

A minha pergunta é: por que excluir alguns imunobiológicos contra o coronavírus *a priori*? Veja: em algumas regiões como São Paulo e Recife, em alguns centros, nós poderíamos utilizar a vacina da Pfizer, por exemplo, que tem uma eficácia e que pode ter uma disponibilidade mais próxima. Por que não pensarmos de maneira ampla para termos a possibilidade de adquirir todos os imunobiológicos, considerando suas características? A vacina que tem diferenças do ponto de vista de armazenagem é só a da Pfizer, que também pode ter uma aplicabilidade em algumas situações para complementar o que a gente precisa, para que a gente chegue, o mais rápido possível, ao controle da pandemia, que volta a assombrar o mundo inteiro.

Outra pergunta é... Nós sabemos que há uma lei que nós aprovamos que obriga a Anvisa a registrar qualquer insumo relacionado à Covid-19 em 72 horas desde que seja aprovado pelo FDA, pela agência europeia ou pela agência chinesa. O Governo está considerando isso? A Anvisa está considerando isso, para que a gente possa ter rapidez na disponibilização desses imunobiológicos de pronto para toda a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

população? Como os Estados que estão produzindo e querem adquirir imunobiológicos vão entrar no plano do Governo Federal, como, por exemplo, São Paulo, Bahia e outros Estados que queiram adquiri-los, para apressar a imunização da sua população e evitar o dano econômico e o dano à vida? Já são 170 mil vidas, aproximadamente, perdidas no nosso País.

Então, as perguntas que eu... Do ponto de vista da logística, do ponto de vista da capacidade técnica, da *expertise* do Brasil, a gente é referência. Quanto a isso, para mim, não há nenhum questionamento. É só colocar em funcionamento o que a gente sempre teve. A questão central é: quais serão os imunobiológicos que vão ser adquiridos? Como está isso na Anvisa do ponto de vista de aprovação? Já foram apresentados? E, caso algum imunobiológico seja aprovado por essas agências, a Anvisa está preparada para, em 72 horas, autorizar quem demandar a compra desses imunobiológicos, para garantir a imunização da população brasileira?

São essas as questões. Os Estados, Bahia, São Paulo e outros, como serão considerados? A vacina da Rússia, a Sputnik, a CoronaVac... Há alguma restrição ideológica a essas vacinas?

Essas são as questões que eu gostaria de deixar para os convidados que representam o Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Agora falaram o Reginaldo, o Rogério. Felício está ainda arrumando seu som.

Passo a palavra para completar o trio de perguntadores, indagadores, ao Deputado General Peternelli.

General Peternelli.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio, boa tarde ao nosso Presidente, a todos que estão participando, aos Parlamentares, ao Ministério da Saúde em peso, que privilegiou essa reunião e colocou todos os Secretários para poder esclarecer todas as dúvidas necessárias. Gostaria de salientar, para todos aqueles que participam, a importância do PNI, que é o Programa Nacional de Imunização. O Brasil é referência nisso há muito tempo, e é muito importante todos nós termos essa consciência do êxito desse programa no nível mundial. Gostaria também de salientar este aspecto de que, nessa imunização, a vacina das crianças é fundamental. É por isso que, sempre quando há uma oportunidade como essa, estimo a população brasileira a manter o programa de vacinação para as crianças, conforme o Ministério da Saúde já preconiza. Nesse controle também – eu



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

gostaria de salientar – tenho baixado o programa Conecte SUS no celular, porque ele vai poder, inclusive, ter caderneta de vacinação *on-line*, o que vai contribuir muito com a população brasileira.

Eu gostaria, além de parabenizar todo esse trabalho, de sempre citar a referência do trabalho do Ministério da Saúde com o Conass e o Conasems, que representam os Estados e os Municípios. Todos os representantes dessas organizações comentam o trabalho em conjunto que tem sido realizado junto ao Ministério da Saúde. Isso é relevante e é muito importante, porque juntos é que nós vamos vencer essa crise.

Eu gostaria de perguntar sobre uma dúvida que eu tenho. Vejo que nós estamos lá com os técnicos da Anvisa na China. Eu sei que, além da cobertura vacinal gratuita do Ministério da Saúde, os laboratórios particulares também podem oferecer vacinas, e eu gostaria também de saber do Ministério... Muitas cidades dizem que estão comprando a vacina para a cidade, independentemente desse planejamento muito bem elaborado que nós temos. Gostaria de saber alguma informação sobre a entrada ou a aquisição de vacinas, quer seja pelos laboratórios particulares, quer seja por essas cidades que estão comentando da aquisição.

Concluo parabenizando o Ministério da Saúde por sua atuação na pandemia, que tem sido exemplar.

Muito obrigado, Senador Confúcio!

Muito obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura, MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado General Peternelli.

Concluimos o grupo de três, e eu quero já avisar a Senadora Zenaide Maia e o Senador Lucas Barreto de que farão parte da segunda chamada aqui em sequência.

Então, eu devolvo a palavra para o Cel. Élcio Franco, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, para orientar as respostas aos três: Reginaldo Lopes, Rogério Carvalho e General Peternelli.

O SR. ÉLCIO FRANCO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Confúcio Moura.

Com relação às perguntas do Deputado Reginaldo Lopes, todos os trabalhos do ministério são pautados com respeito à ciência, com planejamento, com compromisso com o País. Nós podemos citar uma série de ações integradas e coordenadas dentro do ministério, com as suas secretarias finalísticas e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os Estados e Municípios. Eu cito, dentre elas: a habilitação de leitos de unidades de terapia intensiva; a estratégia de testagem que foi apresentada na presente reunião; a habilitação de leitos de suporte ventilatório; entrega, disponibilização de ventiladores, de equipamentos de proteção individual, que foram adquiridos de forma centralizada pelo ministério, assim como de medicamentos para intubação orotraquial, quando houve um desabastecimento no mercado; a elaboração de notas técnicas versando, dentre outros aspectos, sobre tratamento precoce contra Covid, sobre manejo clínico, com oxigenoterapia antecipada; programas de saúde pública que possibilitaram a extensão de horário de atendimento das unidades básicas de saúde para, justamente, proporcionar o diagnóstico e o tratamento precoce; contratação de profissionais de saúde para reforço da atenção primária; um trabalho conjunto de todas as secretarias finalísticas para poder atuar naquelas quatro ondas que o Ministro apresentou nas suas palavras; e, em paralelo a isso, o nosso PNI e todo um grupo multidisciplinar também, que tem buscado a vacina segura, eficaz, com oferta em escala e tempestiva – não adianta uma vacina que vai ficar pronta em 2023, a não ser que ela seja a única –, com uma logística exequível e com custo. Com relação à obrigatoriedade, eu já fiz algumas considerações de que isso vai depender até da segurança e da eficácia dela para determinados grupos etários, etc.

Então, com relação às perguntas do Deputado Reginaldo Lopes, são essas as considerações.

Com relação às perguntas do Senador Rogério Carvalho, nós não estamos excluindo nenhum imunobiológico nem há qualquer aspecto ideológico para evitar algum tipo de vacina, seja por aspectos logísticos, seja por país de origem onde ela está sendo desenvolvida. Nós estamos conversando com os laboratórios, conversando com os produtores, verificando qual é a capacidade de oferta em escala, os aspectos do desenvolvimento da fase 3 dessa vacina, aspectos de segurança e eficácia, os públicos prioritários, o custo, qual a capacidade de oferta em escala para o Governo brasileiro, para que nós possamos inseri-la no Programa Nacional de Imunização e, assim, fazermos o desenho final do programa. Então, não há restrição nenhuma; não há essa premissa nos nossos trabalhos.

Sobre a aquisição por Estados ou laboratórios, o mais importante é o registro na Anvisa, como nós colocamos, mas que haja uma rastreabilidade, porque não se sabe também qual é a reação adversa de uma mistura de uma dose de uma vacina com a dose de outra vacina. Isso, inclusive, é uma preocupação dos laboratórios. Então, vai ser muito importante a rastreabilidade. O Conecte SUS, que foi citado pelo Deputado General Peternelli, vai ser muito importante, com a carteira de vacinação digital, para nós sabermos quem tomou uma vacina, qual o lote daquela vacina e se vai haver uma reação adversa com relação a essa vacina. É muito importante isso, porque os estudos também continuam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à aquisição por Estados e Municípios ou ainda por laboratórios particulares, é importante que haja o registro na Anvisa e é importante que haja essa rastreabilidade para que nós possamos evitar administrar doses de vacinas diferentes ou fora do prazo ou ainda para que nós possamos saber se houve alguma reação adversa decorrente daquela vacina.

O registro na Anvisa vai visar justamente à segurança da população, por ela ser um órgão regulador. Nós não podemos responder pela Anvisa com relação ao processamento desse processo de registro ou mesmo de entrada, conforme o previsto na Lei 14.006, mas eu tenho aqui um extrato que foi colocado no *site* da Anvisa, que é uma agência reguladora autônoma:

O registro de vacinas pela Anvisa tem como objetivo garantir à população brasileira que os requisitos técnicos necessários à fabricação e ao uso em massa da vacina sejam cumpridos. Mesmo após o registro em [...] outro país, a avaliação da Anvisa é necessária para verificar pontos que não são avaliados por outras agências internacionais, [...] como:

1. Evidências de que a vacina é eficaz e segura em brasileiros.
2. Condições técnico-operacionais da fábrica da vacina que virá para o Brasil [tanto é que foi citado que a Anvisa estaria lá na China verificando a fábrica da CoronaVac e a fábrica da AstraZeneca de insumos].
3. Prazos de validade e medidas de qualidade para preservação da vacina, considerando as condições climáticas de nosso país.
4. Medidas para acompanhamento e tratamento dos efeitos colaterais da vacina ocorridos nos indivíduos vacinados aqui no Brasil.

[...] [Ela] tem adotado uma série de medidas para evitar retrabalho e esforços desnecessários [...] [sendo] possível considerar análises realizadas por outras agências para sua decisão. [...] [Mas] é importante esclarecer que o reconhecimento tácito da aprovação por outras agências [...] não é previsto [...] [na] lei [brasileira] e pode representar risco à população [...]. [...]

[Este é o principal:] garantir a segurança e a eficácia [...].

Eu posso colocar isso sobre a Anvisa.

Tendo, acredito, respondido a esses questionamentos, eu queria fazer o complemento de que, mesmo com limitações logísticas, nós podemos, sim, considerar várias vacinas, mesmo que seja apenas para as capitais, devido às dificuldades, mas nós temos que considerar o nosso País de dimensões continentais com seus 8,511 milhões de quilômetros quadrados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à vacinação em massa no Reino Unido, eu pediria um complemento para o Secretário Hélio.

O SR. HÉLIO ANGOTTI NETO (Para expor.) – Rapidamente, complementando, o Senador Esperidião Amin tocou em pontos muito importantes, que são dados logísticos e científicos. Então, novamente, são muitas informações, mas elas se encontram aqui disponíveis para colaboração também dos Deputados e Senadores, caso julguem pertinente acrescentar alguma informação.

E a Senadora Eliziane tocou num ponto muito importante, que é a questão da aceitação, da informação. Então, o ministério trabalha para garantir segurança por meio de dados científicos, até para poder informar e ajudar na conscientização da população, para que cada um tenha consciência plena e responsabilidade na questão de vacinação.

E, no Reino Unido, foi aprovado para disponibilização no "mercado público" – entre aspas –, no NHS, não para venda no mercado privado. E essa vacina ainda vai passar pelo Joint Committee on Vaccination and Immunisation (JCVI), que é o PNI lá do Reino Unido. Então, ela ainda vai passar pelo PNI deles e não é obrigatória.

Lá no Reino Unido, a vacinação foi sinalizada – e a equipe técnica nos informa isto – como não havendo previsão de obrigatoriedade para a vacina.

Estamos acompanhando essa vacina e várias outras. Então, como foi muito bem colocado – o que reforço aqui –, não há nenhuma exclusão: todas as vacinas são avaliadas e acompanhadas há meses – os principais proponentes do mundo inteiro. Todo esse trabalho está tornado público no relatório do Ministério da Saúde, e convidamos todos a acessá-lo.

Obrigado.

O SR. ÉLCIO FRANCO – Muito obrigado, Hélio.

Presidente Confúcio Moura, estamos (*Falha no áudio*)...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem. Muito obrigado.

Vamos dar continuidade: eu passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia. (*Pausa*.)

Senadora Zenaide Maia. (*Pausa*.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estou vendo a Senadora Zenaide na sala. Então, eu vou passar a palavra para o Senador Lucas Barreto.

Senador Lucas Barreto, do Amapá. *(Pausa.)*

Poxa, está com a mãozinha levantada...

O Senador Lucas Barreto e a Senadora Zenaide Maia... *(Pausa.)*

Bem, como não estão na sala, a qualquer tempo podem me chamar.

Vamos, então, chamar o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Opa! Beleza!

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu tive que sair...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu sabia. Pode fazer os seus questionamentos. Fique à vontade, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Pois é, eu acabei perdendo uma parte da apresentação.

Mas eu queria, primeiro, Presidente levantar uma questão para ver como é que está a situação do sistema de nacional de imunização. Eu sei que, quando iniciamos este Governo, eu recebi informações de que, nos últimos anos, o sistema teria sido bastante esvaziado. Então, eu queria saber do ministério, dos representantes do Ministério da Saúde, como é que está esta questão do sistema nacional, se está fortalecido, se está esvaziado, porque o Brasil sempre, como foi dito aí, foi uma referência no sistema.

Outra coisa que eu queria também perguntar, além da... Bem, é sobre a questão das vacinas: se haveria realmente alguma previsão de quando é que a gente já teria as primeiras imunizações.

E há uma preocupação que eu tenho: nós conseguimos superar diversas doenças, como a pólio, o sarampo e várias outras doenças, que têm voltado. Inclusive, há um movimento internacional – não é? – contra a vacina. Então, eu vejo que o ministério precisa, se é que pensa como eu, criar um movimento como foi feito na época da pólio, de bastante divulgação, e criar alguém aí, no meio de comunicação, para incentivar as pessoas a se vacinarem. Então, preocupa-me um pouco esta discussão: se é obrigatório, se



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não é; se vacina é bom, se não é; vacina disso e daquilo. Isso me preocupa porque traz insegurança. Então, eu queria ver qual é a estratégia do ministério com relação a esta questão do incentivo à vacina e com relação a como está o sistema. Pelo que eu sei, a coisa não está 100% como gostaríamos no fortalecimento do sistema nacional.

Essas são as minhas perguntas, porque o resto já foi respondido e me sinto satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Eu pergunto se o Senador Lucas Barreto já está pronto. (*Pausa.*)

Bem, então, eu tenho aqui as perguntas de um dos...

Opa, o Felício Laterça entrou.

Então, eu passo a palavra... Estão os dois ali já, ótimo.

Então, vamos fazer o seguinte: vamos passar a palavra para o Deputado Felício Laterça, que já tinha chamado, e, logo a seguir, eu chamo o Senador Lucas Barreto.

Com a palavra o Deputado Felício Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Bom dia, meu Presidente Senador Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Bom dia a todos os colegas Parlamentares, a toda a equipe do Ministério da Saúde. Eu vi que o time hoje foi todo escalado.

Eu tinha formulado quatro perguntas, mas, como outro colega Deputado também falou, duas perguntas eram direcionadas diretamente ao Ministro da Saúde. Então, por essa razão, eu também ressinto a saída, a retirada, a ausência do Ministro neste evento. Vou formular duas perguntas.

Meu amigo Senador, não sei se chegou o presente que eu mandei ao seu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Já recebi. Muito obrigado. (*Risos.*)

Obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Então, está ótimo.

Por outro lado, também fico feliz de ver a recuperação do Ministro. Você vê que ele já passou pela Covid, teve maus momentos, mas está bem recuperado, graças a Deus.

Vamos lá.

Por todo o mundo, temos observado práticas diversas na condução da pandemia. Há, por exemplo, países que advogam contra o isolamento e a favor da imunidade de rebanho; outros já defendem quarentenas rigorosas; e há também nações que entendem que uma testagem constante, em conjunto com medidas sanitárias equilibradas, pode funcionar como alternativa.

Diante dessa multiplicidade de realidades, na última reunião desta Comissão, sugeri que convidássemos representantes de países que vêm sendo considerados boas referências internacionais, como Taiwan e Nova Zelândia, para que nos apresentassem suas práticas no combate à pandemia. Diante disso, questiono: como o Brasil tem se inserido em fóruns internacionais que discutem e estabelecem os melhores protocolos de mitigação da Covid-19? Como se dá o compartilhamento de informações acerca das boas práticas sanitárias internacionais? Como nossa estratégia de vacinação se alinha às discutidas nesses países? E, nesse particular, a gente tem que ressaltar o rigoroso controle que precisa ser feito se formos utilizar mais de uma vacina aqui no Brasil, para que não faça a vacina desenvolvida num país ou a vacina de outro no mesmo indivíduo.

A outra questão é a seguinte: embora diversas vacinas já estejam na iminência de serem autorizadas em alguns países, ainda levará algum tempo até que nossa população seja imunizada em massa. Há desafios relacionados à produção em larga escala, desafios logísticos, inerentes à distribuição em um país continental e mesmo acerca da aplicação que pode necessitar de mais de uma dose para uma efetiva imunização. Nesse sentido, ficamos sujeitos à chamada segunda onda da pandemia, que já tem chegado a diversos outros países, como alguns europeus. Os senhores do Ministério da Saúde podem me dizer como o ministério tem se preparado para uma eventual segunda onda da pandemia e como tem se dado a articulação em conjunto com os entes subnacionais?

E, por fim, eu parablenizo a apresentação do Sr. Secretário-Executivo. Gostei muito da sua apresentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Felício Laterça.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra para o Senador Lucas Barreto.

Por gentileza, Senador Lucas Barreto.

Pode falar, Lucas. Seu som está liberado.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para interpelar.) – Eu também gostei muito da apresentação do Secretário.

Eu quero cumprimentar todos que compõem o Ministério da Saúde. Eu penso que esse é um momento ímpar que nós vivemos nos últimos cem anos, a experiência de uma pandemia, mas eu quero aqui pedir a eles para olharem com carinho, nesse momento, para o Amapá, porque nós passamos o apocalipse, eu posso dizer. Nós tivemos o apagão. Já tinha uma onda de pandemia. Tivemos o apagão. Tivemos uma enchente: choveu 104mm em meia hora. Então, a capital foi para o fundo, literalmente, e isso com um apagão de 21 dias sem energia. Nós tivemos uma explosão de Covid.

Hoje nós estamos precisando muito, muito, do apoio do Ministério da Saúde, principalmente na renovação dos contratos dos funcionários do hospital universitário, que foi um esforço do Ministério, da bancada, da Universidade Federal do Amapá, para que nós pudéssemos abrir esse novo hospital, que foi construído com emenda da bancada, para atender, para ser um centro de Covid no Amapá – e que tem salvado vidas. Para os senhores terem ideia, tem cem leitos e 50 leitos de UTI. Todos lotados, e uma fila imensa esperando. Os hospitais particulares lotados...

O Hospital do Amapá, que é o hospital Alberto Lima, tem 70 anos. É um hospital antigo. Está lotado. As cirurgias eletivas de oncologia, de todos os outros, tudo esperando a vez... Então, esse é o momento em que eu venho pedir aqui o apoio de V. Exa., que é o nosso líder maior, Senador Confúcio, e do Ministério, para que tenham essa sensibilidade com o Amapá, nesse momento tão difícil que a gente vive. Então, é uma situação caótica ao extremo, e nós precisamos realmente desse apoio do Ministério da Saúde. É um Estado que fica do outro lado do Amazonas, mas que faz parte do Brasil.

Então, obrigado a todos aí. Essa era a minha participação.

Se Deus quiser, nós teremos logo essa vacina, para imunizar todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Lucas Barreto, realmente clamando pelo Estado do Amapá, que passou por uma verdadeira calamidade energética e consequências advindas dela.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Então, vamos agora à parte das respostas: eu passo a palavra ao Cel. Élcio, para orientar as respostas.

Cel. Élcio com a palavra.

O SR. ÉLCIO FRANCO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Bom, com relação aos questionamentos do Senador Izalci Lucas, o PNI não foi esvaziado; ele está fortalecido e ele trabalha dentro de uma gestão tripartite. Então, para a vacina chegar até aqueles 38 mil postos de vacinação que o Secretário Arnaldo citou, ela passa pelo depósito estadual e chega até o municipal. Esse desenho é feito junto com o Conass e o Conasems e é operacionalizado. E as campanhas publicitárias também, para esclarecimento à população.

Evidentemente, havendo mais de um tipo de vacina, vamos ter que fazer campanhas específicas para atender a públicos diferentes ou até regiões diferentes que possam vir a ser contempladas com vacinas diferentes, dependendo do momento em que essas vacinas forem disponibilizadas ao Brasil.

Justamente, a nossa intenção, o nosso movimento é pró-vacina. Para isso, vamos fazer uma campanha publicitária, um plano de comunicação, porque nós focamos na segurança. Tanto é pró-vacina que o Governo Federal já editou uma medida provisória no valor de quase 2 bilhões para proporcionar o contrato de encomenda tecnológica com a AstraZeneca e a Fiocruz e mais duas Medidas Provisórias, a 1.003 e a 1.004, para possibilitar a adesão ao mecanismo Covax Facility. Para possibilitar essa adesão, há recursos em torno de 2,5 bilhões, para fazermos a adesão e termos a opção de compra para, no futuro, escolhermos uma daquelas vacinas que estão participando dessa iniciativa para podermos também inseri-la no nosso Programa Nacional de Imunização. Então, não há esse esvaziamento.

Estamos, inclusive, modernizando a rede de frios, descentralizando recursos para os Municípios para a compra de novas geladeiras, novos *freezers*. Nesse sentido, estamos adquirindo as seringas e vamos fazer um plano de capacitação para os profissionais de saúde que vão atuar, aqueles 114 mil profissionais de saúde citados pelo Secretário Arnaldo, nos postos de vacinação nesta campanha específica de vacinação.

Com relação aos questionamentos do Deputado Felício Laterça, do Rio de Janeiro, nós entendemos, acompanhando a ciência e os ensinamentos de outros países, que as medidas mais radicais de isolamento são eficazes naquele momento em que nós estamos estruturando a nossa rede de atenção à saúde. Isso o Brasil já tem feito e tem condições de ampliar, mas o Brasil já o tem feito desde o início. Nós ampliamos os horários de atendimento das Unidades Básicas de Saúde, reforçamos com profissionais, habilitamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leitos de UTI. Foram preparados hospitais de campanha, também centros de referência para fazer a triagem e começar esse tratamento precoce e mais uma série de outras medidas, reestruturando e ampliando a nossa capacidade de resposta da nossa rede de atenção à saúde. Nós temos também ampliado o monitoramento da parte da vigilância sanitária, da vigilância em saúde, justamente para nós podermos ter essa capacidade de resposta. E continuamos perseguindo a obtenção de uma vacina segura e eficaz em tempo oportuno e em quantidade que atenda à população brasileira.

Com relação ao acompanhamento de outros países, nós temos que também verificar não só a nossa carga genética, as nossas condições climáticas, como as idiossincrasias culturais da nossa população e de outros países para a implementação de determinadas medidas. Mas nós temos sempre conversado com a Opas, conversado com a Organização Mundial da Saúde, com o fórum de ministros da saúde do Mercosul, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e temos participação e troca constante de informações com a OMS, com a União Europeia, em que nós vamos acompanhando medidas que são aplicadas, o acompanhamento de como a pandemia está se desenvolvendo nesses países, para que nós possamos trazer as lições aprendidas e verificar o que pode ser aplicado no nosso País.

Com relação à vacina, nós já fizemos alguns esclarecimentos. E estamos preparando esse acesso à vacina, que vai nos preparar para o futuro, para que possamos erradicar essa pandemia, controlar essa pandemia.

Com relação ao Amapá, a fazermos chegar até o Oiapoque essa vacina, também para o hospital que o Senador Lucas Barreto nos solicitou, nós estamos trabalhando com critérios objetivos no sentido de poder apoiar, porque o controle externo depois vai nos cobrar, o TCU. Então, a nossa intenção é dar o máximo de apoio não só ao Amapá, como a qualquer outro Estado que tenha uma demanda. E todos os outros trabalhos correntes do ministério continuam acontecendo, porque são uma série de demandas, inclusive da parte eletiva, seja na atenção primária, seja na atenção especializada, seja na saúde indígena, seja na capacitação de recursos humanos, seja na prospecção tecnológica, na incorporação de tecnologias no SUS. Tudo isso está sendo trabalhado. O Plano Nacional de Saúde, os tratamentos oncológicos e tudo aquilo que foi represado também está sendo trabalhado e conduzido para atender todas as demandas. Nós, inclusive, temos uma equipe do ministério reforçando lá a estrutura de saúde do Amapá, prestando esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário Elcio Franco.

Vamos caminhando para o encerramento, já, já, da nossa audiência pública bem concorrida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, agora vou... Um dos autores de requerimento para esta audiência pública foi o Senador Wellington Fagundes. Ele saiu de Cuiabá para São Paulo e falou: "Olha, caso eu não chegue a tempo, faça a leitura das perguntas que eu tenho ao Ministro Eduardo Pazuello". Muitas das perguntas do Senador Wellington Fagundes já foram respondidas, mas eu vou repetir para que fique documentado. Depois o Secretário-Executivo, Cel. Élcio, pode saltar aquelas que ele sabe que já foram respondidas.

Primeira pergunta do Senador Wellington Fagundes: de acordo com a reportagem veiculada em diversos jornais, 6,860 milhões de testes de RT-PCR armazenados em São Paulo podem perder a validade em janeiro de 2021. O estoque, diz o jornal, é mantido pelo Ministério da Saúde, e não por Estados e Municípios. Pergunta nº 1: sobre os testes para detecção de Covid, existe a possibilidade de revalidação dos testes?

Segunda pergunta: a desburocratização vem por meio de investimento em logística enxuta em que os desperdícios são eliminados e reduzidos. O que V. Exa. tem feito para desburocratizar e ter uma logística enxuta para que o que for comprado – vacina, seringa, medicamento, insumos diversos – chegue à população o quanto antes?

Terceira pergunta do Senador Wellington Fagundes: em relação ao desenvolvimento de uma vacina contra a Covid-19, sabe-se que existem diversas formulações sendo testadas em todo o mundo neste momento. Aqui ele destaca como subtítulo: como se tem dado a participação das instituições de pesquisa brasileiras no desenvolvimento da vacina contra a Covid-19? Outra: como tem sido a participação do Ministério da Saúde nesses projetos? Outra: como o Ministério da Saúde se prepara para produzir ou adquirir vacina? Já existem contratos firmados com laboratórios produtores e quais? Como a pasta pretende organizar sua distribuição em todo o Território nacional? Como se dará a seleção das primeiras pessoas a serem vacinadas? Dentre as diversas formulações em teste, quais são as consideradas mais promissoras pelo Ministério da Saúde?

Essas são as perguntas do Senador Wellington Fagundes, que foi o autor de um dos requerimentos que deram origem à esta audiência pública.

Responda, Sr. Secretário Élcio ou a quem delegar, as perguntas que o senhor ainda não respondeu.

Aqui eu tenho também de – um compromisso do próprio Senado – sempre priorizar os internautas. Vou ler o nome de todos; depois, eu selecionei... Muitas perguntas deles já foram respondidas, não vou perguntar de novo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos a Adriana Martins, do Rio de Janeiro; Luiza Souza, do Rio Grande do Sul; Graça de Paula, do Paraná; Gustavo Telles, do Rio de Janeiro; Rosa Maria Trindade, do Paraná; Jezer Leal, do Mato Grosso do Sul – ele sempre está com a gente; Leandro Furtado, do Rio de Janeiro; Naira Souza, de Goiás; João Dittmann, do Paraná; Dayane Melo, de Goiás; Jonaci Dalmázio, de Rondônia; Francindo Castro, de Rondônia; Marlene Silva, de Santa Catarina; Cenira Santos, de São Paulo; Alemoa – um apelido, né? –, do Rio Grande do Sul. São essas as perguntas.

Então, eu selecionei algumas só, porque outras já foram respondidas. Vamos lá, bem rapidinho.

Eu queria que você anotasse o nome de cada um para eu falar o nome deles. Eles vão ficar satisfeitos.

Adriana Martins, do Rio de Janeiro: "Quero saber se as universidades vão iniciar as aulas só depois da segunda dose da vacina ou só a primeira dose já é suficiente?". É a pergunta da Adriana.

Segunda pergunta. Luiza Souza, do Rio Grande do Sul. Olhe o que ela diz: "Não tomo vacina nenhuma, a não ser que primeiro os políticos e seus familiares a tomem. Vocês, assessores, e o Ministro tomarão a vacina que liberarem?" É a pergunta da Luiza, bem forte.

Graça de Paula, do Paraná: "Ministro, quem já teve Covid precisa tomar a vacina?"

Gustavo Teles, Rio de Janeiro: "Há estudos no Ministério da Saúde de que a *cannabis*, a maconha, cura ou auxilia no combate à Covid?"

Outra pergunta. Rosa Maria Trindade, do Estado do Paraná: "Essas vacinas podem estar preparadas com veneno para acabar com a população, como estão dizendo?"

Então, eu fiz as perguntas tais quais eles a dirigiram. Certas ou erradas, eu as transmiti para os senhores. Esses são os questionamentos feitos, uma parte pelo Senador Wellington Fagundes e a outra parte feita pelos internautas.

Eu consulto o Deputado Mauro Benevides Filho se ele gostaria de fazer algum questionamento.

Pode usar a palavra, pode desbloquear o seu som, Deputado Mauro Benevides, e falar. (*Pausa.*)

Eu não o estou ouvindo. Desbloqueie o som, o seu som. Está bloqueado o seu som.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele não está percebendo.

Libere o som para o Deputado Mauro, gente!

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Agora sim!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pronto! Eu não estava entendendo, não!

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – O senhor sempre me concedeu o som muito rapidamente, mas hoje... Enfim, serei rápido.

Faço uma pergunta simples, que é a seguinte... Com as medidas provisórias dos créditos adicionais que nós estamos aprovando, com o PLN 30, que o Congresso Nacional também já aprovou, a pergunta, Cel. Élcio, é se está o Ministério da Saúde com recursos suficientes para terminar o ano. Os credenciamentos que estão lá colocados ainda não saíram. Os valores de PAB e MAC ainda estão pendentes de liberação. Enfim, qual é a programação financeira que o Ministério da Saúde, neste exato momento, tem em relação não somente aos adicionais das medidas provisórias como também ao PLN 30, que acabou ampliando os valores disponíveis para o Ministério da Saúde? Pergunto isso mais em âmbito global.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado.

Eu falei que a internauta Alemoa... Não é apelido, é o nome dela mesmo! É Alemoa Fico. O nome dela é Alemoa Fico, do Estado do Rio Grande do Sul.

Consulto agora, para a gente fazer o fechamento das perguntas, se o Deputado Francisco Jr., Relator, tem questionamentos a abordar nesta fase final. Aí o Ministro, o Cel. Élcio e a sua equipe já respondem a todos os questionamentos até agora feitos.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nós temos mais duas breves perguntas a fazer para toda a equipe.

Em breve, o Brasil poderá atingir a marca de 200 mil óbitos por Covid-19. Até o final da pandemia, sabemos que é urgente o registro de alguma vacina que ajude a conter a expansão da doença. A Pfizer e a BioNTech já anunciaram o pedido de uso emergencial da vacina para a agência regulatória dos Estados Unidos, a FDA. Sabemos que a Anvisa já adotou o processo de submissão contínua. O





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor pode falar um pouco sobre os resultados preliminares da análise dos dados que já foram encaminhados pelas farmacêuticas?

Por fim, não sei se minha... Estou sem imagem, não é? Deixe-me abrir minha imagem aqui. Agora é que eu vi que eu estava sem imagem. Desculpa!

A Lei 13.979, de 2020, dispõe que poderá ocorrer autorização excepcional e temporária para importação e distribuição de produtos para o enfrentamento da pandemia, mesmo sem o registro da Anvisa, desde que registrados por pelo menos uma reconhecida e importante autoridade sanitária. Nesse caso, a lei faz menção às autoridades sanitárias dos Estados Unidos, da União Europeia, da China e do Japão. Então, a medida valerá para uma vacina também? Ou precisaremos aguardar o registro da Anvisa, mesmo em caso de demora?

Eram essas as minhas colocações. Eu já passei para a equipe também todas essas perguntas por escrito. A Isis já fez o encaminhamento para quem está presente.

Muito obrigado.

Que Deus nos abençoe neste final, neste momento, para que possamos ter um encaminhamento proveitoso em toda essa situação no final da pandemia!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Francisco Jr.

Muito bem, Cel. Élcio. O senhor agora fica com todas essas indagações. O senhor fique à vontade.

Após as suas respostas, eu farei o encerramento da nossa audiência pública.

O SR. ÉLCIO FRANCO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Exmo. Senador Confúcio Moura, e muito obrigado pelas perguntas que nós recebemos.

Com relação às perguntas do Senador Wellington Fagundes, essas perguntas foram amplas e um pouco complexas, então eu vou pedir ajuda para o Secretário Hélio em uma das respostas e para o Secretário Arnaldo na outra.

Com relação ao que foi divulgado na reportagem, nós já informamos aqui que foi solicitada a revalidação dos testes. Está encaminhada e devemos receber essa notificação oficial da Anvisa em cerca de uma semana. Mas nós destacamos também que nós disponibilizamos para Estados e Municípios os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

testes, de acordo com a demanda e com a capacidade de estocagem. Nós precisávamos de uma reserva estratégica para atender àqueles Estados que eventualmente vão solicitando de acordo com seu consumo de material, dos seus insumos, e nós vamos atendendo essas demandas. Da mesma forma, com os próprios recursos financeiros, nós também guardamos uma reserva estratégica das medidas provisórias de crédito extraordinário para algumas demandas, como por exemplo habilitação de leitos de UTI. À medida que vão surgindo as demandas, nós vamos atendendo. Se nós já tivéssemos aplicado todos os recursos em finalidades precípuas para o enfrentamento à pandemia, nós não teríamos uma reserva e teríamos que solicitar, talvez, mais créditos extraordinários para atender outras demandas eventuais, como quando ocorreu o desabastecimento de medicamentos para intubação, e nós precisamos adquirir pelo ministério. Era uma atividade emergencial que não estava prevista pelo ministério.

Dessa forma, nós vamos atendendo às demandas de insumos, EPIs, medicamentos, à medida que vão surgindo, fazendo um diálogo franco com Conass e Conasems, levantando as necessidades reais de Estados. Quando um Estado ou um Município pede um ventilador, a gente verifica se há uma equipe multidisciplinar que vai operar esse ventilador no leito de UTI, se há estrutura para instalação desse ventilador. Então, tudo isso é conversado, é tratado, e de uma maneira objetiva nós prosseguimos salvando vidas junto dessa estrutura tripartite.

Com relação a instituições de pesquisa, eu peço para o Dr. Hélio complementar. Nós temos um trabalho feito junto com o MCTI, e ele pode complementar.

O SR. HÉLIO ANGOTTI NETO (Para expor.) – O Ministério da Saúde, junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, tem investido, por meio de editais, em vários grupos de pesquisas nacionais, pesquisas brasileiras. Essas pesquisas incluem os diversos aspectos ligados a toda essa pandemia, a toda essa crise que o mundo tem vivido. Então, estamos investindo em pesquisas sobre história natural, como a doença acontece, pesquisas sobre prevenção, tratamento, reabilitação. A questão de como as pessoas saem da doença quando elas desenvolvem o quadro grave preocupa o Ministério da Saúde. Há pessoas saindo com sequelas. Então, também investimos nisso. Investimos em pesquisas genéticas sobre esse vírus, sobre profilaxia, sobre como as pessoas respondem a esse vírus.

Então, isso tem estado, sim, no rol das atividades estratégicas feitas não somente por este ministério, mas em parceria também com o CNPq, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. São parcerias que mostram que isso é uma atitude de Estado. Nós encaramos pesquisa e ganho de conhecimento para enfrentamento eficaz dessa crise como uma ação de Estado. E contamos também com a colaboração na divulgação desses conhecimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi falado sobre se a gente teria coragem, se a gente também tomaria a vacina. Se a vacina passar pela Anvisa, se passar pela Conitec – nós estamos seguindo essas evidências científicas –, se tudo isso acontecer, e nós estamos aqui para garantir a segurança e a eficácia dessas opções, eu tomo tranquilamente se eu estiver incluído no grupo prioritário. Como eu sou profissional da saúde, sou médico, provavelmente eu seja incluído. Isso é uma possibilidade ainda a ser confirmada quando tivermos os dados da vacina. Passando por esses mecanismos que visam garantir cientificamente, tecnicamente a qualidade e a segurança, acima de tudo, dessa proposta de vacina, tranquilamente eu, minha família, quem estiver no grupo prioritário tomará a vacina sem problema nenhum. Estamos aqui para garantir a segurança e divulgar essas informações.

E aí reconheço novamente o papel deste âmbito de discussão, a importância disto que a gente está fazendo e desse convite feito por vocês para divulgar informação de qualidade para a população.

Agradeço novamente, em nome do ministério. Todos aqui agradecemos.

O SR. ÉLCIO FRANCO (Para expor.) – Complementando sobre os questionamentos, nós destacamos também que, até o momento, não há contrato de compra. Até o momento, o Ministério da Saúde, o Governo brasileiro não comprou nenhuma vacina. Nós temos um contrato de encomenda tecnológica com escalonamento de entrega de vacinas entre a AstraZeneca e a Fiocruz e nós temos uma adesão ao mecanismo internacional Covax Facility com a opção de compra de vacinas. Nós não compramos ainda. Esse próximo passo ocorrerá quando houver o registro da vacina na Anvisa.

Então, a logística da vacina especificamente vai ser definida quando nós tivermos o acesso a essa vacina garantido; a logística de para onde ela vai, quando vai, a qual Estado vai chegar primeiro, a qual cidade vai chegar primeiro, qual será o público prioritário que será vacinado antes, de acordo com a quantidade de vacina disponível, com a segurança e a eficácia dessa vacina e a imunogenicidade, a capacidade de produzir anticorpos e a persistência desses anticorpos no organismo da população, para que ela seja efetivamente imunizada.

Quanto às vacinas mais promissoras, já houve uma apresentação no início pelo Secretário Hélio em que ele colocou quais são as vacinas que estão na fase 3, em uma fase mais adiantada de desenvolvimento, e são particularmente aquelas com as quais nós estamos dialogando para verificarmos exatamente todas as condições para fazermos até o nosso memorando de entendimentos, deixando bem claro que esses memorandos são não vinculantes – ele não é um contrato, é um memorando não vinculante. E não há pagamento ainda porque nós não podemos comprar uma vacina que ainda não está registrada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria também... Eu vou pedir para o Secretário Arnaldo complementar, mas eu queria destacar que o diagnóstico da Covid e, inclusive, a notificação que será feita pelo profissional de saúde, pelo médico, pode se dar de quatro maneiras – isso está no nosso Guia Epidemiológico. O diagnóstico pode ser apenas o físico-clínico, aquele em que o médico vai analisar o paciente e vai constatar, devido aos seus sintomas, que ele está com Covid, e ele já pode iniciar o tratamento precoce a partir dali.

Esse diagnóstico também poderá ocorrer de forma clínico-epidemiológica, em que o médico vai constatar que, aliando os sintomas do paciente aos contactantes que ele teve – se ele teve contato com alguém que confirmadamente estava acometido de Covid –, poderá confirmar o diagnóstico clínico epidemiológico de que o paciente está com Covid. O diagnóstico clínico poderá ser também com apoio de imagens, como tomografia e raios X, em que ele vai identificar que houve um comprometimento do sistema respiratório do paciente. Então, esse é o clínico com imagens. E poderá ser também o clínico laboratorial, em que ele vai confirmar, baseado nos sintomas, com suporte de exame laboratorial, que o paciente está acometido de Covid.

Para notificar, para iniciar o tratamento, para identificar, para fazer um diagnóstico já imediato no início da doença, o que nós chamamos de diagnóstico precoce, para iniciar o tratamento precoce, ao paciente poderá eventualmente não ser solicitado que faça o exame. É o médico que vai prescrever a necessidade de exame e qual tipo de exame o paciente precisa fazer. Nós não estamos aqui, em momento algum, afirmando que o exame é desnecessário ou importante. Não foi isso que o Ministro falou.

Quer complementar com alguma coisa, por favor, Secretário Arnaldo?

O SR. ARNALDO CORREIA DE MEDEIROS (Para expor.) – Secretário Élcio, se me permite, na verdade, a nossa palavra é exatamente no sentido de que, na verdade, o teste laboratorial faz parte de uma estratégia de conduta clínica do médico.

Qual é a estratégia deste ministério? Se você sentir algum sintoma, procure um tratamento médico, procure a sua unidade básica, procure o seu médico no início de qualquer sintoma. Ao chegar lá, o seu médico vai examiná-lo. E o diagnóstico de certeza dado pelo seu médico pode ser baseado em vários fatores: pelo conjunto de sintomas clínicos e por outros exames complementares. Esses exames complementares podem ser exames de imagens e/ou laboratoriais. O conjunto disso tudo fará com que o seu médico chegue ao diagnóstico de certeza e, conseqüentemente, o trate precocemente. Tem se mostrado que, quanto mais precoce é esse diagnóstico, quanto mais precoce é instaurado esse procedimento clínico, melhor é o resultado, a evolução da doença.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não queria deixar de falar e de agradecer ao Presidente, o Exmo. Senador Confúcio Moura, na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores e Senadoras presentes. Eu também quero agradecer o Deputado Francisco Jr., o Relator, na pessoa de quem também agradeço a todos os Deputados e Deputadas presentes nesta Comissão.

E quero dizer que esta Comissão faz parte fundamental do enfrentamento da nossa pandemia, porque ela nos dá possibilidade de esclarecer à população brasileira tudo o que o ministério tem feito.

Muito obrigado.

Estamos à disposição a quaisquer eventuais perguntas.

O SR. ÉLCIO FRANCO (Para expor.) – Complementando sobre os questionamentos, eu queria colocar também sobre a nossa preparação para um repique, uma nova incidência, um incremento de acometimento da doença. Eu já havia colocado anteriormente que a rede de atenção à saúde foi estruturada e ampliada e está consolidada de forma a prestar aquela atenção que o cidadão acometido da doença necessita. Além disso, estamos também atrás da vacina para poder disponibilizá-la com segurança e eficácia, em quantidade, para poder inseri-la no Programa Nacional de Imunizações. E essa rede ganhou novos ventiladores, habilitou 15 mil leitos exclusivos para UTI, capacitou profissionais, iniciou o tratamento precoce.

Então, a gente consegue observar que, mesmo em alguns momentos em que oscilou para cima a quantidade de incidência de doenças e, porventura, de internações, a quantidade de óbitos se reduziu quando nós verificamos em itens percentuais. A letalidade da doença diminuiu justamente por causa do diagnóstico precoce, do tratamento precoce e de todas as lições aprendidas, como o próprio manejo clínico, a oxigenoterapia não invasiva antes de o paciente ir para a UTI. Isso tudo tem evitado o agravamento do quadro clínico e mitigado o sofrimento da população brasileira.

Com relação à pergunta dos internautas, a Adriana Martins do Rio de Janeiro perguntou sobre o retorno das aulas nas universidades. Nós lembramos que, ao tomar a primeira dose de uma vacina, ela já vai proporcionar uma produção inicial de anticorpos, e ela é reforçada com uma segunda dose, que potencializa essa imunização. Mas, ao tomar a primeira dose da vacina, o cidadão já vai começar a produzir os anticorpos decorrentes da vacinação. Então, não seria eventualmente necessário aguardar a segunda dose para que se tenha uma segurança da população. Com a primeira dose... Porque depende, inclusive, do intervalo que a bula da vacina, resultado dos testes na fase 3, vai dizer entre a primeira e a segunda dose: ele pode ser de três semanas, pode ser de dois meses, pode ser de seis meses. Não se sabe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda, dependendo da vacina, qual será esse intervalo entre a primeira e a segunda dose, ou se uma determinada vacina será dose única. Então, eu espero ter respondido aí à pergunta da Adriana Martins.

A Luísa falou que não tomaria a vacina. Luísa, eu faria minhas as palavras do Secretário Hélio: quando a gente fala que, seguindo todos os passos de segurança, que é o nosso primeiro item ao buscar a vacina, e da eficácia, ou seja, ela produz a imunidade necessária que nós estamos buscando para conter a pandemia, para conter essa doença no País, se ela obedecer a essas duas premissas, ela é, sim, segura. E eu, estando no universo para tomar – eu tenho comorbidade, eu sou hipertenso –, eu teria segurança para tomar. Quando a gente fala em segurança e eficácia, isso depende de cada público prioritário e daquilo que a fase 3 da vacina indicar. Se a vacina não se mostrar segura ou eficaz para um determinado público... Por exemplo, se ela não fosse segura e causasse reações adversas para o hipertenso, então ela não seria destinada para hipertenso, e não seria seguro tomar a vacina; e assim sucessivamente para cada um dos casos. Nós citamos as gestantes, por exemplo: as vacinas nas fases 3 de cada uma delas não estão sendo testadas em gestantes; então, nós não temos evidências de segurança, principalmente, e de eficácia para vacinar, para imunizar as gestantes; então, em tese, elas não farão parte de públicos prioritários para serem imunizados.

Com relação à pergunta da Graça de Paula, eu lembro que destacamos que, em se tomando um tipo de vacina, não se tem controle sobre reações adversas, que poderão ser até graves, ao se tomar uma segunda dose de uma segunda dose de outra vacina.

Com relação a quem já teve a doença, já teve a Covid, nós estamos questionando também os laboratórios, e isso deve ser também fruto do resultado da fase 3 e até do próprio registro da vacina, para nós sabermos se nós teremos segurança e eficácia para administrar a vacina em pessoas que já foram acometidas de Covid ou não. Então, isso também é resultado dos testes e isso vai ser considerado no registro e na inserção dessa vacina no Programa Nacional de Imunizações, que está sendo conduzido pela equipe do Secretário Arnaldo.

Com relação à pergunta do Gustavo Teles sobre evidências de que a *Cannabis* teria eficácia e eficiência no tratamento da Covid, estão sendo feitas pesquisas de todos os matizes, com toda a comunidade científica, e não se encontraram, até o momento, evidências – a equipe do Secretário Hélio, da SCTIE, tem acompanhado – de que ela fosse eficaz e eficiente e que gerasse alguma proteção para quem fizesse o uso da *Cannabis*.

Com relação à pergunta da Rosa Maria, do Paraná, sobre a possibilidade de haver vacinas com veneno, seguindo todos os passos do desenvolvimento científico da vacina, todos os aspectos de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança dessa vacina, o registro na Anvisa, que é um deles, a incorporação de tecnologia pela Conitec para ser inserida no Sistema Único de Saúde, quando todos esses passos são respeitados, focando na segurança e na eficácia da vacina, nós teremos certeza de que ela não vai trazer mal ao cidadão para o qual ela é indicada.

É por isso que, como cada vacina pode ter uma indicação, obrigar a tomar a vacina, se ela não for adequada para um determinado público prioritário, poderá trazer um problema e efeitos colaterais, efeitos adversos que poderão ser até graves. Daí a importância de não se definir de forma obrigatória, porque nós não temos a certeza nem de qual é a vacina que nós vamos usar ainda. Isso é muito importante. Mas um plano de comunicação incentivando, motivando para que nós possamos voltar ao normal quando tivermos esse imunizante...

Eu acredito que com isso esgotei os questionamentos dos nossos internautas.

Com relação às perguntas do Deputado Mauro Benevides, do Ceará, ele perguntou sobre a execução das medidas provisórias de crédito extraordinário. Nós estamos executando, estamos atendendo demandas. Temos algumas políticas de saúde que estão sendo implementadas, como quando a gente repassa recursos para uma volta segura às atividades escolares presenciais, para focar nos cuidados com a gestante e com a parturiente; como o projeto Vigiar, que vai aumentar nossa capacidade e ainda vai ficar como um legado; nossa capacidade de monitoramento das fronteiras e de acompanhamento não só da Covid, mas de qualquer outra doença e arbovirose que haja no País. Então, nós estamos trabalhando nesse sentido.

Com relação ao piso da atenção básica e ao teto de média e alta complexidade, nós estamos executando naturalmente, como eu havia colocado, o nosso orçamento da LOA 2020.

E, sobre o PLN 30, nós vamos destinar para custeio e investimento de acordo com as demandas e critérios técnicos objetivos, para que possamos cumprir a premissa principal de salvar vidas, de recuperar aqueles que foram acometidos de Covid, de retornarmos as nossas cirurgias eletivas, os procedimentos eletivos, que, conforme o Ministro colocou, na segunda onda, ficaram comprometidos justamente pelo comprometimento de toda a estrutura de saúde para atender aqueles acometidos da pandemia.

Com relação ao questionamento do Deputado Francisco Jr. em relação ao registro da vacina, à Lei 13.979 e à própria Lei 14.006, que alterou a 13.979, elas vigoram durante o período da calamidade pública, do Decreto Legislativo 6, que se encerra, pelo que nós temos até o momento, em 31 de dezembro de 2020.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mesmo uma autorização provisória da Anvisa, no momento em que a calamidade pública se encerrasse, essa autorização provisória também se encerraria. Então, há condicionantes disso. Mas o mais importante é que esse registro na Anvisa e essa incorporação pela Comissão Nacional de Tecnologias no SUS visam a dar segurança, para nós podermos inserir essa vacina no nosso Programa Nacional de Imunização, dentro dos públicos para os quais ela é destinada, públicos prioritários aos quais ela ofereça segurança e eficácia e a produção de anticorpos e uma persistência da imunização desse cidadão.

Também, com relação a laboratórios, a Municípios, a Estados adquirirem, o mais importante e a recomendação que o Ministério faz, enquanto órgão regulador que estabelece as estratégias, é a rastreabilidade da vacina. Então, uma vez a vacina aprovada pela Anvisa, se ela vier a ser adquirida por laboratórios particulares, por Estados, por Municípios, é importante que haja a rastreabilidade, para nós identificarmos possivelmente efeitos adversos futuros, para nós estudarmos, aperfeiçoarmos, para que nós possamos fazer o acompanhamento, saber se foi de um determinado lote – pode não ser da vacina em si; pode ser de um lote –, e para que nós evitemos que o cidadão tome uma dose de uma vacina e tome uma segunda dose de outra vacina, talvez até por desconhecimento ou esquecimento. Então, vai ser muito importante a carteira digital de vacinação. Está sendo implementada pelo Conecte SUS, pela nossa Rede Nacional de Dados em Saúde.

Algum complemento?

Hélio, algum complemento?

Bom, dessa forma, em nome do nosso Ministro de Estado da Saúde, nós destacamos todo o nosso planejamento, toda a nossa realidade agora. Eu lembro que a realidade, no início do ano, era uma, a curva de aprendizado foi muito grande de lá para cá, e nós temos uma outra realidade agora. Os profissionais estão mais bem preparados, a rede de assistência à saúde está ampliada, está capacitada, então nós temos um novo perfil no momento, em comparação ao que nós tínhamos no início do ano, quando a pandemia nos surpreendeu, surpreendeu o mundo inteiro. Nós temos agora uma outra realidade, mas é uma capacidade ampliada que ainda pode ser expandida, conforme a demanda, conforme os estudos e conforme as necessidades.

E, dessa forma, eu agradeço a oportunidade de prestar os esclarecimentos. Nós continuamos à disposição.

Em nome do Ministro de Estado da Saúde, Gen. Eduardo Pazuello, eu agradeço ao Presidente, o Exmo. Senador Confúcio Moura, a compreensão, a alteração do rito regimental para atender às



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

excepcionalidades da nossa reunião, em virtude da agenda do Ministro, convocado pelo Presidente da República.

Eu agradeço a compreensão de todos. Espero terem sido esclarecidos, de maneira satisfatória, junto com a nossa equipe, todos os questionamentos que surgiram, e nós continuamos à disposição para prestar outros esclarecimentos, que poderão seguir por escrito ou no caso de uma nova convocação.

Eu agradeço a oportunidade e eu acho que é muito importante para a nossa democracia, para a República, a transparência dos atos do Poder Executivo e o nosso Legislativo mostrando o seu papel também de fiscalização dos atos do Executivo e de esclarecimento de tudo que está sendo feito.

Muito obrigado e um bom-dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Secretário, Cel. Élcio Franco.

E, não havendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, dos convidados, dos internautas, do Ministro Eduardo Pazuello, do Secretário-Executivo Élcio Franco, do Arnaldo de Medeiros, Secretário da Vigilância em Saúde, o da parte de logística, o Roberto Dias, dos demais secretários do ministério que realmente compuseram a Mesa, enorme, cheia de técnicos para não ficarem perguntas sem respostas. Muito obrigado a todos vocês pelo tempo estendido desta reunião, desta audiência.

Agradeço aos cidadãos que participaram encaminhando perguntas pelo e-Cidadania e que acompanharam o debate pela TV Senado.

Eu declaro, assim, encerrada a nossa audiência.

Muito obrigado. Uma boa tarde a todos vocês.

(Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2020, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e seis minutos do dia sete de dezembro de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Reginaldo Lopes, Felício Laterça, General Peternelli e Mauro Benevides Filho. Deixam de comparecer os Senadores Eliziane Gama, Rogério Carvalho e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater o Relatório de Políticas e Programas de Governo (RePP) de 2020 elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). (Requerimento nº 73/2020). **Participante:** Junnius Marques Arifa, Coordenador-geral de Controle Externo de Políticas Públicas da Secretaria-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/12/07>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos! Muito obrigado pela presença.

Hoje, há um assunto técnico muito importante para a gente analisar, o relatório do Tribunal de Contas. E nós temos hoje um grande número de participantes liderados pelo Dr. Junnius Marques Arifa, Coordenador-Geral de Controle Externo de Políticas Públicas do Tribunal de Contas da União, que tem, à disposição dele, para assessorá-lo: Marcelo Chaves de Aragão, Secretário de Controle Externo da Saúde; Ana Paula Silva da Silva, Secretária de Controle Externo da Administração do Estado; Jetro Coutinho Missias, Diretor da Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado; Leonardo Rodrigues Albarnaz, Secretário de Macroavaliação Governamental; Eunice Lemos Rosal Daros, Assessora da Secretaria de Macroavaliação Governamental; Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula, também do mesmo grupo; Tiago Alves de Gouveia Lins, Secretário de Controle Externo da Gestão Tributária, da Previdência e Assistência Social; Márcio André Santos de Albuquerque, Secretário de Controle Externo do Trabalho e Entidades Paraestatais – há muita gente –; Osvaldo Vicente Cardoso Perroux; Vanessa Lopes de Lima; Tânia Lopes Pimenta Chioato; Cláudio Souza Castello Branco; Andreia Rocha Bello de Oliveira; Renata Miranda Passos Camargo. Assim, esse grupo todo está à disposição dos Srs. Parlamentares da Comissão e não membros, para responder os questionamentos, mas será dirigido pelo Dr. Junnius Marques Arifa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, com o objetivo de acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus.

Esclareço que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrições registradas no recurso "levantar a mão" do aplicativo.

O tempo de fala será primeiro concedido ao Relator, em primeiro lugar, e aos titulares, suplentes e Parlamentares não membros.

No intuito de aproveitar o tempo, questões de ordem e tempos destinados às lideranças ficam para o final da nossa audiência pública.

Quando houver número regimental, quórum, eu coloco em votação a ata da reunião anterior.

Esta audiência pública é promovida em atendimento ao Requerimento 73, de autoria do Deputado Francisco Jr., Relator desta Comissão, e conta com a presença do Coordenador-Geral de Controle Externo de Políticas Públicas da Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, Dr.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Junnius Marques Arifa, para debater e prestar esclarecimentos acerca do Relatório de Políticas e Programas de Governo de 2020, elaborado pelo tribunal.

Então, Dr. Junnius, eu confio ao senhor, agora, o tempo de 30 minutos para fazer as suas apresentações, as suas projeções.

Logo a seguir, nós vamos passar a palavra aos Senadores e Deputados interessados em perguntar, em indagar a V. Sa. sobre o relatório e sua palavra.

Então, neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Junnius Marques Arifa pelo tempo de 30 minutos.

V. Sa. está com a palavra. Fique bem à vontade.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, um bom dia. Queria, inicialmente, saudar o Sr. Presidente, Senador Confúcio, na pessoa de quem eu também saúdo todos os outros Parlamentares que são componentes desta Comissão, ou que não fazem parte e estejam presentes.

É uma honra muito grande estar aqui neste momento. O Ministro José Múcio Monteiro esteve com a equipe aqui em junho, prestando alguns esclarecimentos sobre as ações do Coopera, que é um plano de ação especial do tribunal para acompanhamento das medidas implementadas para mitigar os efeitos do Covid.

Eu queria registrar mais uma vez aqui que vários colegas estão presentes, os secretários e especialistas das áreas e, de acordo com as perguntas que surgirem, eu vou direcionar a cada um deles para poderem complementar e esclarecer um pouco mais.

A dinâmica da minha fala deve ser de uma fala rápida, mas eu registrei nos eslaides, que daqui a pouco eu vou pedir a gentileza de compartilhar – parece-me que já há alguma coisa aqui –, e o que nós fizemos foi registrar umas informações de processos e de acórdãos nesses eslaides também, mas que não têm como objetivo serem apresentados e exauridos neste momento. São só alguns detalhes que nós vamos trazer e os eslaides podem também servir de subsídio para melhor esclarecer no momento das respostas às perguntas.

Eu pediria a gentileza da equipe técnica da Comissão de disponibilizar a apresentação. Se preferirem também, eu posso compartilhar a minha tela.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O senhor pode compartilhar a sua tela, doutor, fique à vontade.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Só um momento; muito obrigado, Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está tendo alguma dificuldade, doutor?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Eu não estou muito familiarizado aqui, talvez o *menu* do Zoom... Se alguém pudesse me auxiliar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pronto.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Ah, está ok. Eu acho que está um pouquinho pequena a tela, se pudermos colocar no modo apresentação ou maximizar a tela, está muito pequenininho ainda. (*Pausa.*)

Agora apareceu aqui a funcionalidade de compartilhar tela. Eu acho que, se eu compartilhar a tela, vai ficar maior.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, fique à vontade.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Já vou...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Peço ao pessoal da Comissão para ajudar o Dr. Junnius, por favor. (*Pausa.*)

A tela já está compartilhada. Entre no modo de apresentação, Dr. Junnius. (*Pausa.*)

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Modo compartilhamento.... Está pausado... (*Pausa.*)

Vocês estão conseguindo visualizar aí?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem. Estamos conseguindo...

Aperte o F5 se tiver alguma dificuldade, senão vai ficar assim mesmo.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Deixe-me ver aqui...

Aumentou a tela aí?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Aumentou. Ficou bom.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Perfeito.

Desculpe-me aí, porque, nessa parte técnica, às vezes a gente se atrapalha um pouquinho – não é?

Então, é só para relembrar um pouquinho o nosso assunto aqui, falando sobre o Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo, o tribunal já, pela quarta vez, enviou o relatório, em atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020.

Este ano, especificamente, em razão da pandemia, o foco do relatório de fiscalização foi exatamente consolidar as informações mais consistentes, mais impactantes dos acompanhamentos realizados por meio do Coopera, que foi um programa que o tribunal desenvolveu para atuar no programa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especial de acompanhamento das ações do Covid. Então, basicamente, o deste ano é exatamente relacionado também às políticas com foco especial nas políticas públicas e programas sociais.

Considerando essa excepcionalidade, o quadro resumo do RePP em relação às políticas públicas e programas de Governo registrou as principais ações de controle realizadas, os principais riscos da atuação do Governo. É importante notar que essa nossa atuação teve por objetivo apontar riscos antes mesmo da tomada de decisão dos gestores; ou durante, dependendo da situação. Mas, dado o momento excepcional em que os gestores tinham muita dificuldade de atender as solicitações dos órgãos de controle, o tribunal viu uma forma de parceria para orientar e ajudar tempestivamente.

Então, essas ações envolveram diversas áreas, desde a parte da administração, do Governo, a área de assistência social, a parte de contratações de políticas públicas em especial, de ciência e tecnologia, de educação, de finanças, com a participação do Banco Central nas políticas públicas. O BNDES, apesar de não estar aqui, ele foi um dos operadores do benefício emergencial também.

Então, só para lembrar o foco amplo em que houve atuação do tribunal.

No plano especial de acompanhamento, quero destacar aqui os assuntos mais importantes: aquisições de logística; outros tipos de aquisições relacionadas também à Covid; obras e serviços de engenharia; transferência de recursos para Estados e Municípios; auxílios e subvenções; renúncias de receitas; algumas linhas de crédito que foram criadas; transferência de renda a pessoas, por meio do auxílio emergencial, o benefício emergencial, da parte do INSS também algumas medidas foram de transferência de recursos na área de turismo e diversas áreas. Só para destacar e lembrar os assuntos que estão nesse relatório que foi encaminhado para a Comissão também.

Aqui nós procuramos registrar, dentro de cada área de atuação, os acórdãos que foram colocados até a época da emissão do relatório, para que facilitasse as possíveis consultas dos senhores e referência também nas atuações e trabalhos de decisões do tribunal: acórdãos proferidos relativos a acompanhamento do Ministério da Saúde; governança do centro do Governo, a atuação estratégica do Governo; impactos fiscais; administração tributária federal, que teve grande repercussão com a redução da arrecadação; manutenção do emprego e da renda, como o BEm, por exemplo; BNDES, que foi um dos principais atores na execução dessa política de benefício emergencial; auxílio emergencial, que foi, com certeza, um dos maiores impactos orçamentários que houve e também de benefício social; benefícios do próprio INSS; algumas ações no âmbito da educação básica (PDDE, PNAE); no âmbito da previdência complementar também algumas ações foram implementadas; o Banco Central foi operador de algumas medidas econômico-financeiras para mitigação dos efeitos da pandemia; aquisições públicas diversas por diversos órgãos para enfrentamento da pandemia também. Tem mais: assinatura eletrônica, abastecimento, o MCTI também adotou algumas políticas importantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando um pouco, registrando especialmente alguns riscos e problemas identificados na formulação dessas medidas, no processo de elaboração, nós identificamos, através dos acórdãos do tribunal: ausência de definição de diretrizes estratégicas e objetivas para o enfrentamento da pandemia, sobretudo pela atuação do centro de Governo, liderado pela Casa Civil; ausência de definição de metas globais claras e transparentes, sobretudo pelo MCTI, tecnologia e inovações; falhas na análise de alternativas, como ausência de análises de custo-benefício e avaliação dos impactos sociais e econômicos das medidas relacionadas principalmente a auxílio emergencial; inadequação na destinação de recursos em relação aos objetivos dessa ação, principalmente capitaneada pelo BNDES; deficiência na definição de critérios para a transparência de recursos, do Ministério da Saúde especialmente, o que se identificou muito – foi muito séria essa –, desde o início, o primeiro questionamento do tribunal foi em relação a esse critério para transferência e acompanhamento de recursos, inclusive critério para aplicação dos recursos, e não conseguimos resposta plausível para isso; deficiência no conteúdo das propostas dos atos normativos também, que geraram muitas dúvidas e ambiguidades.

Riscos e problemas identificados ainda na governança das medidas: ineficácia de estrutura de governança, definida por medida provisória; ausência de modelo integrado de gestão relativamente ao centro de Governo, parte de governança; ausência de sistema de monitoramento e avaliação da efetividade do uso dos recursos, ou seja, não havia acompanhamento efetivo que permitisse saber se foi efetivo ou não para redirecionar decisões; ineficácia de controles para garantir aderência às iniciativas; houve pagamentos indevidos, sobretudo do benefício emergencial a empresas que não faziam parte daquele núcleo que deveria ser beneficiado, concentração de recursos nas áreas mais desenvolvidas do País – este foi um foco identificado: algumas regiões que precisavam de apoio maior não receberam em detrimento de terem sido beneficiadas regiões que eram mais privilegiadas; baixa eficácia e efetividade das intervenções públicas decorrentes, por exemplo, do baixo interesse dos agentes em operar os recursos disponibilizados na política e também desconhecimento dessas pelo público alvo – a gente percebe que algumas empresas que poderiam ter tido acesso ao benefício emergencial sequer tinham conhecimento, e outras que não eram público alvo receberam esse auxílio; e falta de transparência de dados e informações, que foi uma tônica geral nessas medidas.

Riscos e problemas identificados na implementação das medidas: demora da entrada em operação e concessão dos benefícios – todos eles, benefício emergencial, do INSS, auxílio emergencial; também em relação à área de educação, no Programa Nacional de Alimentação Escolar e no Programa Dinheiro Direto na Escola houve falhas de cadastros decorrentes de atualização, falhas de verificação da elegibilidade dos beneficiários, principalmente para o benefício emergencial, auxílio emergencial, INSS, do próprio BNDES. Então, houve inclusão indevida de beneficiários e também exclusão indevida de beneficiários que estavam em situação de necessidade e que não foram contemplados, pelo fato de não haver atualização constante dessas listas, e houve muito registro também de recebimentos indevidos de auxílio e de benefícios, assim como concessão de apoio às empresas também; deficiência na estratégia de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquisições do Ministério da Saúde – vocês já viram aí aquela questão que foi apresentada quando o Presidente esteve presente, da aquisição e compra de aventais, que depois acabou sendo cancelada; deficiência na avaliação do preço de mercado, o que foi muito impactante; deficiência também na seleção de fornecedores e adiantamento de pagamentos sem os cuidados necessários durante as aquisições públicas, correndo alto risco de ter sido pago sem que fosse entregue o produto. Bom, falando um pouco dos riscos fiscais, só para pontuar um pouquinho, frustração de receitas, a gente percebeu aí na LOA. Ações fiscais temporárias, o risco de adquirir um caráter continuado; um endividamento estatal muito alto foi verificado, então muito risco de inadimplência; piora no perfil da dívida, o que é natural nesse período, foi uma tônica em todo o mundo, a gente observou isso; irregularidade na execução de despesas autorizadas com base no orçamento de guerra; e movimentos que poderiam não se alinhar aos preceitos estabelecidos no teto de gastos. Então, talvez pela pressão orçamentária, havendo uma pressão maior pela liberação do teto de gastos, seria uma forma mais fácil de resolver essas demandas.

Falando um pouco da fiscalização do auxílio emergencial, as principais ações foram voltadas para a execução do orçamento, riscos de insucesso e oportunidades de melhoria. Nós utilizamos cruzamentos de dados para verificar se o benefício está indo para quem precisa, atendendo o requisito da lei. Apuração também de irregularidades. Verificamos aí, ao longo do período – os senhores tomaram conhecimento dos militares e candidatos com patrimônio elevado. Foram identificados muitos pagamentos indevidos. E foram emitidos mais de dez relatórios só relacionados ao auxílio emergencial e mais de trinta propostas de aprimoramento.

Os principais resultados dessa fiscalização foram: estimativa de mais de 7 milhões de beneficiários acima do público-alvo, mais de um milhão de indícios de pagamentos indevidos; 59% das propostas do TCU estão implementadas ou em implementação, o que mostra efetividade da atuação no controle; e 3,7 milhões de benefícios cancelados, 5,5% do total. Economia estimada de R\$8,8 bilhões.

Aqui, o auxílio emergencial. Nós identificamos que o valor total das irregularidades somou R\$414 milhões, e o número total de indícios de irregularidades, de benefícios pagos indevidamente, foi em torno de 602 mil benefícios.

Painel de dados do BEm (Benefício Emergencial). Nós registramos 18 milhões de acordos processados, 9 milhões de beneficiados e R\$27 bilhões de valores pagos. No tocante à perda de arrecadação, observem aqui nessa linha hachurada vermelha que a redução de arrecadação somou 21% acumulada durante o período de abril a agosto, somente, comparado com 2019. Isso somou aproximadamente 124 bilhões, que é a diferença de receita durante a pandemia, de abril a agosto. Só para registrar aí que houve esse impacto na perda de arrecadação.

Com relação ao acompanhamento do Ministério da Saúde, houve um grande acompanhamento que focou no planejamento e execução orçamentária e financeira; em critérios de rateio e transferência de recursos fundo a fundo para os Estados e Municípios; regularidade dos processos de aquisição de bens e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratação pelo Ministério da Saúde e também pela Fiocruz, envolvendo serviço de telemedicina, atendimento clínico, aventais, máscaras, respiradores, reagentes e testes PCR e outras mais.

O modelo de estrutura de governança foi analisado; também o planejamento de implementação das ações previstas no plano de combate ao Covid; a estratégia de comunicação das ações de enfrentamento, em que a gente teve bastante dificuldade, não somente relacionada ao próprio planejamento em si, mas a estratégia não estava bem definida e nós não conseguimos obter respostas muito objetivas a respeito desse assunto.

Gestão da informação e dados epidemiológicos foi outra questão que impactou muito o nosso trabalho; transparência dos contratos e informações atinentes à pandemia disponibilizadas no *site*; gastos dos entes federativos com a saúde também; estratégia de testagem de casos suspeitos; ações da vigilância de saúde; encomenda tecnológica; estratégias e ações para aquisição de vacinas; medidas adotadas em relação a iniciativas do Plano Nacional de Imunização também.

E aqui, só para registrar, temos os relatórios com os acordãos específicos para que os senhores possam depois a eles recorrer em caso de necessidade.

Então, os maiores riscos apontados na área, no acompanhamento do Ministério da Saúde, foram inefetividade na alocação dos recursos, baixa execução de recursos transferidos aos fundos estaduais e municipais de saúde e sobreposição de aquisições do Ministério da Saúde e dos Estados; também a ausência de estratégia detalhada para o enfrentamento da pandemia e planos táticos operacionais para execução de ações previstas no plano de contingência nacional; falhas e deficiências na definição de critérios para o rateio e transferência de recursos para Estados e Municípios via fundo a fundo – que é o que eu comentei antes: Estados que tinham menos necessidade receberam mais recursos –; ausência de estratégia para aquisição de bens e serviços e distribuição aos entes subnacionais – quantidades, preços excessivos e solução inadequada também foram observados –; deficiência na estrutura de governança do Ministério da Saúde para enfrentar a crise.

Há vários processos aqui, para os senhores tomarem conhecimento também, de representações e denúncias ao longo desse período, que são inúmeras. Eu não vou citá-las agora para não tomar muito tempo dos senhores.

Falando um pouco do impacto fiscal e financeiro, nós observamos que o impacto total gira em torno de 574 bilhões, talvez, atualizando-se até novembro, em torno de 624 bilhões de impacto.

Só o benefício assistencial, a assistência emergencial gerou em torno de 329 bilhões. A manutenção... Acho que aqui cortou um pouco as informações. Deixe-me ver se consigo identificar o que está aqui. A manutenção de 148 milhões... O auxílio financeiro aos Estados foi 79 bilhões; saúde e demais funções, 48 bilhões. No momento, eu não estou me recordando desses 148 milhões; eu acho que é a manutenção daquele benefício emergencial. Depois eu tiro essa dúvida.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, em relação ao impacto... Opa! Acho que eu acabei saindo aqui, apertei o botão errado. Retornou.

Os senhores estão vendo aí orçamento Covid. Então, cotas dos fundos, foram implementadas 100%; o auxílio financeiro passado ao Estado, 98%; o auxílio emergencial foi executado 88%; o Ministério da Saúde executou 82%; as outras despesas estão em torno de 65%; o benefício emergencial foi executado 60%.

Então, inicialmente, só para registrar aqui a receita primária, que já tinha mencionado antes, teve um déficit de 124 bilhões, somando 845 bilhões ao todo, que representa o déficit primário. A gente observa aí também que, apesar de sinais de recuperação que foram percebidos recentemente, há uma grande deterioração das contas públicas e também uma demanda muito rigorosa em relação à responsabilidade fiscal.

Em termos de risco de descumprimento das regras fiscais, nós destacamos aqui: ampliação de mecanismo de escape ao teto de gastos; realização de despesas não relacionados à Covid no âmbito das regras do orçamento de guerra; expansão indevida ou renúncias tributárias; desvinculação irregular, pelos entes subnacionais, dos recursos transferidos.

Então, elevação dos juros pagos também para emissão...

Acho que minha tela não está compartilhando aqui. Deixe-me ver se houve algum problema aqui.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura, MDB - RO) – Não está compartilhando.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Deixe-me voltar novamente para... *(Pausa.)*

Vamos ver se retornou. Eu acho que retornou aí, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura, MDB - RO) – Está ótimo.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Então, os riscos dos impactos mais severos são: elevação dos juros pagos para emissão e rolagem da dívida; redução drástica da reserva de liquidez para a gestão da dívida; aumento de despesas com honra de garantias em operações de crédito dos entes subnacionais; espaço insuficiente para despesas discricionárias em 2021. Então, houve uma grande expansão de despesas obrigatórias *vis-à-vis* o teto de gastos.

Bom, aqui é só mesmo para constar dos eslaides o acesso ao relatório.

Eu queria agradecer a oportunidade e o tempo que me foi concedido. Peço desculpas se me alonguei muito.

Fico à disposição agora para as perguntas dos Parlamentares. Cada pergunta vou dirigir ao especialista dirigente da área responsável.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente. Retorno a palavra para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Junnius Marques Arifa, que acabou de fazer sua apresentação sobre as observações do Tribunal de Contas durante este ano muito especial. Nós agradecemos.

Quero aproveitar este momento em que temos quórum na nossa audiência pública para fazer a apresentação e a votação da Ata da 41ª Reunião.

Havendo número regimental, submeto a aprovação da Ata da 41ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

Muito obrigado.

Vamos agora às perguntas dos Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados.

Primeiro, Dr. Junnius, é o seguinte. Gostaria que V. Sa. anotasse os nomes dos Parlamentares e as perguntas. Peça alguém para secretariá-lo, está bem? Peço que o faça um a um para não perder o nexo das respostas.

O primeiro a fazer uso desse espaço para perguntas é o nosso Relator, Deputado Francisco Jr., a quem agradeço por ser o autor deste requerimento. Ele, logicamente, terá muito mais argumentos e perguntas a fazer – é de autoria dele este requerimento, muito necessário por sinal.

Então, com a palavra, o Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento todos os membros da Comissão e nosso convidado Junnius Marques Arifa. Parabenizo todo o trabalho do Tribunal de Contas, de toda a Consultoria. Inclusive, o Tribunal de Contas é um grande parceiro nosso na realização dos trabalhos desta Comissão.

Nós estamos numa das últimas reuniões, o relatório está sendo alinhavado. Inclusive, devemos fazer uma reunião amanhã com todos os sub-relatores. Estou tentando ajustar um horário que dê para todo mundo para a gente já caminhar para a finalização.

Sem dúvida, o foco da nossa Comissão foi nas questões fiscais e de saúde e a eficiência da ação do Governo Federal nessas ações também é algo que a gente precisa considerar. Por isso, Junnius, eu quero fazer algumas considerações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do seu ponto de vista, como pode ser avaliada a ação do centro de Governo com relação ao combate à pandemia? O TCU entende que houve planejamento e coordenação eficientes da ação estatal diante da pandemia? Houve alguma falha que tenha chamado atenção e que possa servir de lição para futuras crises?

Constantemente os órgãos subnacionais reclamam da coordenação. Houve, em algum momento, situações de desperdício, de perdas, denúncias de desvios. O Tribunal de Contas enxerga algum aspecto administrativo na coordenação do Governo central? Ou não?

Também gostaria que V. Sa. agregasse a essa análise, se possível, a avaliação de como o planejamento fiscal de médio prazo, conduzido pelo centro de governo, pode influenciar o equilíbrio de longo prazo das contas públicas. Esse último aspecto é especialmente relevante quando se tem em vista a necessidade de uma transição não abrupta nas ações de combate à pandemia de Covid-19, haja vista a probabilidade de que transferências de renda continuem a ser necessárias em alguma medida também em 2021.

Outra pergunta: no tocante às ações da área de saúde, o RPP identificou problemas relacionados, por exemplo, à definição de critérios quanto à transferência de recursos a Estados e Municípios e à transparência das informações. Foi identificado esse tipo de problema? Que providências estão sendo tomadas?

Quarta pergunta: com relação aos efeitos da Medida Provisória 966, de 2020, que dispunha sobre a responsabilização dos agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da Covid-19, de que forma a equipe técnica do tribunal está levando-a em consideração na avaliação das pessoas envolvidas na pandemia, considerando que algumas das políticas públicas iniciaram durante a vigência da MP, mas continuaram após o fim da sua vigência? De que forma a equipe técnica do tribunal está tratando a proteção que havia aos agentes públicos nesse tipo de situação? Por que, em sua opinião, foi necessário editar uma medida provisória para proteger os gestores de boa-fé com relação às suas ações? Isso, em determinado momento, virou uma grande polêmica. Apesar da urgência, da emergência das ações, os servidores, de forma especial os servidores efetivos, ficaram travados, com medo de assumirem uma responsabilidade excepcional e depois sofrerem por isso. Foi redigida uma MP, que depois não vigorou. Como tratar isso agora, sem sermos injustos com os bons servidores? Essa é uma relação delicada, e penso que isso vai se prolongar no tempo, muito depois da pandemia.

Quinta: em termos de eficiência dos gastos públicos e eficácia das políticas implementadas contra a crise, de que forma V. Sa. avalia a ação dos diversos atores? Em que aspectos as políticas implementadas pelo Ministério da Saúde poderiam ser aperfeiçoadas? E as ações do Banco Central e Ministério da Economia também como poderiam ser aperfeiçoadas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por fim, uma última, falando agora especificamente de corrupção: que lições a crise deve trazer para o tribunal e que alterações do marco legal devem ser realizadas? Como tratar isso daqui para frente? O tribunal tem alguma sugestão, alguma proposta para que a gente possa, inclusive, até acolher no relatório e sugerir essas mudanças não apenas para tempos excepcionais, de pandemia ou estado de calamidade, mas também na nossa rotina? Como incrementar o combate à corrupção a partir experiência que tivemos?

Junnius, era isso. Muito obrigado pela sua participação e, na sua pessoa, agradeço a todo o Tribunal de Contas da União, que, como eu falei, tem sido um grande parceiro do nosso trabalho.

Obrigado, Presidente. Eram essas as minhas considerações neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Francisco Jr.

Eu passo a palavra ao Dr. Junnius para ele mesmo responder as perguntas do nosso Relator Francisco Júnior ou a quem ele delegar as respostas.

A pessoa que for responder deve se identificar, por gentileza.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Muito obrigado, Deputado Francisco Jr. Realmente nós temos que agradecer essa parceria enorme que foi realizada com o Tribunal de Contas da União. Conseguimos ter uma proximidade muito importante.

As perguntas que o senhor trouxe foram bastante inspiradoras. Em muitas delas, ainda pairam dúvidas para nós do Tribunal a respeito de como tratar. Podem servir também de inspiração para nós melhorarmos nosso foco aqui e complementarmos nossa atuação.

Bom, eu vou iniciar pela primeira pergunta que o senhor colocou: como pode ser avaliada a ação do centro de Governo? Houve alguma falha de coordenação e transparência em relação a essas questões? Essa pergunta vou direcionar à representante da Secretaria de Controle Externo da Administração de Estado do Tribunal de Contas da União (SecexAdmin). A Dra. Ana Paula é a Secretária titular e o Dr. Jetro é o Diretor.

Por gentileza, se puderem abrir o microfone e tecer algumas considerações a respeito do assunto. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Não está entrando.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Ana Paula, tem que abrir o seu microfone.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Abra o microfone, Ana Paula.

Quem abre o microfone dela?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PAULA SILVA DA SILVA (Para expor.) – Eu tinha aberto, mas precisava de uma autorização especial.

Bom dia!

Meu nome é Ana Paula Silva da Silva. Eu estou atualmente à frente da Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado. Essa unidade ficou responsável por acompanhar as ações do centro de Governo.

Queria, primeiro, dar um bom-dia e agradecer esta oportunidade aos Senadores Confúcio Moura e Zenaide Maia e também ao Deputado Francisco Jr., na pessoa de quem eu cumprimento todas as outras autoridades e Parlamentares presentes.

Em relação ao acompanhamento do centro de Governo que se iniciou em março, dentro do programa Coopera, do tribunal, com esse intuito de ir dando *feedbacks* ao próprio gestor para que ações fossem tomadas à medida que o acompanhamento do Covid fosse sendo feito pelos gestores, a gente apontou nos relatórios de acompanhamento – já foram cinco relatórios de acompanhamento em relação ao centro de Governo, da relatoria do Ministro Vital do Rêgo – algumas oportunidades de melhoria na gestão. No início ficou consignado, tanto no relatório da equipe como no acórdão e voto do tribunal em relação ao acompanhamento do centro de Governo, que havia realmente uma necessidade de uma estratégia coordenada, ampla, de frente nacional, o que não existia, isso não foi identificado. Muitas ações estavam sendo tomadas, as equipes do Comitê de Crise e da Cecop estavam trabalhando arduamente, fazendo a interlocução entre os órgãos. Montaram uma sala de crise, mas uma estratégia definida, clara, bem comunicada a todos os órgãos, com uma gestão de risco que envolvesse todas as áreas, isso, realmente, a gente não identificou no início. Foi apontado no acórdão – e foi alertada a Casa Civil, que é a coordenadora do Comitê de Crise e do centro de coordenação desse comitê – que havia essa necessidade, e eles começaram a dar passos em relação a isso.

Vários grupos de trabalho foram montados, específicos para algumas áreas, e foi montado o Plano Mais Brasil, que também já foi analisado pela equipe, mas ainda está pendente de acórdão do tribunal, deve ir para a pauta esta semana. Alguns apontamentos também já foram feitos para aprimorar esse projeto Pró-Brasil, inclusive para incluir critérios que envolvam também questões não só econômicas, mas questões também de disseminação e de contenção da crise sanitária dentro desse projeto maior.

Então, em relação ao sistema de Governo, é isso que eu posso afirmar com base nesses acórdãos do tribunal. Foram dois acórdãos especificamente, e, realmente, houve a oportunidade de melhoria. No início não se identificou esse plano nacional, até por questões de crise. Então, a gente não estava preparado para ter esse plano nacional. Por determinação do tribunal, algumas ações foram tomadas e essas ações estão sendo avaliadas constantemente pelo tribunal, pela equipe.

Eu vou devolver a palavra ao Junnius.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Obrigado, Ana Paula.

Eu retorno a palavra agora para o Presidente, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Todas as perguntas foram respondidas, doutor? Todas as perguntas feitas pelo Relator foram respondidas?

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Não, me desculpe. Eu tenho que passar para a segunda pergunta agora.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Exatamente. O tempo é de dez minutos, doutor. Então, o senhor procure encaixar todas as respostas dele no tempo de dez minutos.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Devolvo a palavra para o senhor.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

A segunda pergunta diz respeito a como o planejamento fiscal do Governo pode influenciar o equilíbrio fiscal como um todo, levando em consideração a necessidade de continuidade de benefício e os impactos que poderá ter sobre o equilíbrio e a dívida.

Essa pergunta eu vou passar para a Diretora da Secretaria de Macroavaliação, Dra. Virgínia de Ângelis, para responder. Peço que seja breve, Virgínia; nós temos só dez minutos para responder todas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Dra. Virgínia, quando a senhora for usar a palavra, a senhora pode levantar a mão, só para o nosso pessoal da TV Senado focar logo na senhora. É só levantar um sinalzinho com a mão.

Dra. Virgínia. Isso, ótimo!

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – O microfone está fechado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado. A senhora pode liberar o microfone.

A SRA. VIRGÍNIA DE ÂNGELIS OLIVEIRA DE PAULA (Para expor.) – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Confúcio! Bom dia a todos os outros parlamentares da Mesa!

Vou ser direta, vou ser mais objetiva, ao ponto, para os outros colegas poderem responder também. Eu vou mostrar para vocês um eslaide que, durante a apresentação do Junnius, caiu bem na parte em que ele falava sobre os impactos fiscais, e esse eslaide demonstra bem a situação fiscal do País, esperada para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o encerramento do exercício de 2020. É uma situação que vai demandar do Estado, de todos nós, bastante cuidado e bastante rigor.

Não sei se vocês já estão visualizando. (*Pausa.*)

Então, esses dois gráficos mostram... O primeiro gráfico mostra a deterioração excessiva do nosso resultado primário em 2020. Na LDO 2020, a projeção era de um déficit primário de 124 bilhões. Com as medidas de enfrentamento à pandemia, esse déficit deve fechar este ano em 845 bilhões.

O impacto disso na dívida pública é altíssimo: nós teremos, ao final do exercício, aumentado em torno de 20 pontos percentuais da dívida, chegando a algo em torno de 94% da dívida bruta geral do Governo. E esse patamar é muito parecido com o de países desenvolvidos, que têm uma infraestrutura, um grau de maturidade muito diferente do nosso. Países semelhantes ao Brasil vão finalizar este ano também, como todos os países, com aumento na dívida pública, mas com uma dívida em torno de 55% a 60% do PIB.

Então, tudo isso mostra para a gente a necessidade de, primeiro, um extremo rigor no cumprimento de regras fiscais, sendo que, de todas as regras que nós temos, a que sobrou foi a regra do teto de gastos. Ela vai ser a grande âncora para os próximos exercícios. E é preciso ter muita atenção com mecanismos que possam ser meios transversos de cumprimento da regra. Então, com relação a gastos que forem executados fora do teto de gastos, é preciso ter muita atenção.

Outra questão é a necessidade de priorização das ações governamentais. A escassez de recursos, mais do que nunca, é muito profunda. Nós nunca chegamos a um patamar como esse. Então, há necessidade de o Estado priorizar o que vai ser gasto e gastar bem. Então, a avaliação de eficiência e de efetividade de ações de políticas públicas, mais do que nunca, vai ser necessária.

O tribunal tem acompanhado os riscos relacionados a essa fragilidade fiscal em que nós nos encontramos – a questão da gestão da dívida pública, o cumprimento das regras fiscais, a eficiência, a análise de desempenho de políticas públicas –, e nós nos colocamos como parceiros, como órgão auxiliar de fato do Congresso Nacional, para conduzirmos, para que possamos atravessar este momento difícil da melhor forma possível.

Junnius, eu lhe devolvo a palavra.

Agradeço a todos. Bom dia!

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Muito obrigado, Virgínia.

A próxima pergunta eu vou passar... É a respeito do relatório de políticas públicas e programas, se foram identificados critérios para transparência e melhoria da comunicação a respeito do RePP. E eu vou pedir para a Andreia, que é a Secretária da Secretaria de Desenvolvimento, falar um pouco também de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

eventuais ajustes, como melhorias que poderiam ser implementadas nas normas, no marco legal, para incrementar o combate à corrupção, porque, como o RePP consolidou todas essas informações, pode haver essa visão de como se poderia fazer.

Andreia, você pode habilitar o seu áudio aí? (*Pausa.*)

Se você puder, levante a mão também para auxiliar os colegas.

A SRA. ANDREIA ROCHA BELLO DE OLIVEIRA – Bom dia. Estão me ouvindo?

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Perfeito.

A SRA. ANDREIA ROCHA BELLO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Cumprimento todos os Parlamentares, especialmente o Senador Confúcio, e agradeço esta oportunidade de estar aqui compartilhando com vocês o trabalho do TCU, especialmente este relatório, que trouxe, neste ano, informações consolidadas sobre os acompanhamentos que nós fizemos no âmbito das ações do Governo de combate à Covid.

O TCU está num processo de evolução desse produto que a LDO já exige do TCU há alguns anos, e a gente ainda está amadurecendo esse processo, de forma a conceder informações tempestivas para o Congresso que possam subsidiar a discussão orçamentária, informações que possam agregar, em termos de reconhecimento, sobre as entregas do Governo. Não é um processo muito simples, porque a gente ainda precisa evoluir muito no Brasil, em termos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, nós temos algumas questões do nosso arcabouço legal que precisam ser aprimoradas, e esse relatório, nos últimos três anos, trouxe essas informações, aperfeiçoamentos também do Centro de Governo, criação de um plano de longo prazo para o País... São várias questões que podem contribuir para – pegando aí até o gancho do que a Virgínia comentou – a priorização de gastos.

Então, realmente, num contexto de crise fiscal que a gente vivencia, mais do que nunca a avaliação de políticas públicas, a melhoria do processo de formulação de políticas públicas se torna extremamente relevante.

Aqui no TCU a gente está num processo de discussão sobre esse produto que a LDO exige da gente, que é um relatório sobre políticas públicas com o objetivo de subsidiar a discussão orçamentária, e a gente tem refletido muito sobre de que forma a gente pode cumprir esse objetivo da forma mais completa possível.

Neste ano nós publicamos um referencial para controle de políticas públicas, justamente nesse sentido de tentar aperfeiçoar as nossas avaliações, as nossas auditorias, e tentar entregar uma resposta mais concreta para o Congresso em termos de quais políticas estão funcionando, quais políticas não estão funcionando. Então, tivemos muito contato com as consultorias orçamentárias e pretendemos, no ano que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vem, evoluir nesse contato, para que possamos atender à expectativa do Congresso em termos de avaliação de políticas.

No contexto do Covid, isso também se destaca, porque o volume de recursos que foi dedicado ao combate ao Covid foi significativo – foi bastante relevante a materialidade desses recursos –, mas nós não temos ainda uma resposta concreta a respeito da efetividade dessas políticas. Então, é essencial que o tribunal se debruce sobre esse assunto, tentando auxiliar o Congresso Nacional na avaliação dessas políticas.

Eu acho que seria esse contexto geral que eu poderia fornecer, Junnius. Eu passo de volta para você a palavra.

Obrigada.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Muito obrigado, Andreia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Junnius, esse tempo já foi concluído. O senhor anote as perguntas que faltam e só as deixe para o final da audiência pública. O senhor combine com os seus companheiros para responder e atender ao Deputado Francisco Jr., que é o Relator que vai ser responsável pela redação do nosso relatório da Comissão.

Eu vou passar adiante.

Agora ficará um pouco mais complexo para o senhor, porque nós vamos fazer bloco de três Senadores, de três Parlamentares. Cada Parlamentar terá três minutos para fazer o seu questionamento, e a soma dos três será em torno de nove minutos. O senhor terá igual tempo para responder. Então, terá que ser bem objetivo nas respostas. Vamos lá.

Então, o primeiro bloco será composto pelo Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal; pelo Deputado Felício Laterça, do Rio de Janeiro; e pelo Deputado Cacá Leão, da Bahia. Então, o primeiro a fazer o questionamento será o Senador Izalci Lucas.

Com a palavra o Senador Izalci. (*Pausa.*)

Izalci Lucas. Senador Izalci. (*Pausa.*)

O Senador Izalci deu uma saidinha, mas ele estava presente há pouquinho. Há poucos minutos ele estava na tela, mas já ele retorna.

Vamos passar a palavra para o Deputado Felício Laterça, Rio de Janeiro.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Olá, Presidente. Bom dia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Isso. Bom dia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Vou dar uma ajeitada aqui no material. Nós já vamos... Até que a audiência hoje andou rápida, Senador. Só minha câmara aqui está fora do lugar. Pronto.

Bem, muito bom-dia a todos. Muito bom-dia ao nosso Relator Francisco Jr.; aos nossos convidados: Sr. Junnius Marques Arifa, Coordenador-Geral de Controle Externo de Políticas Públicas da Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU, e também os demais integrantes do TCU que fazem parte da reunião.

Bem, desde o início da pandemia em nosso País, temos visto uma série de ações descoordenadas por parte dos diversos níveis de Governo no Brasil, em nível federal, estadual, distrital e municipal. Há, não raro, diferentes orientações para a população. Alguns entendem que quarentenas rígidas devem ser realizadas; outros, que há espaço para flexibilização.

No próprio Congresso, vimos divergências de opiniões acerca das formas de apoio ao País, como foi no caso do montante a ser pago na forma de auxílio emergencial ou nas transferências para os entes subnacionais, para compensar a queda de arrecadação decorrente da retração da atividade econômica.

As implicações nas contas públicas naturalmente são significativas, como: aumento do endividamento, redução do colchão de liquidez da dívida pública e encurtamento dos prazos de vencimento dos títulos públicos. Mais grave que isso, contudo, é que nossa população fica confusa acerca de como proceder, o que dificulta a mitigação do vírus em nosso País e, naturalmente, impõe mais pressão ao apoio governamental, alimentando um círculo vicioso.

Nesse contexto e, de forma alinhada ao marco legal, em particular à Lei de Diretrizes Orçamentárias, o TCU apresentou recentemente o Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo, com uma série de apontamentos acerca de riscos relacionados ao enfrentamento da Covid-19. É nesse cenário que faço aqui minhas reflexões hoje.

Pela ótica das contas públicas e sobretudo das necessidades da sociedade, a principal medida federal correspondeu ao auxílio emergencial à população vulnerável?

Conforme dados recentes do Tesouro Nacional, foram mais de 320 bilhões direcionados a esse propósito. Contudo, conforme pudemos observar, houve uma série de problemas inerentes à distribuição dos recursos, como recebimento indevido por mais de 600 mil pessoas ou cerca de 10% do total de beneficiários, conforme apontado por vocês do TCU.

Como um dos Sub-Relatores das ações relacionadas à cidadania na Comissão do Covid-19 e sobretudo como cidadão interessado no atendimento à sociedade de maneira equilibrada, com contas públicas sustentáveis, questiono como avaliam as medidas de apoio aos vulneráveis colocada em prática no Brasil, à luz das práticas internacionais? Estão adequadas ou foram sub ou superdimensionadas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O patamar de recebimentos indevidos alinha-se ao que é observado internacionalmente?

Dado o curto tempo para operacionalização do auxílio, o que abre espaços para erros, como o TCU avalia a efetividade do programa?

Se o TCU realizou cruzamentos e mesclou problemas no pagamento, saberia informar as razões alegadas pela União para não ter feito o mesmo?

E como estão avançando as ações de recuperação de recursos referentes a pagamentos indevidos?

Outra ponderação: reiteradamente tenho manifestado minha preocupação com uma eventual segunda onda da pandemia em nosso País, embora tenhamos tido algum tempo a mais para nos prepararmos para ela, dado já ser uma realidade na Europa e até nos Estados Unidos, mas ainda não exatamente aqui. Aparentemente, não conseguiremos viabilizar uma vacinação de nossa população já por agora, ao contrário de países como o Reino Unido, que já começa a vacinar sua população amanhã mesmo. Com isso, os riscos fiscais acabam por aumentar ainda mais.

Segundo o Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Bruno Funchal, não há margem fiscal para novas medidas de apoio federal, a exemplo daquelas ocorridas nesse exercício. O próprio relatório de políticas e programas do Governo e do TCU aponta existir, aspas, "riscos financeiros e fiscais associados às medidas de enfrentamento aos efeitos da Covid-19, como a piora do perfil da dívida pública, a deterioração da disponibilidade de caixa e o adiamento do cronograma de desinvestimentos, além da possibilidade de ocorrência de irregularidades na execução de despesas autorizadas com base no orçamento de guerra e de movimentos que podem não se alinhar aos preceitos estabelecidos pelo teto de gastos", fecho aspas.

Para concluir, Sr. Presidente, assim questiono: quais recomendações o TCU tem apresentado ao Executivo, no sentido de viabilizar apoio à sociedade, sem, contudo, desequilibrar ainda mais as contas públicas? O que pode ser feito pelo Executivo sem o apoio do Congresso? Na visão do TCU, qual seria o caminho para viabilizar uma continuidade do apoio à sociedade no caso de uma forte segunda onda no Brasil? Como o TCU avalia nossa estratégia de vacinação de modo macro?

É a minha participação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Felício Laterça.

Eu vou chamar... O Senador Izalci voltou para a sala? Senador Izalci Lucas? (*Pausa.*)

Pois não, Senador Izalci. Você pode fazer uso da palavra.

Libere o som do Senador Izalci, por favor, pessoal da Secretaria da Comissão.

Pronto, Izalci. Três minutos, mestre Izalci.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sou eu, meu Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Exatamente. Está com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Está bom. É que eu estou participando aqui de um grande seminário de ciência, tecnologia e inovação.

Mas, Presidente, eu ouvi a apresentação do Tribunal de Contas e a gente fica preocupado, com todo respeito que eu tenho pelo Tribunal de Contas e todo carinho, porque eu sei a competência dos profissionais.

Quero, inclusive, agradecer: nós aprovamos na Comissão, Presidente, uma auditoria aqui do DF; então, há uma Comissão do TCU acompanhando aqui os gastos do Covid. E eu percebo que, também em nível nacional, em nível geral, o Tribunal de Contas levantou uma série de questionamentos, com que eu também fico cada vez mais preocupado, porque, tradicionalmente, quando o Tribunal de Contas descobre tudo, quando ele chega realmente para apurar, já não tem mais jeito, já foi; o dinheiro já foi, não há como recuperar, já passou o tempo.

Eu sempre defendi – e parece que aqui no Covid DF vai acontecer – uma fiscalização concomitante à execução. Nós não podemos mais liberar grandes recursos para determinados projetos e só deixar para verificar depois. Eu acho que sempre... Como uma obra: na obra você tem o físico-financeiro: você vai liberando à medida que a obra vai ficando pronta e vai prestando conta também. Então, nós liberamos muita coisa e percebemos agora que o Tribunal de Contas tem uma série de colocações de insegurança, de críticas na execução, e é verdade!

Eu vou perguntar algumas coisas rápidas. Por exemplo, nessa questão mesmo do emergencial, há gente que recebeu, há gente que não recebeu, muitas fraudes...

Vixe Maria! O tempo está acabando!

Quais são as determinações do TCU aos órgãos governamentais para resolução desses problemas, porque foram 600 mil fraudes só no emergencial? Qual é a estimativa do TCU para o montante de pagamentos irregulares a ser recuperado pelo Governo Federal?

Com relação ao impacto fiscal e orçamentário, qual é a visão do tribunal sobre a sustentabilidade da dívida pública? Que medidas adicionais devem ser adotadas para melhorar a situação fiscal? Eu sei que o tribunal tem acompanhado isso.

Na crise gerada pelo coronavírus, com relação ao Ministério da Saúde e à execução das despesas, quais são as recomendações do TCU que foram encaminhadas ao Ministério da Saúde? Quais são as irregularidades encontradas nas fiscalizações do TCU? As determinações do TCU foram adequadas e cumpridas pelo Ministério da Saúde?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quais os riscos das operações, na visão do TCU, com relação à essa questão da transferência dos recursos das reservas do Tesouro Nacional para o Banco Central do Brasil, que foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional? Qual é o risco dessa operação, na visão do Tribunal de Contas da União?

Desculpe, Presidente, por extrapolar o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Izalci.

Eu consulto se está na sala o Deputado Cacá Leão, da Bahia. *(Pausa.)*

Isso! Com a palavra o meu querido Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Para interpelar.) – Meu querido Presidente, Senador Confúcio, é sempre um prazer falar com V. Exa.

Aproveito a oportunidade para, mais uma vez, parabenizá-lo pela condução dos trabalhos nesta tão importante Comissão. Na sua introdução, vi que já estamos chegando ao final dos nossos trabalhos, Senador Confúcio, e V. Exa. conduziu com a maestria de costume esta tão importante Comissão, uma das Comissões, inclusive, que deram início e que fizeram com que o Congresso não deixasse – nem a Câmara dos Deputados, nem o Senado Federal – de acompanhar o que estava acontecendo, seja no Ministério da Saúde, seja no ministério com a assistência social, seja no Ministério da Economia, sobretudo em relação ao que foi gasto na pandemia e no combate ao coronavírus.

Estendo esses cumprimentos também ao nosso Relator, o Deputado Francisco Jr., do nosso Estado de Goiás. Quero parabenizar o Francisco pelos trabalhos e dizer que foi um prazer muito grande trabalhar com S. Exa.

Presidente, a minha fala é só no intuito de cumprimentar o Junnius e de agradecer ao Lincol e à Aline da Assessoria Parlamentar do Tribunal de Contas da União, que nos ajudaram, junto com o Rafael, que compõe a equipe do nosso gabinete, no relatório que ajudou e que contribuiu para a formação do relatório geral do Deputado Francisco Jr. Então, as minhas palavras só são no intuito de agradecimento à Assessoria Parlamentar do Tribunal de Contas da União, a todos os membros e a toda a equipe do Tribunal de Contas da União, em especial à Aline e ao Lincol, que nos ajudaram na formatação do nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Cacá Leão.

Passo a palavra ao Dr. Junnius Marques Arifa, pelo prazo de até nove minutos, para sintetizar e responder aos nossos Parlamentares do primeiro bloco. Com a palavra V. Sa.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Inicialmente, eu quero agradecer ao Deputado Felício Laterça pelas perguntas, ao Senador Izalci Lucas e agradecer também as palavras de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consideração e encorajamento do Deputado Cacá Leão. Da parte do Tribunal de Contas da União, expresse a mesma gratidão e a mesma motivação de continuar essa interação e parceira com o senhor.

Com relação às perguntas do Deputado Felício Laterça, ele destaca aqui a respeito das ações que foram desordenadas, das decisões muito díspares de entidades da Federação em relação à quarentena rígida ou à liberação, do montante do auxílio, das transferências e em relação ao impacto fiscal dessa falta de critério, à parte da população que não foi atendida e que perdeu e também ao dispêndio de recursos desnecessários. Como essa pergunta envolve muito a questão do auxílio emergencial, eu vou passar para o Secretário de Previdência do Tribunal de Contas da União, o Dr. Tiago Dutra, responder isso aí em no máximo dois minutos.

Tiago, você pode abrir o microfone?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sinalize com a mão, Tiago, para se identificar. (*Pausa.*)

Obrigado.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Confúcio Moura. Na sua pessoa, cumprimento a todos os Parlamentares da Comissão e a todos os que nos assistem.

O TCU, desde o início da pandemia, começou uma série de trabalhos específicos no auxílio emergencial. E, de fato, nós conseguimos abranger as diversas perspectivas do auxílio, analisando tanto a sua efetividade quanto à conformidade com os requisitos de elegibilidade previstos na Lei 13.982 e, a partir dessa avaliação da eficácia e da efetividade do auxílio, nós emitimos um conjunto de recomendações. Foram mais de 30 propostas de aprimoramento, e 59% delas já estão atendidas ou em atendimento. De certa forma, elas influenciaram muito na edição da Medida Provisória 1.000, que ajustou essas regras de elegibilidade exatamente para focalizar mais o auxílio emergencial para aquelas famílias que, de fato, precisam e também para a prevenção de fraudes.

E o resultado disso é que hoje nós já temos um conjunto de 3,7 milhões de benefícios cancelados. E isso tem uma estimativa de uma economia potencial de quase R\$9 bilhões.

E, claro, esse aprendizado todo está registrado nos relatórios do TCU.

Esses dois pontos, nessa questão do auxílio emergencial, foram questionados pelo Deputado Felício Laterça e pelo Senador Izalci Lucas.

De fato, esse trabalho pode retroalimentar a política de assistência social que esperamos para 2021 com uma série de medidas para garantir a proteção social. O auxílio emergencial chegou a atender mais de 40% das famílias brasileiras, e, naturalmente, é inegável que ele é extremamente necessário. E foi uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das perguntas do Deputado Felício Laterça. No comparativo internacional, de fato, o Brasil se saiu bem numa perspectiva geral. Nós fomos relativamente rápidos, a lei saiu no dia 2 de abril, e, no dia 7 de abril, já estávamos iniciando o processo de pagamento. Porém, o pagamento de benefícios assistenciais está numa balança: de um lado a tempestividade, e do outro lado a verificação das regras de elegibilidade. É natural que, ao ser muito rápido, a gente perca um pouco dessa focalização, dessa precisão no atendimento das regras da lei. E foi isso o que nós observamos.

Do ponto de vista do Governo, em linhas gerais, eles utilizaram os recursos disponíveis. Ao indicar a Dataprev como a instituição para o cruzamento de dados, ela identificou mais de 40 milhões de requerimentos não elegíveis, portanto, prevenindo possíveis pagamentos indevidos. Porém, a falta de integração das bases de dados acabou criando espaço para esses pagamentos indevidos. As bases de dados a que o TCU e a CGU obtiveram acesso, principalmente de servidores de Estados e Municípios e, no caso do TCU, de servidores do Legislativo, do Judiciário e de militares... Essas bases de dados adicionais acabaram sendo umas das principais causas para que nós órgãos de controle conseguíssemos detectar coisas que a Dataprev não conseguiu detectar.

Um outro ponto é a questão da tempestividade... *(Falha no áudio.)*

Acho que esse é o panorama geral do auxílio. Como uma boa política, há uma série de aprimoramentos necessários, e eles estão registradas nos relatórios.

E a gente está à disposição para continuar falando sobre eles.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, doutor.

Eu vou passar, agora, para o segundo bloco composto de três Parlamentares. Primeiro, quem usará a palavra é o Deputado, mineiro, Reginaldo Lopes, seguido pelo Senador, de Santa Catarina, Esperidião Amin e, logo a seguir, pela Senadora, do Rio Grande do Norte, Zenaide Maia.

Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes, por favor. *(Pausa.)*

O Reginaldo saiu? *(Pausa.)*

O Deputado Reginaldo saiu um pouco.

Vamos passar a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Presidente, muito bom dia, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Bom dia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Bom dia aos nossos companheiros e companheiras da Comissão.

Quero saudar especialmente os representantes do Tribunal de Contas da União e dizer que eu já tinha recebido esse relatório. A nossa Secretaria da Comissão já tinha, muito diligentemente, disponibilizado esse relatório, que eu acho muito abrangente e esclarecedor.

Eu queria me fixar na questão específica do auxílio emergencial, uma vez que eu o considero um grande gol patrocinado pelo Executivo, pelo Legislativo e que tem que ter, evidentemente, os controles para coibir os excessos e corrigir as infrações. Eu queria só rememorar um número. Pelo que eu sei, o Governo Federal está procurando a recuperação do que seriam 2,6 milhões de auxílios emergenciais deferidos irregularmente, ou seja, sem o cumprimento dos requisitos previstos na lei ou nas leis que regularam o auxílio emergencial. Eu queria saber do Tribunal de Contas da União – não ouvi esta estatística, parece que eu ouvi a estatística em termos financeiros, o que é o resultado disso –, em função desse controle executado *a posteriori*, como me parece ser, que medidas estão listadas para coibir novas infrações.

E, finalmente, queria apenas informar, Senador Confúcio, que eu disponibilizei para os nossos companheiros e companheiras um texto publicado na *Folha de S.Paulo* e assinado pelo economista Samuel Pessoa sobre a tendência de juros no exterior, ou seja, no mundo. Não é uma tranquilização, mas é uma distensão a respeito das nossas preocupações quanto à rolagem da dívida de países que se endividaram muito para atender às demandas excepcionalíssimas deste ano da Covid. É apenas uma leitura que ofereço aos companheiros para que nós sopesemos o cenário econômico que vamos enfrentar na rolagem da dívida que, segundo informa o Tesouro, ultrapassou em R\$631 bilhões despendidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Deputado Reginaldo Lopes. Ele retornou? (*Pausa.*)

Então, a Senadora Zenaide Maia com a palavra. Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide. (*Pausa.*)

Pronto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco/PROS - RN. Para interpelar.) – Senador Confúcio, meus colegas Senadores, eu tenho uma pergunta aqui sobre algo abordado durante quase todas as nossas reuniões desta Comissão – que eu quero parabenizar – para o Sr. Junnius Marques.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

No Congresso Nacional, a gente aprovou a Emenda Constitucional nº 106, de 2020, chamada de orçamento de guerra, com vários dispositivos que possibilitavam ao Banco Central aumentar a liquidez da economia.

Como resultado, diariamente, não há como negar, o nosso Senador Izalci, Jorginho Mello, Kátia, Esperidião Amin, diariamente, recebemos notícias de que esses recursos não chegaram às mãos de quem precisa, notadamente as micro e pequenas empresas. Quais as ações efetivas que o Tribunal de Contas da União está tomando para fiscalizar o Banco Central e o Sistema Financeiro Nacional, no tocante à liberação extraordinária desses recursos, que foram de 1,2 trilhão, ressaltando, Sr. Junnius, que a criação desse orçamento de guerra foi exatamente para ampliar a liquidez e estimular o crédito com o fim de gerar emprego e renda?

Essa é a minha pergunta, Senador Confúcio, porque eu sei que esse assunto a gente abordou muito aqui com o senhor. E a verdade é que não chegou. É como o Esperidião diz: a caixa d'água está cheia, mas a água não está chegando a quem realmente precisa, até porque a gente sabe que, se chegar às micro e pequenas empresas, como era a finalidade dessa PEC de guerra, diminuiriam até os pedidos do auxílio emergencial.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Eu pergunto se o Deputado Reginaldo já está na nossa sala de trabalho. *(Pausa.)*

Parece-me que não.

Então, eu vou passar para o General Peternelli a palavra, no lugar do Deputado Reginaldo.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio, nosso Presidente, Senadores, Deputados, Francisco Jr., nosso Relator, há sempre reuniões importantes na nossa Comissão. Observei muito o relatório do Tribunal de Contas da União; vou entrar no *site*, para ainda aprender mais. Então, parabênz o Junnius, a Ana, a Virgínia, o Tiago e toda a equipe que o está assessorando.

Vejo que é muito importante também levar em consideração o aspecto daquele momento: uma parcela cobrando para que o pagamento do auxílio emergencial ocorresse rapidamente e, ao mesmo tempo, tendo que o executar, da melhor forma possível, para não haver irregularidade. Quanto a isso, eu gostaria até de comentar para o Tribunal de Contas, os Senadores e os Deputados que há um projeto do qual eu sou autor que é o Projeto 1.777, de 2019, que prevê o número único, o que facilita o cruzamento do banco de dados, já que o cidadão brasileiro pode ter hoje 27 números de carteira de identidade. Então, muitas vezes, como cruzar um dado duma prefeitura do interior que tem um funcionário que pediu o auxílio emergencial? Então, esse tipo de atuação eu pergunto se facilitaria.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Também fizemos, apoiados pelo Relator, Francisco Jr., um projeto de lei do Siafi nacional, que é um Siafi no qual se observa o gasto do dinheiro federal e dos demais recursos, quer sejam estaduais e municipais, até o final da ponta da linha, porque, muitas vezes, um dinheiro do Ministério da Saúde, quando é colocado no sistema, passa para o sistema do Estado; o Ministério da Saúde não visualiza mais. Então, gostaria de chamar atenção, pedir até o empenho do próprio Tribunal de Contas da União e recomendações para que nós tivéssemos um Sif nacional, de tal forma que qualquer cidadão pudesse ter acesso a como aquele Município, como aquele Estado e como a União gastam seus recursos.

E vou concluir perguntando ao Tribunal de Contas: que legislação sugere ao Congresso Nacional de tal forma que possa contribuir em futuros problemas como este, e contribuir também daqui para frente com o resultado ou as atividades do Covid?

Muito obrigado, Senador Confúcio, felicidade a todos.

Parabéns ao Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado General Peternelli.

O Reginaldo Lopes não retornou, então está faltando apenas um aqui inscrito, que é o Deputado Mauro Benevides. Ele está na nossa sala, o Deputado Mauro Benevides Jr. Filho? Deputado Mauro Benevides, do Estado do Ceará.

Bem, como o nosso querido Deputado Mauro Benevides não se encontra presente, infelizmente, porque é um excelente técnico nessa área, eu vou passar a palavra ao Dr. Junnius para ele encaminhar as respostas aos questionamentos do nosso segundo bloco.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Inicialmente, eu agradeço as perguntas do Senador Esperidião Amin e da Senadora Zenaide, que são muito instigadoras, e às do General Peternelli também.

Quanto às perguntas do Senador Esperidião Amin, ele trouxe o tema do auxílio emergencial sobre como nós estamos fazendo para recuperar e quais as medidas do Tribunal para fomentar que o Executivo recupere os R\$2 milhões de benefícios pagos indevidamente. E citou a questão do que seria o controle *a posteriori*.

Primeiro, eu gostaria que o Dr. Tiago Dutra falasse sobre essas questões e sobre as medidas para coibir esse tipo de situação que o Tribunal implementou em seus acordãos.

Tiago, por favor, você pode habilitar seu microfone? Levante a mão só para facilitar para a equipe aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Já levantou a mão, Tiago?

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Vamos seguir aqui.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Ah, beleza.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA (Para expor.) – Obrigado, Junnius.

Primeiro, agradeço o Senador Esperidião Amin pela pergunta.

O TCU emitiu pelo menos três recomendações que podem ajudar nesse tipo de prevenção, detecção, correção e devolução de recursos pagos indevidamente. Uma delas foi colocar todos os beneficiários no Portal da Transparência, combinando, então, a atuação do controle institucional do TCU e da CGU também com o controle social. Outra foi no sentido de criar um mecanismo simplificado de devolução de valores. A gente já tinha uma experiência de mais de cinco anos de fiscalização de benefícios sociais e nós sabemos que é muito difícil, senão quase impossível, obter a devolução desses valores. Foi criado um *site* pelo Ministério da Cidadania para a devolução de valores do auxílio emergencial, e mais de 200 mil pessoas já devolveram. É muito pouco perto daquilo que foi detectado como pagamento indevido, é algo próximo de 5%, porém é muito melhor do que o que havia antes. Então, talvez essa medida seja interessante para se manter em outros benefícios no futuro. E uma terceira foi a criação de uma lista, na internet também, de benefícios que tenham sido cancelados – então, não só aqueles com indícios detectados pelo TCU e pela CGU.

Uma vez que a gente detecta, a gente envia para o ministério, o ministério verifica, confirma que o pagamento é indevido e cancela o benefício. Seria uma espécie de lista de devedores. Então, as pessoas que estão nessa lista deveriam devolver e só sairiam dessa lista caso devolvessem. Há uma certa controvérsia sobre as questões jurídicas em torno disso, e aí talvez esteja uma oportunidade de aprimoramento legislativo para criar essa responsabilidade naquelas pessoas que receberam indevidamente. São beneficiários indevidos e, de fato, criam um custo muito alto.

Aquela estimativa que eu mencionei de R\$8,8 bilhões de economia é uma estimativa de pagamentos que foram prevenidos. Então, foram cessados no segundo, ou no terceiro, ou no quarto mês de pagamento, e, daí, deixou-se de pagar quatro, cinco, seis meses de auxílio emergencial para aqueles beneficiários. Quanto à devolução, a estimativa não é tão alta: eu não tenho o número exato aqui, mas eu acredito que não passa de R\$1 bilhão.

Em linhas gerais, para as perguntas, eu acho que temos outras medidas e eu posso falar em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a palavra o Dr. Junnius...

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Muito obrigado, Tiago.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A próxima pergunta, também do Senador Esperidião Amin... Não, esta pergunta agora é... Não, desculpem-me, pois eu fiz confusão aqui. Eu acabei pulando. A próxima pergunta é da Senadora Zenaide, em que ela trouxe a preocupação dela a respeito da Emenda Constitucional 106, falando sobre o orçamento de guerra. O Banco Central aumentou a liquidez, mas os valores, sobretudo os do BEm, acabaram não atingindo a quem precisa, que são as microempresas.

Eu passo essa pergunta agora para a Dra. Virgínia de Ângelis, da Secretaria de Macroavaliação Governamental.

Virgínia, por gentileza, habilite seu microfone.

A SRA. VIRGÍNIA DE ÂNGELIS OLIVEIRA DE PAULA (Para expor.) – Bom dia, novamente.

Agradeço a pergunta da Senadora Zenaide Maia.

Nós temos acompanhado – e nós estudamos bastante – a autorização que foi feita ao Banco Central para que o Banco Central possa operar com títulos do mercado secundário, comprando títulos no mercado secundário, o que não é uma operação originariamente prevista entre as atribuições do órgão e que o Banco Central poderia utilizar. Mas a gente tem acompanhado essa questão, e o que a gente verificou é que ainda não foi necessário lançar mão da medida. Ela é uma medida muito delicada porque ela impacta diretamente no relacionamento do Banco Central com o Tesouro Nacional. E existe uma questão ali que é uma vedação constitucional de que o Banco Central financie direta ou indiretamente o Tesouro Nacional. Então, esse é um ponto que a gente avalia também.

E é preciso considerar que o próprio Governo Federal já executou as despesas, previu, já aportou recursos para o setor privado justamente para socorro, visando à manutenção de empregos e financiamento, e também destinado a pequenas e microempresas – os pequenos empresários –, no montante de R\$148,5 bilhões. É um montante bastante significativo, e dentro de todas as medidas é o segundo grupo de medidas mais significativas. Logo após a assistência social, logo após o auxílio emergencial, o maior volume de despesas destinadas ao enfrentamento da pandemia foi justamente voltado para a manutenção de empregos e financiamento ao setor privado. Inclusive, uma dessas medidas tem exatamente como foco as pequenas e médias empresas, aquele programa operacionalizado por meio do BNDES, o Programa Emergencial de Suporte a Empregos. Aqui eu acho que é preciso destacar que há uma questão que não é simplesmente a disponibilidade de recursos, é como fazer com que o recurso de fato chegue à ponta. Foi autorizado por esse programa o aporte de R\$34 bilhões para socorro ao setor privado, mas, desses R\$34 bilhões, foram executados apenas R\$6,8 bilhões. Isso não significa necessariamente que seja uma dificuldade operacional do banco ou do próprio Governo Federal de destinar os recursos, mas significa também que há questões do setor privado que precisam ser superadas para que as empresas recorram e tenham as condições de tomar os empréstimos que estão sendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponibilizados. Então, o que a gente verifica é que há recursos, mas as empresas de fato não estão conseguindo ter acesso a eles. Como resolver isso?

Quanto ao Banco Central, de fato, ainda não foram verificadas as necessidades para se lançar mão daquela operação que foi autorizada ao Banco Central realizar pela Emenda Constitucional 106.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Muito obrigado, Virgínia.

Desculpe, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode ir. O senhor tem mais algum questionamento para responder? Fique à vontade, pode responder.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Há uma questão do General Peternelli a respeito do projeto 1.777, que fala sobre identidade única, ou seja, um número único, se isso facilitaria ou não. Ele questiona se isso facilitaria num momento emergencial como este e outros mais. Ele também levanta o questionamento sobre o Siafi nacional, como o tribunal vê isso, se é possível, viável, se já está estudando isso, se já deliberou sobre o assunto; e que legislação ele poderia sugerir ao Congresso Nacional para contribuir com resultados da Covid nesse segmento.

Eu vou passar agora a palavra a Claudio Castello Branco, para tecer comentários a respeito dessas perguntas do General Peternelli. O Claudio Castello Branco é o Secretário de Fiscalização de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União.

Claudio, por gentileza.

O SR. CLAUDIO SOUZA CASTELLO BRANCO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Um assunto muito importante que foi levantado, a Identidade Civil Nacional ou o documento nacional único, é de extrema importância. Com certeza, ele trará solução para diversos problemas que nós temos hoje na administração pública e na atividade do cidadão. E o tribunal já está se dedicando a esse foco. Nós já temos ações de acompanhamento dessa atividade, da transformação digital com foco na identidade única nacional. E o que vemos ainda é uma grande dificuldade. Hoje nós temos a área eleitoral bastante avançada, com uma identidade única específica para o sistema eleitoral, e o Governo Federal avançando com a atividade paralela de ter algo que não seja somente para a área eleitoral. Isso pode causar muita fragmentação, duplicidade de esforços, sobreposição de esforços, desperdícios. Então, a atuação do Tribunal de Contas da União no momento é justamente para somar esses dois esforços, eleitorais e do Governo Federal, para que a gente tenha, com a maior rapidez possível, um único documento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o Siafi, já existe o Siafem; já existem algumas iniciativas de ter um Siafi disponibilizado para os Estados e Municípios, mas ele não é um Siafi único. Cada Estado ou Município pode ter, e há o federal separado.

Obrigado.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Muito obrigado, Cláudio.

Só para complementar, Presidente, o Siafi nacional não depende só do Governo Federal; ele depende também da iniciativa dos entes federados, o que envolve uma dificuldade um pouco maior em relação a discussões de soberania. Ainda não há uma lei que determine isso. Então, a gente precisaria... Seria uma sugestão que a gente poderia encaminhar a possibilidade de uma regulamentação que alcançasse os Estados e Municípios também a respeito dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Junnius.

Eu quero consultar se o Reginaldo já está na nossa sala e o Deputado Mauro Benevides Filho.
(Pausa.)

Não estando, nós concluímos as perguntas dos membros da Comissão.

Eu consulto o Dr. Junnius se ficou alguma pergunta do nosso Relator, Francisco Jr., sem resposta.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de passar – ficou, sim, uma pergunta sem resposta – ao nosso Secretário de Controle Externo da Saúde do tribunal, que eu acho que é uma fala importante, que foi o foco de toda essa atenção, para responder à pergunta do Deputado Francisco Jr. relacionada...

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO) – Presidente, eu gostaria de incrementar com mais uma última pergunta, e ele já responde de uma vez. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito. Pode sim. Pode falar.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Para interpelar.) – Está bom.

Eu agradeço a compreensão, porque eu tive de me retirar um pouco. Estou aqui no FNDE e deixei o Presidente ali para vir fazer pergunta. Logo após, eu voltarei para a sala.

Com esse mundo virtual agora, Junnius, a gente faz duas, três, quatro coisas ao mesmo tempo. Espero que bem feitas! Esse é o nosso desafio.

É o seguinte: Zygmunt Bauman, sociólogo europeu, cunhou o termo "modernidade líquida" – gostei disso aqui; a assessoria caprichou –, segundo o qual, no século XXI, as relações humanas e os limites não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serão tão claros como foram no passado. Nós temos cada vez menos certezas, e os limites sólidos do passado já não são tão claros. Trazendo isso para a nossa realidade, a China construiu dois grandes hospitais em poucas semanas, enquanto o Brasil levou meses para disponibilizar os testes da Covid-19 e até hoje sequer fez uma testagem em grande escala em nossa população, como ocorreu em outros países. Sob esse ponto de vista, a China foi efetiva em tratar uma quantidade imensa de cidadãos, mas provavelmente pouco eficiente no uso dos recursos. Já nós, brasileiros, estamos preocupados com o uso eficiente dos recursos, mas nem sempre com a efetividade do que fazemos, o que deveria ser o mais importante. Exemplo disso é a quantidade de obras paradas que nós temos no Brasil. Às vezes com 90% de execução, houve o vencimento de contrato, e a gente não consegue avançar, porque estamos emperrados, de acordo com a interpretação e com a própria legislação. Então, há quase um abismo no Brasil hoje com essas situações de eficácia e eficiência, se a gente for fazer a análise do uso do dinheiro público.

Nesse contexto, Junnius, como V. Sa., na condição de técnico no TCU, vê a situação de um gestor público honesto, de boa-fé, que tem que decidir algo em poucas horas, muitas vezes sem o embasamento técnico e jurídico adequado, para atender uma demanda específica e urgente da sociedade, e o comportamento médio dos auditores de sua instituição na geração dos relatórios de auditoria, que muitas vezes são implacáveis com os potenciais erros cometidos?

Hoje nós vivemos esse dilema. Nós precisamos, sim, conseguir fazer e fazer bem feito da forma correta, mas muitas vezes situações urgentes, excepcionais, emergentes, são analisadas da mesmíssima forma. Isso causa um impacto. E eu agrego esse comentário àquela outra pergunta que eu fiz com relação à MP – acredito que seria essa que o senhor ia colocar para responder. Hoje, nós queremos eficácia, queremos eficiência, estamos em um mundo cada vez mais rápido. Contudo, as consequências vêm, e elas são muito poderosas, de forma especial, em quem fez às vezes do jeito certo. Agora, ao mesmo tempo, nós temos a má-fé, nós temos a corrupção, nós temos outras situações que andam em paralelo. Como conviver com essas duas realidades e mesmo assim incluir o Brasil no terceiro milênio e fazê-lo funcionar da forma adequada?

Esse seria o último comentário que eu gostaria de fazer. Parabéns pela sua atuação, não só do senhor, mas de toda a equipe do Tribunal de Contas.

Obrigado, Presidente. Agradeço muito a compreensão de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura, MDB - RO) – Dr. Junnius, aguarde um pouquinho por favor, porque o Deputado Mauro Benevides está dentro de um carro nas ruas de Fortaleza. *(Risos.)*

Está dentro de um carro lá. Está até de cinto de segurança. Pode falar, Deputado.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Presidente, eu serei rápido.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Fique à vontade.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Primeiro, quero cumprimentá-lo e agradecer como sempre a maneira realmente muito parceira com que o Presidente Confúcio tem atuado nesta Comissão, e todos nós admiramos o seu trabalho. Quero cumprimentar todos os Senadores e Deputados, e parabenizar também as exposições do Tribunal de Contas da União.

Minha pergunta é simples e rápida, para não tomar mais tempo. Pode ser até que já tenha sido respondida. É o seguinte: despesa empenhada em um exercício anterior para apuração do teto do gasto do exercício seguinte. Se essa despesa só for paga no exercício seguinte, ela conta para o teto do gasto? A despesa empenhada em 2020 da pandemia não será contada, sendo paga em 2021. É isso que eu estou entendendo?

Segunda pergunta, para terminar: essa despesa que vai ser paga com caixa de 2021 entrará na apuração do resultado primário? Eu não entendi como é que a União envia ao Congresso Nacional uma meta de resultado primário flexível. Olha, eu já tenho muitos anos nessa estrada. Eu nunca ouvi falar isso na minha vida. Eu queria saber, portanto, a opinião do Tribunal de Contas da União, porque o Congresso não vai deixar o Governo Federal não definir uma meta específica de resultado primário.

São duas perguntas rápidas, Sr. Presidente. Mais uma vez, muito obrigado. Estou cumprindo aqui também, porque eu disse que ia ser rápido, e estou sendo. Um abraço!

Parabéns ao TCU mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado pela sua participação, Deputado Mauro Benevides.

Passo a palavra ao Dr. Junnius e sua equipe para responderem a esses questionamentos técnicos muito importantes.

O senhor pode ficar à vontade. O senhor pode também já fazer suas considerações finais. Após essas perguntas, não teremos mais inscitos. Podemos partir para o encerramento.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Presidente.

Agradeço o complemento feito pelo nosso Relator, Deputado Francisco Jr., e também as perguntas do Deputado Mauro Benevides.

Eu queria só fazer um comentário a algumas perguntas do Deputado Francisco Jr. a respeito da Medida Provisória 966, a respeito de como o tribunal vai tratar os atos praticados fora da vigência dessa medida provisória. O que acontece? O tribunal está bastante atento a isso, tem acompanhado de perto, tempestivamente e simultaneamente, essas medidas que foram adotadas, e a interpretação, tenho certeza – o tribunal tem feito isso nos acórdãos até mesmo antes da pandemia –, leva em consideração esse mesmo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marco legal, porque a situação de fato é a mesma. Essa interpretação o tribunal pode fazer, porque, ao identificar as situações que se amoldam ao mesmo suporte fático, mesmo não estando vigente, ele pode dar o mesmo tratamento, considerando a boa-fé do gestor, as dificuldades, a complexidade do objeto, uma série de questões, como ele tem feito, inclusive, nesses acórdãos.

E eu queria ressaltar que o tribunal criou vários grupos de trabalhos relacionados à desburocratização da sua atuação e ouviu os gestores para melhorar a sua atuação junto ao gestor em termos daquela visão de que o tribunal sempre tem uma posição muito rígida, e isso pode acarretar, às vezes, até que alguns gestores fiquem inibidos ou com medo de praticar alguns atos. Nesse trabalho, algumas normas internas do tribunal foram modificadas, obrigando as unidades técnicas do tribunal, secretarias, a ouvirem os gestores antes de determinar no mérito para que o plenário decida. Então, nós estamos atentos a isso, procurando melhorar nossa atuação, mas essas ponderações do senhor são sempre muito importantes para a gente ficar atento a essas questões.

E vou passar agora a palavra, se o senhor me permitir, ao Secretário de Controle Externo da Saúde para ele tecer algumas considerações sobre esse quesito e outros relacionados também, resumidamente, ao questionamento do Senador Izalci Lucas, que pergunta quais medidas o tribunal propôs, que recomendações fez para o Ministério da Saúde para conter a crise e manter a sustentabilidade no Ministério da Saúde, os erros que foram cometidos, para eles poderem corrigir.

E aqui eu só quero ressaltar, esclarecer que essa nossa auditoria, esse acompanhamento não foi *a posteriori*, ele foi antes e concomitante. Não sei se os senhores lembram, por exemplo – só um exemplo, para não me alongar muito –, da questão dos aventais, que era quase um bilhão de recursos que seriam gastos para a compra de aventais, em que não havia planejamento para onde, para quem, não havia previsão de necessidade, e a empresa envolvida era uma empresa de fundo de quintal que não tinha condição de manter e tinha objeto social muito diversificado. A atuação do tribunal, desde o início, nos bastidores, foi questionada, até que essa licitação foi revogada. Então, assim como esse, vários outros aconteceram também.

Então, passo a palavra agora ao Marcelo Aragão, da Secretaria de Saúde.

Por gentileza.

O SR. MARCELO CHAVES ARAGÃO (Para expor.) – Obrigado, Junnius.

Bom dia a todos os Parlamentares, Senador Confúcio Moura.

Vou responder de forma objetiva. Eu anotei várias perguntas. Na verdade, até há uma pergunta que ficou faltando também ser respondida sobre plano de vacinação, mas, enfim, eu vou priorizar mais o Deputado Francisco Jr., que falou sobre os critérios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado, desde o primeiro momento, o nosso foco tem sido esse. Esse é um problema histórico de financiamento de rateio, de financiamento dos fundos estaduais e municipais. No primeiro momento, o critério era meramente populacional. O tribunal, no Acórdão 1.335, determinou que se utilizassem critérios técnicos, vinculados a nível de incidência da doença, taxa de ocupação de leitos, outros aspectos técnicos. Houve uma melhora. O que acontece? O Deputado também pergunta da questão da transparência. Esse é um grande desafio, uma grande dificuldade.

Houve uma melhoria muito grande até em função de negociação que nós fizemos, intermediando também discussão com o Conass, com o Conasems. Houve a expedição da Portaria 1.666, que deu uma melhora, estabeleceu ali, vamos dizer assim, uma cesta de critérios para melhor ratear e transferir os dinheiros, mas – justamente, o Deputado foi preciso ao apontar – não havia clareza em relação ao cálculo. A portaria estabelecia vários critérios robustos, relevantes, mas não tinha uma clareza nos processos do Ministério da Saúde em relação ao cálculo. O anexo que continha os valores a serem transferidos aos entes, Estados e Municípios, não continha o cálculo. E nós fizemos, por uma amostra de Municípios, uma conferência em relação aos critérios e aos cálculos que foram feitos. Mas foi feita uma deliberação também no Acórdão 2.817, no sentido de melhorar essa transparência. Sempre, desde o primeiro momento do nosso acompanhamento, o objetivo foi melhorar sempre – o Deputado também falou da eficiência, da eficácia – a governança, a transparência, a coordenação. Vários Parlamentares aqui já apontaram e sabem muito bem que o grande problema da gestão, da governança da crise é essa coordenação nacional, a partir do Ministério da Saúde, com os entes subnacionais, que foi muito falha. Se eu tivesse que propor uma sugestão, que alguns Parlamentares colocaram, de melhoria futura, legado, é justamente nessa coordenação nacional.

A governança do SUS já é por si um desafio. Essa gestão tripartite requer todo um desafio. Até para implementar o sistema, o Siafi que o Parlamentar tinha colocado, também é uma grande negociação – é uma ideia interessante de se ter melhor controle e transparência. Lógico, existe a Plataforma Mais Brasil, existe também uma exigência em lei complementar de um sistema centralizado. Enfim, nós estamos sempre tentando fazer com que o ministério melhore o seu papel de coordenação e que se aumente, de fato, a transparência quanto ao uso dos recursos.

O Senador Izalci, o Junnius já falou, é um grande parceiro. Nós estamos fazendo um acompanhamento, como ele já havia dito, no DF. Há a preocupação do Senador – Junnius, pedindo licença – quanto, talvez, à não atuação tempestiva. Talvez no DF, concordo com o Senador, haja uma série de decisões que – estamos vendo no acompanhamento agora –, se tivéssemos feito antes, talvez tivéssemos evitado alguns problemas. Participamos de um fórum de discussão com o Senador, talvez seja essa a preocupação, mas, em relação ao Ministério da Saúde, o nosso papel tem sempre sido bastante tempestivo e temos sempre apresentado melhoria de gestão, de governança e tal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Só para finalizar, se os senhores me permitirem, quero falar um pouco sobre uma grande preocupação que é de todos. Houve um Parlamentar, o Deputado Felício Laterça, que perguntou como é que o TCU avalia a estratégia de vacinação.

Essa é uma grande dificuldade hoje. Eu diria assim: nós estamos, desde o primeiro momento em que o Governo divulgou que iria fazer a contratação via TEC com a AstraZeneca, fazendo o acompanhamento das vacinas. Recentemente fizemos todo um acompanhamento, discussões e entrevistas sobre a estratégia de vacinação, que envolve dez eixos.

Vou dizer rapidamente, para ser objetivo, aspectos positivos e negativos da estratégia de vacinação.

Positivo: o Ministério está fazendo, de fato, um planejamento em dez eixos, complexo, envolvendo definição de público-alvo, logística, rede fria, sistema de tecnologia, monitoramento e outros, é bem abrangente. Outra situação positiva: definiu-se com muita precisão e com critérios técnicos o público-alvo. Não há nada que se critique em relação ao critério que foi estabelecido e quanto a quem deveria ser prioritariamente vacinado. Concordamos totalmente com o critério que foi estabelecido.

Agora, os negativos os senhores já conhecem. Negativa é a indefinição da CoronaVac, a indefinição da vacina da Pfizer. O Ministério está apostando as fichas na AstraZeneca e no consórcio Covax. Então, nós vamos aguardar, estamos acompanhando e discutindo. Nós temos não só o acompanhamento da fiscalização do processo, de relatoria do Ministro Zymler, mas também um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Saúde, e diariamente a gente discute no âmbito desse acordo.

Estamos de olho. Eu posso afirmar que a equipe está bastante estressada, Senador Confúcio, porque está desde março nesse acompanhamento e nessa luta. Até registro aqui um agradecimento especial à equipe da nossa Secretaria no Tribunal, que está fazendo esse acompanhamento de forma brilhante desde o início.

Um grande abraço a todos e obrigado.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Muito obrigado, Marcelo Aragão. Foi importante pontuar isso já na fase de conclusão. É importante para esclarecer a Comissão.

Então, Presidente, eu passo às palavras de encerramento, finais, se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Doutor, temos as perguntas do Deputado Mauro Benevides...

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Ah, sim, me desculpe! Eu realmente...

Para responder as perguntas do Deputado Mauro Benevides, eu vou passar a palavra para a Diretora da Secretaria de Macroavaliação novamente, Virgínia de Ângelis, para falar um pouco sobre a questão da despesa empenhada em exercício anterior e paga no exercício futuro e também sobre se a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

despesa que for paga em 2021 entra para o resultado primário ou não, como é que o Tribunal está vendo essa questão polêmica.

Virgínia.

A SRA. VIRGÍNIA DE ÂNGELIS OLIVEIRA DE PAULA (Para expor.) – Obrigada, Junnius. Obrigada, Deputado Mauro Benevides, pela pergunta. A questão da execução de despesas empenhadas em 2020 e em 2021 foi objeto de recente discussão no tribunal, foi objeto de um acórdão da semana passada e foi bastante divulgada. Muitas dúvidas surgiram e permanecem de fato.

Bom, o tribunal decidiu... Na verdade, a AGU (Advocacia-Geral da União) tinha feito uma petição ao tribunal para excepcionalizar os requisitos para empenho de despesa em 2020 para viabilizar o empenho integral de despesas em 2020, para serem executadas, liquidadas e pagas no próximo exercício. O empenho garantiria simplesmente a dotação orçamentária que foi liberada em 2020. A questão é que esse empenho integral não é previsto na nossa legislação. A nossa legislação, em cumprimento ao princípio da anualidade orçamentária, que está na Constituição, no art. 165, inciso III, prevê que o empenho só pode ser realizado pela parte que for executada no exercício. Então, o empenho de 2020 somente poderia se referir a uma execução em 2020. Caso não fosse possível pagar, haveria a inscrição em restos a pagar e, caso a liquidação estivesse em via de ocorrer, você poderia ter inscrição em restos a pagar não processados, para que a liquidação ocorra no próximo exercício. Então, o que o tribunal decidiu foi que, excepcionalmente, em alguns casos em que seja possível estimar o empenho de 2020 e 2021, o empenho pode ser realizado em 2020 para a despesa ser executada em 2021.

E quais são as implicações disso? A execução das despesas que ocorrem à conta da lei orçamentária de 2021, os créditos ordinários ou os créditos suplementares ou especiais e os restos a pagar deles, contará na apuração do teto de gastos de 2021. O teto de gastos é apurado considerando-se as despesas pagas. Então, os restos a pagar vão entrar como despesa paga. No caso de crédito extraordinário – e a maioria das ações de enfrentamento à Covid foram executadas por meio de créditos extraordinários –, ele já é uma exceção ao teto de gastos prevista pela Emenda Constitucional 95. Então, de fato, as despesas de enfrentamento à pandemia que foram abertas por meio de crédito extraordinário, no próximo ano, vão estar fora do teto de gastos. E o que é decorrente do orçamento, da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais a essa lei contará para o teto de gasto.

Mas o que que isso quer dizer? O mais importante disso é: cumpriu ou não cumpriu o teto? Na verdade, cumprir o teto por si só não quer dizer muita coisa, quando o espírito da lei não está sendo cumprido. O espírito do teto é evitar justamente que as despesas alcancem um patamar tal que inviabilize a sustentabilidade fiscal, que gere um desequilíbrio muito grande e que impacte demasiadamente a dívida pública. E o que a gente vislumbra para 2021? O que as projeções mostram é um cenário já muito delicado. O projeto de lei orçamentária para 2021 já prevê um déficit. Embora, na verdade, não haja uma meta, de fato não tenha havido a fixação de uma meta de resultado primário no projeto de lei de diretrizes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamentárias, e esse foi o objeto do alerta do tribunal em acórdão de outubro, Acórdão 2.898, de 2020, o que a gente fala é que, se houver a meta e ela for cumprida, nós ainda estamos numa situação muito delicada. A despesa, se considerada para fins de cumprimento do teto ou não, é importante, mas o mais importante é o significado disso, o significado de, de fato, o teto ser cumprido ou ele ser simplesmente uma operação matemática para dizer que o número foi cumprido.

Então, é preciso muita atenção, claro, mas uma atenção com o cumprimento do teto e com as mensagens que o País está passando, porque, como o Deputado Felício Laterça e o Senador Izalci Lucas falaram, o mercado já capta os reflexos da atuação do País, do compromisso fiscal do País. Nós já temos uma projeção mais elevada de juros da dívida pública, uma dificuldade maior de rolagem da dívida pública, e isso tudo conjugado com uma diminuição significativa do colchão de liquidez, com insuficiência das disponibilidades de caixa da União nos mostra que estamos num cenário delicado e que requer, de fato, um acompanhamento responsável e criterioso da gestão fiscal.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Muito obrigado, Regina.

Presidente, ao que me consta, acho que nós conseguimos, de certa forma, responder a todas as perguntas.

Se o senhor me permitir passar às considerações finais aqui...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Pode fazer, doutor.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA (Para expor.) – Presidente, com sua permissão, gostaria de agradecer mais uma vez a V. Exa. pelo convite e ao Relator Francisco Jr. também, nas pessoas de quem eu agradeço a todos os Parlamentares pelas perguntas, brilhantes perguntas que possibilitaram ao tribunal esclarecer o trabalho que foi feito no acompanhamento das medidas da pandemia. E eu queria também, na verdade, agradecer a todos os colegas do Tribunal de Contas da União, aos dirigentes que participaram e me apoiaram aqui nesta audiência pública.

Quero dizer o seguinte: o tribunal permanece à disposição dos senhores para esclarecer quaisquer dúvidas ou perguntas naquilo em que ainda restaram algumas lacunas, para dar subsídios para o encaminhamento da Comissão, com sugestões pontuais. Nós teremos imenso prazer, estamos à disposição. Eu falo isso em nome do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro José Múcio, que sempre priorizou o atendimento ao Congresso Nacional de todas as demandas tempestivamente.

Eu encerro aqui a participação nossa, do Tribunal de Contas da União, com esse agradecimento, parabenizando também o Presidente da Comissão e demais componentes por esta iniciativa importantíssima para o País que também motivou o TCU em várias ações para fornecer aos senhores também.

Muito obrigado e um bom-dia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É o seguinte, Dr. Junnius, eu quero registrar aqui a participação dos internautas. Eu registrei alguns nomes apenas do e-Cidadania: Fernanda Ramos, do Estado do Paraná; Leandro Furtado de Souza, do Rio de Janeiro; Gabriel Demarchi Filler, de São Paulo; Jezer Lucas de Oliveira Leal, do Estado de Mato Grosso do Sul; Isabelly Figueira, de São Paulo. Creio que todas as perguntas deles foram respondidas pelo corpo técnico do Tribunal de Contas. Eu quero agradecer pela participação de todos eles, fazendo suas ligações telefônicas ou pela internet conosco.

Agradeço ao Presidente do Tribunal, José Mucio, pela especial deferência no atendimento de todos os pleitos feitos por esta Comissão, por ter colocado à disposição da Comissão vários técnicos de altíssimo nível e por não ter ficado nenhum pedido de informação sem resposta, inclusive os relatórios, as posições do tribunal e esse relatório final consolidado, maravilho, muito bem-feito.

Justamente, o Deputado Francisco Jr. pediu esta audiência pública para que houvesse esses detalhamentos, para que se tirassem essas dúvidas sobre pequenas coisas não constantes do relatório final consolidado, que foram muito bem esclarecidas. Assim, eu fiquei muito satisfeito. Agradeço a todos os participantes.

Parece que o Deputado Benevides levantou o dedo lá em cima, ou não? (*Pausa.*)

Não. Muito obrigado, então! Muito agradecido!

Então, assim sendo, eu quero também registrar que achei que houvesse pouco interesse por esta audiência pública, que é muito técnica, mas, mesmo assim, tivemos uma boa participação dos Parlamentares. Cada um fez perguntas na sua área de conhecimento, foi extremamente rico, enriquecedor para o nosso relatório, para o Relator e sub-relatores, como aqui o Cacá Leão, que nos representa junto, diante do Tribunal de Contas da União.

Assim sendo, eu agradeço. Não havendo mais nada a se tratar, agradeço a paciência de todos, de todos os participantes do Tribunal de Contas nesta audiência. Todos os que participaram estiveram aí, sentadinhos, dando para nós uma nobreza importante. Achei muito importante, todos valorizados, com um corpo técnico diferenciado, que exerce cargos de chefia no Tribunal de Contas, que estavam aí. Cada qual se expressou divinamente bem, atendeu a todas as demandas dos nossos queridos Parlamentares.

Assim sendo, eu agradeço a participação do e-Cidadania, da TV Senado, todos os meios de internet e YouTube que entraram em contato conosco. Agradeço – ela está me lembrando aqui – o TCU por este ano inteiro de disponibilidade a nos atender.

Dessa forma, eu declaro encerrada a nossa reunião, deixando o meu abraço e um boa-tarde já a todos. Agradecido! Obrigado a todos!

(Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2020, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dezesseis horas e trinta e seis minutos do dia onze de dezembro de dois mil e vinte, no REUNIÃO REMOTA, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19) com a presença dos Parlamentares Esperidião Amin, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Felício Laterça, General Peternelli e Mauro Benevides Filho, e ainda do Senador não membro Tasso Jereissati. Deixam de comparecer os Parlamentares Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Reginaldo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Reunião de acompanhamento das ações fiscais e da execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao enfrentamento à COVID-19. O convite deriva do Decreto Legislativo nº 6, de 2020, Art. 2º, § 2º. **Participante:** Paulo Guedes, Ministro da Economia. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama

Vice-Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/12/11>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos os Parlamentares, Deputados e Senadores da Comissão Covid-19; boa tarde a todos os telespectadores da TV Senado que nos acompanham com frequência, ainda mais hoje, sexta-feira, a essa hora, em que muita gente está em casa; boa tarde a todos os internautas – alguns já mandaram até algumas perguntas para esta audiência.

Quero verificar se o Relator Francisco já se encontra presente na sala.

Francisco Jr. (*Pausa.*)

Francisco Jr. (*Pausa.*)

Ele me ligou há pouco, eu estava falando com ele.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Oi, Presidente. Estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O Senador Amin pede para você dar algumas explicações sobre o relatório, informações sobre datas, como você vai apresentar, como você vai dispor.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Então, está certo.

Eu não estou com as datas na minha cabeça agora, Presidente, mas eu vou tentar lembrar. Deixe-me pegar um calendário aqui.

Nós temos a reunião agora com o Ministro e aí, de forma especial, o Senador Esperidião Amin, que é o sub-relator, precisará de um prazo. E a gente pede que seja o mais breve possível, para a gente conseguir, porque qual é a nossa tarefa agora? Eu recebo os relatórios dos sub-relatores, nós vamos consolidá-lo. Aí a gente tem alguns aspectos de texto, alguns aspectos de acréscimo ou de decréscimo de alguma coisa que foi escrita. E eu preciso gerar uma uniformidade. É uma tarefa que nós vamos ter que realizar, rápida. E eu preciso devolver o que nós fizemos para os sub-relatores e, depois que eles aprovarem, me devolverem para nós publicarmos com 48 horas para votação.

A nossa programação original, Presidente, era: fazemos a reunião hoje; eu pediria que os sub-relatores nos entregassem o relatório neste final de semana, o mais breve possível, para que nós possamos consolidar, devolver para eles pelo menos até, acredito, terça-feira, para que eles possam ler e nos devolver. E na quarta-feira ou no mais tardar... Na quarta-feira seria o ideal: a gente faria a publicação para, na sexta-feira, de quinta para sexta-feira, nós estarmos aptos a votar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vou fazer também o seguinte: além de publicar, eu tenho intenção também de encaminhar para todos os membros...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Eu vou só... Francisco, eu vou só fazer aqui uma abertura, aí você pode continuar, tá?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Certo, certo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Reitero que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo e que a ordem da fala será dada ao Relator, titulares, suplentes e não membros.

No intuito de se aproveitar o tempo restrito e a oportunidade presente, as eventuais questões de ordem e o tempo de Lideranças serão utilizados no final da nossa audiência.

Como não temos número regimental para aprovação da ata, eu passo a palavra... O Francisco está ao telefone, não é?

Se quiser continuar, Francisco, pode continuar agora. Eu dei um espaço para você falar sobre o relatório.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – O.k.

Então, nós precisamos publicar o relatório 48 horas antes. O que é minha intenção: 48 horas antes, a gente distribui para os membros, até para a gente fazer os ajustes necessários para não ter que incorrer em vista. Isso para nós podermos votá-lo no final da semana que vem.

Sobre essa votação nós precisamos decidir aqui agora se a reunião será na quinta ou na sexta-feira. Quanto mais tempo eu tiver, Presidente, melhor. Agora, a gente precisa tomar essa decisão junto com a Comissão e junto com os sub-relatores. Lembrando: alguns sub-relatores já nos entregaram a prévia. A minha intenção é receber... Eu preciso receber todos os sub-relatórios nesta semana, para, na terça-feira, eu devolver com os ajustes, eles fazerem uma outra leitura e nós finalizarmos para poder publicar.

Era isso, Senador Esperidião?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Vamos definir a data? Francisco, você prefere na quinta-feira ou na sexta-feira a última reunião?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Eu prefiro sexta, eu prefiro sexta.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então está fechado: sexta-feira.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Pela ordem, Francisco.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – É para a gente não ter que quebrar o interstício, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Francisco...

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Sim, Deputado.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Não seriam 24 horas para disponibilizar o relatório não? Você falou 48. Acho que são 24, não?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Não sei. Na minha cabeça eram 48 da publicação.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Eu acho que são 24 horas. Eu acho, mas é bom conferir essa parte.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O pessoal do Regimento vai olhar isso.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Se for a mais não há problema; o negócio é não colocar a menos, a menor, entendeu?

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, está bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O nosso Ministro Paulo Guedes já está na sala, já chegou.

O SR. PAULO GUEDES – Mil desculpas! Mil desculpas, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bem, está bem, meu Ministro.

Vamos dar andamento à reunião.

Boa tarde, meu Ministro Paulo Guedes!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é uma audiência pública que atende o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que prevê reuniões regulares com representantes do Ministério da Economia para acompanhar as ações fiscais bem como a execução orçamentária e financeira relacionadas à Covid-19. Para tanto contamos nesta audiência com a honrosa presença do Ministro da Economia, Paulo Guedes, que estará acompanhado do Secretário da Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, Secretário Especial que nós todos conhecemos muito, e do Dr. José Barroso Tostes Neto, Secretário Especial da Receita Federal.

Então, Sr. Ministro, quero agradecer muito a V. Exa. por estar aqui conosco já fazendo o fechamento do ano, dando as explicações de sua pasta, que é a de Economia, para a nossa Comissão e também para a população interessada, para o povo brasileiro, para a imprensa, a grande mídia nacional, que estará observando a nossa audiência pública agora à tarde.

Neste momento, eu passo a palavra para V. Exa. Eu não vou determinar tempo, não, o bom senso vai dizendo. Vou marcar 30 minutos, mas, se for necessária uma prorrogação, a gente vai estendendo. O senhor dá o toque, certo?

Com a palavra o Sr. Ministro Paulo Guedes. *(Pausa.)*

Liberem o som por favor, o som do Ministro!

Quem é que libera o som dele? *(Pausa.)*

Pronto, Ministro, está o.k. o som. *(Pausa.)*

Tornou a travar o som...

Isso, ótimo.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio. Eu faço sempre questão de agradecer o tratamento cortês e generoso que tenho recebido nestas reuniões do Congresso sob sua direção. Agradeço o monitoramento, esse acompanhamento que estamos fazendo.

Nós estamos oscilando a cada 15 dias. A cada 15 dias venho eu ou o meu Secretário da Fazenda, estamos sempre tentando, justamente, deixar o Congresso a par dos acontecimentos, assim como a opinião pública em geral. Todos esses dados, tudo isso que está sendo oferecido com toda transparência ao Congresso está disponível também *on-line* para quem quiser. Cada real que foi gasto durante esta crise pode ser acompanhado, cada real que foi gasto durante a crise pode ser acompanhado!

Começando já a nossa conversa, informo que nós gastamos em torno de 599,5 bilhões. Esse número é um pouco abaixo do que estava estimado antes, 615 bilhões. Esse é o impacto sobre o resultado primário. Houve muitas coisas que eram diferimentos de impostos, antecipações de benefícios. De dinheiro novo mesmo, impacto primário, são 600 bilhões, ou seja, 8,5% do PIB. Gastamos 8,5% do PIB.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos mais ou menos 10% a 12% acima da média dos países avançados e bastante acima dos países em desenvolvimento. A média dos emergentes está um pouco acima de 4%, nós estamos no dobro disso. Já em comparação com os países avançados, nós estamos 10% acima. E não é por menos que acreditamos que o Brasil vai chegar ao fim do ano perdendo zero emprego formal – zero!

Sempre à guisa de comparação, em 2015, nós perdemos 1,2 milhão de empregos numa recessão autoinfligida e, em 2016, nós perdemos 1,4 milhão de empregos, ou seja, num ano de recessão, perdemos 1,2 milhão e no outro ano, 1,4 milhão. Então, seria absolutamente natural... E o PIB também caindo 3,5%, 4%. Neste ano, nosso PIB caindo mais ou menos 3,5% ou 4%, numa pandemia que atingiu o Brasil, o natural seria nós perdemos 1,2 milhão, 1,3 milhão de empregos. Efetivamente perdemos 1,2 milhão de empregos em dois ou três meses, só que nós criamos de novo mais 1 milhão de empregos novos em quatro meses seguidos. Quer dizer, nós tínhamos perdido 900 mil em abril; em maio, perdemos 200 mil; em junho, perdemos 20 mil – e aí já deu um total de 1,220 milhão de perda de emprego. Só que, em julho, já criamos 100 mil empregos; em agosto, criamos 250 mil empregos; em setembro, criamos 313 mil empregos; em outubro, criamos 400 mil empregos – para ser preciso, 393,8 mil empregos, uma coisa assim, ou seja, aproximadamente 400 mil empregos. Então, 100, 250, 300 e 400 em quatro meses seguidos. A economia brasileira realmente voltou em "V". Eu parablenizo o Congresso brasileiro, o nosso Presidente, que nos deu apoio, que criou a ideia de que nenhum brasileiro podia ficar para trás, que nós viemos salvar vidas e preservar empregos.

Efativamente a nossa prestação de contas agora, nesse aspecto econômico, é que a economia voltou em "V" e vai chegar ao fim do ano, em vários setores, com a capacidade produtiva além de quando ela foi atingida, à exceção do setor de serviços evidentemente pelo aspecto do distanciamento social, pela paralisação dos voos aéreos. Por isso tudo, o impacto foi muito mais profundo, mas mesmo os serviços, mês a mês, criando emprego, subindo e voltando rápido, não chegaram ainda ao mesmo nível. Há vários outros setores que estão muito além de quando estavam quando o golpe da pandemia nos atingiu.

Então, a primeira observação que eu faria é esta: gastamos mais ou menos 600 bilhões. Só para os senhores terem uma ideia, por exemplo, se formos partir para uma campanha agora de vacinação em massa, devem ser mais ou menos uns 20 bilhões.

Então, realmente, o choque inicial, que foi o distanciamento social, foi um impacto tremendo sobre a economia. Nós empurramos esses recursos nas várias direções. E eu quero aqui mencionar especificamente essas direções para que os senhores possam avaliar.

Desses 600 bilhões, por exemplo, o auxílio emergencial, que foi justamente a camada que protegia os mais vulneráveis, os brasileiros mais vulneráveis, essa é que foi a mais dispendiosa de nossas medidas. Dos 600 bilhões, 321 bilhões, ou seja, mais da metade, foi o auxílio emergencial, justamente para salvar a vida dos invisíveis: os 26 milhões de brasileiros que já recebiam o sistema de assistência social, em programas como Bolsa Família, seguro-defeso, os que estavam recebendo assistência social e, de outro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lado, os desprotegidos, os invisíveis, que nós nem tínhamos registrado, que eram 38 milhões de brasileiros. Então, nós digitalizamos esses 64 milhões de brasileiros e destinamos a eles mais da metade desses 600 bilhões. Então, dos 600 bilhões, 321 bilhões foram para os invisíveis e os mais frágeis – para BPC, Bolsa Família, seguro-defeso. Os mais frágeis brasileiros é que receberam esses 321 bilhões.

Logo depois, com 60 bilhões, vem de novo a ajuda, só que descentralizada, através dos nossos entes federativos. Então, foram esses recursos – 60 bilhões em 4 meses, 15 bilhões por mês, quatro meses seguidos – para os entes federativos, Estados e Municípios. O programa total para Estados e Municípios está em torno de 190 bilhões, porque houve rolagem de principal e juros de dívida, houve diferimentos de recolhimentos, houve manutenção de repasses, por exemplo, para os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. Apesar do colapso na arrecadação do Governo Federal, nós mantivemos as transferências de recursos para Estados e Municípios, exatamente porque a União tinha capacidade de endividamento, e Estados e Municípios, não. Então, nós transferimos 60 bilhões para os Estados e Municípios.

A terceira maior rubrica, 51 bilhões, no programa mais bem-sucedido de manutenção de emprego. Nós preservamos 11 milhões de empregos, um terço do mercado formal de trabalho. Nós temos 33 milhões de brasileiros empregados na CLT. Evidentemente, há também os funcionários públicos. Na verdade, são quarenta e poucos milhões, mas, tirando os funcionários públicos, que têm estabilidade de emprego, tirando todos os já que estão preservados, na CLT, passíveis de demissão, são em torno de 33 milhões, tirando os empreendedores, que têm também um resíduo especial como pessoa jurídica dentro desse regime também. Sobram 33 milhões de trabalhadores na CLT. E de 11 milhões que a empresa iria demitir, e nos ligou, nós temos o registro do CPF, um a um.

Para os senhores terem uma ideia, a Receita Federal ligou para 4 milhões de CPFs ou, na verdade, de pessoas jurídicas e disse: "Olhem, vocês têm crédito disponível, se quiserem vir buscar". Ao mesmo tempo, nós informamos a todas as empresas que, na hora de demitir o José da Silva, se ligassem para nós, nós suplementaríamos o trabalho... Se ele mantivesse empregado o José da Silva, ele reduziria a jornada de trabalho... Um restaurante não ficaria aberto o dia inteiro com distanciamento social, mas ele podia abrir duas horas antes do almoço, duas horas antes do jantar, só para fabricar quentinhas para a vizinhança e, com o distanciamento social, abastecer as pessoas em casa, que ficariam pedindo encomendas de comida. Então, nós criamos essa facilidade.

Isso preservou 11 milhões de empregos. Nós temos 11 milhões de CPFs... O desemprego que era para vir para 33% da população continua lá embaixo, em 12%, em 13%. Vai chegar o final do ano agora com zero perdas de emprego no mercado formal – zero! O desemprego aumenta, porque há mais jovens procurando emprego, os invisíveis agora também podem estar procurando emprego, mas não houve destruição de empregos no final deste terrível ano, o que significa que esse programa foi um programa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relativamente barato. Com 10% dos 600 bilhões, ou seja, com 60 bilhões, nós conseguimos salvar um terço da população com emprego formal.

Todos esses dados são enviados para os senhores, os senhores terão ou têm já todos esses dados. Isso também está disponível *on-line*.

Há agora mais 50 bilhões, que é o programa de apoio... Na verdade, 60 bilhões é o auxílio federativo, 50 bilhões é essa manutenção do programa de emprego, ou seja, menos de 10% dos gastos para preservar um terço dos empregos formais brasileiros.

Finalmente, para a microempresa, há o Pronampe, que tem as digitais particularmente do Senado. Tem as digitais do Senado esse programa, em que nós gastamos 27 bilhões, e as microempresas foram atendidas.

Há mais o FGI, que é outro programa de crédito também que o Congresso apoiou. Gastamos 20 bilhões.

Depois, começa a descer para 16 bilhões para transferências a Estados e Municípios nas ações de saúde, porque, logo no início, assim que a PEC de guerra foi feita, nós imediatamente transferimos, além dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, com os 16 bilhões, mais 10 bilhões: 8 bilhões para transferência fundo a fundo para a saúde e 2 bilhões para o Sistema Único de Assistência Social, entidades filantrópicas, toda essa rede de assistência social beneficente que nós temos no Brasil.

Em grandes números, analisando também a composição desse auxílio, dessa ajuda, desses 600 bilhões, o interessante aqui é o seguinte: 323 bilhões foram para os mais vulneráveis; 58 bilhões, para os trabalhadores, preservação dos empregos, complementação de salário; 105 bilhões, para os entes subnacionais; R\$80 bilhões, para as empresas.

Dessa forma, qualquer análise social sobre a qualidade do gasto público social vai mostrar que mais da metade foi para os mais vulneráveis. Logo depois, a segunda maior rubrica foi justamente para os entes subnacionais, que também jogaram os recursos seguramente para os mais vulneráveis no sistema de saúde. Então, desses 600 bilhões, 423 bilhões são do Governo Federal e de Estados e Municípios, ou seja, realmente, a maior parte, esmagadoramente, foi para atendimento de saúde diretamente, ou por provisão de socorro para os vulneráveis, com o auxílio emergencial direto, na veia, ou através de Estados e Municípios e transferências fundo a fundo para a saúde. Todos esses recursos foram justamente para onde a população precisava.

Depois, bem depois, vêm os trabalhadores, com 10% na manutenção do emprego. E, cá entre nós, com esses 10%, que são R\$60 bilhões, nós chegamos ao final do ano com zero perda de empregos. Então, funcionou, foi bem calibrado. Esse foi um programa bem calibrado. Com 10% dos gastos, nós preservamos 100% dos empregos formais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, depois, vem, então, o dinheiro para as empresas, que foram relativamente as menos atendidas, como qualquer democracia exigiria. Primeiro, vamos atender as pessoas, vamos atender a manutenção de empregos etc. Agora, vamos também ajudar as empresas, porque nós precisamos das empresas; elas é que vão fazer essa volta da economia em "V". E nós estamos fazendo essa volta em "V".

Do ponto de vista também de mercado de crédito, eu quero só dar alguns números para os senhores. Por exemplo, começamos com um programa que dava crédito para quem não demitisse. O programa não funcionou bem, porque a empresa falava o seguinte: "Eu prefiro manter o emprego e reduzir o salário". Aí é aquele programa emergencial de suplementação salarial. Se eu tenho cem empregados, o que é que vou fazer? Eu prefiro falar: "Olha, vou manter os cem, mas só vou pagar metade da folha, e vocês suplementam a folha". Isso explica o sucesso do nosso programa em manter emprego. Agora, esse matou o programa de crédito, porque, no outro, é o seguinte: eu tenho que manter os cem funcionários e pego crédito para pagar os cem funcionários. Ora, é melhor eu pegar um dinheiro dado do Governo para pagar os funcionários, e eu ainda posso demitir alguns, do que eu ter que manter todo mundo e pegar um crédito para pagar todo mundo. Então, esse programa não teve grande impacto. Nós liberamos até 36 bilhões, e só 7 bilhões foram usados. Então, o programa não funcionou bem.

Logo depois, nós criamos o Pronampe. Aí já foram 32 bilhões. Pegou na veia! O dinheiro chegou à base, com todo mundo satisfeito, com uma demanda enorme. O próprio Senado já está querendo tornar o programa permanente. Isso é prova do sucesso que foi o programa.

Logo depois, vem o Peac-FGI, com 90 bilhões. Deu certo também, desta vez alavancado. O Governo botou R\$20 bilhões, R\$30 bilhões, e o crédito acabou sendo alavancado. Funcionou bem.

E, finalmente, o último agora foi o das maquininhas. Nós botamos mais 10 bilhões lá, e todo mundo está usando – são pequenas empresas que usam essas maquininhas de crédito. Isso está funcionando bem e está ajudando muito também justamente os mais frágeis.

Então, em termos de número agora, agregando de uma outra forma, gastamos 600 bilhões: para salvar vidas, 353,8 bilhões; entes subnacionais, 105 bilhões; para salvar empregos, empresas e trabalhadores, 140 bilhões. Então, nós estamos relativamente... Ninguém pode estar satisfeito em meio a uma pandemia. Ninguém pode achar que está fazendo um grande trabalho. Ninguém pode estar esperando grandes comemorações ou celebrações, mas nós temos um senso de responsabilidade e uma certa resiliência e um senso de dever cumprido.

Nós – a nossa equipe –, ontem, inclusive, quando estávamos fazendo isso, fomos muito mal interpretados, quer dizer, muita gente que não compreende isso... Nós estávamos justamente revendo essa síntese e vendo que o Brasil voltou em "V". E nós, depois de uma reunião muito séria, reunimos a equipe econômica, a pedido da própria equipe, que falou assim: "Queríamos tirar uma foto com o Presidente da República", o que não é comum. Eu trabalho aqui com a minha equipe e eu, normalmente, é que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

despacho com o Presidente da República. Ontem nós fomos, fizemos esse despacho com o Presidente da República – excepcionalmente eu levei a equipe inteira –, fizemos lá uma prestação de contas, trocamos ideias, e, quando acabou, a equipe pediu: "Vamos tirar uma fotografia?". E, aí, tiramos uma foto – a equipe. E na foto estava, inclusive, todo mundo naquele clima de seriedade da reunião. Aí, o próprio Presidente brincou e falou assim: "Poxa, vocês nunca vêm aqui e, quando vêm aqui, tiram uma foto comigo com todo mundo de cara fechada? Vamos dar um sorriso aí! Ô PG, tira essa máscara – havia alguns com máscara e tal –, tira essa máscara aí e dá um sorriso" e tal. E todo mundo riu da brincadeira do Presidente, e o fotógrafo tirou a foto. Aí, hoje, para variar, está: "A equipe celebrando, rindo, em meio às mortes...". Quer dizer, é uma imprensa destrutiva, uma destilação de ódio, num momento em que nós devíamos estar justamente nesse espírito em que nós estamos aqui no Congresso. Estamos colaborando, estamos ajudando. Os senhores nos criticam, monitoram, nos dão *inputs*. Quantas vezes nós nos reunimos aqui, e os senhores falaram: "Olha, o crédito não está chegando na base! O crédito não está chegando na base! Precisam nos ajudar! Temos que refinar o programa!?" E, aí, voltamos ao Congresso, aperfeiçoamos o programa. Então, esse espírito construtivo é do que nós precisamos.

Eu estou muito feliz de prestar contas. Vamos abrir para o Senador Confúcio aí.

Aliás, eu queria só mais uns cinco minutos só para eu dizer um pouco dos passos futuros também, porque nós estamos fazendo essa prestação de contas, mas eu queria que todo mundo tivesse a noção de onde é que nós estamos, sob o nosso ponto de vista, da equipe econômica.

A equipe econômica que está prestando essa conta está dizendo o seguinte: senhores, durante o ano de 2019, nós estávamos fazendo agendas de reformas estruturais. Quando começou 2020, nós mergulhamos nessa pandemia, nesse inferno, nessa tragédia que atingiu o Brasil. E eu quero registrar que a democracia brasileira, de novo, surpreendeu o mundo. Da mesma forma que em 2019, nós surpreendemos fazendo a reforma previdenciária que países avançados com milhões de pessoas nas ruas recusavam – e nós fizemos a nossa –, de novo o Congresso brasileiro, a política brasileira, o Presidente, a Economia, os outros ministérios, a Agricultura produzindo, o Transportes trazendo os alimentos para a cidade, para a região urbana, o campo produzindo, quando nós fazemos o saldo... Cito também a construção civil, que manteve o ritmo de criação de emprego e foi o setor que menos perdeu gente, porque teve protocolos seguros, os quais nós inclusive compartilhamos depois com os Prefeitos. Fizemos reuniões dos Prefeitos com o setor da construção civil exatamente para compartilhar os protocolos; acelerar, desburocratizar o trabalho da indústria da construção civil e, ao mesmo tempo, compartilhar os protocolos, porque eles salvaram muitas vidas com os protocolos corretos de distanciamento no trabalho.

Então, esse período, este ano de 2020, nós o declaramos um ano de exceção. E, na minha opinião, este ano de 2020 mostrou o que é a boa política. Há muita crítica quanto à velha política, à nova política... A nossa busca é pela boa política. Este ano de 2020 foi exemplar como boa política. O que protegeu o brasileiro foi a atenção, foi o foco, foi a alocação de recursos que a boa política produziu. Não foi a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indexação, esse fósil de um passado vergonhoso de hiperinflação. Não foi a indexação. O que salvou a saúde dos brasileiros foi a ação política decisiva que houve este ano: vamos gastar mais com a saúde e não vamos dar aumento para o funcionalismo. No momento em que milhões de pessoas estavam sob risco de perder o emprego; no momento em que as pessoas estão sob risco de perder a vida; no momento de fazermos um distanciamento social e ficar todo mundo em casa; por que vai haver aumento de salários para o funcionalismo? Então, a boa política foi exatamente essa decisão da classe política brasileira, que disse: a prioridade é a saúde; nós não vamos usar dinheiro como pretexto para aumentar salários, nem neste ano de 2020 nem no ano de 2021, de forma que esses gastos com saúde, que estouraram o déficit, elevaram o nosso déficit para 12% do PIB, possam desinchar no ano que vem de volta para 2%, 3% do PIB, mostrando que este é um país responsável, sério, que gastou com a saúde este ano, mas não transformou esses aumentos transitórios de gastos com a saúde em um aumento permanente de gastos com a máquina pública e o funcionalismo. Então, o funcionalismo aceitou, compreendeu que era importante dar também sua contribuição, e isso é o que eu chamo de boa política. É o comando sobre o orçamento, é a desindexação, a desvinculação. Ninguém pensou em vincular recurso. O recurso tem que ir para a saúde, e ponto final. Ninguém ficou carimbando dinheiro, nada disso, entendeu?

Então, eu acho que este ano foi exemplar quanto à maturidade da classe política brasileira, quanto à capacidade de lidar com esses desafios. Por exemplo, ela disse: vamos nos libertar temporariamente do teto porque temos um problema de saúde. Por que não nos libertamos definitivamente do teto? Porque não encaramos ainda a desindexação das despesas. Enquanto não fizermos isso, precisamos de uma promessa, um símbolo de teto para a frente, que na verdade diz o seguinte: ou a classe política assume o desafio de controlar os orçamentos ou continuaremos premidos por controles além da vontade, por controles automáticos, gatilhos que nos são impostos por nossa própria falta de disciplina para assumir os orçamentos, como fizemos em 2020.

Então, eu queria justamente dizer que, este ano, agora, chega ao fim, em 31 de dezembro, o auxílio emergencial. Fizemos um *phase out* gradual, quer dizer, uma aterrissagem gradual: saímos de R\$600 iniciais, renovados por mais três meses em R\$600 de novo; depois descemos para R\$300; e agora, no fim do ano, a economia voltando em "V", os empregos formais sendo de novo adaptados...

Eu quero deixar aqui também um aviso, que é o seguinte: embora a concessão em si termine dia 31 de dezembro, há ainda um mês e meio a dois meses de cobertura, porque, quando você dispara o pagamento, é depois da faixa de concessão, do período de concessão, e a concessão foi dada. Então, há gente que, em 31 de dezembro, está credenciada a receber, mas recebe 30 dias depois, 40 dias depois, de acordo com o cronograma de pagamentos que a Caixa estabeleceu e que o sistema da cidadania junto com a Caixa Econômica criaram justamente depois da digitalização de 64 milhões de brasileiros. Então, ainda há uma cobertura para janeiro e até metade de fevereiro, e nós não descartamos ainda ferramentas que temos dentro do teto, completamente dentro do teto, e que inclusive nós usamos antes mesmo da PEC de guerra. Nós usamos. Nós temos capacidade de antecipar benefícios, temos capacidade de diferir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrecadações. Nós temos várias ferramentas que nos vão permitir calibrar essa aterrissagem da economia ali na frente.

Então, a nossa prestação de contas hoje é essa. Conceitualmente isso termina em 31 de dezembro. Esses números são já o resultado quase final, faltam aí 30, 40 dias a mais. O resultado tanto pode ser para cima, como para baixo. Por exemplo, a última prestação nossa, o número era de R\$615 bilhões, agora caiu para R\$599 bilhões, porque várias estimativas acabaram, vários recursos não foram usados, como esse exemplo do crédito: como o primeiro programa de crédito, o PESE, não funcionou bem, voltaram – eles usaram só uns R\$17 bilhões no fim – aí outros quase R\$20 bilhões. Por isso é que a gente caiu de R\$615 bilhões para R\$599 bilhões.

Então, os números finais são, mais ou menos, esses; os desvios agora vão ser pequenos até o fim do ano. E nós podemos, então, agora, realmente pensar que o ano de 2021 é um ano diferente. Naturalmente muita coisa pode acontecer, mas esse é o plano A, esse é o que nós estamos enxergando pela frente.

Eu, então, termino aqui essas observações iniciais.

Eu congratulo de novo o Congresso pelo trabalho que fez conosco, agradeço esta oportunidade. Os números estão sempre abertos. O Brasil foi uma economia que teve um desempenho... Nós estamos assim em primeiro, segundo, terceiro lugar, ali no meio das nações... Quando você pega os diversos critérios, quando você pega o PMI, que é o Índice de Gerentes de Compras, que indica perspectivas de retomada para a frente, o Brasil está ali sempre em segundo lugar, comparado com Alemanha, ou está em segundo lugar, comparado com a China. Às vezes, o Brasil está em primeiro, num item, na frente da Alemanha; às vezes, está em primeiro, em outro item, na frente da China. Os setores todos estão voltando. Agora, não há milagre. Nós precisamos que as reformas continuem para que, justamente dessa recuperação baseada no consumo, venha um crescimento econômico, que se transforme num crescimento econômico à base de investimentos.

Muito obrigado, Senador Confúcio. E eu sigo à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Ministro Paulo Guedes.

Eu vou fazer um pequeno intervalo aqui para votação da ata da reunião anterior.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 42ª Reunião solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito também, ainda, este momento para submeter aos presentes um Requerimento do Deputado Felício Laterça, de nº 70, que requer a realização de ato de fiscalização financeira e orçamentária, com o auxílio do TCU, no Município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, no tocante ao repasse de R\$21.990.025,94, disponibilizados por meio da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.666, de 1º de julho de 2020.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Está em votação.

Os Srs. Parlamentares que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Um momentinho só.

Liberem o som do Senador Esperidião Amim, por favor, pessoal da Comissão, lá no Senado. Liberem o microfone do Senador Esperidião Amim!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Deu.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Isso. O.k.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Pode avisar para o Ministro Paulo Guedes que eu vou me ater especificamente ao requerimento. Não se preocupe. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está bom.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – O que eu acho, meu amigo Felício Laterça, é que se nós aprovarmos um requerimento para nós participarmos... Eu acho que nós poderíamos inverter: solicitar uma especial atenção do TCU, se eu bem entendi, para que em face de algum caso concreto – e aí nós... Eu voto a favor desde que seja uma tarefa específica solicitada ao TCU.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Mas não nós participarmos, até porque a Comissão a rigor...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Encerra agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... apresenta um relatório, e o Confúcio vai continuar sendo respeitado como profeta, como nosso sábio, pode até ser conduzido de houver uma...

Então, acho que nós não deveríamos atrelar a Comissão a uma tarefa que é do TCU. Podemos sim, em função de um caso concreto, solicitar expressamente isso para este caso ou para qualquer outro que nos ocorra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Então, Deputado Felício Laterça, vamos só excluir a Comissão do requerimento e encaminhar a solicitação da Comissão ao TCU para fazer toda a fiscalização.

Os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo com a observação do Senador Esperidião Amin permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Bem, então agora vamos às perguntas dos nossos Parlamentares da Comissão, os suplentes e não membros.

Em primeiro lugar, vou passar a palavra para o nosso Deputado Relator Francisco Jr., para fazer suas indagações em primeiro lugar.

Francisco Jr. com a palavra.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento todos os membros da Comissão, os convidados, as assessorias, a imprensa. De forma especial, cumprimento o Ministro Paulo Guedes, que, sempre que convidado, esteve conosco. Aproveito para cumprimentar toda a sua equipe, Ministro, cumprimentando-os na pessoa do Vitor Saback, assessor especial, e do Waldery, Secretário da Fazenda, que sempre estiveram à nossa disposição. O Waldery, inclusive, esteve participando alternadamente com V. Exa. das nossas reuniões, sempre muito prestativo. O ministério em si, ao contrário de alguns outros, dos quais existem reclamações, foi muito solícito aos nossos questionamentos, ao pedido de informação, sempre teve muita abertura para com a Comissão, e a gente agradece e reconhece.

Esta provavelmente, Ministro, será nossa última reunião neste formato, com essa realidade. E espero que não tenhamos mais pandemia também; depois de passar por isso, que a gente não venha a ter que ter situações como esta. Porém, ainda estamos enfrentando esta.

Minhas perguntas, eu as inicio agora, a primeira, inclusive, vai na direção de uma autoavaliação que eu gostaria que V. Exa. fizesse. Como V. Exa. autoavalia os esforços do Governo Federal em combater os efeitos da pandemia? Quais foram os principais acertos, as maiores dificuldades, as maiores lições, e, caso o senhor queira comentar também, o maior erro do Governo Federal? Em que pese de forma especial a parcela que está sob a sua coordenação, como seria essa sua autoavaliação?

Estamos, neste momento em dezembro, depois de tantos meses, trabalhando de diversas formas a pandemia e a mitigação dos seus resultados. O senhor se dá por satisfeito com as decisões, com as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atitudes, com a coordenação, com os resultados? Ou em algum aspecto ainda se sente frustrado e poderíamos fazer mais? Se poderíamos fazer mais, o que deveríamos fazer mais?

Com relação às ações direcionadas a crédito, bem como às ações junto aos Estados e aos Municípios, que lições V. Exa. poderia compartilhar conosco com relação às ações direcionadas ao crédito? Existe algum risco de termos armado uma bomba-relógio para os próximos anos, já que poderá haver uma grande inadimplência? Em todo esse aspecto da inadimplência, nós podemos ter empurrado alguma coisa e estamos preparando, de repente, uma bomba? Ou não? Como o senhor vê essa situação? – lembrando que, a partir de agora, nós teremos aí toda uma realidade bem diferente e inédita no Brasil.

Com relação ao enfrentamento da crise, que pergunta V. Exa. teria feito para o Ministro da Economia que esta Comissão ainda não fez? O que o senhor gostaria de acrescentar ou esclarecer que poderia nos ajudar a compreender as decisões do Governo? – de forma especial na área econômica. O que o senhor poderia nos revelar que facilitaria a nossa compreensão e a compreensão dos brasileiros?

Agora, menos subjetivo e mais objetivo, Ministro. Com relação ao pós-pandemia, tenho as seguintes perguntas. A partir de agora, haverá um grande debate entre os que defendem uma atuação direta na recuperação da economia, por meio do aumento dos gastos públicos, e os que entendem que, mesmo na situação atual, precisamos implementar medidas de equilíbrio fiscal, também conhecidas como medidas de consolidação fiscal. A primeira opção é a que muitas vezes prevalece em economias menos desenvolvidas, por ser a que é politicamente mais palatável. V. Sa. poderia nos esclarecer de forma bem didática quais as consequências de adotarmos, nos próximos anos, o primeiro tipo de política pública ou o segundo tipo de política pública? Por que a consolidação fiscal é uma política econômica que traz maior sacrifício no curto prazo, mas parece ser a que traz melhores resultados em médio e longo prazos?

Aproveito para pedir ao senhor um comentário. Em evento virtual recentemente, há dois dias, o senhor colocou que acredita que até o fim do ano o Governo dará fortes sinais do ajuste fiscal, com redução de subsídios e gastos tributários, e citou expressamente o Presidente para afirmar que o auxílio emergencial será removido no dia 31 de dezembro. Nós sabemos a importância do auxílio emergencial até agora; porém precisamos sobreviver sem ele. Como se dará isso? Como o senhor prevê o comportamento da nossa economia no pós-pandemia imediato, nesses próximos meses? Como se dará isso na sua visão?

Outra pergunta. Como as reformas econômicas apresentadas pelo Governo e discutidas e aprovadas pelo Congresso Nacional podem ajudar nosso País a sair da situação em que se encontra? Pela ordem de importância, quais seriam as reformas mais importantes para fazer nosso País voltar a crescer? Eu recentemente fiz essa pergunta ao Waldery, retomo-a para o senhor, entendendo a importância, até porque nós temos a possibilidade de sugerir ao Congresso essa pauta, a ordem da pauta, a urgência nos próximos momentos, e eu gostaria de fazê-lo com a opinião do senhor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Que mensagem final sobre o pós-pandemia V. Sa. poderia deixar a esta Comissão sobre as reformas que deveriam estar em nosso relatório, como acabei de explicar.

Bem, por fim, os próximos anos prometem ser relativamente complicados para a economia mundial. A grande maioria dos países vai sair dessa crise bastante endividada, o que deverá limitar o crescimento econômico no médio prazo. Os níveis de desemprego são elevados, e a renda *per capita* média das famílias tende a diminuir bastante. Que mensagem de otimismo e confiança V. Sa. poderia nos transmitir em um ambiente complexo como este? Em que fatos devemos nos apegar para voltar a confiar em nossa economia? De zero a dez, o quanto o senhor diz que estamos preparados para o pós-pandemia e como devemos agir para termos um resultado melhor.

Ministro, peço desculpas por hoje ter sido mais subjetivo, talvez até um pouco romântico, mas, na verdade, nós estamos falando sobre o futuro. Acredito que o mais importante agora é olharmos para frente. Nós reconhecemos o esforço, o trabalho, mas precisamos retomar toda aquela pauta que o senhor sempre disse, em vários aspectos para nossa economia se fortalecer e crescer. A pandemia foi um acidente, mas nós agora precisamos seguir em frente.

Eu agradeço a colaboração e a contribuição do senhor e de toda área técnica do Ministério da Economia – e digo que precisamos muito disso. O Congresso, sem dúvida, estará muito atento para fazer o necessário para criarmos as condições para que o Brasil continue crescendo e se desenvolvendo na forma que seu povo merece.

Presidente Confúcio, muito obrigado por mais esta oportunidade. Essas eram as perguntas que eu tinha para o momento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Deputado Francisco Jr. Então, vamos adiante.

Ministro Paulo Guedes, o senhor tem aí um tempo, se o senhor julgar necessário, de 12 minutos – pois foram muitas perguntas –, um pouco mais, um pouco menos, para responder o Deputado Relator Francisco Jr.

Com a palavra o Ministro Paulo Guedes. (*Pausa.*)

Ministro Paulo Guedes? Ministro Paulo Guedes? (*Pausa.*)

O SR. FRANCISCO JR. (Bloco/PSD - GO) – Ele está sem som.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Isso. Está liberado o som, Ministro.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Muito obrigado, Deputado Francisco Jr., pelas observações sempre agudas – a primeira, por exemplo, sobre a autoavaliação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu sempre esperei que, em situação de emergência, a prioridade do problema da saúde ia demonstrar a maturidade da democracia brasileira. Nós, inclusive, tínhamos um mapa que se revelou verdadeiro. Primeiro, eu vou fazer uma avaliação do que funcionou bem. Depois, eu vou falar um pouco de onde estão os erros, seguindo um pouco o seu roteiro: primeiro, os acertos; depois, os erros.

Nos acertos, nós tínhamos uma sensação, desde a campanha. Dizíamos que tinha que ser mais Brasil, no sentido de que os recursos têm que ir para a base. Eles têm que ir aonde a população vive. Então, se há um problema de segurança pública, você tem que ter recursos lá, nos Municípios, para enfrentar o problema de segurança pública. Se você tem um problema de saúde, você precisa dos recursos lá, onde a população vive. Brasília é para se pensar o Brasil. A gente tem que pensar o Brasil em Brasília, mas a execução é descentralizada. Esse mapa nós tínhamos claramente desde que chegamos, tanto que a governabilidade, no primeiro ano, foi em cima justamente desse pacto federativo, que foi a cessão onerosa: nós vamos compartilhar os recursos; por favor, nos ajudem a avançar nas reformas, porque nós queremos transformar o Brasil em um Brasil cujo dinheiro vai para a base.

E, esse mapa mental, primeiro, era de que nós tínhamos que reagir, jogando os recursos para a base. Segundo, de que nós precisávamos... Se o senhor observar, há uma PEC do pacto federativo que já entrou em janeiro. Antes da pandemia, ela já estava no Senado, em três versões, como requerido pelo Presidente Davi Alcolumbre. Ele pediu: olha, para nós realmente darmos uma participação para todo o Senado, vamos pegar o Podemos, que é um partido representativo – o Senador Oriovisto ficou com a versão da PEC emergencial. Vamos pegar o PSD, que é outro partido que também tem 13 ou 14 Senadores, e vamos dar ao Senador Otto Alencar também a PEC dos fundos; e vamos dar ao PMDB, com o Marcio Bittar, a versão ampla da PEC do pacto federativo. Ora, isso era, na verdade, espalhando conteúdo no Congresso para que o Congresso se debruçasse e coparticipasse, e nos ajudasse a aperfeiçoar o projeto. Olhando a primeira cláusula que está lá, do pacto federativo, é a formação do Conselho Fiscal da República, para analisar as situações de emergência fiscal. Ora, seja uma crise ambiental aguda no futuro – o nível do mar subiu, e 80% da população brasileira vive na costa; seja por uma repetição do problema de vírus, uma pandemia, como foi este ano; seja por uma situação improvável de uma guerra, qualquer que seja a razão, vai haver, por decorrência, uma calamidade pública, ou seja, um caso agudo de emergência fiscal.

Então, nós já sabíamos que o Presidente da República tinha que se reunir com o Supremo – isso foi uma das primeiras coisas que aconteceram: o Presidente Toffoli foi várias vezes, lá no Planalto, e o Presidente conversando com o Presidente Toffoli. Logo depois, nós conversando com o Congresso, sobre a PEC de guerra, depois conversando com o Judiciário, para desobstruir certos impeditivos ao que estava acontecendo... Quer dizer...

Então, de certa forma, o pacto federativo nos estruturava, desenhava o roteiro a ser percorrido. Tanto, que a PEC de guerra criava um comitê gestor. Ora, o comitê gestor era quem? O Presidente da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República, o Presidente do Supremo, o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, todo mundo que já estava no Conselho Fiscal da República. Ou seja: a calamidade pública é um caso agudo de emergência fiscal, independentemente da origem – seja uma guerra geopolítica –, a origem saúde, que é um problema de saúde como esse, de pandemia; um problema de meio ambiente, como seria a subida do nível do mar... A verdade é que esse conselho teria que se reunir. Então, se nós já tínhamos proposto uma reunião por trimestre, bastava botar nessa cláusula de emergência – de calamidade pública, que é um caso agudo de emergência fiscal – que, em vez de a cada três meses, quatro reuniões por ano, as reuniões serão semanais durante a emergência fiscal, durante esse caso agudo.

Então, de certa forma, foi um acerto em que nós já tínhamos pensado no fortalecimento da base da República Federativa, nós já tínhamos pensado que os principais atores nos diversos Poderes têm que ter um mecanismo regular de conferência... Nós não podemos depender de simpatias pessoais de um Presidente da Câmara com um Presidente da República ou com o Presidente do Supremo... Não! Eles têm que conversar regularmente sobre o estado da Federação brasileira, e isso mais ou menos já nos orientava.

Um outro acerto estratégico, estrutural, que nós tínhamos, era que nós centralizamos cinco ministérios em um só, que era o Ministério da Economia. Não teria sido possível reagir com tanta velocidade se não houvesse um comando único na Economia, porque veja só: quando nós aprovamos a descentralização para Estados e Municípios, aí é um Ministro da Fazenda convencional, com um Ministro do Planejamento, com o Congresso. O Ministro do Planejamento poderia se desentender com o Ministro da Fazenda. Como é que nós vamos transferir esses recursos? Nós vamos... O Ministro do Planejamento poderia dizer: "Vamos dar os recursos para Estados e Municípios". Aí, o Ministro da Fazenda: "Não. A Receita Federal está dizendo que nós não podemos fazer esse diferimento de impostos nem essa antecipação de benefícios".

Da mesma forma, quando nós fomos fazer o benefício emergencial, que preservou 11 milhões de empregos, imaginem que existisse ainda o Ministério do Trabalho, e o Ministro do Trabalho viesse conversar com o Ministro da Fazenda e ele dissesse: "Não, eu não acredito nesse programa. Eu prefiro fazer um programa diferente. Eu prefiro chamar os sindicatos, conversar com todo mundo, conversar com as principais lideranças industriais", em vez de uma decisão rápida, que não exigisse o confronto do Ministério do Trabalho com o Ministério da Fazenda.

É só o Ministério da Economia. É uma direção única. Então, nós conseguimos disparar o que foi o mais efetivo programa de preservação de empregos. O Brasil vai terminar o ano... Perdemos zero empregos formais. Isso não seria possível. Isso certamente não aconteceu em nenhum outro país do mundo, porque o Ministério do Trabalho é diferente do Ministério da Economia. Quer dizer, justamente, às vezes, é diferente do Ministério do Planejamento...

Então, da mesma forma, quando nós disparamos o auxílio emergencial. Aí, quando eu entrar na coluna de erros e acertos, da mesma forma como a economia voltou em "V" forte, porque nós ampliamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito a base e triplicamos o alcance, o nível... A proposta original era de R\$200, porque eu imaginava o seguinte: "E se isso durar um ano, e se isso durar dois anos?". Nós não podemos quebrar o Brasil e temos que manter essas linhas de suprimento. Ora, naturalmente, eu sabia que nós íamos ampliar a base. Eu não poderia, como Ministro da Fazenda, nessa função em particular, chegar e falar: "Eu vou pagar mais para os informais do que recebem...". Imaginem que um chofer de táxi no Sul perdeu o emprego por causa do isolamento social. Aí eu vou dar R\$400 para ele enquanto uma família pobre do Nordeste ganha só R\$200? Como é que eu poderia explicar isso? Há um favorecimento do cidadão do Sul em relação ao cidadão do Nordeste? Então, eu fui obrigado a botar em R\$200, que era o valor da Bolsa Família, sabendo que o Congresso ia aumentar. E aí o Congresso levou para R\$500. Aí o próprio Presidente me consultou sobre a possibilidade de levar a R\$600. Ora, foi um número forte, deu um empurrão muito forte na economia, mas, em compensação, o fôlego ficou um pouco mais curto. A gente agora extingue no final do ano porque tudo funcionou, a economia voltou em "V" rápido, aí você pode extinguir. Se você desse um impulso menor, talvez voltasse mais devagar, mas, em compensação, você teria também mais fôlego.

Então, acabou que eu achei que a nossa montagem inicial favoreceu muito, o fato de ter todos os ministérios da área econômica com um comando só, da mesma forma, o fato de a equipe trabalhar junto. Quer dizer, quando o primeiro programa do crédito, que foi o PESE, não disparou com tanta eficiência, a razão é simples, hoje a gente entende: se há um programa que te permite não demitir, e o Governo paga a diferença, para que você vai tomar o empréstimo para manter o emprego? É melhor você fazer o acordo com o programa de auxílio de benefício emergencial, suplementação de salário. Então, um canibalizou o outro, mas não faz mal, é assim mesmo. Você lança vários programas, um dá mais certo, outro mais errado; você dá mais ênfase a um e menos a outro.

No caso do crédito, nós demoramos um pouco, nós reduzimos nos compulsórios. O Presidente do Banco Central foi muito competente, trabalhou rápido, foi o primeiro que saiu reduzindo o compulsório. O primeiro Banco Central do mundo que saiu reduzindo os compulsórios rapidamente, com a pandemia, foi o nosso. Ele fez um belíssimo trabalho. No crédito, o dinheiro ficou um pouco preso nos bancos, é natural também: os bancos pensam primeiro na solvência, na liquidez, em vez de pensar em repassar o crédito. Na verdade, eles são pagos para preservar os recursos; então, num momento de incerteza, eles travam um pouco essa liquidez, mas é natural. E aí nós saímos tentando aperfeiçoar os programas até acertarmos no final.

Para não me estender muito, eu diria que nós temos que incorporar esse aprendizado. O meu sonho é que todo esse aprendizado, com a PEC de guerra, fosse incorporado a uma PEC ampla que deixasse como legado para as gerações futuras esses casos agudos. Se houver um caso agudo de novo, basta que o Conselho Fiscal da República, que se reúne a cada três meses – que seria o Presidente da República, o Presidente do TCU, o Presidente do Congresso, o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, o Presidente do Supremo –, passe a se reunir toda semana, seja porque houve guerra, tragédia ambiental ou outra crise pandêmica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que isso tudo estivesse numa grande PEC – essa é uma evocação já emendando na sua segunda pergunta, que são sugestões para o futuro. Eu acho que esse é um desafio à frente interessantíssimo, que é consolidar essa experiência que nós tivemos, inclusive com as sessões de monitoramento. Da próxima vez, as sessões podem ser também já planejadas. Quer dizer, à medida que as coisas vão sendo feitas, nós já vamos... O que foi hoje uma inspiração do Senador Confúcio e do Deputado Francisco Jr., montar este grupo, criar esta Comissão e monitorar, isso aí já pode ser disparado dentro de uma PEC que contemple toda essa nossa experiência. Nós já sabemos que tem que haver esse Conselho da República, nós já sabemos que a relativa centralização de decisão econômica no ministério foi boa para esse caso de crise, porque nós respondemos com alta velocidade. Seria um inferno; imaginem qualquer questão dessa tendo que passar pelo Ministério do Trabalho, voltar para o Ministério da Fazenda, passar para pegar o aval do Ministério do Planejamento. Qual deles iria conversar com o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado, ou seria um painel amplo, todo mundo com todo mundo? Não funcionaria.

Já uma comissão de monitoramento para acompanhar os trabalhos, isso seria instalado também já desde o início. E seria ótimo também, porque o que foi feito informalmente por nós, à medida que nós conversávamos e com as reclamações quanto ao não atendimento do crédito... Quantas vezes eu escutei aqui – não sou eu que estou falando isso, eu escutei dos senhores o tempo inteiro – que o crédito não estava chegando na base. "O crédito não está chegando na base", foram os senhores que me disseram isso, era o setor real que me dizia isso, era o Congresso que me dizia isso. E aí, nós fizemos três, quatro semanas de imersão, toda a equipe econômica – Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Brasil, Ministério da Economia, todo mundo junto, três, quatro semanas –, e começamos a disparar os programas que acabaram funcionando, funcionaram bem melhor. Esse aprendizado eu acho que tem que ficar.

Autoavaliação é muito difícil. Nós estamos naquele momento – eu até repito o problema da foto – em que está todo mundo cansado, exausto, chegando ao fim de um ano difícil; nós não tivemos fim de semana, todo mundo trabalha fim de semana o tempo inteiro até hoje. Ninguém parou até hoje. E aí temos um momento... Se os senhores olharem a foto, eu estou com a máscara na mão, eu tirei a máscara para a foto porque as pessoas queriam um momento de recordação dessa reunião nossa. Estávamos reunidos lá, fizemos uma reunião de avaliação lá com o Presidente, quando íamos sair, um deles falou: "Vamos tirar uma foto para nos lembrarmos desse momento nosso". E aí, alguns com máscara e tal, alguém falou assim: "Não, tira para a foto, para todo mundo sair na foto, e vamos dar um sorriso aí, pessoal. Afinal de contas, estamos juntos aqui, foi um ano difícil". Aí demos aquele sorriso, e na mesma hora é transformado numa celebração, como se não houvesse...

É uma injustiça. Eu estou falando isso porque é uma injustiça muito grande com o nosso time, uma injustiça com o Presidente, que nos apoiou o tempo inteiro também, então é só um relato de que tem gente que não está no espírito que nós estamos de construção, tem gente que continua destilando ódio, seja de um lado, seja de outro – seja de um lado, seja de outro. O Brasil precisa de um clima justamente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fraternidade, de colaboração. O Brasil surpreendeu o mundo, o Brasil saiu muito mais rápido do que economias avançadas estão saindo, e nós estamos realmente com a economia já reativando. Então, é um momento em que nós temos que estar unidos, não é? As eleições acabaram agora, daqui a dois anos haverá de novo. Pega a senha, entra na fila e briga lá na frente. Agora vamos construir, vamos seguir construindo.

Quanto ao pós-pandemia... Eu vou tentar ser mais rápido agora, porque as questões são bastante abrangentes. O pós-pandemia há um grupo que acha que é gasto do Governo. Gasto do Governo não vai salvar o Brasil. O Brasil passou 40 anos gastando. Nós fomos para a hiperinflação. Gastos excessivos do Governo nos levaram à hiperinflação, congelamento de ativos, moratória externa, recessões, duas recessões profundas, *impeachment* de Presidente, corrupção generalizada. O Brasil parou de crescer. Se a solução fosse gasto público, o Brasil estava crescendo 5%, 6% ao ano. Não é essa a solução.

O gasto público tem que ser... Aí você fala: "Então, agora vamos para a solução, vamos aumentar os impostos, vamos reduzir o déficit". Nós temos tido o cuidado de calibrar a economia. Você vai agora, no meio de uma recessão, derrubar salário de funcionário público, como houve proposta de tirar 25% do salário do funcionalismo? Você está numa recessão. Até os economistas keynesianos, que são mais focalizados no curto prazo, sabem que você vai agudizar a recessão se você cortar agora os gastos. Não se trata de cortar os gastos; trata-se de impedir a expansão dos gastos. É bem diferente. Você não precisa cortar nada; é só você desindexar, é só você redirecionar a trajetória.

Foi o que nós fizemos na previdência. Nós não cortamos gastos da previdência; nós cortamos o aumento de R\$800 bilhões que ia acontecer. Iam aumentar... Não aumentar, ano a ano. Só que iam aumentar R\$800 bilhões a mais nos próximos dez anos. A mesma coisa o juro da dívida. Nós baixamos R\$100 bilhões que se ia gastar a mais cada ano que vem aí pela frente. E a mesma coisa o salário do funcionalismo. Quando nós pedimos, com a Medida 173, para segurar o aumento dos salários – que foi o veto que o Presidente fez –, para segurar o aumento do salário do funcionalismo por dois anos, esse ano e o ano que vem, são R\$150 bilhões de gastos que aumentariam e não vão aumentar agora por essa contribuição que eles deram. Mais os R\$300 bilhões da reforma administrativa. Então, o que nós estamos fazendo é justamente deixar os juros baixos, avançar com os marcos regulatórios...

Aí eu vou entrando justamente na pergunta seguinte: como é que fica o Brasil na frente? Quais são as reformas? Ora, das reformas importantes de que nós precisamos, a mais importante de todas... Eu chamo a PEC do pacto federativo de a boa política, o grande entendimento nacional em torno de fazer política, a devolução dos orçamentos públicos à decisão política. É escapar desse fóssil que é a indexação, que não protege ninguém, como nós vimos agora. Veio essa pandemia e, se nós tivéssemos indexado os recursos da saúde, teria sido um desastre. Nós demos muito mais do que a indexação. E, da mesma forma, nesse que foi o ano da boa política, se nós déssemos um aumento de salário no meio dessa guerra à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia, o Brasil já tinha ido para juros muito mais altos, o câmbio também fugiria ao controle. Seria um desastre para o Brasil.

Então, é uma burrice. A indexação é uma burrice; é uma inapetência pela boa política; é um erro; é uma tragédia. Você precisa da classe política decidindo sobre os orçamentos públicos. Então, isso para mim é o grande caminho à frente. É a reforma das reformas.

Dito isso, nós temos os marcos regulatórios, que vão alimentar a retomada dos investimentos brasileiros. A solução não é um programa de transferência de renda sem bases sólidas, porque isso não funciona, lá na frente explode tudo.

Dito isso, nós precisamos aprofundar nossa família de programas sociais? Seguramente. Da mesma forma que...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Sr. Ministro Paulo Guedes, nós temos aí vários Parlamentares... O senhor pode ir respondendo ao Deputado Francisco Jr. no decorrer dos outros questionamentos dos demais Parlamentares. O senhor não repare, mas vamos agora passar a palavra ao Deputado Felício Laterça, pelo tempo de três minutos, para suas perguntas.

Felício Laterça, por favor. *(Pausa.)*

Deputado Laterça, do Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

Até que Felício se organize, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, eu vou deixar para fazer as minhas perguntas no final, porque há uma questão sobre a qual eu preciso conversar com o Ministro antes. Vou usar meu tempo para isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O senhor pediu uma questão de ordem. O senhor pode apresentar o que o senhor gostaria de falar e já encaminhar as perguntas, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – É que, na prática, o meu querido Senador Esperidião Amin fez um requerimento para a gente tratar, em uma comissão geral, numa reunião no Plenário, da vacina e convidou vários atores, inclusive o Ministro da Saúde. E, numa conversa que tive com o Senador Esperidião Amin, eu disse: "Senador, o Ministro da Saúde disse certa vez que compraria 40 milhões de vacinas e, no dia seguinte, ele foi desautorizado". Então, por mais que ele diga lá na sessão nossa que vai fazer ou não vai, a gente tem dúvida. Aí eu disse, Ministro Paulo Guedes... Eu sei que o orçamento é desvinculado... Aí eu disse: "Não, então, Senador Amin, vamos chamar o Ministro Paulo Guedes para ver se vai liberar o recurso para comprar ou não". Eu vi que V. Exa. anunciou há pouco que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está liberando 20 bilhões para a compra de vacina e para dar condições para resolver... É o sonho de todo mundo, é a esperança de todo mundo.

Mas eu não poderia também, Presidente, deixar de falar com V. Exa. que, para a gente realmente sair desta crise... Nós temos aí, Presidente, as pequenas e as microempresas e as empresas de lucro presumido, que são 90% ou mais das empresas, que são analógicas, não entraram na era digital. Inovação não é só produto, é processo. Então, nós tiramos da pauta – e há um compromisso de fazer voltar para a pauta – a Lei do Bem, que é exatamente para colocar essas empresas na nova era, na tecnologia. Eu gostaria de fazer um apelo a V. Exa. para ajudar nesse sentido. Nós também fizemos um acordo na PEC dos Fundos, lá na Comissão, e aprovamos, com o Senador Otto, a retirada do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da PEC dos Fundos. O próprio Governo concordou, foi um acordo. E nós aprovamos no Senado, por 71 a 1, o projeto nosso do FNDCT, que está na Câmara – votaram ontem um requerimento de urgência, mas, segundo informações, há uma certa dificuldade de o Governo aprovar essa PEC. Ora, tirar dos fundos o FNDCT, mas contingenciá-lo em 90%, não é razoável.

Eu queria fazer um apelo a V. Exa., como Presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia e Inovação... Eu garanto a V. Exa. que, se V. Exa. chamar o Ministro Marcos Pontes para tomar um cafezinho e perguntar a ele: "Ministro Marcos Pontes, o senhor, de fato, concorda que é importante o FNDCT?", eu tenho certeza absoluta... Bem, eu vou deixar a resposta para ele, mas eu gostaria que V. Exa. nos ajudasse muito a ajudar o Brasil na questão do FNDCT.

E a minha pergunta, Presidente... Já vou entrar, então, nas perguntas. Primeiro, é com relação à expectativa de inflação, Presidente e Ministro. Na época da pandemia, em junho, era 1,5% e a queda do PIB, 6,5%. E acabou que realmente, com o auxílio emergencial, com toda a política que V. Exa. e também o Senado aprovamos, houve, de fato, um melhoramento, e a queda do PIB deve estar ficando em torno de 4,4%, mas, em compensação, a inflação foi a 4,2%. Então, eu perguntaria: com o fim do auxílio emergencial, que V. Exa. deixou claro que não haveria a partir de janeiro, qual são os efeitos esperados com o fim do auxílio emergencial sobre o nível de atividade e a inflação? O que V. Exa. pensa disso?

Agora se tiver que haver o auxílio emergencial, se é que vai acontecer alguma coisa, isso também não poderia levar dúvidas sobre a sustentabilidade da dívida pública, gerar pressão inflacionária e, conseqüentemente, juros mais altos?

Quais foram as principais dificuldades que V. Exa. teve com relação à questão das privatizações? O que está sendo feito para as privatizações acontecerem?

E, com relação ao teto, sem mudança constitucional que permita reduzir os gastos obrigatórios do Governo, o cumprimento do teto de gastos é factível para os próximos anos? Nesse cenário, há algum



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

risco de paralisação da máquina pública devido à redução das despesas discricionárias? E qual seria a regra fiscal alternativa ao teto de gastos?

Essas seriam as minhas perguntas, Senador Confúcio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Vamos agora com um bloco de três Parlamentares.

Eu chamo de novo o Deputado Felício Laterça.

Com a palavra o Deputado Felício Laterça.

Esperidião Amin a seguir.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio, meus colegas Parlamentares, nobre Relator, Francisco Jr., quero saudar nosso Ministro Paulo Guedes, sempre atencioso com a nossa Comissão também, sempre pronto a dar as explicações necessárias, os esclarecimentos, os ensinamentos. Quero parabenizar também toda a equipe do Ministério da Economia, que esteve conosco neste difícil ano.

Antes de começar a fazer a abordagem, Senador, quero explicar aos nossos colegas Parlamentares a questão do relatório.

Na semana passada, o TCU aprovou o relatório de fiscalização, na modalidade relatório de inspeção, que vai ser feito e vai ter um prazo para ser cumprido. O meu Relatório nº 70 já foi aprovado nesta Comissão por unanimidade, em setembro deste ano. Então, na verdade, ele só informava. Sua assessoria colocou aí que o senhor acabou querendo aprovar, mais uma vez, o meu requerimento. Eu agradeço a deferência, mas quero só dizer que o TCU está trabalhando, está fazendo a parte dele.

Mais uma vez, antes de entrar nos questionamentos, quero fazer duas considerações. Ministro Paulo Guedes, eu ouvi o senhor falando sobre a questão da imprensa. Vou lhe dizer que aprendi agora na política – como o senhor deve saber, sou Delegado da Polícia Federal; estou Deputado Federal... Um colega, quando eu era Delegado – tive outros cargos antes –, falou comigo: "Felício, cuidado com a imprensa, porque, às vezes, você fica ávido por falar com a imprensa, mas, com relação à polícia, a imprensa denigre com louvor e elogia com pesar". E isto eu trago para a política: eles denigrem com louvor e elogiam com pesar.

Aproveito para me solidarizar com o meu Senador Izalci Lucas – viu, Senador? Eu também sou fã da ciência e tecnologia. Então peço, rogo ao Ministro Paulo Guedes para dar uma atenção para a gente aprovar na Câmara o FNDCT. É preciso investir em ciência e tecnologia para sairmos desse atraso em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Brasil está. Eu quero, Ministro, como o senhor falou, estar em primeiro, segundo, quero brigar lá em cima da tabela.

Então, vamos às considerações.

Obrigado.

Enfim, chegamos ao final deste difícil ano focados nas questões relacionadas à pandemia. Tivemos dificuldades em fazer avançar a pauta de reformas e nos concentramos em aprovar diversas medidas para apoio à sociedade necessárias para a preservação da saúde das pessoas, mas bastante caras às contas públicas, em particular, às federais. Todo esse desafiador contexto fez com que nossa condição fiscal se deteriorasse, com um aumento bastante expressivo da dívida pública, redução do colchão de liquidez do Tesouro e um expressivo déficit fiscal. Agora, na iminência de apreciarmos as pautas orçamentárias, temos ainda diversas incertezas que dificultam o nosso planejamento, entre as quais o momento em que a vacinação ocorrerá em nosso País, o que pode acelerar ou não nossa retomada econômica. Essas incertezas, inclusive, fizeram com que fosse apresentada uma meta fiscal flexível para 2021, ponto questionado pelo TCU e que está sendo revisto pelo Governo.

Dito isso, eu coloco a primeira formulação. Uma das legítimas preocupações do Governo diz respeito à estratégia para a população vulnerável. O auxílio emergencial acaba agora em dezembro, e não temos posição fechada acerca de como viabilizar a continuidade do apoio aos vulneráveis. Ademais, como não há espaço fiscal para darmos prosseguimento ao auxílio em formato assemelhado ao atual, precisamos pensar em uma solução definitiva e rápida que consolide nossa verdadeira recuperação em "V", como o senhor mesmo tem dito. Nesse contexto, questiono: uma estratégia ampla de vacinação, seja qual vacina for – deixe-me concluir, Presidente –, contanto que devidamente aprovada pelas autoridades sanitárias, claro, mesmo apresentado possível custo significativo, não poderia ser mais eficiente para apoio aos vulneráveis e para a retomada econômica do que a continuidade do auxílio? Quais os riscos à retomada econômica em um cenário de vacinação relativamente tardia e descontinuidade de pagamento do auxílio? Qual seria a margem fiscal para efetivamente dar continuidade ao auxílio?

Segundo questionamento: recentemente temos visto aumentar a pressão inflacionária. Na vigência do teto de gastos, já temos as despesas de 2021 travadas em 2,13% em relação ao projetado para este ano antes da pandemia. Contudo, há várias despesas sensíveis a indicadores de inflação, como o INPC, que estão bem acima desses 2,13%, que pressionam as contas públicas no contexto da vigência do teto de gastos.

Como as nossas reformas, muito em função da pandemia, não andaram na velocidade ideal e como os próprios itens de debate, como a PEC emergencial, apresentam impacto fiscal não tão significativo no curto prazo, tendo maiores efeitos no longo prazo, pergunto: quais os riscos de descumprirmos o teto de gastos já em 2021? Com a pouca margem de manobra para corte de gastos discricionários como os



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos públicos, como o Governo compatibilizará o crescimento das despesas com um teto que as comprime? Quais despesas podem vir a ser cortadas?

Terceira e última colocação. O mundo passa por um momento de relativo excesso de liquidez, com juros reais e até nominais negativos em diversas economias de porte, como alguns países europeus – o senhor, inclusive, já abordou essa questão. Isso gera uma oportunidade para investimentos na qual o nosso País poderia sair beneficiado. Contudo, esses recursos não têm chegado, particularmente para os investimentos de longo prazo, como os de infraestrutura, que, então, acabam por depender mais dos escassos recursos públicos, já bastante limitados pelo teto de gastos e por nossa combatida situação fiscal. Assim, pergunto: do que precisamos para conseguir atrair esse capital, nos beneficiando dessa liquidez internacional para gerar crescimento econômico? Quais são os receios dos investidores estrangeiros? Seria nosso ambiente regulatório e jurídico, que poderia ser visto como instável? E como fazer para criarmos um ambiente de menor dependência do Estado no tocante aos investimentos?

É essa a participação.

Mais uma vez, obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Obrigado, Deputado Felício Laterça.

Neste bloco, eu chamo agora o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu quero saudar o Ministro e a sua equipe. Eu quero fazer minhas também as palavras de cumprimentos a toda a equipe do Ministro, incluindo os Presidentes do Banco Central, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNDES, que foram sempre muito prestimosos e procuraram pelo menos dar atenção devida às questões suscitadas.

Já que o Ministro ficou magoado com a imprensa, eu acho até sob certo aspecto com essa exploração da fotografia, eu vou lhe dar mais uma fotografia para o senhor poder se ufanar. Nenhuma prefeitura, que eu saiba, e nenhum Governo de Estado, que eu saiba, atrasaram salário ao longo desse período difícil. E Estados que tinham salários de servidores atrasados colocaram em dia os salários, inclusive o nosso vizinho Rio Grande do Sul, que, em outubro, pela primeira vez nos últimos anos, pagou o salário do mês. Graças a quê? Graças à forma republicana com que Senado, Câmara, Congresso e Executivo, que é quem assina o cheque, a União tratou Estados e Municípios – como diz o seu relatório, os entes federados, os subnacionais. Isso é para confortá-lo pelo mal-estar da foto, que também não precisa ser tão dramatizado assim. Eu acho que o Ministro está fazendo um pouco de autovitimismo para se proteger.

Eu queria chamar a atenção para o seguinte. Boa parte dos programas não funcionou, Ministro, porque nós não temos os agentes. Por exemplo, o da maquininha de que o senhor falou: são 10 bilhões, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo disponibilizou 5 bilhões, nós estamos fechando o mês de dezembro. Sabe quanto é que foi operado? Um bilhão e meio! E, assim, em vários outros, aconteceu a figura... Eu, modéstia à parte, ofereci a metáfora ou a parábola ou uma mistura das duas: a caixa-d'água ficou cheia, isso foi conseguido pelo Brasil, liquidez não faltou; agora, os dutos para levar principalmente para os pequenos funcionaram só na base de muita pressão, porque nem a Lei da Gravidade fez com que isso operasse bem.

Dessa forma, não custa nada o senhor colocar nas suas cogitações para o futuro que nós temos que favorecer a criação de novos instrumentos, de novas ferramentas permanentes para o acesso ao crédito para o pequeno, para o micro, especialmente para o microempreendedor individual. Eles mostraram o poder de resposta que têm em matéria de recuperação de salário.

O segundo ponto que eu gostaria de focalizar, Ministro, é uma expressão que o senhor usou e que nós sempre aplaudimos: o avião não pode cair. Nós confiamos no "V", mas essa barra da ascensão exige mais do que recuperar os empregos perdidos neste ano, porque a população cresceu, e nós também merecemos crescer como país. Então, esse "V"... Se não houver renda básica – o nosso Senador Marcio Bittar já disse que só vai apresentar projeto no ano que vem –, se não houver auxílio emergencial e se nós não tivermos uma definição disso logo, o avião não vai conseguir aterrissar. Enquanto nós estamos com a segunda barra do "V" em ascensão, como eu vejo também, essa aterrissagem tem que ser operacionalizada pela inteligência de V. Exa., pelo Governo, com a nossa ajuda. Sem esses instrumentos excepcionais por mais algum momento... A pandemia não acabou ainda, Ministro, nem vai acabar sem o início da vacinação, seja em dezembro ou em janeiro. Uma coisa é começar a vacinar. Há gente até que já deu data para o início. Eu quero saber quando é que termina de se fazer a vacinação. Começar a vacinação com a senhora lá de Londres não é difícil. Eu quero ver é terminar a vacinação, dar a segunda dose para o último brasileiro habilitado, necessitado. Então, essa questão da aterrissagem, da criatividade, para que a caixa-d'água tenha o seu conteúdo fluindo para o pequeno, é muito importante.

Finalmente, eu queria referendar as palavras do Senador Izalci. Nós aprovamos o requerimento, e está marcada para o dia 17 uma sessão temática do Senado para se discutir o Plano Nacional de Vacinação. E é claro que é preciso o seu aval para adquirir vacinas, seringas e agulhas e para que a logística funcione sem percalços, sem falta de recursos, que têm de ser provisionados agora. Comprar vacina agora não é difícil, mesmo que o pagamento seja diferido. Mas nós não podemos ter dúvidas de natureza financeira na questão da execução desse que é o maior sonho do brasileiro hoje. Correta ou incorretamente, é o maior sonho do brasileiro hoje.

Eu durmo... Eu tenho aqui na minha casa a minha mulher, Deputada Angela Amin, que está com Covid, e tenho quatro pessoas da minha família. Anteontem perdemos um familiar nosso. O maior sonho não são mais aqueles sonhos da juventude que todos nós tivemos; o maior sonho agora é a vacina. Ela se transformou num sonho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esta reunião temática eu acho que acima de tudo deve nos ajudar a reduzir – não acabar com as incertezas, mas reduzir – humanitariamente as incertezas que ainda temos. E a sua participação, seja pessoal, seja com a garantia do provimento de fundos, é fundamental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Com a fala do Senador Esperidião Amin, nós fechamos o primeiro bloco. O segundo bloco, que entra já, já, será composto pela Senadora Zenaide Maia, pelo Deputado General Peternelli e pelo Senador Tasso Jereissati, que estão inscritos.

Então, vou passar a palavra para o Ministro Paulo Guedes para responder aos três Parlamentares desse bloco.

Com a palavra o Ministro Paulo Guedes. *(Pausa.)*

Pode liberar o som do Ministro, por favor, gente! Pessoal do controle, por favor! *(Pausa.)*

Está faltando o som dele.

Pronto. Pode falar, Ministro. Está liberado o som. Prontinho!

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Perfeito. Perfeito.

Bom, em primeiro lugar, o assunto mais importante, que é, evidentemente, a vacina. A vacinação em massa é algo que garantiria, inclusive, essa retomada sustentável do crescimento ano que vem. Nós sabemos que o distanciamento social atingiu fortemente o setor de serviços, por exemplo, que é justamente o setor que está com mais dificuldade de voltar. Está voltando também, mas é o setor que está com mais dificuldade de voltar.

E, mais do que isso, como disse o Senador Esperidião Amin, é um sonho, é uma aspiração do brasileiro, não é? Isso foi um pesadelo. O brasileiro é um povo afetuoso, físico. Nós sentimos falta do contato físico, da celebração, inclusive, social e nós ficamos isolados. Agora estamos retornando ao trabalho. Alguns de nós não pudemos, inclusive, interromper o trabalho físico – tivemos que fazê-lo –, mas muita coisa estamos fazendo virtualmente, como estamos aqui, agora conversando.

Mas é uma aspiração do brasileiro e, mais do que isso, é um direito. Se existe essa vacina, nós temos que buscá-la onde estiver, e não vai ser por falta de recursos que nós vamos deixar de cumprir essa obrigação nossa. Isso é uma obrigação nossa. Se eu fizer o cálculo para 200 milhões de brasileiros e botar duas doses, são 400 milhões de doses. Se eu botar aí a US\$10, nós estamos falando de US\$4 bilhões, que, na verdade, são R\$20 bilhões. Nós estamos acabando de fazer uma prestação de conta de R\$600 bilhões. Se, em vez de 600, forem 620 bilhões, para que todos os brasileiros tenham essa aspiração atendida em algum ponto aí na frente, é claro que é algo que tem que estar na nossa pauta e certamente está. O nosso Presidente tem falado sobre isso e está lá reunido. Passaram a tarde hoje... Eu estive. Eu me atrasei,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, sete minutos aqui, porque eu estava numa outra reunião em que eu tinha me atrasado uma hora, exatamente porque antes participei, não só de manhã, duas horas, como à tarde, mais duas horas, de uma reunião sobre vacinação.

Então, nós sabemos que isso é importante, nós sabemos que vamos ter que agir nessa dimensão, mas não é a minha especialidade. Então, eu pediria para ficar só por aqui neste depoimento. Eu sei que há várias dimensões, há muitos aspectos de responsabilidade individual, de exigências que os fornecedores de vacinas fazem, de responsabilidades que podem ou não ser assumidas pela União, por Estados e Municípios. Há muita coisa aí, mas é evidente que nós temos que superar isso tudo, da mesma forma com que o superamos no ataque aos efeitos econômicos da pandemia. Então, da mesma forma com que nós sobremos superar aquilo, eu tenho certeza de que nós vamos fazer isso aí na frente.

Quanto a essa ideia de que a economia exige a saúde da população e vice-versa – a saúde existe com a economia funcionando –, o Presidente mesmo várias vezes falou; ele usava a imagem de duas ondas. Houve um político aí do seu Estado, Senador, que usou uma imagem também muito boa, que é a do pássaro. O pássaro, para voar, precisa das duas asas. Então, nós precisamos de saúde e economia funcionando; são quase sinônimos. Nós vamos precisar disso. Temos que olhar com esse olhar para a questão.

Vamos, então, para PIB e inflação.

É claro que, quando nós calibramos o auxílio emergencial e demos uma dose extra e forte a ele, a recuperação veio em "V", veio mais forte. Agora, ao mesmo tempo, aquelas famílias que foram atendidas e que, justamente, melhoraram suas próprias habitações – famílias de baixa renda receberam esse auxílio emergencial e melhoraram suas acomodações –, compraram material de construção, porque ficaram confinadas também durante esse período e puderam expandir um pouco suas casas, foram aos supermercados, compraram mais, então é natural. E tem subido, justamente, mais aceleradamente. Se olharmos a inflação, ela ainda não é uma alta generalizada de preços, que tecnicamente a gente chama de inflação. Por enquanto, é um choque de oferta, porque foram aumentos de preços setoriais: foram em supermercados, quer dizer, comida, e material de construção. Aumentos setoriais e, por enquanto, transitórios.

Como é que você impede que uma alta de preços setoriais e uma alta transitória de preços setoriais virem inflação, que é uma alta permanente? É justamente com duas ferramentas: a fiscal, que é justamente a retirada desse auxílio emergencial, que era 600, passou para 300. Agora ele aterrissa de novo no Bolsa Família – no caso de quem tinha assistência social – e aterrissa no emprego informal daqueles invisíveis, que estavam informalizados e estão voltando à atividade. Eles vão voltando à sua atividade à medida que a economia volta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daí até a importância também da vacinação, fundamental, principalmente e justamente, para os mais vulneráveis, os invisíveis. Eles só podem trabalhar se a população, estando vacinada, possa permitir que eles exerçam suas funções. Nós vamos, inclusive, reconhecê-los e dignificá-los. Era o que eu dizia sempre da Carteira Verde e Amarela: nós temos que reconhecer as pessoas que estão sobrevivendo no trabalho informal, porque eles são vítimas de políticas públicas incapazes, como, por exemplo, a taxação na folha de salários. Quando você tributa os salários, quando você bota o encargo, quando você dificulta a criação de empregos, você tem 33 milhões de pessoas com a carteirinha azul de trabalho e 38 milhões de invisíveis andando desamparados por aí, tentando ganhar a sua vida no dia a dia. Então, nós temos que ter esse olhar justamente para essa população que eu chamei de invisíveis.

Então, o problema da inflação está aí, está na mão... O Senado já fez sua parte, agora o Presidente da Câmara, que sempre apoiou isso publicamente, tem que fazer a dele: pautar o Banco Central independente. Nós estamos esperando o Presidente da Câmara pautar o Banco Central independente. Nada obsta isso. Tem baixo custo político, não tem nada a ver com as guerras políticas, com Presidência disso, Presidência daquilo. A pauta já foi aprovada pelo Senado, está lá pronta para ser aprovada pela Câmara dos Deputados. Como ele tem feito algumas cobranças a respeito de pautas públicas; vamos conversar, então, publicamente sobre isso, vamos perguntar o seguinte... Está me cobrando também, disse que vai fazer um bolo de aniversário, porque faz um ano que eu estou para mandar a PEC federativa, e eu inverto: a PEC federativa está há um ano no Congresso, e eu pergunto por que ainda não aprovou ainda, por que vocês não aprovaram ainda no Congresso a PEC do pacto federativo. O bolo de aniversário tem que ser entregue na casa dele, porque faz um ano que ela está no Congresso, e, aliás, em três versões: há a ampla, há a emergencial, há a dos fundos – há tudo. Inclusive o Senador Izalci, desculpem-me, o Senador Bittar recebeu agora uma versão enxuta, compacta, mais simples, mas ele mesmo falou: "Olha, a conturbação no Senado está tão grande, essa briga por Presidência disso, daquilo, que eu vou empurrar um pouco para frente. Eu prefiro fazer bem-feito em vez de fazer malfeito e às pressas".

Então, eu gostaria que houvesse essa consideração. É muito fácil disfarçar desentendimentos políticos passando a conta para quem já fez a sua parte. A nossa parte está aí. Nós já entregamos isto: a administrativa já está aí na Câmara, basta aprovar; a PEC do pacto federativo já entrou no Congresso, basta aprovar. Então, não cobrem da Economia dando uma versão... Os políticos às vezes se desentendem. Eu, com o maior respeito, digo: quem faz o *timing* das reformas é a política. Então, não adianta tentar devolver a conta para a Economia: "Ah, não, a Economia não mandou". Está tudo aí. "Ah, falta ainda a tributária". Ora, na tributária, a pedido também da Câmara e do Senado, nós combinamos que não íamos mandar a nossa PEC, para não aumentar a confusão, porque já há uma PEC na Câmara e uma PEC no Senado. Nós vamos contribuir. Ora, estamos abastecendo há meses. Uma pessoa que trabalha comigo foi indicada pelo Rodrigo Maia justamente para fazer esse canal de transfusão. Ela tem alimentado, ela chegou a redigir trechos da reforma da PEC 45. Então, assumo isso publicamente, diga: "Olha, o Ministério da Economia tem nos ajudado", em vez de dizer: "Olha, não manda, não manda".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, eu não quero ser pretexto para uma disputa política, eu não me meto na política. Eu quero seguir fazendo a minha função, que é enviar ao Congresso as reformas, e, na reforma tributária, entre nós, houve uma interdição de um imposto particular durante bastante tempo, uma interdição. O Presidente falou várias vezes: "Enquanto eu for Presidente da Câmara, esse imposto não entra aqui". Ora, se isso era uma parte da nossa desoneração de folha, eu acabei perdendo um secretário, tudo bem, não reclamo publicamente, não falo disso, mas chega uma hora em que você tem que falar, porque senão fica uma narrativa política tentando falsificar a realidade e a verdade, da mesma forma as privatizações. Estava cobrando hoje mesmo, estava falando: "Ah, o Ministro não fez as privatizações". Ora, ele tem um acordo com a esquerda de impedir as privatizações. Então, é acordo. Só descobri agora, depois de dois anos – depois de perder também o meu Secretário Especial de Privatizações –, que havia um acordo na Câmara para impedir as privatizações. Como eu vou privatizar se não entra na pauta? Quem controla a pauta é uma aliança de centro-esquerda e quem ganhou a eleição de 2018 e 2020 foi uma aliança política de centro-direita. Há uma disfuncionalidade, mas não sou eu que tenho de falar sobre isso. Quem deve resolver isso é a classe política, não sou eu! Eu só não posso ficar aceitando falsas imputações, falsas narrativas, quando nós estamos ajudando, tentando chegar a um acordo.

Formulamos versões às vezes em três, não é? Três versões do pacto federativo. E aí eu sou cobrado depois: há um ano que nós estamos esperando! Eu é que inverto. Nesse período, nós tivemos que fazer todo o combate à pandemia. É completamente insensato, quase desonesto ficar cobrando coisas que já estão entregues!

Agora, quanto à tributária, sim, temos uma dificuldade de avançar sim. Se eu não consigo sequer receber o relatório que foi feito teoricamente pelo Relator, como eu posso opinar? Eu nunca vi o relatório. Como eu vou opinar sobre um negócio cujo relatório eu nunca vi?

Eu tenho abastecido e alimentado, através de uma pessoa escolhida e indicada pelo Rodrigo... Eu tenho abastecido e dado elementos e até pedaços de redação da reforma que ele quer fazer. Agora, eu preciso ter a noção de que o Governo eleito é um Governo de liberais e conservadores. Nós dissemos que não vamos aumentar os impostos. Então, não adianta fazer uma aliança com a esquerda para aumentar imposto achando que nós vamos ser solidários com isso. Não seremos! É simples como isso.

Aumentar os impostos no meio de uma recessão, tentando escapar de uma quase depressão? Não é sensato! Pergunta-se qual é a prioridade? Eu pergunto qual é a prioridade? A prioridade é controle de despesas do Governo, reforma administrativa. Aliás, está travada na Câmara também. Não é pautada. Está lá! Por que não se aprova a reforma administrativa?

Desde o início, nós dissemos que a prioridade nossa é o controle de gastos do Governo. Nós não somos socialdemocratas, nós não vamos aumentar impostos, nós queremos controlar a trajetória explosiva dos gastos públicos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira trajetória explosiva: previdência. Controlamos. Segunda trajetória explosiva: os juros da dívida interna. Derrubamos a dívida PIB no primeiro ano, desinvestindo, desalavancando bancos públicos. Terceira grande despesa: funcionalismo público. Conseguimos, este ano e o ano que vem, ficar sem aumentos ao funcionalismo público. Contribuição do funcionalismo público ao combate. Junto com os 300 bilhões, que é uma subestimativa da reforma administrativa, quebramos a dinâmica explosiva dos gastos públicos. Por isso que a bolsa está subindo, o dólar está calmo, as pessoas estão entendendo que o Governo está tentando fazer sua parte.

Curiosamente, em privatizações e em tributação e impostos, onde eu perdi meus dois secretários, é justamente onde não houve cooperação, que é uma interdição na discussão dos impostos; e tem uma interdição nas privatizações.

Então, isso não pode andar. São dimensões onde nós não conseguimos avançar. Mas avançaremos, certamente com a ajuda do Presidente da Câmara.

Voltando à nossa pauta, hoje também há pergunta sobre privatizações, por isso é que eu estou falando nisso. Não estou respondendo provocação não, estou... Houve a pergunta explícita do Senador Izalci sobre como é que nós vamos fazer com as privatizações. Perguntou-se também sobre a inflação *versus* o crescimento do PIB. Nós queremos manter o crescimento e achamos que esse aumento de inflação vai se dissipar. Primeiro porque o Presidente da Câmara vai ajudar a aprovar o Banco Central independente, que vai impedir que essa alta transitória de preços prossiga, e, segundo, porque a própria suavização do auxílio emergencial, à medida que ele desce e recai no Bolsa Família, como disse o Presidente... O Presidente disse: "Voltamos para o Bolsa Família". Acabou o auxílio emergencial, estamos de volta ao Bolsa Família. Então, pronto: essa explosão de preços de construção civil, essa explosão de preços de material de construção, alimentos, esse troço acalma um pouquinho. De um lado a política fiscal, retirando esse estímulo extraordinário, e, de outro lado, a política monetária com o Banco Central independente – se o Presidente da Câmara colaborar com o Brasil.

Bom, aí fomos depois para o nosso Senador Felício Laterça. Fala da importância da tecnologia. Estamos de acordo. Reforça a importância da vacina, quase sinônimo de retomada para ele. Estamos de acordo com a sustentação da atividade econômica; precisamos vacinar a população brasileira. Fala também da importância do quadro fiscal; aliás, ele sempre fala nisso, eu gosto. Ele se revela alguém preparado, consciente desse desafio fiscal. Em toda intervenção que faz, ele se refere à importância disso, inclusive para que não volte a inflação. E pergunta também, inclusive, com respeito ao teto, em 20 e 21. Se tivéssemos aprovado essa versão ampla do pacto, que nós chamávamos de 3D, que era descarimbar os orçamentos públicos, devolver à nobre atividade política, à boa política a orientação dos recursos, se fizéssemos isso, não haveria problema nenhum para frente, ano nenhum. Agora, enquanto o piso sobe, indexado, os recursos vinculados, as despesas obrigatórias subindo, sem controle, enquanto isso nos pressiona, por outro lado o teto é uma espécie de garantia contra a insensatez; uma exigência de reflexão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a cada ano, cada vez nos espremendo mais e nos comprimindo mais, porque como o teto está parado lá em cima e o piso não para de subir, ele vai espremendo a atividade pública. Os investimentos públicos vão escasseando, as possibilidades de aumento de salários vão escasseando, as possibilidades de fazer concurso público vão escasseando, falta dinheiro para tudo, porque nós temos que, em algum momento, travar esse piso e voltar à normalidade, que dispensa qualquer teto. Quando qualquer organismo, como um parlamento, assume as responsabilidades pelas contas, não há necessidade desse tipo de recurso.

Então, finalmente a pergunta dele sobre longo prazo, capitais externos. É tudo sobre ambiente de negócio. E aí vem realmente a importância da reforma tributária. Nós precisamos da reforma tributária. Impostos mais baixos para as empresas. Nós vamos reduzir a alíquota de impostos para as empresas. Se o dinheiro é tirado da empresa e vai para os proprietários, os capitalistas, quem tem os recursos... Impostos mais altos para dividendos. Dividendos hoje não pagam impostos. Isso é regressivo. Isso prejudica; é uma redistribuição perversa de renda. Na verdade, em todas as dimensões do Governo – nós descobrimos isto –, os bancos públicos ajudavam empresas campeãs, piorando, agravando as desigualdades das grandes empresas em detrimento das pequenas empresas.

Aposentadoria. O sistema nosso de seguridade social ajudava também a perpetuar a desigualdade dos benefícios.

Da mesma forma, a tributação. O nosso manicômio tributário isenta justamente quem tem mais recursos, que deveria estar pagando Imposto de Renda sobre dividendos; e tributos mais frágeis, porque a maior parte da tributação é com impostos indiretos, é justamente sobre a população mais frágil. Então, é claro que a reforma tributária tem que vir, mas se você me perguntar se a prioridade é o controle de gastos ou é a tributária, nós já dissemos isso desde o primeiro dia em que chegamos aqui. Há gente sonhando com a reforma tributária para aumentar impostos, particularmente se for uma aliança de um Presidente da Câmara com a esquerda. A esquerda aumenta impostos há 30 anos no Brasil, a social-democracia é assim, ela gasta primeiro; aí, quando há inflação, quando há juro alto, quando há endividamento em bola de neve, ela aumenta os impostos. Nós não faremos isso, nós não aumentaremos os impostos, nós queremos controlar os gastos.

Finalmente, o Senador Esperidião Amin, dando sugestões sobre a maquininha, de como melhorar. Correto, precisamos de novos agentes, novas ferramentas. No fundo, tudo isso se resume a aumentar a competição no mercado de crédito, para baratear o *spread* e facilitar que os pequenos e médios empresários tenham acesso ao crédito barato. Nisso que precisamos fazer, estamos 100% de acordo.

E ele falou também – todos falam, por isso que eu deixei para o final, desde o nosso Deputado Francisco Jr. –, perguntou muito sobre o auxílio emergencial, renda básica...

(Interrupção do som.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco/MDB - RO) – Pode dar mais um tempinho para o Ministro terminar esse assunto, por favor, Secretaria. Libere o som do Ministro, por favor. Mande liberar o som do Ministro. Libere o som do Ministro para concluir o raciocínio dele. Libere, Lenita. (*Pausa.*)

Ministro, o senhor pode ativar seu som aí, Ministro, por favor? O senhor pode liberar seu som, Ministro Paulo Guedes? Pode tocar no som que ele libera para o senhor. (*Pausa.*)

Pronto, pode falar, Ministro, para concluir o raciocínio. Pode falar, Ministro. Ministro, o senhor está com a palavra, pode falar.

O SR. PAULO GUEDES – Eu não sei exatamente onde fui interrompido, onde caiu o som.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – O senhor estava respondendo ao Senador Esperidião Amin.

O SR. PAULO GUEDES – Mas eu estava em que ponto, Senador? Eu tinha falado já...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Ao Esperidião Amin e falando... Qual era o assunto?

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Eu falei de renda básica ou eu estava falando de crédito ainda?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Não, o senhor já tinha respondido ao Senador Esperidião, se não me falha a memória. Quem pode me ajudar...

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Entrei na renda básica?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Renda básica.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Isso.

Renda básica foi antes um ponto também do Deputado Francisco Jr., foi falado pelo Senador Izalci, pelo Deputado Laterça e também pelo Senador Esperidião Amin. A gente sabe que é um trabalho que não terminou ainda, que estava já no nosso programa de Governo, que era justamente a renda básica, a Renda Cidadã. Esse é um trabalho que vamos ter que reavaliar. O auxílio emergencial é de natureza diferente. O renda básica é um programa de uma família que está sendo aperfeiçoado: houve primeiro o Bolsa Escola, depois se juntou com vale-transporte, vale-gás e virou o Bolsa Família. O natural seria agora juntar o Bolsa Família com outros programas e virar o Renda Cidadã, o renda básica.

Esse é um trabalho que tem que ser feito, mas a confusão foi tão grande, a briga foi tão grande quando o assunto começou a ser discutido, que o Governo achou melhor fazer o seguinte: vamos tranquilizar. Vamos mostrar o seguinte: acabou o período da pandemia? Acabou. Então, pronto, acabou o auxílio emergencial, que era uma ferramenta transitória para o enfrentamento da pandemia. Voltamos, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia está voltando, estamos funcionando de novo, e vamos reavaliar esse assunto da renda, mas sem confundir com o auxílio emergencial. O auxílio emergencial é um instrumento de sobrevivência durante a pandemia. A renda básica é de natureza inteiramente diferente. É sustentável, tem um financiamento adequado, tem que respeitar o teto. É uma discussão um pouco mais profunda. É diferente desse auxílio emergencial, que foi desenhado inclusive com a suspensão do teto, a suspensão da regra de ouro, para um período de emergência.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito bem, Ministro.

Agora, nós vamos passar ao último bloco, que será, na sequência – já anunciei – a Senadora Zenaide Maia, o General Peternelli, o Senador Tasso Jereissati e agora, recente, por último, inscreveu-se o Deputado Mauro Benevides.

A gente fez esse bloco maior. Eu pediria a quem está secretariando o Ministro – como vai ser um bloco com mais uma pessoa, são quatro – que anotasse as perguntas para facilitar as respostas pelo Ministro Paulo Guedes.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia, pelo tempo de três minutos. Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente Confúcio, nosso Relator, colegas participantes desta Comissão importante, onde a gente debateu muito, quero cumprimentar aqui o Ministro da Economia, Paulo Guedes, e dizer o seguinte: Ministro, a gente tem certeza que, haja o que houver, em janeiro essa pandemia continua, mesmo que a gente consiga iniciar a vacinação. O que é que o Governo pensa sobre o auxílio a essas famílias, a esses desvalidos? Nós temos 13 milhões na extrema pobreza.

Dois. Ministro, o senhor acredita que só com ajustes fiscais, com reformas, como o senhor diz, que o Congresso está aí, que o Ministério tem interesse, sem o Estado brasileiro investir, nós vamos sair dessa crise econômica?

O que eu queria dizer é o seguinte: o que me assustou, quando eu vi desde 2019, é que praticamente todos os órgãos governamentais têm uma secretaria de desinvestimento. Minha formação é médica, mas eu queria dizer o seguinte: eu não acredito que a gente saia dessa crise econômica só com ajustes fiscais, Ministro. O senhor fala muito dessa reforma administrativa, mas eu queria dizer ao senhor que os servidores públicos, em sua grande maioria, mais de 60%, ganham até R\$5 mil. Eu estou falando de servidor público até federal. Quando se passa para o estadual e o municipal, são R\$2 mil, R\$ 3 mil – eu já fui Secretária de Saúde. Com exceção dos médicos, a grande maioria ganha R\$ 4 mil. Mas eu queria dizer que essa tributação... Por exemplo, o senhor disse que o Congresso não fez a reforma tributária. E o que é que o senhor me fala sobre a isenção – o País em uma crise dessa, com dificuldade de conseguir recursos – de impostos para importação de armas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a segunda pergunta: o senhor já fez um levantamento de quanto o País vai deixar de arrecadar com essa isenção de armas? Eu sei que existe outra isenção aí que o brasileiro muitas vezes não sabe. Existe incentivo fiscal para importação de agrotóxicos! Só em 2019, o *Valor Econômico* mostrou que foram R\$14,5 bilhões que o Governo deixou de arrecadar. E eu quero parabenizar o senhor por ver essa questão de lucros e dividendos, mas há coisas para as quais não se precisa mudar a Constituição, e essa resolução, agora, eu acredito que todos nós estranhamos. Um país que está contando moeda para poder vacinar o povo todo, que tem dificuldade de manter um auxílio emergencial, a partir de janeiro, para mais de 13 milhões na extrema pobreza ou mais – como senhor diz: "os que ninguém nem conhecia" –, como vai fazer uma resolução para isentar impostos? E quanto isto vai custar ao Brasil, essa isenção de impostos, Sr. Ministro?

E, para finalizar, só quero dizer o seguinte: eu procurei ver... Como eu sou leiga, assim, em economia... Embora eu seja dona de casa, ninguém é leigo. Dona de casa não é leiga em economia. Eu nunca vi nenhum país sair de uma crise econômica só fazendo ajuste fiscal ou só vendendo, privatizando o seu patrimônio, mesmo que seja superavitário, porque o que é que me preocupa? Se se vende o patrimônio; se não se gera emprego e renda – porque isso não gera emprego e renda –, o que é que vai haver para a gente vender quando não houver mais o que vender, Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura, MDB - RO) – Muito obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Eu passo a palavra para o Deputado General Peternelli.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Senador Confúcio Moura, Senadores, nosso Relator, Ministro Paulo Guedes, a equipe do Ministro, os demais...

Eu gostaria de compartilhar uma tela, Ministro, e vou pedir aí que...

Esta tela o Ministro Paulo Guedes já está cansado de conhecer: de reforma tributária.

Estas ideias eu ouvi no próprio ministério ou imaginei alguma coisa semelhante: que, no Brasil, pelo problema da sonegação, não adianta reforma que dependa da nota fiscal.

Aí há a proposta do imposto único, para acabar com os impostos, em especial acabar com a nota fiscal, um pacto federativo... De tanto ouvir o senhor falar sobre pacto federativo, já falamos sobre isso... Mas eu tenho feito palestras sobre isso. Já que ele vai acabar com as dívidas do Fisco, vai acabar com as isenções tributárias, vai diminuir o custo contábil, vai acabar com todo o contencioso tributário... E tenho feito palestras.

E fiz uma palestra no Simpi (Sindicato da Micro e Pequena Indústria). E, lá, o Presidente Joseph Coury decidiu incluir aquela pesquisa numa pesquisa Datafolha que eles realizam periodicamente. Então, essa proposta de imposto, Ministro, foi para o Simpi, e aqui está a folhinha da proposta do Datafolha. Eles colocaram a pergunta de que uma das propostas... Essa nossa proposta é a Emenda Substitutiva nº 20 à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PEC 45, e ele fala dos 2,5% em cada ponta. E uma coisa interessante, Ministro: quando perguntado para essa micro e pequena indústria, olhe, para a minha surpresa, quantos foram favoráveis, considerando essa proposta ótima e boa: 48%. E, aí, os demais dados.

Então, veja que a proposta que o Marcos Cintra comentava – e depois o senhor já distribuindo esse dinheiro direto para os entes federativos –, como ela é bem-aceita no segmento da indústria, da micro e da pequena, porque, no de serviço e comércio, sem sombra de dúvida, essa é a mais importante, já que a PEC 45 vai elevar o custo dos serviços, dos impostos atuais, em torno de 10%, para 25% a 30%.

A outra pergunta que eles formularam tem a resposta também na seguinte avaliação sobre essa proposta de reforma tributária com foco na empresa do dirigente. Nada melhor do que uma pesquisa de opinião para poder saber o que o empresário... O Senador Izalci sempre defende o micro e o pequeno empresário – e está aí a micro e a pequena indústria –, e olha a quantidade de pessoas que consideram que não haver mais nota fiscal, para diminuir o custo contábil, inclusive isso, como acaba com algumas coisas. Ele também...

Era somente essa a apresentação, podemos já cortar a apresentação e voltar para a nossa tela geral...

Eu gostaria de perguntar, Ministro, saber as considerações do senhor sobre essa pesquisa de opinião realizada pelo Datafolha, encomendada pelo Simpi: se isso destravaria essa retomada econômica da qual nós estamos precisando.

Muito obrigado, Ministro. Parabéns por preservar a saúde e os empregos dos brasileiros!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, General Peternelli.

Agora eu passo a palavra para o Senador Tasso Jereissati.

Senador Tasso Jereissati com a palavra. Agradeço muito a presença do Senador Tasso. Ele não participa da nossa Comissão como membro efetivo, mas sempre está aqui conosco nos honrando e nos prestigiando bastante. É uma presença honrosa para nós todos.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Confúcio.

Eu vou tentar ser bastante rápido justamente para não tomar o tempo dos demais debatedores, mas antes eu preciso fazer algumas observações rápidas, porque o Ministro, como sempre, dá uma provocada na social-democracia. E eu só queria lembrar ao querido amigo, Ministro Paulo Guedes, que a social-democracia acabou com a inflação de anos, quase que uma doença constante na saúde da economia brasileira, e foi com essa social-democracia no Poder que essa inflação foi estancada. E depois dessa inflação, essa social-democracia manteve durante todo o seu período de governo um superávit primário de 2% a 2,5%, o que não foi conseguido até agora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, não é essa a discussão do momento. Eu queria fazer alguns elogios também, para ver se isso acalma o Ministro, se ele fica mais tranquilo.

Evidentemente, esse programa emergencial foi sensacional, funcionou para valer, deu uma reinjetada na economia brasileira e vi aqui a mudança, dia a dia e visível, não só na parte mais vulnerável da população brasileira, mas no comércio e em vários setores de uma maneira geral, inclusive recuperação parcial de empregos.

Também em relação aos Estados, foi excelente o trabalho do Ministério da Economia. Eu posso até arriscar uma frase: pelo que eu avalio hoje, os Estados e Municípios vão acabar o ano em situação financeira melhor do que estavam antes da pandemia, do que na pré-pandemia – os Estados estão em situação muito melhor.

Mas, enfim, eu vou direto, Senador Confúcio, a uma pergunta muito objetiva, muito fácil, muito simples. É o seguinte. O que nós queremos hoje... Nós estamos falando aqui de pandemia, não é isso, Presidente Confúcio? O que nós queremos aqui hoje é a vacina. Isso virou a grande salvação nacional, desafogo das famílias, mental, social, etc. Nós temos aí pelo menos duas vacinas na cara, uma, a da Sinovac e do Butantan, que me parece que tem possibilidade de estar já em janeiro sendo aplicada aos brasileiros, mas não vi nenhuma movimentação de compra ainda ou intenção de compra, de negociação dessa vacina, já que hoje foram centralizadas todas as vacinas que sejam registradas no Território nacional. E há outra que está funcionando, que é a da Pfizer, e já vi várias vezes o Ministro da Saúde dizendo que há problemas de logística e de distribuição por causa da temperatura.

Ministro, todos nós já fomos... No meu caso, fui Governador, como outros aqui, fui homem de empresa também. Comprar refrigeradores: qual é o problema de se comprar refrigeradores? É muito menos custo do que tratar das doenças evitadas pela vacina. Isso se faz rapidamente a toque de emergência. Há empresas no Brasil que podem fazer isso. É falta de dinheiro para fazer isso e resolver o problema da Pfizer, que pode já estar aqui daqui a 15 dias? É falta de recursos? É questão de tentar comprar mais barato? Isso é que eu não consigo entender até agora, Ministro, e acho um absurdo e até eu posso dizer que, na minha opinião, é revoltante.

É isso que eu queria deixar, pedindo vênica ao Presidente por colocar de uma maneira tão contundente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati, pela sua participação.

Passo a palavra agora, como último inscrito, Sr. Ministro, ao ilustre Deputado Mauro Benevides. Até dei uma chamada nele – ele estava fora. Falei: "Rapaz, entra aqui!". (*Risos.*)

"Você é um técnico...".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) – Estou aqui, Presidente! Estou aqui!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – "Você é um técnico de alto conhecimento em economia". Ele não pode deixar a gente desamparado aqui, não.

Então, passo a palavra ao Deputado Mauro Benevides, do Estado do Ceará.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para interpelar.) – Meu caro Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Estou aqui nesse exato momento na Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, que, desde o tempo do Senador Tasso até hoje, foi um Estado que procurou se organizar muito profundamente.

Quero cumprimentar o Ministro Paulo Guedes, com quem tenho também conversado algumas vezes, e sua equipe, o Waldery, o Colnago Junior; quero mandar um abraço para o Bruno Funchal; aliás, o Bruno Travassos, também, o Tostes, enfim, toda equipe.

Mas a minha pergunta, Ministro Paulo Guedes, é a seguinte: eu pedi aos meus alunos para levantarem 12 países que fizeram teto do gasto. Nesses 12 países, corta-se despesa corrente para fazer investimento, para fazer despesa de capital. O teto do gasto no Brasil é o mais absurdo possível: ele corta investimento, despesa de capital, para aumentar despesa corrente, para aumentar salários inclusive. No mundo inteiro, você tem teto do gasto exclusivamente para despesa corrente e o investimento é controlado pelo crescimento da própria receita, é um percentual do crescimento da receita, sobrando o dinheiro, portanto, para pagar as suas dívidas. Ora, desde 2017, 2018, 2019, a despesa corrente, sobretudo pessoal e previdência, que representa 85% da despesa obrigatória, cresce em termos reais, ou seja, o Brasil descumpre o teto do gasto. Mas aí vai lá no investimento, que já chegou a ser de R\$110 bilhões no ano, hoje baixado para R\$17 bilhões, R\$18 bilhões, e aí diz que estão cumprindo o teto.

Minha ponderação ao Ministro: o Brasil está sem teto. As despesas obrigatórias continuam aumentando sem controle. Elas estão sendo feitas... O investimento que é a mola propulsora na economia capitalista. O crescimento acontecendo, diminui a relação dívida/PIB, que é a primeira variável que o investidor internacional usa para poder decidir, para tomar decisões de investimento. Não está na hora de o Brasil colocar um teto, já que hoje não tem teto? Porque todo controle hoje no Brasil está vinculado, exclusivamente, ao aumento da despesa corrente, controlando o investimento.

Portanto, a minha ponderação antes de falar de tributo, assim, assado... Aliás, precisamos mudar, sim, Ministro: alterar a carga tributária sem aumentar. Temos que cobrar do mais rico e diminuir do menos favorecido. Estão querendo aumentar a carga tributária dos alimentos no Brasil, mesmo tendo a possibilidade de devolver posteriormente. Será o único lugar do mundo em que o pobre terá que ter capital de giro, pagar na frente para receber com 30 dias. Isso é um absurdo que estão querendo fazer aqui no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a minha pergunta se limita ao teto do gasto: por que esse dogma de permitir aumentar a despesa corrente e cortar investimento? O Brasil nunca vai sair da situação de baixo crescimento, de baixa geração de emprego se nós não tivermos um investimento público que gere o efeito *crowding-in*. Aqui, no Ceará – o Senador Tasso sabe disso –, gastamos muito dinheiro no porto, mas agora há R\$22 bilhões de investimento privado numa siderurgia. É assim que se faz crescimento.

Eu pondero ao Ministro: vamos discutir melhor essa questão do teto do gasto, implantando o teto e liberando investimento para ser relacionado com a receita; ou vamos continuar desse jeito, cortando investimento e aumentando a despesa corrente? Essa é uma reflexão que eu queria ouvir muito do Ministro nesse momento que o Brasil precisa ter margem dentro do seu gasto para a retomada do investimento público brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Está vendo aí as perguntas do Deputado Mauro Benevides? Muito importantes, com conhecimento extraordinário.

Muito bem. Sr. Ministro, o senhor tem agora a palavra para responder os quatro Parlamentares. E, posteriormente, já caminhando para o encerramento da nossa audiência, após suas respostas, eu vou apresentar algumas poucas perguntas dos internautas – são bem pouquinhos, curtas e objetivas – para V. Exa. Depois dessas respostas, nós fazemos o fechamento, depois das respostas a essas perguntas dos internautas, porque realmente eles telefonam, eles participam e ficariam muito chateados se não obtivessem uma resposta do senhor.

Então, com a palavra, o Sr. Ministro Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – Perfeito.

Senadora Zenaide – se estiver conosco, se continuar conosco –, quanto à pandemia: nós vimos que houve um arrefecimento, mas agora subiu um pouco de novo o número de mortes. Nós ainda estamos achando que pode ser... Havia o isolamento social, mas houve uma certa celebração, justamente pela queda do número de mortes, e essa celebração pode ter provocado um repique. Para nós, assim que a saúde declarar se voltou, se estamos numa segunda onda e não num repique, naturalmente nós entramos em outro cenário e, aí, vamos ter que dar uma resposta tão decisiva quanto a que demos na primeira crise.

A sua segunda pergunta foi a respeito do ajuste fiscal. Nenhum ajuste fiscal, por si, traz o crescimento. O ajuste fiscal é aquela parte difícil de tentar consertar o estrago que foi feito por Governadores anteriores, por governos que gastaram irresponsavelmente – inclusive, houve um *impeachment*. Governos que gastaram demais... Houve, inclusive, a quebra da responsabilidade fiscal, que causou o *impeachment*. Quando se gasta demais e quase se quebra o País, as estatais... A Petrobras estava quase quebrada; a Eletrobras, quase quebrada; os fundos de pensão foram quebrados. Quando você tem uma situação absolutamente caótica, você é obrigado... Isso é a mesma coisa de dizer assim: "Olha,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém vai ficar melhor de saúde depois de ter caído do décimo andar..." O Brasil caiu do décimo andar, aí leva para o hospital... Você está engessando a pessoa, dando pontos e, aí, você chega: "Ah, ninguém será feliz se ficar deitado na cama, botando gesso etc." É evidente que nós preferiríamos não ter necessidade de fazer o ajuste fiscal. O ajuste fiscal é muito mais uma condição de voltar para o trilho e consertar algo que foi perdido por irresponsabilidade. Daí toda essa incapacidade, inclusive, de investir, de gastar: pelo excesso que foi cometido anteriormente.

Em relação à reforma administrativa: nenhum sacrifício para os funcionários públicos atuais está sendo exigido. Nós estamos redesenhando, justamente, o futuro do funcionalismo público baseados na meritocracia e não na militância. O futuro tem que ser na base da meritocracia, e não da militância, do privilégio. É um quadro de Estado, não é um quadro de partido.

É da mesma forma quando falamos de isenção. As isenções... A nossa proposta é ir reduzindo as tarifas de importação. Não é uma questão de armas... Quer dizer, quando houve a necessidade, porque estava subindo o preço do arroz, nós aproveitamos e baixamos a tarifa do arroz. O Presidente tinha uma pauta durante a campanha, e a pauta era justamente obedecer ao plebiscito que foi feito sobre desarmamento. Houve um plebiscito, o povo brasileiro votou, e, aí, o Presidente fala assim: "Olha, gostaria que fosse reduzida essa tarifa." Não está violando nenhum cânone nosso, porque nós estamos baixando as tarifas em geral, vamos baixar a tarifa do arroz, vamos baixar a tarifa das armas. Agora, que o momento se dá a interpretações infelizes... Sim. Você fala: "Pô, mas na hora em que estamos precisando de vacinas você está facilitando armas?". O efeito financeiro, em si, é muito baixo, o efeito da isenção é muito baixo, não causa nenhum... O número é realmente pequeno. O número que me passaram... Falo o número: R\$200 milhões. Então, não é um número que ameace, está muito longe... Por exemplo, se nós pensarmos que um auxílio emergencial são R\$55 bilhões por mês, é uma ilusão achar que a tarifa sobre armas pudesse pagar alguma coisa. São R\$200 milhões com a redução da tarifa de importação de armas, contra R\$50 bilhões por mês. Esses R\$230 milhões são por ano, é anual. Na hora em que você reduz a tarifa, são R\$230 milhões por ano a menos de arrecadação. Nós estamos falando de auxílio emergencial, R\$50 bilhões por mês, R\$300 bilhões em seis meses. Foi o que nós fizemos.

Da mesma forma, a venda de ativos e as privatizações são uma proposta de governo. O governo liberal-democrata diz o seguinte: o Estado tem que ser para servir e atender a população, com segurança pública, saneamento, saúde, educação. O Estado não tem que fazer chapa de aço como fazia, com prejuízo com a CSN; não tem que fazer mineração, como fazia com a Vale do Rio Doce. Nós estamos simplesmente seguindo um plano de transformação da economia brasileira, e houve 60 milhões de votos para esse plano. Então, eu não me sinto fazendo nada de errado. Eu estou fazendo exatamente o que a população pediu para votar. Aliás, eu estou tentando fazer, porque não consegui ainda fazer. E isto eu considero grave: você estar numa democracia onde alguém é eleito com um programa, e, de repente, não consegue, porque aquilo não é pautado. Isso não é interessante para a nossa democracia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Peternelli, a conversa é super-rápida, porque o senhor está firme na direção da simplificação de impostos, e nós estamos indo nessa direção também, geralmente estamos de acordo nisso. O senhor é um vibrante defensor dessa simplificação de impostos e agora traz justamente essa contribuição de ver que não é só o comércio, não são só os serviços, responsáveis por 80% da criação de empregos no Brasil, que são a favor da simplificação dos impostos, também são as pequenas indústrias, como o senhor nos traz no seu depoimento.

Senador Tasso Jereissati, eu tenho uma enorme admiração pelo seu trabalho, por toda a sua carreira política. O nosso Deputado Mauro Benevides estava falando aí, a história do Ceará começou a mudar com a sua administração. Então, eu reconheço todo o seu mérito, a sua competência, o seu trabalho, o seu belíssimo trabalho pela educação. Está aqui hoje o nosso Waldery, que é fruto de um sistema educacional criado lá no Ceará, que promove os mais capazes e vai trazendo essa turma, e depois eles vão procurar também aperfeiçoamento educacional em outras instituições. Então, eu tenho um enorme reconhecimento.

E, quando eu falo da diferença entre a social-democracia e a liberal-democracia, não falo como algo *detrimental*, não; é uma diferença de visão. Nós estamos relativamente próximos, não é? Se o espectro político é como uma ferradura, onde os dois extremos, a extrema esquerda e a extrema direita, podem até estar mais próximos do regime totalitário e, por outro lado, quem dá estabilidade é justamente uma social-democracia à esquerda e uma liberal-democracia, inexistente no Brasil, à direita. Eu acho que vocês, como social-democracia, precisam de nós. O problema da social-democracia, que não tem nada de errado, é que ela prefere, confia no Governo e tolera os mercados, porque ela tem uma matriz socialista, ela é uma modernização do socialismo, é, digamos, uma versão democrática do socialismo.

E o socialismo para dirigir a economia tem sido um desastre, foi um desastre historicamente, empiricamente. Quer dizer, Marx era um ricardiano menor. A teoria do valor-trabalho é um equívoco; do ponto de vista teórico, é um equívoco. E isso dirigiu milhares de pessoas, provocou reações quando as versões mais extremas vieram. Nunca se esqueçam de que o nazismo é uma abreviação para nacional socialismo. Era uma reação à internacional socialista, quer dizer, era socialista com socialista, os dois, brigando, a extrema direita contra a extrema esquerda. Eles estão muito mais próximos uns dos outros do que nós – eu, liberal democrata, de você, social democrata. Nós estamos muito próximos.

Agora, existe uma diferença: vocês aumentaram impostos 30 anos. É um fato. O Governo que mais aumentou imposto foi realmente Fernando Henrique Cardoso. E foi um Governo que centralizou recursos com contribuições. Deixou Estados e Municípios à míngua. Ele centralizou os recursos com as contribuições, combateu a inflação, deu um peso enorme à política monetária, corrigindo erros passados. Os mesmos economistas que congelaram preço e que levaram o Brasil de 200% ao ano para 5.000% ao ano acabaram voltando e fazendo *mea culpa*. E aí fizeram uma política monetarista ao extremo, radical. Foi brilhante o plano, só que ficou com juros altos 30, 40 anos. E 30 anos de juros altos, ou 20 anos, levam a uma dívida de quase 6 trilhões. E aí nós, como liberal democratas, temos de dizer o seguinte:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Chega. Agora nós vamos desinvestir um pouco, nós vamos desalavancar os bancos públicos, nós vamos pagar a União, queremos privatizar, fazer concessões e manter os juros baixos, controlando os gastos, e não subiremos impostos".

É perfeitamente... Nós temos um modo de convivência muito respeitoso. O social democrata prefere subir um pouco os impostos para legitimar uma intervenção um pouco maior do Estado. E o liberal democrata, ao contrário, prefere cortar um pouco os gastos públicos ou pelo menos não deixar subirem tão rápido. Você não precisa cortar. Só não deixem subir tão rápido para não ter que aumentar os impostos.

Então, nós temos uma convivência pacífica, respeitosa. Tenho a maior admiração pela sua trajetória, pela sua história. O trabalho de estabilização foi brilhante. O Plano Real, do ponto de vista monetário, foi brilhante. Ele tinha falhas. A falha fiscal veio logo depois, anos depois, com a responsabilidade fiscal. E a falha cambial também, porque explodiu o câmbio numa banda diagonal endógena que acabou derretendo. E aprendemos a flutuar o câmbio também com alguma dificuldade.

Então, eu só peço um pouco de paciência. Às vezes, nós temos um ano e meio, dois de Governo e somos tratados com impaciência, sendo que nós tivemos que assistir a 30 anos de social-democracia. E nós assistimos com muita paciência, reforçando a democracia.

Então, não deve haver nenhum sentimento difícil entre nós. Eu tenho enorme admiração pela sua filiação política. O PSDB deu enormes contribuições. Junto com o PT, trouxeram os pobres para os orçamentos públicos, o que a direita conservadora não soube fazer no passado. Agora, realmente, levou um pouco de tempo para entender a natureza do problema brasileiro. Ou seja, nós estamos do mesmo lado no sentido de que queremos consertar o Brasil respeitosamente, com o maior respeito entre nós.

E a sua ênfase na vacina... Eu compartilho desse sentimento de que é importante que o brasileiro se sinta protegido na saúde. Da mesma forma que o Presidente disse "Olhe, é muito importante proteger vidas e empregos", não podemos pensar só nos empregos, temos de pensar nas vidas mesmos. Então, vamos vacinar a população brasileira. Estamos de acordo com isso. Quanto à dimensão de como fazer, não é a minha área, não consigo entrar, mas eu garanto que recurso não falta.

Já fiz a conta aqui, neste depoimento. Nós estamos falando de 600 bilhões de prestação de contas. Se comprarmos 200 milhões de vacinas, duas doses, são 400 milhões. E 400 milhões a US\$10 são US\$4 bilhões. Ora, o Brasil tem US\$350 bilhões! É um pouco mais de 1% do que nós temos. Não é isso que vai acabar com o Brasil, de forma alguma! Então, nós podemos atacar esse problema de uma forma estruturada. E, certamente, é o que estamos fazendo. Eu tenho certeza... Hoje, estou dizendo, fui chamado lá para uma reunião. Estão lá sentados desenhando isso, isso tem que sair, isso tem que ser feito, nós precisamos fazer isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Presidente tem essa orientação. Ele sempre disse: "Olhe, é a saúde com a economia". Não existe uma saúde sustentável se a economia fechar e parar o fluxo de comércio; nós vamos morrer numa depressão por falta de comida. Da mesma forma, se nós queremos acabar com o isolamento social, temos que vacinar a população brasileira para haver um retorno seguro ao trabalho.

Estamos de acordo nessa luta, mais uma vez, Senador Tasso, com o maior respeito e admiração, só fazendo este ponto, que não é um ataque à social-democracia, é um esclarecimento: nós preferimos controlar gastos, nós não queremos subir os impostos. É só isso.

O nosso Mauro Benevides, a mesma coisa. Conhecedor de economia, ele falou sobre teto de gastos. Tecnicamente, eu tenho um trabalho bastante profundo com otimização dinâmica, um trabalho superacadêmico, exatamente mostrando esta diferença, ou seja, gastos correntes podem ser financiados com impostos correntes; qualquer controle, então, devia ser em torno disso. Já acumulação de capital, ferrovias, uma usina como Itaipu, esse tipo de coisa é um universo diferente, uma dimensão diferente. Só que uma coisa é nós dois conversarmos socialmente e tecnicamente no *hall* de um hotel, outra coisa é com o hotel pegando fogo. A dívida não pergunta como é que você gastou. A situação caótica do Brasil, que levou à formulação do teto... E lembrem-se de que não fui eu que fiz esse teto. O teto é precaríssimo tecnicamente, como você disse; é precaríssimo o teto! Não fui eu que fiz o teto. Só que quem fez o teto saiu correndo, não fez nem parede, não fez nada; e o piso sobe todo ano. Então, você está numa construção em que o teto não tem parede, o piso sobe, e aí você me chama para uma conversa sobre o teto. Eu digo o seguinte para você: "Mauro, vamos sair daqui correndo rápido, antes que o teto caia na nossa cabeça". O credor externo e o credor interno, quem está financiando a nossa dívida não pergunta se você gastou em coisas boas, como, desde o Tasso Jereissati, vocês no Ceará souberam gastar; ele não faz a pergunta se vocês souberam gastar ou se vocês fizeram muitas bobagens, como, por exemplo, pode ter sido o caso do Rio de Janeiro, pode ter sido o caso de outros Estados, que torraram dinheiro, pode ter sido o caso de Minas Gerais. O financiador não faz essa pergunta. Essa pergunta é para quem está um pouco mais calmo. Quando a coisa está um pouco mais calma, todo mundo sereno, aí você faz a pergunta: "Olhe, vamos reformular o teto? Vamos fazer isso ou aquilo". Hoje, dada a nossa inapetência para desindexar, para desvincular, para descarimbar o dinheiro, dada essa nossa inapetência... E nossa que eu digo é a classe política brasileira – a PEC do pacto federativo está aí desde janeiro –, todos nós juntos, nós brasileiros estamos com essa inapetência. A boa política foi muito exercitada este ano frente ao problema da saúde, mas ela ainda não enfrentou o problema orçamentário com a devida seriedade. Dada essa inapetência, o teto dos gastos é só uma bandeira, é só um aviso, é só uma promessa, é só dizer: "Olhe, somos responsáveis, não estamos gastando muito, não".

É algo bastante precário, mas hoje, se você tirar isso, a manchete no dia seguinte será: "Juro subiui; "Câmbio explodindo!"; "Governo Bolsonaro tira o teto para fazer políticas populistas"; "Governo Bolsonaro quer investir, quer fazer a transposição do Rio Amazonas e dar uma Bolsa Família de R\$1,5 mil para ganhar a eleição"; "Olhe o teto aí!".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, convenhamos, se eu mantiver o teto, você vai me criticar; se eu tirar o teto, você vai me criticar também. Você está numa campanha política. Está certo? Nós sabemos disso. Eu e você sabemos disso. Então, eu respeito todas as suas observações do ponto de vista técnico. Só digo o seguinte: segue o teto!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Ministro Paulo Guedes.

Faço agora o registro dos internautas.

Isabelly Figueira, de São Paulo, pergunta sobre a vacina, sobre quantas doses estarão disponíveis até fevereiro.

Ainda não se tem esse dado, Isabelly, para lhe informar neste momento.

Wiverton Ribeiro Soares da Costa, de Goiás, também pergunta.

José Belo, do Estado da Bahia, pergunta sobre quais os efeitos, os impactos financeiros provocados pelos *lockdowns*, pelos fechamentos de lojas. Esse é um assunto que ele poderia verificar através das associações e federações do comércio, que podem responder a essa pergunta.

Mônica Souza Serrano, de São Paulo... Vou deixar a pergunta dela por último, porque é a única que vou fazer ao Ministro.

Jezer Lucas de Oliveira Leal, de Mato Grosso... Quero agradecer ao Jezer, porque de todas as nossas audiências ele participa. Ele interage conosco.

Jezer Lucas de Oliveira Leal, de Mato Grosso do Sul, muito obrigado.

Antônio Jorge Tenório, de Alagoas, também conviveu conosco por muito tempo em Rondônia.

Muito obrigado, Dr. Jorge.

O indígena Tamburá Amondawa também está participando.

Cumprimento todos por participarem desta audiência.

Então, Ministro, vou passar para o senhor somente uma pergunta dos internautas, feita por Mônica Souza Serrano, de São Paulo: "Quais são os riscos fiscais das medidas adotadas para o combate à pandemia, principalmente aqueles relacionados à dívida pública?". É a pergunta tal qual nos remeteu Mônica Serrano, de São Paulo. Vou repetir: "Quais os riscos fiscais das medidas adotadas para o combate à pandemia, principalmente aqueles relacionados à dívida pública?". É só essa pergunta.

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – A pergunta é excelente!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – É só essa pergunta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUEDES (Para expor.) – A pergunta é excelente, porque ela vai direto ao maior impacto que a pandemia teve, que foi exatamente o de pegar a dívida pública, que estava... Nós, no primeiro ano, justamente derrubamos a relação dívida-PIB de 76,5% para 75,8%. Nós mostramos que queremos escapar desse aprisionamento ao processo de endividamento em bola de neve. Nós queremos quebrar esse endividamento em bola de neve. Então, desalavancamos bancos públicos, fizemos com que BNDES, Caixa Econômica, todos pagassem à União os recursos que eles estavam devendo.

Da mesma forma, desinvestimos subsidiárias. Quando desinvestimos, as empresas estatais tiveram lucros, pagaram Imposto de Renda, tivemos um Imposto de Renda maior. O BNDES, por sua vez, desinvestiu também em empresas que ele tinha. São campeões nacionais! Qual o sentido de o BNDES estar lá com ações de JBS, que já estão listadas em bolsa, que ele já ajudou? Qual o sentido de ele carregar ações da Vale do Rio Doce, da Petrobras? Então, nós desinvestimos e desalavancamos. O BNDES mandou R\$120 milhões. O Banco Central tinha vendido um pouco de reservas e mandou também R\$120 milhões, R\$130 milhões. Quer dizer, desinvestimos um pouco para justamente reduzir o nosso endividamento. Fizemos como qualquer empresa faz quando está com dificuldades: ela vende um ou dois ativos que não estão rendendo bem para ela, não têm uso, e ela reduz o endividamento, que está custando caro e a está levando à bancarrota. Então, a gente tinha que escapar desse endividamento em bola de neve.

Então, logo que nós entramos, nós derrubamos isso de 76,5% para 75,8%. Quebramos uma sequência de 10, 20, 30 anos desse troço subindo e nós mostramos que nós queríamos descer, derrubar essa dívida, que é a pergunta da Mônica, quer dizer, esse endividamento. Ora, ironia do destino, tragédias acontecem. Logo eu, que entrei para derrubar a dívida-PIB, recebo um empurrão de 16% para cima. Essa dívida dá um salto e vai agora para 93% do PIB – havia uma porção de gente dizendo que ia bater 100%, que ia bater 100%, e não vai bater 100% –, 93%, 93,5%, no máximo aí 94% do PIB. Deu um pulo para cima! Só que nós vamos derrubá-la de novo. Neste ano de 2021, nós vamos botar essa relação dívida-PIB para baixo. Nós vamos reacelerar os desinvestimentos, vamos privatizar e vamos derrubar isso aí. Por quê? Para evitar esse risco fiscal a que a Mônica se refere. A Mônica diz: "Olhe, não há um risco fiscal?". Há, é o fenômeno mais temido pelos economistas, que eles chamam de dominância fiscal; é você começar a entrar numa bola de neve de novo e aí você não consegue, de repente, nem combater a inflação. Se você tentar subir o juro, a dívida é tão grande que o buraco fiscal aumenta.

Então, nós estamos, desde o momento em que chegamos ao Governo, tentando escapar do abismo fiscal – escapar desse abismo fiscal. Primeiro, com as reformas, cortando essa explosão de gastos na previdência, nos juros e no funcionalismo público, nos salários. Quando nós começamos a remover esse risco, fomos atingidos pela doença. Que que nós temos que fazer? Trabalhar mais duro ainda, trabalhar mais forte ainda para reduzir esse risco fiscal que nós chamamos de dominância fiscal. Se entrarmos em dominância fiscal, aí o Banco Central não consegue mais combater a inflação. Cada vez que ele tentar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subir o juro para combater a inflação, piora o buraco fiscal, e aí nós vamos ser tragados por esse buraco negro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. MDB - RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Esta audiência de hoje com a sua presença é a última audiência pública com convidados da nossa Comissão. A nossa Comissão encerra os seus trabalhos no dia 31 deste mês, mas, na semana que vem, o nosso Relator e sub-relatores estarão fechando o relatório final do nosso trabalho durante o ano. E a sua fala nesta tarde-noite servirá também ao que estava faltando para o Relator e os sub-relatores da economia, que pegarão as informações apresentadas hoje para formatarem o nosso relatório. Então, praticamente a nossa Comissão encerra as suas atividades na semana que vem, com a aprovação do relatório final, que deverá ser feito por sub-relatores e pelo Deputado Francisco Jr.

Eu quero agradecer a V. Exa., Sr. Ministro, pela deferência de participar conosco durante este ano difícil; também ao Waldery, que representou o Ministério da Economia alternadamente com V. Exa. Ficamos muito satisfeitos com toda essa distinção que o Ministério da Economia teve com o Parlamento. Esta Comissão é composta por Deputados e Senadores e praticamente foi a única Comissão que funcionou este ano. Nem a Comissão de Constituição e Justiça, nem a Comissão de Assuntos Econômicos, nem outras funcionaram.

Praticamente só esta Comissão Mista funcionou este ano inteiro.

Então, eu quero agradecer a todos os seus membros, diligentes, que, mesmo no período eleitoral, cada um trabalhando pelos seus Prefeitos, em suas cidades e no interior dos seus Estados, ainda assim estavam presentes. Tivemos a eleição do João Campos, que é membro desta Comissão; houve também o Vanderlan, que é membro desta Comissão e disputou a eleição; houve outros também que participaram. Então, eu quero agradecer a todos eles por também me prestigiarem na Presidência e estarem sempre presentes dando quórum para a gente funcionar – o Senador Izalci, o Laterça, o Peternelli, todos os demais.

Não havendo, Sr. Ministro, mais nada a tratar, agradeço a presença do senhor, dos Parlamentares e dos convidados; do Dr. Waldery Rodrigues Junior, maravilhoso, que sempre nos distinguiu muito, e temos muita satisfação em agradecer-lhe; do José Barroso Tostes Neto, que também faz parte do seu grupo de trabalho Secretaria da Receita Federal; agradeço a participação dos internautas, através do e-Cidadania, e dos telespectadores da TV Senado.

E, assim sendo, Sr. Ministro, eu declaro encerrada a presente reunião, desejando ao senhor boa sorte nesse fechamento do ano, boa sorte ao Brasil, boa sorte ao nosso querido povo brasileiro. A gente deve ter um alento, porque o que nós estamos mais aguardando neste momento é essa abençoada vacina; que chegue para nos acalantar, nos tranquilizar, gerar uma esperança.

Muito obrigado a todos os senhores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu declaro encerrada esta nossa reunião.

Um abraço! Muito obrigado. Um abraço a todos vocês, um abraço a todos! Muito obrigado. Boa noite, boa noite! Um grande abraço!

(Iniciada às 16 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 12 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A ACOMPANHAR A SITUAÇÃO FISCAL E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS (COVID-19) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2020, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quinze horas e quatro minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte, no Reunião Remota, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao Coronavírus (Covid-19) com a presença dos parlamentares Confúcio Moura, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Cacá Leão, Francisco Jr., Luiz Carlos Motta, Felício Laterça, General Peternelli e Mauro Benevides Filho. Deixam de comparecer os Parlamentares Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho, Wellington Fagundes e Reginaldo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1** - Relatório final da comissão. **Autoria:** Dep. Francisco Jr.. **Resultado:** Aprovado. Constituindo o Parecer nº 1/2020 – CN-COVID19. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Eliziane Gama

Vice-Presidente da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao coronavírus (Covid-19)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/12/18>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão Mista criada pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020, que tem por objetivo acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

Inicialmente, esclareço que o uso da palavra será feito de acordo com a ordem de inscrição, através do uso da função "levantar a mão" do aplicativo, e que a ordem da fala será dada primeiro ao Relator, em seguida aos titulares inscritos, depois aos suplentes e, por último, aos Parlamentares não membros da Comissão.

A presente reunião destina-se à leitura e apreciação do relatório final, elaborado pelo Deputado Francisco Jr.

Antes de passar a palavra ao nosso querido Relator, eu queria trazer aqui os meus cumprimentos ao nosso Presidente Confúcio, agradecer a confiança de nos passar a grande responsabilidade que é a finalização dos trabalhos desta Comissão hoje, no último dia, na nossa última reunião. Quero cumprimentar o Senador Confúcio e sua família, desejar também a cada dia mais prosperidade, um final de ano realmente abençoado. Foi uma honra muito grande estar aqui ao seu lado, como sua Vice-Presidente, nestes vários dias, nestas várias reuniões que aconteceram, extremamente produtivas para o Brasil.

Portanto, seguindo o rito da nossa reunião, ganhando tempo, eu queria informar que nós temos os nossos sub-relatores, que terão uma participação de três minutos, prorrogáveis por mais um minuto, portando, quatro minutos, e farão suas intervenções ao longo da apresentação do relatório pelo Deputado Francisco Jr. Cada um dos sub-relatores terá oportunidade de expor um pouco, de forma resumida também, como é que ficou o seu sub-relatório, que está, naturalmente, anexado a todo o processo, a todo o relatório principal do querido Francisco Jr.

Portanto, agora passo a palavra ao Relator para que realize a apreciação do seu relatório.

Deputado Francisco Jr. (*Pausa.*)

Deputado Francisco Jr.? (*Pausa.*)

Parece-me que ele está sem conexão. Deve estar havendo algum problema em relação à sua internet, ele que fará hoje a leitura do relatório principal, que foi levantado nas várias reuniões que nós tivemos ao longo do ano de 2020.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um ano, como todos nós sabemos, muito triste para o mundo. Nós infelizmente, aqui no Brasil, já fomos para mais de 180 mil mortes. Milhões de brasileiros, infelizmente, também foram contaminados por esse vírus, um vírus terrível, novo, em algumas situações avassalador. Hoje é um grande desafio a sua contenção e, é claro, agora com a chegada da vacina já na Europa, no Brasil nós estamos numa caminhada realmente muito intensa.

Eu queria aproveitar enquanto o nosso querido Relator se organiza com a questão da sua internet, e trazer aqui, gente, a minha indignação com o que a gente está acompanhando ultimamente referente ao uso da vacina. A gente percebe claramente uma politização de algo que é científico, é em prol da saúde brasileira e deveria ser encarado dessa forma. A gente nunca viu na história do Brasil, em nenhum outro momento, um questionamento tão grande referente a vacina. Hoje, por exemplo, há as nossas crianças no Brasil, que são obrigadas, através da Constituição Federal, a terem suas vacinas. A gente vê, por exemplo, que vários programas sociais – o Bolsa Família é um desses exemplos – são direcionados para famílias vulneráveis condicionados à carteirinha de vacina de suas crianças, ou seja, o uso da vacina é fundamental para a primeira fase da criança e, naturalmente, ao longo de toda a sua vida. Isso é claro na Constituição Federal, e a gente teve agora a decisão do Supremo ratificando a necessidade, a obrigação de os brasileiros terem acesso a essa vacina. Eu, pessoalmente, tenho ficado muito indignada, e até revoltada, com alguns vídeos que a gente vê serem expostos em todo o Brasil com pessoas colocando claramente que não vão se vacinar, incentivando... Alguns, inclusive, são formadores de opinião na sociedade brasileira. Eles acabam também incentivando a população brasileira a não se vacinar.

Eu tive acesso a uma pesquisa do instituto Datafolha que mostra que há vários Estados brasileiros, inclusive com perfis econômicos diferentes – você pega Pernambuco, pega Rio de Janeiro, pega outros Estados brasileiros –, onde o percentual de queda, digamos assim, de aceitação da vacina, infelizmente, às vezes, chega a até 10% de uma primeira etapa para este momento que nós estamos vivenciando. Quer dizer, essa desestimulação, infelizmente, aumenta ainda mais o problema que enfrentamos hoje no Brasil. Espero que o quanto antes nós possamos ter a população brasileira, de forma plena, imunizada.

Eu quero também aqui cumprimentar o Relator da LDO, o Senador Irajá, pela aprovação da LDO ontem, quando conseguimos aprovar uma emenda de nossa autoria. A proposta do Governo apresentava 24 milhões de brasileiros para terem acesso à vacinação, mas nós conseguimos alterá-la, fazendo com que esse acesso à vacinação e à imunização fosse pleno, fosse para toda a população brasileira, como hoje está estabelecido em princípio básico do SUS: a universalização da saúde é um direito de todos e de todas. Nós conseguimos essa aprovação na LDO, o que acho que foi um grande avanço para o Brasil. Todos nós realmente precisamos ter acesso à vacinação.

O colega Francisco Jr. já conseguiu? *(Pausa.)*

O Senador Confúcio Moura pediu a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem a palavra, Senador Confúcio.

Ah, é o Senador Confúcio, meu querido Presidente!

Ligue seu som!

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO) – Sim, minha Presidente Eliziane, pode tocar o nosso encontro. Lá na frente, a gente fala, está bem? Pode ir conversando, passa aí para o Felício Laterça...
(*Risos.*)

Eu falo mais para frente.

Muito obrigado, gente!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Parabéns a você, Presidente Confúcio, pelo grande trabalho nesta Comissão. A gente está agora finalizando o estado de calamidade pública, cujos efeitos terminam no dia 31 de dezembro – hoje, portanto, é a última sessão. O senhor foi um bravo, conduziu todas as audiências de forma muito intensa e de forma muito democrática. O senhor conseguiu dar espaço para todo mundo, fazer com que todos nós nos sentíssemos contemplados com a participação na Comissão, fazendo jus ao que o senhor é, um *gentleman*...

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – ... uma pessoa realmente muito querida e muito adorada por todos nós.

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO) – Obrigado, Eliziane.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Meus colegas, eu quero dizer que está aberto o espaço para os colegas que queiram fazer alguma intervenção. O relatório é público, ele já foi divulgado, mas a gente precisa ter a sua leitura aqui por parte do Deputado Francisco Jr., mas, para os colegas que quiserem usar o tempo de fala, nós vamos abrir aqui, aguardando ansiosamente pela chegada do nosso Relator, Francisco Jr. (*Pausa.*)

Vamos fazer o seguinte. Eu vou fazer um pouquinho aqui a inversão. Nós temos os sub-relatores, que, como eu disse, farão também uma apresentação de seus sub-relatórios. Em função disso, eu vou passar aqui a palavra aos sub-relatores. Peço desculpas ao Francisco Jr., mas em função da internet, que caiu, a gente vai fazer um pouquinho a inversão da ordem de fala, e, portanto, de pauta, e vamos passar a palavra aos sub-relatores.

Eu quero iniciar a palavra com o Senador Esperidião Amin, que é sub-relator do sistema financeiro e de crédito. Já para deixar aqui organizado; na sequência, o Cacá Leão, que é da sub-relatoria junto ao Tribunal de Contas da União; depois, o Deputado Mauro Benevides, Ministério de Economia; depois, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Felício Laterça e o Deputado Reginaldo Lopes, que é do Ministério da Cidadania; depois, vem a nossa Sub-Relatoria, que sou eu e o Deputado General Peternelli, que é junto ao Ministério da Saúde.

Então, nós vamos iniciar com o Senador Esperidião Amin, já fazendo a sua apresentação e a sua exposição por até quatro minutos, da sua sub-relatoria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para discutir.) – Eu quero agradecer a Sra. Presidente em exercício. Quero dizer, sem prejudicar o Senador Confúcio, que, em termos de qualidade, preservamos a qualidade da Presidência, mas esteticamente melhorou muito. Viu, Confúcio? E, como a ética caminha junto com a estética, como diz Domenico De Masi, eu acho que é um *gran finale*, do qual nós estamos tendo a oportunidade de participar. A colega Eliziane Gama é uma Senadora responsável; tem tido posições muito firmes, especialmente a respeito das questões sociais, econômicas e também sanitárias.

Não posso deixar de dizer que o meu relatório, o nosso relatório, deve ser compartilhado com todos, particularmente, com o Deputado Benevides, que teve um papel também muito destacado, especialmente nessa questão de relacionamento com o sistema financeiro e com o Ministério da Economia, mas com todos aqui, que eu estou vislumbrando: Cacá Leão, que é doutor no assunto; Felício Laterça, que, quando lhe faltam argumentos, pode de repente nos acenar com a sua pontaria, que não foi desmentida por ninguém ainda; o nosso querido General Peternelli, que é considerado, nas duas Casas do Congresso, de uma assiduidade preocupante, e, se você não estiver acompanhando as aulas, vai se perder no caminho; e o querido amigo Confúcio Moura, que é, sem dúvida alguma, um exemplo de lhanza, de cordialidade e de paciência, que ajuda muito a construir.

O relatório está exposto. Eu acho que nós prestamos um inestimável serviço ao País, com a nossa insistência, de todos nós e também dos que não são membros, como, por exemplo, a Senadora Kátia Abreu, que, mesmo não sendo membro integrante, efetiva ou suplente, deu uma grande contribuição. Nós prestamos um grande serviço naquilo que eu acho que figurou bem.

A caixa d'água da liquidez para fazer a economia caminhar estava cheia, mas para bombear não basta a lei da gravidade. Nós tivemos que agir, atuamos. E o relatório revela dados tão importantes e me desperta grande preocupação, Senador Confúcio, sobre como será amanhã. A minha maior preocupação é como é que vai ser a partir do dia 2 de janeiro para frente.

Se os créditos não utilizados forem esterilizados... Eu não sei se a Câmara já aprovou – estava pautado. Se ela não transformar o Pronampe, por exemplo, num programa permanente, como é proposto pelo Projeto de Lei 4.139, subscrito pelo Senador Confúcio, pela Senadora Kátia e por mim... Ou seja, correu tão bem dentro da crise, que o que preocupa é como será o amanhã.

E, finalmente, eu não posso terminar as minhas palavras sem trazer dois dados. Foi esta Comissão que, na sexta-feira da semana passada, arrancou do Ministro Paulo Guedes o compromisso de R\$20 bilhões para vacina. Devemos isso ao Izalci. A todos nós e ao Izalci, em particular, que deu o xeque-mate





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na pergunta. E ontem foi editada a Medida Provisória 1.015, que cria o crédito extraordinário de R\$20 bilhões para vacinas e seus acessórios.

Portanto, isso eu acho que coroa o esforço. Se esta Comissão não criou despesa, nem fixou receita, nem programou, ela teve a capacidade política de pressionar e ter resultados.

E, concluindo, ontem a Senadora Leila Barros presidiu um evento memorável. Eu peço para que seja inscrito no relatório o teor inteiro da sessão temática de ontem. É uma sessão histórica. A exposição do Senador Marcelo Castro, Senador Confúcio, foi literalmente magistral. As informações que foram prestadas são históricas, como, por exemplo, a previsão para janeiro de 25,5 milhões de doses.

Eu usei a expressão Operação Overlord, que foi a operação denominada para o desembarque dos aliados na Normandia em 1944. O Deputado General Peternelli nessa época era apenas cadete, mas já era anfíbio. A Operação Overlord está ali desenhada. "Ah, falta o dia". Na Overlord também faltava o dia. O Dia D foi definido pelas condições climáticas, 6 de junho de 1944.

Então, eu acho que nós não elucidamos todas as dúvidas, mas reduzimos muito as incógnitas da grande equação e da grande dificuldade.

E finalmente, eu queria trazer a todos o meu abraço fraterno. Aprendi muito com todos que integraram, seja como membros titulares, seja como suplentes ou como eventuais, e foram muitos, os trabalhos desta Comissão profícua, efetiva, efetiva durante muitos dias.

O único radar do Congresso funcionou. O único sensor, com dois esses, "s" e "s", do Congresso, foi esta Comissão, Senador Confúcio. E, com V. Exa., com a contribuição da Senadora Eliziane, com o Relator e com a ajuda de todos nós, às vezes um pouco mais impacientes do que V. Exa., porque é impossível ser tão paciente quanto o senhor, acho que prestamos um bom serviço ao País.

Por isso que todos merecemos um feliz Natal, e a expectativa... Merecemos um feliz Ano-Novo.

E, para terminar, quero lembrar a todos: dia 21 de dezembro, segunda-feira, é dia do solstício, é o dia da maior luz do ano no hemisfério sul. No dia 21 de dezembro, à noite, será visível, depois de 796 anos, a Estrela de Belém, que é a estrela da boa nova. Podem procurar. Eu vou mandar aqui pelo *site* da Covid. A Estrela de Belém estará entre 21 de dezembro e 25 de dezembro, que é o dia do Natal, é a noite de Natal, visível. Se Deus quiser, que ela nos ilumine e nos traga boas novas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Obrigada, Senador.

Tirei aqui a minha máscara, porque aqui o pessoal está mais distante. Então, como estou com a distância que é estabelecida pela Organização Mundial de Saúde, retirei a máscara, para melhorar um pouco mais a qualidade do som.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar aqui... Eu acho que o Francisco já está, mas, como já iniciamos os sub-relatores, vamos dar continuidade aos sub-relatores. O Esperidião Amin, em respeito à sua maturidade, levou mais de quatro minutos, mas eu queria pedir aqui aos demais colegas que atentassem para os nossos quatro minutos.

Com a palavra o Deputado Cacá Leão.

O SR. CACÁ LEÃO (PP - BA. Para discutir.) – Minha querida Senadora Eliziane Gama, como é bom vê-la presidindo esta última sessão.

Meu querido Presidente, Senador Confúcio Moura, quero dizer, Senador Confúcio e Senadora Eliziane, que foi um prazer muito grande trabalhar com dois Senadores dessa estirpe, que conduziram brilhantemente esse trabalho: a Senadora Eliziane Gama, de quem eu tive a oportunidade de ser colega na Câmara Federal, como Deputado Federal; e o Senador Confúcio Moura, que foi colega de meu pai, hoje Vice-Governador da Bahia, João Leão, e com quem eu reputo que aprendi muito ao longo desta caminhada. Foi um prazer muito grande, Senador Confúcio e Senadora Eliziane, conviver com vocês ao longo desta caminhada.

Quero cumprimentar os demais Senadores, aqui o nosso professor, colega de partido, guru do nosso Progressistas, o Senador Esperidião Amin, que, na sua fala aqui, não só falou sobre Covid, mas também nos deu uma aula. Vou ficar esperto, Senador Esperidião Amin, no próximo dia 21, para eu não perder a Estrela de Belém.

Eu quero cumprimentar também o Relator, o Senador, ou melhor, Deputado Francisco Jr. Eu já o estou promovendo porque tenho certeza absoluta de que, em breve, o Estado de Goiás vai fazer isso.

Meu querido amigo Deputado Francisco Jr., foi um prazer trabalhar com você e poder ajudá-lo através desta sub-relatoria.

Cumprimento os demais Deputados. Vejo aqui na tela o Deputado Felício Laterça, vejo outros companheiros aqui que fazem parte desta Comissão e que nos ajudaram bastante ao longo dessa caminhada, como o Deputado General Peternelli, o Deputado Luiz Carlos Motta, o Deputado Mauro Benevides Filho, essa grande figura que deu um *show* numa relatoria, nesta semana, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Enfim, quero dizer que foi um prazer muito grande poder ter trabalhado, poder ter participado desta Comissão, poder ter contribuído.

Quero agradecer à assessoria de relações parlamentares do Tribunal de Contas da União, que nos ajudou muito na formatação desse sub-relatório, para que viéssemos a contribuir com o Deputado Francisco Jr., e à minha assessoria, do meu gabinete, na pessoa do Raphael, que também trabalhou e fez essa condução.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que foi muito boa, Francisco, essa oportunidade que você nos deu de poder dialogar, de poder fazer e de poder aprender também com esse órgão auxiliar do Poder Legislativo, tanto da Câmara quanto do Senado, o Tribunal de Contas da União, que tem uma função importantíssima.

Então, quero dizer para vocês que foi um prazer muito grande poder ter contribuído. Sei que esta Comissão cumpriu com o seu papel, fez com que os gastos do Covid fossem observados com uma melhor condição. Graças a Deus, estamos caminhando para sair dessa pandemia, para fazer com que consigamos ter, muito em breve, a tão sonhada vacina, como o Senador Esperidião Amin falou.

Ressalto o trabalho do Senador Izalci, que é outro membro que abrilhantou esta Comissão, e também da nossa Senadora Kátia Abreu, que participou praticamente de todas as nossas reuniões e fez com que a gente pudesse ter esse entendimento, para que a gente consiga vencer essa pandemia, o que, tenho certeza absoluta, é o objetivo de todos nós.

Então, agradeço a todos pela oportunidade.

Quero parabenizar, mais uma vez, o Deputado Francisco Jr. pelo seu relatório, pela sua relatoria e cumprimentar o Senador Confúcio Moura pela condução dos trabalhos, ao lado da Senadora Eliziane Gama.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Deputado Cacá. Quero também registrar aqui o meu respeito e a minha admiração realmente muito grande pelo senhor.

Com a palavra o Deputado Mauro Benevides, que é da sub-relatoria do Ministério da Economia.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Para discutir.) – Boa tarde a todos!

Que alegria poder estar mais uma vez aqui com vocês!

Quero abraçar, inicialmente, o grande Senador Presidente Confúcio Moura, com quem tivemos extraordinária convivência ao longo do tempo, e a minha cara Vice-Presidente, Senadora Eliziane Gama, que já está aqui comandando tudo de bom que esse relatório, com certeza, vai entregar ao Brasil, porque temos dados relevantes, conclusões importantes.

Quero abraçar, obviamente, o Francisco Jr., esse grande Deputado que se dedicou, que se empenhou, cobrando da gente também – foi importante que essa gerência pudesse ser feita ao longo de todo esse período.

E, obviamente, quero abraçar o Senador Esperidião Amin, abraçar os meus colegas Deputados, todos os que aqui estão – eu estou vendo o Felício Laterça, eu estou vendo o Francisco Jr., de quem já falei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero abraçar o Cacá Leão, com quem tenho tido uma convivência muito intensa lá no Plenário; o General Peternelli, com quem estamos todos os dias lá debatendo; o Senador Confúcio e o Senador Esperidião Amin – também já nos falamos.

Enfim, quero abraçar a todos os que aqui estão dizendo o seguinte: o nosso trabalho...

Também quero agradecer aos consultores, porque tivemos trabalhos intensos, pelo menos por duas vezes de briga mesmo. Quero abraçar o Rafael Araujo, abraçar o Paulo Bijos, abraçar o Newton e o Joaquim Ornelas, todos os quatro num debate de macroeconomia bastante intenso, e eu me orgulho neste momento de participar da Câmara dos Deputados com pessoas tão brilhantes, inclusive com os consultores com quem eu estive fazendo agora o relatório do PLP 101, que é o projeto do antigo Plano Mansueto, hoje Pedro Paulo Benevides, para poder exatamente dar uma reorientação na gestão fiscal para os Estados e Municípios brasileiros.

Mas vamos lá, são quatro eixos importantes de conclusão.

Nós temos que retomar o investimento público. O Brasil tem um erro grave, que é o teto de gastos incluindo investimento. Portanto, o Brasil não tem teto de gastos, isso é uma falácia. A despesa primária corrente continua subindo além da inflação, descumprindo o teto, e aí vai lá no investimento e corta. O Brasil saiu de 110 bilhões para 15 e está todo mundo achando lindo aqui no País, o sistema financeiro adora, e é um temor enfrentar isso.

Portanto, o primeiro ponto é: não há teto de gastos no Brasil. Os salários continuam aumentando, a previdência continua aumentando, mas o teto geral acontece porque o investimento está sendo cortado.

No meu Estado do Ceará, eu tenho o teto de gastos, mas lá o teto de gastos é para a despesa primária, é para despesa primária corrente. Investimento é para estar fora, para haver ganhos de crescimento econômico. É preciso que o PIB cresça. O PIB não cresce sem investimento, o aluno de Introdução à Economia sabe que isso é necessário. Até porque o investimento público tem um efeito que nós chamamos de *crowding* 1, ou seja, eu invisto 2 bilhões no Porto do Pecém, mas eu trouxe 24 bilhões de um investimento privado fazendo uma siderurgia aqui no meu Estado.

Portanto, se essas duas coisas não se relacionarem, investimento público e investimento privado, nós não vamos sair disso. E, quando o PIB não cresce, a relação dívida/PIB cresce mais ainda. Então é uma coisa tão óbvia, tão fácil de se concluir, mas, infelizmente, o modelo brasileiro, como eu disse da última vez, dos 12 países que a minha equipe percorreu, o Brasil é o único do mundo – todo mundo corta despesa corrente para fazer investimento, despesa de capital –, o Brasil é o único país do mundo que corta despesa de capital para dar aumento de salário, de previdência e assim por diante.

Então, eu não sei qual é a lógica, por que virou um dogma.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto é a questão tributária – se eu puder ter pelo menos mais 30 segundos, Presidente –, é a questão da renúncia tributária: 304 bilhões, mais 90 de subsídios creditícios financeiros. Ou a gente mexe nisso... Esse Governo não tem coragem de fazer isso, fala isso há dois anos. A gente podia ter 40 bilhões/ano só com 10% para poder dar mais receita para o Governo, inclusive diminuindo gasto, porque isso é considerado gasto tributário, mas infelizmente isso não acontece.

Temos que ter avaliação de política pública. Uma política pública que se faz e em que se colocam recursos, nós temos que ter uma avaliação dessas políticas, e aqui no Brasil as pessoas não gostam muito de avaliar. Se não está direito, troque-se para outra. Não se deve insistir na mesma se ela não está produzindo resultados. Mas tudo isso também parece que é coisa do outro mundo. O mundo já sabe disso há "n" anos, mas o Brasil não consegue avançar nesses conceitos, os quais eu acho extremamente importantes.

Preocupação com a dívida pública – para terminar, Sra. Presidente, agora. Realmente ela vai crescer? Há uma projeção no relatório de ela ir, de 2020 a 2030, em um cenário de pessimismo, a 150%. Eu quero concluir minhas palavras dizendo o seguinte: o que importa na economia não é o estoque, não é o momento, é o fluxo. Então, se a dívida cresce com menor velocidade do que cresce o PIB, a relação tende a cair. E isso é o que a gente está tentando mostrar ao Ministério da Economia; como é importante esse indicador. Não é só "ah, porque vai aumentar para 96%, 97%". O que importa é a taxa de crescimento. Isso todo mundo sabe. Eu espero, portanto, ter introduzido também nesse relatório esse conceito, que eu acho fundamental para que o Brasil possa deslançar, possa crescer e possa se desenvolver.

Eram essas as considerações iniciais, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Deputado, eu queria agradecer-lhe, cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo sub-relatório.

Com a palavra o Deputado Felício Laterça e, na sequência, o Deputado Reginaldo Lopes, que são da sub-relatoria do Ministério da Cidadania.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para discutir.) – Sra. Presidente, muito boa tarde.

Quero saudar o meu agora eterno Presidente Senador Confúcio e lembrar que o Senador Esperidião Amin fez uma citação, brincando com a ética e a estética, que eu vou concordar. Não tem como fugir a essa regra. (*Risos.*)

Especialmente pelos belos cabelos da Senadora.

De fato, é bom ter livros de citações, ouviu, Senador Esperidião? Tenho até umas frases gravadas na memória, e elas sempre nos inspiram com bons pensamentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero fazer uma justiça ao Senador Confúcio, que, com um gesto de grandeza, como um *lord*, um gesto de cavalheirismo – é um *sir* –, passou para a nossa Senadora fazer este *gran finale*.

Então, gente, chegamos ao final tendo mais a agradecer do que a pedir. Eu, como um neófito da Câmara dos Deputados, quero dizer a vocês, em especial aos Parlamentares com bastante experiência como o Senador Esperidião Amin, que é um eterno professor, o próprio Deputado Mauro Benevides e o Senador Confúcio; eu quero dizer que aprendi muito com os senhores. Estou muito feliz! Inclusive, há um registro que eu tinha feito para o Senador Confúcio de participação: mesmo o Senador não estando presidindo, ele está participando para não perder essa para mim. Eu participei de todas as reuniões.

Quero saudar também o nosso Deputado Cacá Leão, o Luiz Carlos Motta, o nosso General Peternelli também, muito assíduo – mesmo antes de entrar na Comissão, estava sempre participando –, e por fim o nosso Relator, o Deputado Francisco Jr., que teve um gesto de grandeza ao nos incluir como sub-relatores para fazermos um trabalho conjunto, dividindo a responsabilidade dele conosco para com o Brasil.

Então, estou muito satisfeito de ter oportunidade de atuar junto ao Ministério da Cidadania, de cobrar providências e de ver o que nós podemos aprimorar. Com certeza, o nosso trabalho feito nesta Comissão com as maiores autoridades do País, com as pessoas que ocupam cargos de destaque foi muito importante para o Parlamento e também para o Governo brasileiro e para a nossa sociedade, que é o nosso objetivo maior alcançado.

Eu não posso deixar de fazer menção ao que o Deputado Mauro Benevides Filho falou agora há pouco: a responsabilidade com a economia, a responsabilidade fiscal. Eu bato muito nessa tecla, a gente tem batido muito, vocês veem, vocês perceberam meus posicionamentos, como na Câmara recentemente. Nesta semana, tentamos estabelecer critérios na lei que aprovamos nesta semana, mas o meu destaque foi vencido também. Era para trazer critérios para que as pessoas não maquiem os relatórios. É isso que acontece no Brasil. Se deixarem que se estabeleçam os critérios, como os Estados e Municípios fazem, sai uma coisa no papel, quando, na verdade, os Estados não estão fazendo o dever de casa, estão devendo.

Sobre o Ministério da Cidadania, esse que eu observei, fiz uma crítica justa, uma crítica razoável ao nosso Ministro Onyx, em especial por ele ser Parlamentar. Ele não atendeu a requerimento desta Comissão; poderia ter tido responsabilidades, mas não apontamos para isso. Fizemos isso constar em nosso sub-relatório, que foi acolhido, para mostrar que o Parlamento merece respeito e precisa ser entendido, porque nós estamos caminhando *pari passu* com o Governo. Nós queremos que o Governo dê certo, nós queremos que o Governo acerte cada vez mais. Errar faz parte do processo, mas é preciso acertar mais e errar menos.

Aí, sobre essa questão, eu bati na questão das fraudes, até por formação, vocês sabem. Nós insistimos em saber o número de fraudes, quais as medidas tomadas. Daí destacamos a importância de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

haver um cadastro único, uma identificação única no Brasil – concluímos no nosso relatório – para que o Brasil possa, de fato, cuidar da segurança pública e cuidar, inclusive, da economia. E nós vimos a importância na segurança pública de haver um cadastro único, de todos, para que não sejam permitidas as fraudes.

Muito obrigado.

Tenho mais a agradecer que a pedir, como disse.

Desde já – não sei se teremos outra participação –, quero desejar a todos os meus colegas um feliz Natal e um 2021 com muita saúde e prosperidade.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Deputado Felício Laterça. Que Deus o abençoe! E parabéns também pela sua sub-relatoria!

O outro sub-relator é o Deputado Reginaldo Lopes, que é da mesma sub-relatoria, mas ele está fora, não está aqui conectado.

Eu vou passar aqui a palavra ao General Peternelli. Eu tive muita honra de estar do seu lado, General, nessa sub-relatoria do Ministério da Saúde. E o parabênico já pela sua dedicação. E o chamo aqui para que o senhor traga as suas considerações sobre a nossa sub-relatoria.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Para discutir.) – Senadora Eliziane Gama, eu só tenho a agradecer a oportunidade de termos trabalhado juntos nesta importante Comissão.

Eu agradeço ao Senador Confúcio os ensinamentos a todos nós de como se conduz uma Comissão.

Eu quero agradecer ao Francisco Jr. por ter compartilhado todo esse foco do relatório final.

Eu quero agradecer ao Ministério da Saúde, que não negou informações, que participou efetivamente. E muitos *inputs* dados através da Comissão foram aceitos por ele.

Quero agradecer a todos os Senadores e Deputados e, em especial, ao Deputado Felício Laterça, pois, graças a ele, fui inserido como suplente nesta Comissão. Aprendi bastante e tenho certeza de que nós contribuimos para o bem comum do cidadão brasileiro.

Muito obrigado e tenho certeza de que juntos venceremos o Covid.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Deputado, é uma honra – como eu disse – estar com o senhor na sub-relatoria.

Eu queria trazer aqui alguns pontos, já combinado aqui com o Deputado. Fizemos uma divisão da sub-relatoria e trouxemos, na verdade, os ganhos. A gente acabou trazendo e colocando os pontos, as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldades e as ansiedades que nós tivemos em relação às metas que, em nosso entendimento, não foram alcançadas.

Eu queria destacar aqui, no sub-relatório, a apresentação feita, inclusive em levantamento feito pelo nosso General, quando ele coloca que temos... Os laboratórios públicos ampliaram em 869% a capacidade de testagem para a Covid-19 em todo o País. O País contou com 9,2 mil leitos de UTI habilitados para a Covid-19, e mais de 183 milhões de equipamentos de proteção individual foram distribuídos pelo Governo para todo o Brasil.

Na verdade, o relatório... O sub-relatório tem 40 páginas, então, a gente não consegue na verdade destacar tudo, mas eu queria trazer também uma preocupação que nós tivemos muito grande agora referente às ações do Ministério da Saúde para todo o Brasil.

A gente percebeu claramente a ausência de um plano nacional de imunizações. Até o presente momento, nós não temos a consolidação desse plano nacional com metas, com datas específicas. Tivemos que, inclusive, em algumas situações, recorrer ao STF para poder garantir que dados dessa natureza fossem apresentados, considerando o princípio da transparência pública que está dentro da administração. Infelizmente, essa falta de um plano nacional de imunizações, em nosso entendimento, traz grandes prejuízos para o Brasil. Ao mesmo tempo também, nas várias conversas que nós tivemos ao longo das audiências públicas, ficou muito clara a falta de comunicação coordenada entre o Governo Federal e os entes federados, as unidades federativas de todo o Brasil. Essa falta de coordenação acabou trazendo prejuízos muito grandes para o enfrentamento da Covid no Brasil.

Por exemplo, um outro ponto também que a gente destaca como preocupação é a falta de transparência. Os dados que foram apresentados pelo Tribunal de Contas da União, em todos os momentos quando foram apresentados, sempre destacavam a falta de transparência dentre os vários pontos como, por exemplo, a taxa de ocupação de vagas nos leitos de UTI.

Um outro ponto também que a gente... E eu coloquei inclusive no início da minha fala, que é uma grande preocupação nossa, referente à politização do uso da vacina. A vacina é fruto de uma ação técnica de saúde e da ciência e que não pode ser politizada em nenhum momento, porque essa politização, infelizmente, resulta na vida de milhares de brasileiros. Então, nós colocamos isso, inclusive atestado em várias pesquisas de opinião pública em todo o Brasil.

E, ao mesmo tempo também, nós apresentamos uma grande preocupação nossa em relação aos insumos em estoque. Nós vimos, por exemplo, alguns testes que ficaram presos, retidos, não chegaram à população brasileira, inclusive na iminência de terem a sua validade, na verdade, vencida. Isso é algo, no meu entendimento, até criminoso para uma população brasileira que busca, na verdade, ações mais concretas em relação ao enfrentamento da Covid.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É bom registrar que a gente está vivendo, inclusive com a apresentação de vários técnicos de todo o Brasil, uma segunda onda no País. Nós estamos aumentando mais uma vez a curva; os leitos de UTI, em todo o Brasil, chegaram agora, em algumas cidades e Estados brasileiros, a metas de mais de 90% de ocupação. Isso, sem sombra de dúvida, traz sobre nós e acende, na verdade, uma luz vermelha. E preciso saber quais as ações que, de fato, daqui para frente, nós poderemos fazer para reduzir esses impactos em relação à vida das pessoas em todo o Brasil.

Bom, pessoal, eu vou passar a palavra agora ao querido Relator. Eu acho que Francisco Jr. está logado aqui.

Agora com vocês nosso Relator, com a apresentação do relatório principal da nossa Comissão.

Deputado Francisco Jr.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Senadora.

Cumprimento todos os presentes, Senadores e Deputados, nosso Presidente Confúcio, que se superou na cordialidade e no cavalheirismo hoje. Ele, que sempre foi generoso, cavalheiro e cortês, hoje se superou passando a Presidência para a Senadora Eliziane. Então, parabéns, Senador! A gente, como todos repetiram, aprende com o senhor em cada gesto. O senhor tem uma firmeza suave na condução. É interessante como o senhor conduz firmemente, sem, contudo, em momento algum, ser agressivo ou duro em exagero. Aprendemos muito com o senhor com certeza.

Eu quero cumprimentar cada um de vocês e agradecer a parceria. É um trabalho realmente, como disse o Senador Esperidião Amin, importantíssimo e que jamais poderia ser feito por uma única cabeça, por mais bem assessorado que eu seja, com toda a equipe, com todos os que foram envolvidos na consultoria, seja da Câmara, seja do Senado, da IFI, do Tribunal de Contas da União, do ministério. De todas as formas, nós fomos muito bem assessorados durante todo esse tempo.

Senhores, sem muita delonga, peço desculpas pela inconsistência do meu sinal de internet aqui hoje. Toda hora me dão um recadinho de que o meu sinal está instável. Então, peço a Deus que a gente consiga fazer a apresentação toda sem interrupção e que ele não caia.

Eu gostaria de pedir permissão aos senhores e discutir a seguinte situação: o relatório ficou deste tamanho, são 282 páginas, fora os anexos e os demais documentos. Então, ele é um relatório muito extenso, muito consistente. Para eu fazer a leitura dele aqui, nós demoraríamos muitas horas. Então, nós fizemos a seguinte opção: nós vamos fazer uma apresentação breve, em que nós vamos dar uma visão geral, até porque uma característica forte desse relatório é que ele traz, sem dúvida nenhuma, pontos importantes de todo o nosso trabalho durante o ano, mas grande parte do texto não tem como trazer grandes novidades. Por quê? Ele foi trabalhado com uma transparência e uma participação impressionantes, porque nós publicamos semanalmente boletins informativos. Tudo o que foi



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo, tudo o que nós fomos trabalhando em todas as sub-relatorias foi sendo publicado semanalmente.

Então, nós temos aqui, neste momento, a consolidação de todo esse trabalho, claro, trazendo sugestões, fundamentando as críticas com toda a responsabilidade.

Mas, então, eu peço permissão aos senhores para que possamos – como já publiquei o relatório e distribuí a todos os senhores tanto o relatório de inteiro teor quanto a apresentação – fazer a apresentação e considerar o relatório lido já com essa apresentação.

Se puder ser assim, Presidente, eu peço, então, permissão à área técnica para eu compartilhar a tela. *(Pausa.)*

Todos estão conseguindo enxergar?

Todos estão vendo? O.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco/CIDADANIA - MA) – Todos.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Ótimo. Então está bom.

Dando início, então, à nossa apresentação.

Da Comissão Mista todos nós conhecemos o seu papel. Ela foi destinada a acompanhar a situação e a execução orçamentária e financeira de todas as medidas. E nós sempre insistimos que faríamos um acompanhamento político assessorados e acompanhados do TCU e dos demais órgãos de controle. Todo e qualquer tipo de denúncia que ao longo do nosso trabalho chegou nós reencaminhamos para o Tribunal de Contas, para o Ministério Público e Polícia Federal nos Estados, mas nós não fizemos investigação de campo nem documental. Nós encaminhamos. O nosso trabalho foi de uma avaliação política das decisões em que avaliávamos o resultado, a eficácia e a eficiência de cada ação durante a pandemia.

A Comissão Mista foi instituída pelo Decreto Legislativo nº 6. Ela foi instituída no dia... Daqui a pouco eu vou ver o decreto, mas a gente teve um *delay* de 30 dias para instalar a Comissão. Quando foi instalado o estado de calamidade, já foi feito o decreto instalando a Comissão. Trinta dias depois ela foi instalada, foi definido – quando fizemos a primeira reunião – e foi eleito Presidente o Senador Confúcio; Vice-Presidente a Senadora Eliziane Gama; eu como Relator e, mais à frente, nós fizemos uma proposta de que a relatoria pudesse ter a participação de outros Parlamentares. Naquele momento, então, foram eleitos, indicados e homologados: a Senadora Eliziane e o Deputado General Peternelli para acompanharem com o sub-relatório junto ao Ministério da Saúde, na área da saúde; Deputado Felício Laterça e o Deputado Reginaldo Lopes junto ao Ministério da Cidadania; Deputado Mauro Benevides, do Ministério da Economia; Deputado Cacá Leão, Tribunal de Contas; Senador Esperidião Amin, Sistema Financeiro e Crédito. Há uma sexta sub-relatoria que não foi indicada naquele momento, mas, depois, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir da necessidade de em algum momento durante o ano, com algumas decisões, nós, então, contamos com a consultoria da Carolina Diniz, que é consultora legislativa da Câmara. Ela, então, fez a análise dos dados e das ações junto à educação.

Então, foi num segundo momento que nós consideramos todo o trabalho da consultoria na área de educação como sendo também participante do relatório, como um tema específico da sub-relatoria.

Um breve histórico dos acontecimentos.

No dia 30 de janeiro de 2020, a OMS declara que o surto do novo coronavírus, Sars-Cov-2, detectado pela primeira vez na cidade chinesa de Wuhan, constituía uma emergência de saúde pública de importância internacional. Então, nesse momento, a Covid era apenas uma emergência de saúde pública.

Pela Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde também no Brasil foi declarada emergência em saúde pública de importância nacional.

No dia 11 de março, o Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom, anunciou que a Covid... (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – A internet do...

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – ... poderia ser caracterizada como pandemia... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Infelizmente o Deputado Francisco Jr...

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Voltei.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Ah, o.k. Vamos lá, Deputado.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Deixe-me compartilhar a tela de ano novo.

Vocês vão ter que ter paciência. Hoje aqui, pelas chuvas talvez, está instável. Vou tentar acelerar também.

Bem, então, nesse breve histórico: o primeiro diagnóstico de Covid no Brasil aconteceu em fevereiro. A Comissão Mista foi instalada em 20 de abril. E, no dia 20 de março, foi publicado o Decreto Legislativo nº 6, que criou a nossa Comissão, que tem a previsão de funcionar até o dia 30 de dezembro de 2020. Caso o estado de calamidade seja prorrogado – porque me questionaram isso hoje –, há possibilidade de se prorrogarem os trabalhos da Comissão, mas neste momento isso não está em tela.

Nós temos as principais ações, as principais estatísticas do trabalho da Comissão... Espera aí que eu passei pra frente aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Confúcio, caso queira fazer algum comentário sobre o aspecto administrativo da Comissão, sintase à vontade, Senador. Caso o Senador Confúcio queira apresentar, mas, em síntese, nós realizamos 40 audiências públicas, contando até o dia 11 de dezembro. A Comissão ouviu 109 autoridades, 109 convidados para discutir assuntos diversos relacionados ao enfrentamento da pandemia, entre Governadores, ministros, cientistas, autoridades de todas as formas, de todas as áreas.

Nesse período, foram elaborados 21 boletins semanais, cinco boletins de acompanhamento... Esse boletim de acompanhamento é aquele que a gente publica a cada dois meses, sempre depois da vinda do Ministro Paulo Guedes, Ministro da Economia.

Há uma previsão legal no decreto para que todo mês tivéssemos uma reunião com o Ministério da Economia, alternadamente com a presença física ou virtual do Ministro da Economia, Paulo Guedes.

O Colegiado apresentou 81 requerimentos, que foram aprovados. A Comissão encaminhou 175 ofícios a diversos órgãos. Todos os documentos estão disponíveis no *site* da Comissão. Eu lamento apenas que a alguns desses ofícios nós não obtivemos resposta até hoje, e o Deputado Felício Laterça fez aqui, mais uma vez, a sua crítica. Há ofícios não respondidos também do Ministério da Economia e também de outros Ministérios. Mas, no geral, a receptividade e a colaboração foram muito positivas.

Houve a criação das sub-relatorias, como eu falei. Aqui nós estamos considerando seis sub-relatorias: saúde; economia; educação; cidadania; sistema financeiro e crédito; e fiscalização e controle. Essa governança, essa experiência de dividirmos a relatoria em sub-relatorias nós achamos muito positiva – eu faço aqui uma avaliação positiva. Destaco a eficiência dos trabalhos da Comissão. Se tivesse ficado apenas eu, tenho certeza de que muita coisa passaria despercebida, e o apoio de V. Exas., Deputados e Senadores, enriqueceu bastante o trabalho. E os resultados obtidos eu considero hoje um raio-X fantástico do que aconteceu no período de pandemia.

O sinal está instável. Espero que não caia de novo.

O relatório, que está escrito e tem 282 páginas, como eu citei, tem a seguinte estrutura: sumário executivo, introdução, todas as sub-relatorias, respeitando ao máximo o trabalho dos sub-relatores. As únicas intervenções que nós fizemos foi no sentido de texto e forma, mas nós não alteramos nada com relação a mérito. Todas as reflexões de todos os sub-relatores foram mantidas e respeitadas. E o relatório possui também os anexos. Nós temos, no *site*, todo o histórico de requerimentos, de ofícios, que está preservado, dando total publicidade e transparência ao nosso trabalho.

A sub-relatoria da saúde, que já foi brevemente relatada pela Senadora Eliziane e pelo Deputado General Peternelli, está organizada da seguinte forma: relata e apresenta atividades importantes do Ministério da Saúde em todo esse tempo – o que o Ministério da Saúde fez e como fez –; medidas legislativas importantes na área da saúde... É importante fazer este destaque porque todos os sub-relatórios vão trazer isto: o Congresso não parou em momento algum. Durante todo esse tempo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados e Senadores trabalharam, muitas vezes, emendando o dia com a noite, como, inclusive, neste momento, estamos em reunião. Continuando: medidas regulamentares aprovadas durante a pandemia do Ministério da Saúde, da Anvisa, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – todas as medidas tomadas, todas as decisões, todas as orientações compõem o relatório na sub-relatoria da saúde –; fatos relevantes no contexto da saúde, situações que aconteceram, seja com relação à vacina, seja com relação à testagem em determinados momentos, foram sempre acompanhados pelos nossos sub-relatores, pela Consultoria e pela Comissão como um todo.

O sub-relatório apresenta várias recomendações e decisões do TCU – ao longo de todo o processo, o TCU, em diversos momentos, fez orientações e recomendações, que estão contempladas –; a execução orçamentária no âmbito do Ministério da Saúde e as considerações finais, que trazem as recomendações, que foram totalmente respeitadas por este Relator.

Um aspecto muito interessante a que nós queremos dar total publicidade são os valores, os gastos. No orçamento federal na saúde, nas ações de combate à pandemia, nós tivemos uma dotação, estamos hoje com uma dotação atual de R\$44 bilhões – R\$44.166.962.498. Desses R\$44 bilhões, já estão empenhados 38 bilhões, e até o momento já foram pagos R\$36 bilhões. Existe um valor bloqueado. Que valor bloqueado é este? É uma situação técnica: muitas vezes uma MP caducou ou houve alguma alteração, e a despesa não pode mais ser realizada. Depois haverá, provavelmente, o remanejamento. Mas a realidade hoje do orçamento na área da saúde é uma dotação de R\$44 bilhões, sendo que R\$36 bilhões já estão realizados e pagos.

Na sub-relatoria da saúde ainda, é importante dizer que, desse valor, há emendas de bancada, os recursos dos Deputados e Senadores. Nós tivemos R\$2 bilhões de emenda de bancada. Deste valor que foi destinado – R\$2,048 bilhões –, R\$ 2,007 bilhões já foram pagos, e faltam ainda R\$34 milhões para empenhar. Isso tudo, recurso oriundo de emendas de bancada. Das emendas individuais, nós tivemos os Deputados e Senadores destinando R\$332 milhões para auxílio aos Estados e Municípios com relação ao combate, à mitigação dos efeitos da pandemia. Desse valor, R\$280 milhões já foram pagos, e falta empenhar R\$37 milhões. Então, emendas de bancada: R\$2,048 bilhões; emendas individuais: R\$332 milhões. No total, então, resultado de emendas, nós podemos falar em quase R\$2,4 bilhões – quase isso – destinados ao combate da pandemia.

Passamos agora ao eixo da cidadania. Convido também os Deputados Felício Laterça e Reginaldo Lopes para, caso queiram fazer qualquer complemento a qualquer momento, nos avisarem, e pediremos para a Senadora Eliziane passar a palavra para vocês fazerem qualquer complementação. Mas é importante dizer: a estrutura do sub-relatório da cidadania nos trouxe uma análise do auxílio emergencial, que é fundamental. Sobre o auxílio emergencial, eu faço um destaque: muitos questionaram que alguns, talvez milhares de cidadãos brasileiros, que não tinham direito de receber, receberam. Isso é verdade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vimos a denúncia, nós vimos as falhas. Contudo, essa falha não apaga o brilho dos milhões de brasileiros que foram atendidos de forma emergencial e rápida pelo Governo brasileiro, pelo Orçamento da União. Muitas dessas pessoas poderiam estar em estado muito grave de fome e outras situações. Existem cidades no interior brasileiro que sobreviveram à base do auxílio emergencial, dos R\$600 por habitante. Então, eu destaco a importância e a velocidade com que a Caixa conseguiu fazer a entrega desse benefício. Houve falhas? Sem dúvida, mas houve a velocidade necessária. No primeiro momento, houve filas, houve confusão, mas eu destaco como um programa exitoso e parabeno todos os envolvidos por terem conseguido fazer a entrega desse valor às famílias mais carentes.

Há um destaque, por parte da sub-relatoria, da audiência com o Ministro da Cidadania, da execução orçamentária e financeira no âmbito dessa área do Cidadania. Houve proposições aprovadas. Nós fazemos esse destaque, no final eu vou passar para vocês uma listagem de projetos de lei que estão tramitando cuja priorização é fundamental, para que possam entrar em vigor o mais breve possível, e considerações finais.

O Deputado Felício Laterça fez aqui críticas, eu não vou dizer duras, mas muito embasadas com relação, às vezes, ao pouco envolvimento do Ministério com a Comissão. O Ministério e o Ministro poderiam ter colaborado mais. Nós sentimos a sua falta. A nossa crítica é no sentido de que poderíamos ter ajudado mais, poderíamos ter nos envolvido mais se nós tivéssemos tido mais acolhida por parte do Ministério. Lamentavelmente, isso não aconteceu. Entendemos a velocidade das coisas, entendemos o envolvimento de outras áreas, mas lamentamos, e isso está expresso no relatório.

Números. O benefício emergencial: temos aqui 93,6% da taxa de habilitação, correspondente à razão do número de benefícios – desculpe o erro de grafia – habilitados e o número de acordos já processados pelo sistema de concessão em números percentuais. Então, nós estamos falando de 19,5 milhões de acordos processados, 9,4 milhões de beneficiados e R\$32 bilhões de entrega, de reais pagos.

Ministério da Cidadania: o auxílio emergencial de proteção social a pessoas em situação de vulnerabilidade, resultante das Medidas Provisórias 937, 956, 970, 988 e 999, autorizou no Orçamento da União R\$322 bilhões. Foram executados, foram pagos R\$275 bilhões. Então, nós temos um sucesso nesse programa, neste instante, de 85,65%; R\$275 bilhões foram colocados diretamente para o cidadão brasileiro neste momento de crise.

Eu acredito que não houve outra nação que deu um apoio tão imediato, tão próximo do cidadão quanto o Brasil.

Sistema financeiro e crédito: tratou dos impactos da Covid sobre a economia; os efeitos da crise provocada pela pandemia da Covid-19 sobre os pequenos negócios – Sebrae; concessão de crédito; BNDES; Banco Central; concessão de crédito dos programas emergenciais; microcrédito; propostas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislativas relacionadas ao sistema financeiro e crédito; considerações finais. Isso tudo está detalhado no texto a que eu já dei publicidade e entreguei a vocês.

Essa é a área mais sensível de todo o nosso trabalho. O Senador Esperidião Amin fez vários comentários sobre a dificuldade das empresas, ele falou várias vezes sobre a questão da caixa d'água – todos nós lembramos disso –, mas, lamentavelmente, não conseguimos avançar o quanto poderíamos avançar. Ao mesmo tempo, na minha análise, eu vejo um sucesso muito grande em algo muito difícil, que é você colocar o dinheiro na mão do cidadão. Nós não conseguimos colocar na mesma velocidade e com o mesmo sucesso o recurso na mão do pequeno empreendedor e do pequeno empresário. Os números são altos, os números são expressivos, como podemos ver nessa tela, mas nós poderíamos ter tido mais agilidade, nós poderíamos ter tido um comportamento, na minha opinião, bem melhor.

Aqui nós temos as medidas do Bacen, fazendo uma comparação entre a liberação de liquidez e a liberação de capital. Então nós temos um potencial implementado de liquidez de 1,274 trilhão. O que foi implementado ficou na casa dos 316 bilhões. Então, nós temos aí uma diferença significativa: de 1 trilhão para 316 bilhões.

A liberação de capital, da mesma forma. Nós chegamos aí a um valor implementado de 809 bilhões de um universo de 3,2 trilhões. Então, de uma oferta possível, de um potencial de 3 trilhões, nós chegamos a 809 bilhões.

Aqui nós temos, neste outro quadro, as medidas do Bacen por áreas: o compulsório mais a liquidez de curto prazo; a liberação adicional de compulsório; a flexibilização; o empréstimo com lastro. Aqui nós podemos todos avaliar o sucesso resultante das medidas tomadas pelo Banco Central e pelo Ministério da Economia.

Os valores liberados, em milhões. Então, quantidade de operações pelo Pronampe: 475 milhões; valores liberados: 32 milhões. Pelo Peac-FGI foram liberados 90 milhões. CGPE, quantidade de operações: 97.784 milhões; valores liberados, 16 bilhões. Peac Maquininha, quantidade de operações: 51 milhões; valores liberados: R\$1,551 milhão. Por fim... Estou com a tela na minha frente, só um minuto. *(Pausa.)*

No total, nós tivemos uma quantidade de operações de 757.631. E valores acumulados: R\$141,371 milhões.

Economia. Temas tratados: nesta sub-relatoria, foi discutida a execução orçamentária e financeira das ações de impacto fiscal, das ações de combate à Covid, o combate à Covid-19 propriamente dito e as considerações para o cenário pós-pandemia.

Aqui nós temos as principais medidas provisórias e o valor que elas envolveram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transferência de renda diretamente para as famílias em condições de pobreza e extrema pobreza: R\$3,3 bilhões.

Auxílio emergencial de proteção social a pessoas em situação de vulnerabilidade: R\$98 bilhões.

Enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, repasse de recursos para Pernambuco e Roraima relativos às emendas de bancada estadual originalmente destinadas a finalidades diversas em vários órgãos: R\$17 milhões.

Enfrentamento da emergência de Enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, repasse de recursos para o Amapá relativos às emendas de bancada estadual originalmente destinados a finalidades diversas em vários órgãos: R\$30 milhões.

Eu não vou ler todos, porque todos vocês têm isso em mãos, mas aqui nós temos o detalhamento das destinações por parte do Ministério da Economia.

A evolução do orçamento destinado à Covid-19 é um gráfico bastante interessante. Nós tivemos, a partir de abril, autorizados R\$253 milhões. E nós vamos em uma crescente até setembro, quando se autorizaram R\$604 milhões e se estabilizou. Então, destes R\$605 milhões autorizados até o momento, nós já tivemos pagos R\$489 milhões em despesas no combate aos efeitos da pandemia da Covid-19.

Com relação ao endividamento, à evolução e à projeção da dívida bruta do Governo em geral e do PIB, nós, em 2020, estamos hoje com 93... Perdão, acabei me confundindo sobre qual é a linha...
(Pausa.)

Nós estamos com noventa e poucos por cento aqui, porque as projeções ficaram juntas, quase 100% de comprometimento com relação ao PIB. No pior cenário, nós vamos chegar a 2030 com 156% do PIB da dívida comprometida, uma vez e meia o valor do PIB.

Num cenário real, realista, básico, sem muitas surpresas, nós vamos chegar a 2030 com 112%. E, num cenário otimista, a gente chega em 2030 com 82% do comprometimento do PIB. Quer dizer, a gente ainda não volta ao cenário em que estávamos no início do ano. Então, essa é uma realidade, com todas as projeções que nós temos.

Na tabela de execução orçamentária e financeira por ações, nós temos o detalhamento de onde foi empenhado, previsto, autorizado e pago todo o recurso agora do combate à pandemia. Então, nós temos aqui os mesmos R\$605 bilhões e pagos R\$489 bilhões, 80% estão pagos, e em quais ações foram destinadas. Aqui nós temos todas as principais ações.

Na execução orçamentária por órgãos, nós temos o Ministério da Cidadania como campeão de gastos justamente por causa do auxílio emergencial. Então, estão destinados ao Ministério da Cidadania R\$328 bilhões. Ministério da Economia, de forma especial, com a questão que nós autorizamos do apoio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos Estados e Municípios, houve um *up* significativo, e foi para R\$220 milhões; Turismo, 44... Perdão, Saúde, 44; Turismo, 8; Educação, 1.762; Minas e Energia, 900; Justiça e Segurança Pública, R\$635 milhões; Defesa, 622; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 454; Mulher, Família e Direitos Humanos, 213; Relações Exteriores, 128; Presidência da República, 55; Ministério da Infraestrutura, 400 mil; Controladoria-Geral da União, 58 mil. Compõem a destinação de R\$605.429.459.321,00.

Por fontes de recursos, nós temos os títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, 338; recursos primários de livre aplicação, 148 milhões; recursos financeiros de livre aplicação, 62; recursos de concessões e permissões, 32; recursos destinados atividades-fim de seguridade social, 12; recursos livres da seguridade social, 8; recursos oriundos das leis e acordos anticorrupção, 1; e os demais, 736. Compõem os R\$605 bilhões.

A execução orçamentária e financeira por indicador de resultado primário. Não vou ler cada um, todos nós temos os dados. Nós temos aqui as despesas primárias, discricionárias, obrigatórias. E, no caso, nós já demos a outra destinação, que é mais interessante.

Outra sub-relatoria: ações de fiscalização e controle, que foram ligadas ao Tribunal de Contas da União, que fez uma análise sobre as ações a partir do centro de Governo, saúde, manutenção de emprego e renda, auxílio emergencial, previdência social, educação básica, BNDES, Fundo Geral de Turismo, ciência e tecnologia, aquisições públicas. Então, o Tribunal de Contas fez uma análise, fez um acompanhamento a partir desses temas. Aqui a sub-relatoria nos apresenta esse relatório e nos traz também quais foram as decisões, no transcorrer do acompanhamento, que o TCU tomou para evitar excessos e para conter todo tipo de desvios, a partir de denúncias, a partir da rotina do Tribunal de Contas. Houve aqui várias ações do TCU para garantir à sociedade que o recurso tivesse uma destinação correta. E, caso houvesse algum desvio, que pudesse ser corrigido. Então, a gente parabeniza todo o trabalho do Tribunal de Contas durante todo este ano.

Aqui, eu também não vou ler, mas todos nós temos o relatório em mãos.

Como eu disse, nós acrescentamos o tema da educação, porque achamos que seria importante e necessário, haja vista que nós passamos um ano inteiro com os nossos alunos fora da escola. E nós tínhamos toda uma realidade – vocês devem lembrar – que envolve a questão das merendas, dos trabalhadores, dos contratos, dos funcionários não efetivos, comissionados, por contratos, que estavam à disposição das escolas. E houve toda uma discussão se deveriam ser exonerados ou não. Toda essa situação, com certeza, atingiu muito os brasileiros e brasileiras. Então, nós achamos por bem – por meio do auxílio da Consultoria da Câmara dos Deputados, da Carol, se não me engano, Carolina Diniz –, nós contemplarmos também com uma sub-relatoria, aqui no relatório geral.

Então, a organização dessa sub-relatoria ficou: números da educação no mundo, situação da educação no Brasil, sistemas de ensino estaduais, sistemas de ensino municipais, instituições federais de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensino e universidades federais, atividades pedagógicas e tecnológicas, tecnologias digitais, retorno às aulas presenciais, normas do Ministério da Educação, leis federais aprovadas e as considerações finais.

Nesses quadros, nós temos uma ideia de números dos estudantes afetados, no Brasil e fora do Brasil, e um comparativo das escolas fechadas, como está hoje no Brasil e como está fora. Nós temos países com escolas fechadas: no início da pandemia, 150 países fecharam as escolas; hoje, 31 apenas estão com as escolas fechadas. Número de estudantes afetados... Aqui nós temos também o número de estudantes matriculados na escola e na universidade: em julho, 45,3 milhões; em outubro de 2020, 46,4 milhões. A estimativa de alunos que frequentam escolas e universidades sem atividades escolares para realizar era de 8,7 milhões e de 6,1 milhões agora em outubro. Então, a gente percebe que há um número significativo de alunos que simplesmente abandonaram a escola.

Vamos às principais recomendações da Comissão.

Quanto à área da saúde, os nossos sub-relatores já fizeram alguns comentários, mas é importante nós, rapidamente, apresentarmos as principais recomendações. Então, pede-se para priorizar o PL nº 4.171 e o PLP nº 231, de 2020. O PL 4.171 dispõe sobre o registro de dados referente à execução orçamentária e à movimentação financeira de recursos repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Governo Federal. O PLP 231, de 2020, altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reduzir temporariamente as alíquotas do Simples Nacional durante o estado de calamidade pública da Covid-19.

O Governo Federal deve buscar aumentar a transparência dos dados sobre taxas de ocupação de leitos públicos de UTI em âmbito nacional. Este já era um grande problema. E nós precisamos aproveitar este momento para resolver esse problema. Não dá para trabalhar com a falta de transparência que existe nessa questão das UTIs. Existe muita denúncia, existem muitos números que não fecham, contas que não fecham, pelo Brasil fora. Então, nós precisamos do apoio do Governo Federal para dar transparência para esses dados.

É necessário aperfeiçoar o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19. Esse é um problema que está em tela hoje, que está pautado. Existe toda essa discussão. Mas nós não podemos nos descuidar disso, precisamos dar uma solução para ele.

É preciso que o debate sobre as vacinas contra a Covid-19 seja pautado por informações técnicas e científicas. É necessário que o ministério apresente um critério técnico para que se possa tomar essa decisão, independentemente de qualquer opinião. É necessário que nós tenhamos, nos próximos dias, uma estrada segura para acalmar e orientar a população brasileira com relação às vacinas.

É preciso que a vacinação seja iniciada para a rápida retomada da economia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É necessário ter atenção com relação ao volume de demandas eletivas de saúde que foram reprimidas durante a pandemia. É outro problema. Se nós já temos problemas com a UTI, o que já é grave, quanto mais com as cirurgias eletivas, que acumularam, que já eram complicadas! Então, é necessário haver uma força-tarefa em um tempo específico para conseguirmos atualizar as filas relativas às cirurgias eletivas.

Há recomendações da Comissão com relação à sub-relatoria do Sistema Financeiro e Crédito. A sub-relatoria trouxe um conjunto de normativos a serem priorizados. Destaco os PLs nºs 4.139, 4.339, 4.558, 5.029, além dos PLPs nºs 19 e 33 e de emenda ao PLDO para a inclusão das ações. Eles constam do relatório. Eu posso encaminhar um quadro específico do que trata cada um desses PLs e PLPs para cada um dos senhores. Eu acho que fica menos cansativo do que ler aqui a ementa, a explicação de cada um, mas, caso vocês tenham curiosidade sobre algum específico, basta me questionar que eu apresento agora.

Aumento do número dos agentes concedentes de crédito, OSCIPs de microcrédito, sociedades de microcréditos, fortalecimento do Sistema Nacional de Garantias. Há uma máxima no Brasil que diz assim: se você precisa de dinheiro emprestado, basta provar que você não precisa mais, e aí você consegue, porque aquele que precisa não tem acesso. Então, nós temos que melhorar essa situação, nós precisamos em vários aspectos, e um deles é o aumento do número dos agentes concedentes de crédito, a manutenção de medidas que assegurem a liquidez do sistema financeiro.

Recomendações da Comissão na área da economia.

É importante buscar espaço fiscal para projetos de renda mínima e para ampliação dos investimentos públicos. Uma potencial reforma do teto de gastos deveria focar no controle das despesas correntes. Para viabilizar a execução do orçamento público, é preciso aprimorar a qualidade dos investimentos públicos por meio da seleção de projetos de investimentos, da criação de uma agência autônoma de investimentos. Deve-se buscar a revisão das renúncias tributárias federais. Deve-se institucionalizar um processo abrangente de revisão dos gastos públicos para abrir espaço fiscal para expansão e repriorização das despesas. Ainda, deve-se buscar ampliar o horizonte do planejamento fiscal e orçamentário e tomar medidas voltadas ao fortalecimento da orçamentação por desempenho. São as recomendações que nós extraímos da Subcomissão da área da economia.

As principais recomendações da Comissão na área da cidadania.

A sub-relatoria trouxe um conjunto de normativas a serem priorizadas. Aqui a recomendação está na tramitação, priorização e aprovação de todos esses projetos de lei. E eu posso encaminhá-los separadamente para os senhores agora no grupo, para cada um dos senhores e dar... Eles já estão no relatório, eu acho interessante a gente fazer um anexo, eu vou encaminhar à Secretaria da Comissão, para dar publicidade, de forma especial para a imprensa e para todos os que estão nos acompanhando saberem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que trata cada um desses temas. Mas é fundamental... Aqui, na leitura que fizemos de tudo o que está em tramitação, não estamos aqui priorizando partido, nem Deputado, nem Senador, mas aquilo que é importante para o Brasil, importante para o País ser aprovado agora, que têm prioridade neste momento. Então, existe essa relação de PLs que estão aí colocados.

A Comissão Mista teve esse papel de fazer esse acompanhamento num momento difícil para todos os brasileiros. Com certeza, o nosso trabalho, ainda mais esta apresentação agora, está longe de contemplar todas as demandas, todas as necessidades que nós tínhamos, mas o relatório em si, aprofundado, vai em cada aspecto, em cada ponto. Por isso, eu convido todos para conhecermos mais.

Por uma questão de tempo, da dificuldade do meio que nós temos agora, nós temos a opção de fazer a apresentação dessa forma, mas é necessário que eu faça alguns agradecimentos. Eu quero agradecer, de forma muito efusiva, a todos vocês que participaram e colaboraram com o trabalho desta relatoria durante todo este ano praticamente.

Agradeço ao Presidente da Comissão, Senador Confúcio Moura, que, como falei, com uma firmeza e, ao mesmo tempo, uma gentileza exemplar, conduziu todos os trabalhos da Comissão durante todo este ano.

Agradeço à Vice-Presidente, Senadora Eliziane Gama, que ora preside esta reunião, por, além do seu trabalho comum como membro titular desta Comissão, além de ser Vice-Presidente, aceitar contribuir na sub-relatoria da saúde com uma contribuição muito expressiva.

E eu agradeço, de forma muito especial, a todos os sub-relatores, que se dedicaram, que se esforçaram, que aumentaram significativamente o alcance desta relatoria. Com certeza, o nosso relatório não teria a consistência que tem hoje se não fosse a participação de cada um dos sub-relatores com as suas assessorias e consultorias. Então, eu agradeço muitíssimo a cada um dos senhores e a forma democrática com que a gente foi tratando, sem nenhum confronto, sem nenhum conflito, hora nenhuma, um tema tão importante como esse. E eu faço este destaque: é muito importante ressaltar a cordialidade, mas, acima de tudo, a forma republicana com que se conduziu cada um dos sub-relatores, de forma especial no trato comigo, na relatoria.

Quero agradecer à Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados; à Assessoria. Todos os assessores dos gabinetes parlamentares foram muito prestativos. Nós os incomodamos muito, em diversos momentos, e eles sempre foram muito prestativos. Agradeço a todos os assessores dos gabinetes parlamentares.

Agradeço ao Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, à Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação, ao Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados. E aqui eu faço um destaque com relação ao Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados, à Diretoria de Inovação e ao Centro de Documentação. Estava previsto, até por uma solicitação minha, um requerimento meu, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivéssemos mais uma audiência, que trataria da transparência e da publicidade dos dados. Lamentavelmente não tivemos tempo para fazer essa audiência, mas quero destacar o trabalho que foi feito de transparência: no *site* da Câmara, no *site* do Senado, todas as informações, todos os boletins semanais foram publicados. Procuramos dar toda a transparência e atender a toda demanda da sociedade brasileira. E, sem a participação do Centro de Documentação (Cedi), da Diretoria de Inovação e Tecnologia (Ditec) e do Laboratório Hacker, da Câmara dos Deputados, nós não teríamos condição de prestar esse serviço. Então, agradeço. Peço desculpas por não termos conseguido fazer a audiência pública – lamentavelmente não houve espaço –, mas agradeço o trabalho de vocês, que, com certeza, é reconhecido por todos nós.

Agradeço – não está escrito – a todos os convidados, de forma especial ao IFI, que teve cadeira cativa acompanhando os nossos trabalhos. Então, agradeço a todos: ao Tribunal de Contas da União (TCU), aos ministérios, à assessoria dos ministros, que foram muito prestativos. Às vezes, tínhamos alguma dificuldade no prazo, no tempo – há requerimento que até hoje não foi respondido, como eu disse –, mas agradeço a todos, e a gente entende as dificuldades.

De forma muito especial, eu agradeço à Liderança do PSD na Câmara dos Deputados. O PSD, partido meu e do Senador Vanderlan, que também é membro desta Comissão, não mediu esforços para contribuir, colaborar com esta relatoria.

Diretamente, quatro assessores foram destinados constantemente para a relatoria. Eu agradeço a todos eles na pessoa da Natália, do William, do Henrique, do Paulo e também à minha assessoria técnica, Rafael, Julio, Leonardo Ornelas, Lanuse, a toda a assessoria que também se envolveu neste ano de trabalho.

Algumas pessoas não têm ideia de quantas pessoas se mobilizaram nesta Comissão durante este ano para produzir este trabalho que, além da consistência, tem muita responsabilidade. Eu agradeço e parabenizo a todos vocês.

Eu encerro, Presidente, a minha apresentação trazendo uma fala que está na primeira página do meu relatório, que é de uma escritora goiana conhecida pelo Brasil inteiro que é Cora Coralina. Cora Coralina começou a escrever depois de já bastante madura; com mais de 60 anos, ela começou a escrever e a publicar os seus livros, os seus poemas. Cora Coralina escreveu assim:

A vida tem duas faces:
Positiva e negativa
O passado foi duro
mas deixou o seu legado
Saber viver é a grande sabedoria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprendendo também com Cora Coralina, eu encerro a apresentação do nosso relatório, pedindo que ele seja avaliado por todos os nossos colegas e também pedindo a sua aprovação para que ele possa dar como encerrada esta contribuição de todos nós. Nós continuamos trabalhando, com nossos mandatos, combatendo as consequências desta pandemia que tanto nos fez sofrer, também com muita esperança, com o coração cheio de esperança, nos abrindo aí para um 2021 que, com certeza, nos trará uma recuperação rápida de todo o País, seja na economia, seja na saúde, seja na sociedade. Que possamos juntos enfrentar esta situação!

Como disse Cora Coralina, a vida tem duas faces, positiva e negativa, mas ela deixa o seu legado, e saber viver é a grande sabedoria. Saibamos todos nós viver melhor a cada dia com a experiência desta pandemia, que eu acredito que está se encerrando. E vamos vencê-la completamente a partir dos próximos dias.

Muito obrigado a todos.

Presidente, muito obrigado.

Era o nosso relatório.

Peço a avaliação e a aprovação dele.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Parabéns, Deputado! Parabéns mesmo! Muito emocionante a finalização do seu relatório! Eu queria cumprimentá-lo e parabenizá-lo não apenas por hoje, mas por toda a sua atuação ao longo dos últimos meses aqui, nesta Comissão. De verdade, meus cumprimentos e meus parabéns a você.

Nós vamos passar a palavra ao nosso Presidente Confúcio, que está logado aqui conosco. A gente quer ouvir o nosso Presidente fazer um pouco da discussão acerca deste grande relatório. Presidente Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO. Para discutir.) – Presidente Eliziane, boa tarde.

A todos os membros da Comissão meu abraço e meus sinceros agradecimentos por termos atravessado este ano difícil juntos, debatendo assuntos importantíssimos.

Eu quero agradecer também à Comissão da Covid do Senado, liderada pela Lenita e equipe; ao Flávio e à Isis, do meu gabinete, que também foram bem assíduos.

Eu quero dizer para você que foi muito importante, a gente mudou o discurso do Governo. A nossa Comissão, pequena como foi, atuante como foi, inspirou mudanças no discurso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje mesmo, o Ministro Paulo Guedes utilizou o comparativo entre a economia e a saúde, pandemia, economia e prosperidade, comparando-as às asas de uma ave, ao equilíbrio, que o batimento das asas tem que ser harmonioso. Então, não há jeito de a economia prosperar se a gente estiver numa pandemia. Ele citou que a vacinação em massa é a grande meta para o crescimento econômico. Isso foi fantástico!

De outro lado, esta Comissão inspirou também uma reação do crédito. O Senador Esperidião, a Senadora Zenaide e outros puxaram toda a rede de bancos oficiais, sempre muito distantes, que não gostariam de conversar, principalmente o Banco do Brasil, e mostraram o outro lado do crédito. Mostraram, por exemplo, o microcrédito produtivo solidário, mostraram as Oscips de crédito, mostraram as cooperativas de crédito, mostraram os fundos garantidores de microcréditos. Então, eles não tinham esse conhecimento. O BNDES nunca deu bola para o microcrédito, mas, agora, eles estão já reagindo e acreditando que essa é uma alternativa importante para levar crédito no lugar até mesmo do auxílio emergencial. É uma alternativa que a nossa Comissão levou a cabo.

No Ministério da Saúde, nós também promovemos mudanças no discurso. De um dia para o outro, o Ministro mudava o seu discurso, ora pressionado pelo Supremo, ora pressionado pela nossa Comissão, ora, também, pelas demandas isoladas de nossos membros. Certo é que o ministério passou a encampar todas as vacinas junto com o Governo Federal, inclusive a CoronaVac do Butantan. Estavam muito arredios.

Liderados pelo Senador Randolfe, Senadora Eliziane, por mim também e mais outros, nós conseguimos aproximar essa questão da politização da vacina e diminuir essa aresta entre o João Doria e o Governo. Já colocaram hoje e ontem que vão comprar a vacina da CoronaVac com o Butantan. Nós mostramos que o Butantan é mais importante, é maior do que a discussão política do momento, foi muito importante. E, assim sendo, todos os senhores membros e os não membros, principalmente atuantes, ajudaram a construir este relatório.

Este relatório não pode ser uma letra morta. Em suas 400 páginas, nós temos que fatiar em pequenas tiras importantes e vamos dar conhecimento ao Governo, à Câmara e ao Senado, de tal forma que a pandemia não vai acabar dia 31 de dezembro, ela vai atravessar o ano de 2021 completamente. A vacinação vai correr o ano de 2021 todo, já que será setORIZADA por grupos de risco, idade e outros fatores. Então, nós devemos extrair desse relatório alguns pontos e encaminhar para os órgãos responsáveis, aos quais nós fizemos referências através do relatório do Deputado Francisco e dos seus sub-relatores.

Então, eu acho extremamente importante e vou me debruçar sobre esse relatório, para depois entrar em contato com os senhores e senhoras para a gente estabelecer esses expedientes até o dia 31 ou depois do dia 31. Os efeitos da nossa Comissão não terminam dia 31, nós temos que continuar extraindo deste documento ações e providências que devem dar seguimento no ano de 2021.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos viver eternamente em crise, temos que virar a página de décadas perdidas. Eu e o Esperidião, que somos os mais velhos da Comissão, já conhecemos essa história de dez anos perdidos, vinte anos perdidos. Agora temos que fazer com que nossa economia, nossa vida, nossa educação, nossos meios de combater pobreza e desigualdade aconteçam de fato. Senão, não justifica a vida, não justifica nossa existência aqui no Congresso Nacional se não formos arautos de transformação para melhor.

Assim, eu quero abraçar a todos, desejar um ano de 2021 bom para todos nós e melhor para o povo brasileiro!

Um grande abraço e muito obrigado a todos.

Estou agradecido de coração. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Parabéns, Presidente Confúcio!

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO) – Obrigado, gente. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Quero lhe agradecer pela honra de receber do senhor aqui a responsabilidade dessa missão de conduzir hoje a última reunião desta Comissão.

Eu queria saber se há algum colega ainda inscrito, porque, na minha lista de inscrição, todos os que estavam inscritos já usaram a palavra. Portanto, há alguém?

O General Peternelli está querendo falar? (*Pausa.*)

Não, não é?

O Relator, Francisco Jr.?

Pois não, Relator.

O SR. FRANCISCO JR. (PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado.

É só para fazer uma correção. Eu fiz os agradecimentos e não agradei à Secretaria da Comissão, muito bem lembrada pelo Presidente Confúcio quando ele falou da Lenita, da Isis, do Felipe, que nos atenderam tão bem esse tempo todo.

Eu peguei o número só para cada um de nós ter a consciência que, às vezes, a gente não tem. Foram envolvidos nos trabalhos da Comissão, Senadora, 62 consultores e assessores ao longo do ano, somente os mais próximos. Com certeza, foi mais gente, porque aqui não estou contando as assessorias de cada um de nós, mas, de consultores da Câmara, do Senado e ligados a mim, temos 62 consultores. Como não posso citar o nome de todos, eu gostaria que cada um se sentisse contemplado no meu agradecimento e nessa fala do Senador Confúcio agora, que realmente resume toda a nossa tarefa. Quando ele diz que o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso trabalho mudou o posicionamento do Ministro, do Governo, isso é real, isso é trabalho nosso, de todos nós e de todos os que foram envolvidos.

Era isso o que eu queria corrigir.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Obrigada, Relator.

Com a palavra o querido Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para discutir.) – Presidente, quero reiterar os agradecimentos e fazer uma sugestão: que se incluam, no relatório, os nomes dos colaboradores, porque realmente é impossível agradecer a todos, mas acho que nós faríamos bem se, dentro do possível, relacionássemos os colaboradores, os consultores, sejam os da Comissão, sejam os das assessorias, da minha assessoria ou de quem os senhores quisessem designar, porque realmente é um trabalho que, como disse o Senador Confúcio, não termina no dia 31 de dezembro, até porque infelizmente, no dia 2 de janeiro, nós vamos continuar com muitas aflições.

A propósito, Senador Confúcio, ontem, quando o Ministro da Saúde pediu desculpas por ter usado a expressão dando a entender que não se conformava com a ansiedade do povo, no fim, ele se penitenciou e disse que, realmente, todos nós estamos ansiosos. Eu disse a ele – lembrando o Senador Confúcio – Mateus 6:34, a cada dia a sua aflição. E 2021 não vai ser, infelizmente, deserto de aflição, mas Deus vai nos compensar com força e solidariedade.

Feliz Ano-Novo!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Esperidião Amin.

Algum dos demais colegas quer discutir o relatório? Felício Laterça? (*Pausa.*)

Pois não, Felício.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para discutir.) – Senadora, o Prof. Esperidião entrou na frente.

Quero agradecer a todos os servidores que trabalharam não só conosco. A sugestão dele foi muito apropriada, porque foi o trabalho de um ano inteiro, chegamos aqui todos com saúde, vencemos – inclusive, nosso Relator venceu a Covid –, perdemos outros colegas que não estavam na nossa Comissão. Mas a nossa Comissão Mista do Covid sobreviveu a todos acontecimentos. Acho importante também fazer constar não só nossos nomes, mas o nome de todos aqueles nossos assessores especiais, em especial aqueles que estavam designados na Comissão para trabalhar conosco.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a última aula magistral do nosso Presidente Confúcio, que fez uma belíssima finalização no dia de hoje, mesmo distante, ao vento em alguma fazenda, algum recanto agradável, mas participando e atuando.

Foi uma grande alegria trabalhar com vocês, aprender com vocês. Contem sempre comigo, vamos estar – o Congresso Nacional – servindo à nossa Nação e ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Obrigada, Deputado.

Deixe-me ver se mais alguém quer fazer alguma discussão. *(Pausa.)*

Izalci Lucas. Aliás, Izalci, V. Exa. estava inscrito, mas a gente não o viu mais na tela. Então, vou passar a palavra ao querido Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para discutir.) – Obrigado, Eliziane. Que bom que você está presidindo esta reunião.

Eu fui chamado para a reunião da bancada para discutir um outro assunto e terminou agora.

Mas eu não poderia, evidentemente, deixar aqui de elogiar, parabenizar, enaltecer o trabalho do nosso Presidente Confúcio Moura, que conduziu de uma forma brilhante esta Comissão. A gente pôde realmente ajudar muito. Eu acho que a gente contribuiu muito neste momento da pandemia.

Parabenizo V. Exa. também, Eliziane, pela condução – V. Exa. é uma guerreira, é uma referência para nós; o Amin, que também participou de todas as reuniões com muita competência; o nosso Relator, o Deputado, que também fez um relatório muito brilhante; meu querido Felício também; e o General Peternelli, que está aí também conosco.

General, aproveitando a última fala com V. Exa., eu falei com o Ministro Ramos – não quis constranger o Ministro da Saúde –, mas queria que V. Exa. me ajudasse. Eu sou um fã, até porque me considero ainda militar. Eu fui R2, primeiro lugar no curso. Queria até continuar; acabei não continuando, mas tenho um respeito. Criei, como Deputado, uma subcomissão específica para cuidar das Forças Armadas e, quando vejo realmente um General da ativa no ministério falando o que falou com relação ao comando do Presidente, acho que é muito ruim para as Forças Armadas. As Forças Armadas talvez sejam uma das mais respeitadas instituições do País, assim como o Corpo de Bombeiros. Eu falei com o Gen. Ramos, mas V. Exa., que é General, sabe o que é ser General nas Forças Armadas, o preparo para se chegar ao generalato. Então, eu concordo: vá para a reserva e ocupe o cargo, mas não como General da ativa. Então, já levantei essa questão. Não sei se V. Exa. concorda ou discorda, mas eu acho que não dá para misturar as coisas. As Forças Armadas têm um papel fundamental. Não pode na ativa ser subordinado ou ficar na dependência do Presidente. É só para aproveitar a oportunidade do General.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Francisco, trabalho maravilhoso! Você foi supercompetente, trabalhou muito, assim como meus amigos também da Câmara, o Cacá, que também domina o Orçamento há anos e anos. O Luiz Carlos também é uma referência para nós há muitos anos.

Então, eu quero aqui mesmo dizer da minha alegria e da minha satisfação de ter participado desta Comissão. Eu acho que nós contribuímos muito. Acho até que... Não sei, em janeiro, como é que vai ficar essa situação. Eu sinceramente deixaria para encerrar... Não sei se ela nasceu com prazo estabelecido, mas eu acho que não se poderia cancelar esta Comissão antes do início do Congresso, até se emergencialmente tivesse que fazer alguma coisa. Mas, já que estamos encerrando, eu agradeço o convite do meu partido para participar desta Comissão. E quero dizer da minha admiração por todos aqui. Eu sei o quanto foi difícil participar de todas as reuniões, mas é compromisso com o País. Parabéns a todos!

E feliz Natal! Um 2021 com muita saúde e paz e com vacina! Que a gente possa, no máximo dia 25, já estar tomando essa vacina aí.

Um abraço para vocês.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Izalci. Meus cumprimentos também a você. Obrigada aí também pelo carinho.

Portanto, gente, já que nós encerramos aqui a discussão, eu vou declarar encerrada essa discussão e passar aqui à votação do relatório.

Os Parlamentares que concordam com o relatório que foi apresentado agora pelo Francisco Jr. permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório por unanimidade, que passa a constituir o Parecer nº 1, de 2020, desta Comissão.

Antes de encerrar, eu também quero colocar em votação as Atas nº 43 e da presente reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Senadores e demais Parlamentares, Deputados e Deputadas, que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Antes de fazer aqui o encerramento hoje desta reunião da Comissão, eu quero cumprimentar o Senador Izalci, mas lembrando que esta Comissão responde a uma obrigatoriedade estabelecida pelo decreto de calamidade pública do Governo Federal, que finaliza os seus efeitos agora no dia 31. Em havendo a prorrogação do estado de calamidade, automaticamente a Comissão também tem sua





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prorrogação, porque, constitucionalmente, ela precisa acontecer mediante a continuidade ou não do estado de calamidade pública que está estabelecido no Brasil e que acaba agora no dia 31 de dezembro. Mas, como todos nós sabemos, infelizmente a pandemia não acabou ainda. Estamos possivelmente vivendo aí uma segunda onda, com crescimento dos casos de morte e também de contração do vírus pela população brasileira.

Eu quero, de forma muito especial, antes de encerrar os trabalhos desta Comissão, agradecer ao meu partido; agradecer ao Presidente desta Casa, Presidente Davi; agradecer ao Confúcio. E, na pessoa do meu Presidente Confúcio, eu quero agradecer a todos os Senadores e a todos os Deputados que aprovaram a minha indicação como Vice-Presidente desta Comissão, o que, para mim, me trouxe muita honra. Hoje, conduzir esta última reunião também é para mim algo que me enche de orgulho e de responsabilidade.

Meus cumprimentos a você, Confúcio, que dispensa maiores comentários. Você, como todos nós falamos, é um *gentleman*, é uma pessoa extremamente agradável, amável e firme, com muito conhecimento e muito respeitado. Conduziu, com maestria, toda esta Comissão ao longo dos últimos meses.

Nesta Comissão, nós realizamos 40 audiências públicas, ouvimos 109 convidados e publicamos 5 boletins bimestrais, com a consolidação dos dados que foram apresentados pelos técnicos nesta Comissão. Ao longo de todos os meses, a Comissão encaminhou 175 ofícios a órgãos diversos, e nós conseguimos aproximar um pouco mais as ações do Governo Federal com os Municípios e Estados através das várias mediações que esta Comissão fez junto aos vários ministérios através das Subcomissões.

Quero também destacar que o Poder Legislativo brasileiro teve um papel preponderante durante esta Comissão – eu diria que funcionou como uma mola mestre no nosso País. Em algumas vezes, o Poder Executivo foi um tanto omissivo, mas o Poder Legislativo agiu de forma extremamente presente.

Dentre as várias ações, eu queria aqui destacar a aprovação que nós tivemos da ajuda emergencial de R\$600, que foi protagonizada pelo Poder Legislativo brasileiro, pelo Congresso Nacional, e que deu alento a milhões de brasileiros, naturalmente depois endossada pelo Presidente Bolsonaro. Mas surgiu daqui o valor que foi aumentado, saindo de R\$200 e chegando a R\$600, pela aprovação aqui no Congresso Nacional.

Nós vamos continuar cobrando as ações, nós vamos continuar cobrando transparência, nós vamos continuar cobrando a agilidade para que as ações, de fato, possam chegar às mãos de cada cidadão e de cada cidadã brasileira.

Esse vírus, como nós já falamos, é algo desafiador. As informações são ainda muito incipientes para aquilo que nós precisamos em relação ao enfrentamento dessa doença, mas eu sei que cada um de nós tem dado a sua contribuição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar a todos nós por este momento muito especial durante os trabalhos aqui desta Comissão!

Portanto, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta reunião da nossa Comissão, que faz o acompanhamento do estado de calamidade pública no nosso País.

Muito obrigada a todos e todas.

(Iniciada às 15 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 59 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

